

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ROGÉRIO REGO MIRANDA**

**INTERFACES DO RURAL E DO URBANO EM ÁREA DE**  
**COLONIZAÇÃO ANTIGA NA AMAZÔNIA:**  
*estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa).*

BELÉM/PA

2009

**ROGÉRIO REGO MIRANDA**

**INTERFACES DO RURAL E DO URBANO EM ÁREA DE  
COLONIZAÇÃO ANTIGA NA AMAZÔNIA:**  
*estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM/PA

2009

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Miranda, Rogério Rego

Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa) / Rogério Rego Miranda; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.

1. Urbanização - Castanhal (PA). 2. Urbanização - Igarapé-Açu (PA). 3. Cidades e vilas. 4. Colônias agrícolas. I. Título.

***CDD - 22. ed. 307.76098115***

---

**ROGÉRIO REGO MIRANDA**

**INTERFACES DO RURAL E DO URBANO EM ÁREA DE  
COLONIZAÇÃO ANTIGA NA AMAZÔNIA:**  
*estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa).*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

**DATA DA DEFESA:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2009

**CONCEITO:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Orientador)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Goretti da Costa Tavares (Avaliadora Interna)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Júlio César Suzuki (Avaliador Externo)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franciane Gama Lacerda (Avaliadora Externa - suplente)

*Aos meus pais, Maria José Rego Miranda e  
Reinaldo Torres Miranda, pelo carinho e  
dedicação.*

## AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação de mestrado só pôde ser concretizada mediante as intervenções de vários agentes, que atuaram de forma direta ou indireta, tendo em vista que ela não contou apenas com o apoio científico, mas igualmente emocional, principalmente dos familiares, sempre presentes, mesmo na minha ausência, decorrente da solidão da pesquisa.

Neste sentido, venho agradecer imensamente a Deus, devido a sua ajuda, principalmente nos momentos mais difíceis, que não foram poucos.

Em seguida, agradeço aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Maria José Rego Miranda, e meu pai, Reinaldo Torres Miranda, pelo apoio incondicional, mesmo não entendendo minha postura distanciada nos momentos de isolamento que a pesquisa exigia. Esses foram com certeza os verdadeiros “culpados”, no sentido positivo do termo, da minha trajetória enquanto pessoa e profissional.

Outros familiares também tiveram seus méritos pelo apoio e ajuda emotiva, como a minha segunda mãe Lourdimar Neves Borges, a minha irmã Samara Rego Miranda, que, mesmo distante, sempre torce por mim; os meus avós, Lindalva, Raimunda (*in memorian*) e José (*in memorian*) e Edilson Andrade.

Dedico atenção especial também aos meus amigos que fui constituindo na Universidade e que ainda hoje desenvolvemos laços de amizade, mesmo distantes, como Mayka, Rovaine e Fabrícia.

Como não poderia deixar de registrar, agradeço aos meus amigos que sempre estiveram comigo em momentos que precisei bastante, mostrando-se muito atenciosos aos meus problemas pessoais. Estou falando de Tiago Veloso e Marcel Padinha. Este último, atualmente meu compadre, muito presente tanto no lado pessoal, quanto científico, uma pessoa a quem admiro muito.

Nessa trajetória de dois anos de mestrado tive a oportunidade de aprofundar amizades com pessoas que lutaram juntamente comigo para entrar na pós-graduação. Refiro-me a Ronaldo Braga, Rogério Marinho e Paulo Alves, além de outras pessoas que pude conhecer melhor ao longo do curso, como Enéias Pinheiro.

No intercurso da dissertação tive a oportunidade de aprender a conviver com pessoas de pensamentos díspares, que me fizeram crescer bastante devido às discussões calorosas, mas sempre descontraídas. Essas com certeza me fizeram refletir diversas vezes sobre minhas atitudes intelectuais e, acima de tudo, humanas, pois me ajudaram a amadurecer e a conviver respeitando as diferenças. Estou falando dos integrantes da república de que participava, Bruno Malheiro, Raphael Paiva (“Mineiro”) e o último integrante, Armando (“Paulista”).

Uma outra pessoa que tive a oportunidade de conhecer na Universidade, primeiro de maneira distanciada, depois como orientador e, por fim, como um amigo que admiro muito, pela sua humanidade, competência e humildade. Foi Marcos Alexandre, o qual teceu suas críticas sempre muito bem vindas e cheias de humor irônico ao presente trabalho.

Essa dissertação não teria se tornado realidade sem a figura importantíssima do orientador Professor Dr. Saint-Clair C. Trindade Jr; o qual foi de fundamental importância, devido a vários aspectos. Primeiro pela sua grande paciência para com este seu orientando, compreendendo as dificuldades que tive e também as limitações que apresentei. Segundo, pelo papel de orientador que cumpriu, de forma sempre presente e competente, buscou a todo momento o diálogo e nunca a imposição de suas idéias. Por fim, pela sua amizade e cumplicidade, que foram sempre a base de nossas conversas.

Em último lugar, porém não menos importante, agradeço a todos aqueles que de uma forma ou outra me ajudaram na elaboração deste trabalho, como os bibliotecários, os informantes indiretos e especialmente aos agricultores, que de maneira muito educada, simples e amigável me acolhiam em suas residências à noite, concedendo seu tempo para as entrevistas e compartilhando seus alimentos comigo nas horas das refeições, mostrando que sociabilidades mais próximas ainda são possíveis, retirando-me a solidão da minha pesquisa, conferindo a esta a sua face humana, com ações cheias de cordialidade, com rostos marcados pelo trabalho árduo, mais ainda assim felizes, pois, como diziam, ali eles tinham um pedaço de terra para plantar, colher, viver e descansar.

## RESUMO

A pesquisa discute a relação rural-urbano em área de colonização antiga na Amazônia, referente ao trecho da antiga Estrada de Ferro de Bragança, entre os Municípios de Belém e Bragança, no Nordeste Paraense. Com base em revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática de campo e entrevistas semi-estruturadas com agentes locais, são analisadas as mudanças que alteraram formas geográficas e suas respectivas funções nessa sub-região; mudanças essas que se expressam em diferentes padrões de organização espacial. Para a efetivação dessa análise foram selecionadas as agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Município de Castanhal) e São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (Município de Igarapé-Açu), buscando-se, a partir delas, compreender as interfaces entre o mundo rural e o mundo urbano dessas agrovilas com as respectivas sedes municipais e outras cidades próximas. No decorrer da análise, discute-se a origem desses espaços rurais surgidos no final do século XIX e início do XX e de sua inserção em um padrão de ordenamento espacial estabelecido inicialmente pela cidade, pela estrada de ferro e pela colônia agrícola. Mostra-se que a existência das mesmas fez parte de um projeto governamental de incrementar a atividade agrícola na então denominada região Bragantina, por meio da introdução da mão-de-obra de estrangeiros e de brasileiros nordestinos, durante o período de exploração da borracha. Naquele momento os agricultores realizavam plantações voltadas à subsistência e ao mercado regional, havendo dificuldades de interação colônia-cidade, mesmo com a presença da Estrada de Ferro Bragança. Por outro lado, o sistema de relações sociais estabelecido nas colônias era marcado pela ajuda mútua e pela solidariedade orgânica entre os sujeitos. A partir da década de 1960 houve uma reconfiguração da geografia da área, mediante à desativação da ferrovia e da estruturação de outro padrão de ordenamento espacial, baseado, desta feita, na rodovia, na cidade e na colônia agrícola. Neste período atual, o espaço, particularmente o agrário, é beneficiado com créditos agrícolas, com sistema técnico de comunicação, com eletrificação rural e com estradas, que facilitaram e otimizaram a circulação de pessoas, mercadorias e informações, possibilitando, igualmente, maiores interações entre as colônias e as cidades. Os agentes locais passam a estar voltados à produção e à comercialização de cultivos destinados ao mercado regional, nacional e mesmo ao internacional, concorrendo para a transformação da lógica produtiva das agrovilas e das relações inter-pessoais, marcadas também por um tipo de solidariedade organizacional, mediada pelo valor de troca e pelas demandas de mercado, e por uma tendência de urbanização, manifesta em novos sistemas técnicos e de valores hoje difundidos de maneira mais intensa no espaço local.

Palavras-chave: Relação rural-urbano, Agrovilas, Urbanização, Castanhal, Igarapé-Açu.

## ABSTRACT

This study discusses the rural-urban relations within the old Amazon settlement area alongside the former Bragança Railroad located between the municipalities of Belém and Bragança, northeastern Pará, Brazil. The analysis of changes of the geographic forms and their respective roles in the region is grounded on literature review, document research, systematic field observation and semi-structured interviews with local social agents. These changes are expressed in different patterns of spatial organization. The analysis focused on the data of four agrovilas – agricultural villages. They are Iracema and Três de Outubro, in the municipality of Castanhal, and São Jorge do Jabuti and Porto Seguro, in the municipality of Igarapé-Açu. The analysis aimed at understanding the rural-urban interfaces of these agrovilas as they relate with their municipality seats and other neighboring cities. The analysis discusses the origin of these rural spaces emerged in the late nineteenth century and early twentieth century and their insertion in a pattern of territorial ordinance whose dynamics started in the city, continued in the areas along the railroad and, eventually, ended in the agrovilas. The analysis concluded that these agrovilas sprang from a governmental project that aimed at increasing agriculture activities in the then called Bragantina region during the rubber exploitation economic cycle by employing the labor force of foreigners and *nordestinos* – Brazilian immigrants from the northeastern part of the country. Agricultural production was a subsistence activity then, but it also supplied the regional market. Great difficulties inhibited the interaction between the agrovilas and the cities, despite the Bragança Railroad. The system of social relationships developed in the agrovilas was marked by mutual help and organic solidarity among the social subjects. From the 1960s on, the area has undergone geographic reconfiguration due to the railroad decommissioning and the establishment of a new pattern of spatial ordinance which this time was based on the highway, the city and the agrovilas. Currently, this area, especially the agrarian one, benefits from rural credits, system of communication, rural electrification and roads. This infrastructure improved the circulation of people, goods and information in the area and promoted more interactions between the agrovilas and the cities. The local social agents now produce crops aiming at regional, national and international markets, which have contributed to change the logic of production in the agrovilas as well as the interpersonal relationships that take place in them. These relationships display a sort of organizational solidarity mediated by exchange value, market demands and a tendency toward urbanization, which reveals itself by the means of new technical and value systems widely made known in the area.

Key Words: Rural-urban relation, Agrovilas, Urbanization, Castanhal, Igarapé-Açu.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 1:</b> INÍCIO DA AGROVILA DE IRACEMA.....	140
<b>FOTO2:</b> PRAÇA CENTRAL DE IRACEMA .....	140
<b>FOTO 3:</b> RUA AO LADO DA PRAÇA CENTRAL DE IRACEMA .....	140
<b>FOTO 4:</b> CAMPO DE FUTEBOL AOS FUNDOS DA PRAÇA.....	140
<b>FOTO 5:</b> IGARAPÉ DE IRACEMA.....	140
<b>FOTO 6:</b> IRRIGAÇÃO DAS HORTALIÇAS.....	140
<b>FOTO 7:</b> ÔNIBUS DE IRACEMA .....	145
<b>FOTO 8:</b> CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	145
<b>FOTO 9:</b> PRODUÇÃO ARTESANAL DE FARINHA NA AGROVILA 3 DE OUTUBRO .....	161
<b>FOTO 10:</b> DESCARGA DE MANDIOCA NA CASA DE FARINHA EM 3 DE OUTUBRO.....	161
<b>FOTO 11:</b> FÁBRICA DE FARINHA NA AGROVILA 3 DE OUTUBRO .....	163
<b>FOTO 12:</b> EMPILHAMENTO DE SACOS DE FARINHA .....	163
<b>FOTO 13:</b> CASA DE FARINHA EM SÃO JORGE.....	177
<b>FOTO 14:</b> PRODUCAO ARTESANAL DE FARINHA NOS FORNOS.....	178
<b>FOTO 15:</b> ENTRADA DE PORTO SEGURO .....	181
<b>FOTO 16:</b> PORTO SEGURO .....	181
<b>FOTO 17:</b> ENCONTRO DA AGROVILA COM O RIO MARACANA.....	182
<b>FOTO 18:</b> PONTE SOBRE O RIO MARACANÃ.....	183
<b>FOTO 19:</b> PONTE SOBRE O RIO MARACANÃ EM PORTO SEGURO NA DÉCADA DE 1950.....	184
<b>FOTO 20:</b> PEQUENO PORTO DE ATRACAGEM DAS EMBARCAÇÕES.....	184

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1:</b> ZONA BRAGANTINA – PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL A PARTIR DA ESTRADA DE FERRO (FINAL DO SÉCULO XIX A 1965).....	97
<b>MAPA 2:</b> ZONA BRAGANTINA – PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL A PARTIR DAS RODOVIAS (2008).....	112

<b>MAPA 3:</b> MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU NO ESTADO DO PARÁ.....	129
<b>MAPA 4:</b> MAPA DOS MUNICÍPIOS DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU NAS MESSORREGIÕES METROPOLITANA DE BELÉM E NORDESTE PARAENSE.....	130
<b>MAPA 5:</b> MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU (PA).....	132
<b>MAPA 6:</b> MAPA DAS AGROVILAS ESTUDADAS NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (PA).....	138
<b>MAPA 7:</b> DAS AGROVILAS ESTUDADAS NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU (PA).....	169

### **LISTA DE PLANTAS**

<b>PLANTA 1:</b> AGROVILA DE IRACEMA.....	141
<b>PLANTA 2:</b> AGROVILA LUIZ DUARTE (3 DE OUTUBRO).....	158
<b>PLANTA 3:</b> AGROVILA SÃO JORGE DO JABUTI.....	171
<b>PLANTA 4:</b> AGROVILA PORTO SEGURO.....	189

### **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1:</b> NÚCLEOS COLONIAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA.....	86
<b>QUADRO 2:</b> PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA E DA ZONA BRAGANTINA.....	118-122
<b>QUADRO 3:</b> GRUPOS DE AGRICULTORES E NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PRONAF ENTRE 2000 E 2008 EM CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU.....	134
<b>QUADRO 4:</b> REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL – CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES FINANCIADAS PARA A CULTURA DO FEIJÃO E DA MANDIOCA (VERÃO) NO ANO AGRÍCOLA DE 2008 E 2009.....	135
<b>QUADRO 5:</b> REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL – CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES FINANCIADAS DA CULTURA DE ARROZ, MILHO E MANDIOCA (DE INVERNO) NO ANO AGRÍCOLA DE 2008 E 2009.....	136
<b>QUADRO 6:</b> REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL– CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES FINANCIADAS DA CULTURA DE FRUTICULTURA NO ANO AGRÍCOLA DE 2008 E 2009.....	136

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CASTANHAL NOS ANOS DE 1948, 1949, 1950 E 1952.....	100
<b>TABELA 2:</b> PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE IGARAPÉ-AÇU NOS ANOS DE 1948, 1949, 1950 E 1952.....	101
<b>TABELA 3:</b> ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES ENTRE 1994 E 1996, NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL.....	114
<b>TABELA 4:</b> ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS ENTRE 1994 E 1996, NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL.....	114
<b>TABELA 5:</b> ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES ENTRE 1994 E 1996, NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU.....	115
<b>TABELA 6:</b> ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS ENTRE 1994 E 1996, NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU.....	115
<b>TABELA 7:</b> REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL - DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO RURAL ELABORADOS NO ANO DE 2008.....	149-150

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> PRODUÇÃO DE MARACUJÁ EM IGARAPÉ-AÇU NOS ANOS DE 1994 A 2006.....	174
--	-----

## LISTA DE ESQUEMAS

<b>ESQUEMA 1:</b> ETAPAS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA.....	165
<b>ESQUEMA2:</b> REDE ECONÔMICA ESTABELECIDADA ENTRE OS SUJEITOS SOCIAIS DAS AGROVILAS PESQUISADAS.....	190

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO: DA DUALIDADE À INTER-RELAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL</b> .....	27
1.1 DA OPOSIÇÃO À INTER-RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E O CAMPO: NOTAS INICIAIS.....	27
1.2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESPAÇO.....	31
1.3 A EXPANSÃO DO URBANO NO CAMPO E A COMPLEXIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE, RURAL-URBANO.....	43
<b>CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA EM COLONIZAÇÃO ANTIGA DO PARÁ E SEUS PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO</b> .....	71
2.1 PADRÃO RIO – VÁRZEA – FLORESTA (1616 – 1874).....	73
2.2 PADRÃO CIDADE – ESTRADA-DE-FERRO – COLÔNIA (1875 -1965).....	77
2.2.1 O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PROVINCIAL DA BRAGANTINA NO PERÍODO DO EXTRATIVISMO DA BORRACHA.....	81
2.2.2 A IMIGRAÇÃO PARA BRAGANTINA E A PRODUÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS.....	82
2.2.3 A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA (EFB) E A INTEGRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS.....	88
2.3 PADRÃO RODOVIA – CIDADE – COLÔNIA (A PARTIR DE 1960).....	106
<b>CAPÍTULO 3 – A INTERFACE URBANO E RURAL EM ÁREA DE COLONIZAÇÃO ANTIGA: O CASO DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU</b> .....	123
3.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DA RELAÇÃO URBANO E RURAL: O RECONHECIMENTO INICIAL DAS COLÔNIAS.....	123

3.2 SEGUNDA APROXIMAÇÃO DA RELAÇÃO URBANO E RURAL: AS PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NAS AGROVILAS DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU.....	127
3.2.1 AGROVILA DE IRACEMA.....	139
3.2.2 AGROVILA 3 DE OUTUBRO.....	154
3.2.3 AGROVILA DE SÃO JORGE DO JABUTI.....	167
3.2.4 AGROVILA DE PORTO SEGURO.....	179
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>210</b>

## INTRODUÇÃO

Apesar de hoje visualizarmos um maior grau de urbanização no Brasil, em virtude da grande concentração das pessoas nas cidades e de uma difusão do *meio técnico científico-informacional* (SANTOS, 2002a) e, por conseguinte, de valores urbanos ligados ao mercado e a um tempo outro que não é mais o do lugar (SANTOS, 2005), esse processo não se realiza de forma homogênea. Ao contrário, sua expansão se manifesta desigualmente no espaço, visto que os sistemas de objetos (SANTOS, 2002a) informacionais não se difundem igualmente, concentrando-se em alguns poucos lugares.

Entretanto, o sistema de valores urbanos tende a se tornar mais contínuo no espaço (LEFEBVRE, 2002; SANTOS, 2002a). Essa difusão do urbano por outro lado, tem seu rebatimento nas formações sócio-espaciais particulares que, dependendo de suas determinantes econômicas, políticas e sociais impulsionam mais ou menos tal fenômeno. Por exemplo, considerando-se a realidade amazônica, especificamente no sul e no sudeste do Pará, evidencia-se a presença de grandes latifúndios e o maior desenvolvimento da cultura da soja cuja lógica produtiva se atrela à reprodução do capital industrial e financeiro. Neste caso, percebemos a produção de um espaço voltado às relações capitalistas modernas em que o urbano se instala tanto nas formas geográficas quanto nas funções. No entanto, ao lado desta modernização, contraditoriamente, processam-se relações de trabalho baseadas na escravidão, colocando em xeque a urbanização completa deste espaço, pois ainda se reproduzem relações não-capitalistas que compreendem uma temporalidade e uma espacialidade outra, diversa, porém articulada ao urbano que se implanta.

A relação entre o urbano e o rural constitui o tema de nossa pesquisa, tendo sido, também, foco de vários estudos já realizados. Eles apresentam, *grosso modo*, duas correntes diferenciadas que se dedicam à temática (MALHEIRO; MIRANDA, 2006).

A primeira é denominada por Marques (2001) de *corrente dualista*. Baseia-se principalmente em critérios quantitativos, considerando a oposição entre o rural e o urbano. Nela evidenciam-se duas vertentes teóricas. A primeira diz respeito ao urbano-concentrado, cuja dualidade se manifesta devido conceber o urbano unicamente em sua forma espacial, destituindo-o de seu conteúdo sócio-espacial específico, ficando o rural na condição de

“resto”. Nessa vertente, o rural corresponde a toda área classificada simplesmente como não-urbana e pouco concentrada do ponto de vista demográfico e artificial. Esta concepção é veiculada principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por autores que se apóiam unicamente nos dados deste órgão institucional. Já a vertente ruralização-urbanização entende que o espaço rural se desenvolve paralelamente ao espaço urbano. Os autores dessa vertente argumentam que os dados censitários do IBGE são superestimados em favor do urbano, considerando áreas rurais como cidades, além de não examinar o fenômeno recente de migração de pessoas da cidade em direção ao campo, a exemplo do que expõe o trabalho de Veiga (2001).

A segunda corrente é denominada de *relacional* (MARQUES, 2001). Nela o critério qualitativo é fundamental para entender o rural e o urbano, que apresentam um *continuum* entre si, isto é, para além de uma oposição destas duas realidades sócio-espaciais, considerando-se as suas inter-relações.

Nessa destacamos, também, duas vertentes teóricas. A vertente “urbano-centrada” (WANDERLEY, 2001) entende que há a predominância do pólo urbano sobre o rural, posto que o primeiro propaga a modernização e os valores dominantes que permeiam a realidade social. Logo, o último pólo tende a se diluir, ou mesmo desaparecer enquanto produto de uma realidade sócio-espacial específica e de valores outros, o que ocasiona a “urbanização do campo” (ELIAS, 2006) ou mesmo a “urbanização completa da sociedade” (LEFEBVRE, 2002). Os principais autores desta vertente são Lefebvre (2002) e Santos (2005). Já a vertente “integração rural-urbano” entende que há muito mais aproximação e integração entre o urbano e o rural do que propriamente uma oposição, posto que estabelecem relações econômicas, políticas e culturais intensas entre si, em menor ou maior grau, havendo uma continuidade entre ambos, o que não impede que apresentem particularidades e, por conseguinte, diferenças entre si. Há, assim, a permanência e a reprodução do rural, assim como do urbano. São representantes dessa vertente Abramovay (2000) e Wanderley (2001).

Essas correntes, no entanto, são apresentadas aqui com certas generalizações, pois não aprofundamos as respectivas contribuições dos autores para o tema, porém, elas nos demonstram, de forma geral, o quadro teórico que permeia a discussão sobre o rural e o urbano.

Não obstante, as interpretações acerca da relação entre o urbano e o rural vão desde uma visão mais homogeneizadora, em que o urbano se desenvolveria igualmente no espaço, havendo uma urbanização completa da sociedade, pelo menos como tendência, até uma outra na qual o rural se reproduz mediante ao próprio desenvolvimento desigual do urbano; logo, o rural permanece se recriando, mesmo enquanto resíduo (LEFEBVRE, 2001).

Destarte, compreendemos que, embora exista a predominância do urbano, há a presença do rural como resíduo. Esse, por sua vez, contém uma potencialidade histórica e social (LEFEBVRE, 2001) que precisa ser mais bem analisada.

Desta feita, ao discutirmos a relação entre o rural e o urbano, com destaque especial à Amazônia, devemos levar em consideração aspectos de desigualdade (referente a dados quantitativos e materiais como a demografia, a economia, os fluxos de capital e mercadorias) e de diferença (relativo ao modo de vida, a produção simbólica e cultural na relação homem e natureza), principalmente por nos remetermos a um momento em que a região apresenta um processo de urbanização crescente, especialmente a partir da década de 1970, pois com a implantação dos grandes projetos e dos incentivos governamentais houve uma intensa migração em sua direção.

A região Norte, por exemplo, em 1960, possuía população urbana correspondente a 37,8%. Em 1991, havia aumentado para 59,18% e em 1996 atingia 61,50% (CARVALHO BRASIL, 2000). Cabe ressaltarmos que o fenômeno da urbanização não se manifesta apenas demograficamente, mas, também, em relação ao modo de vida e aos valores da sociedade:

(...) a urbanização na fronteira não é somente sinônimo de crescimento da população urbana e da multiplicação do número de cidades. Ela toma um novo significado, que se apresenta sob duas dimensões. Uma dessas dimensões está relacionada ao modo de integração econômica do espaço amazônico – mobilizando, extraindo e concentrando o excedente –, juntamente com uma integração de ordem ideológica e cultural, capaz de difundir valores e comportamentos da vida moderna (TRINDADE JR, 1998, p. 53).

Portanto, o urbano foi se projetando com maior intensidade na região, ao passo que o rural foi se tornando cada vez mais residual.

Procuramos desenvolver a temática da relação entre o rural e o urbano na área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho compreendido entre Belém e Bragança, espaço antes cortado pela Estrada de Ferro Bragança<sup>1</sup>, tendo em vista a inter-relação de suas colônias agrícolas e suas cidades, mais precisamente nos municípios de Igarapé-Açu e Castanhal. Essa relação se complexifica e ganha maior densidade a partir do novo papel que essa região cumpre na divisão territorial do trabalho em decorrência das políticas públicas governamentais como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Junte-se a isso a atuação de empresas agroindustriais, especialmente a Nova Amafrutas, que apesar de ter falido, propiciou alterações nas relações econômicas da região (MIRANDA, 2006, 2007).

Neste sentido, este estudo pretende contribuir para as reflexões no âmbito da Geografia, tendo em vista a necessidade de pensarmos a multiplicidade dos espaços-tempos que compõem a realidade amazônica, principalmente no que se refere à elaboração de instrumentos e políticas públicas ligadas ao planejamento e ao desenvolvimento sócio-espacial da realidade por nós privilegiada para análise.

A temática em questão ganha relevância, também, para as outras ciências que se interessam pelo tema, como a Sociologia, a Economia e a Agronomia, disciplinas que muito têm contribuído para o entendimento da relação entre o rural e o urbano (MOREIRA, 2005). Buscamos fazer uma reflexão teórica tomando por categoria central o espaço. Consideramos as formas espaciais que compõem a análise o campo, a cidade e os seus respectivos conteúdos sócio-geográficos, o rural e o urbano.

Entretanto, entendemos que há uma relação dialética entre as formas e os conteúdos, pois apesar do rural e do urbano se desenvolverem, em tese, respectivamente no campo e na cidade, a interação entre ambos possibilita a construção de uma realidade mais

---

<sup>1</sup> Estamos considerando como área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança, os atuais municípios que tiveram sua origem atrelada ao projeto de colonização implementado pelo governo do Estado do Pará no final do século XIX, interligados na época pela Estrada de Ferro Bragança, quais sejam: Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-açu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Tracuateua, Bragança e Augusto Correa. Todos estes municípios eram reconhecidos como pertencentes à microrregião Bragantina até o início da década de 1990. Atualmente, segundo a SEPOF (2006), amparada nos dados estatísticos e limites municipais do IBGE (2000), Marituba e Benevides compõem a região metropolitana de Belém. Castanhal e Santa Izabel do Pará pertencem à micro-região de Castanhal. Os demais ainda se inserem na micro-região Bragantina.

complexa, de intensa articulação entre o rural e o urbano, de tal maneira que esses conteúdos sócio-espaciais se mesclam, tornando-se híbridos.

Este tema se apresenta, atualmente, bastante em voga e tem gerado uma série de estudos mais detalhados sobre a questão da relação entre o urbano e o rural, conforme trabalhos citados anteriormente. Esses estudos, entretanto, têm se concentrado cada vez mais no Centro-Sul, havendo uma parca discussão sobre o tema na Amazônia, pelo menos de forma mais sistemática, com exceção de trabalhos como os de Hurtienne (2001), Hébette (2004) e Souza (2007).

Neste sentido, buscamos contribuir para a investigação sobre esta relação na área de estudo supracitada, tendo por objetivo a pesquisa sobre a interação existente entre as colônias agrícolas e as suas respectivas cidades, em Castanhal e Igarapé-Açu.

Assim, integra a problemática deste trabalho questionamentos relativos ao papel dos municípios de Castanhal e Igarapé-Açu na divisão territorial do trabalho, levando-se em consideração as ações das políticas públicas e as expressões rural-urbanas relacionadas a esse papel. Como já vimos anteriormente, esta problemática ganha relevância na medida em que há, na atualidade, uma acelerada e crescente redução da separação dos limites entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, constituindo-se em unidade dialética. (OLIVEIRA, 2002).

Tal processo é visualizado junto à área de estudo a partir da ação das políticas públicas estatais direcionadas ao campo. Elas têm proporcionado via financiamentos e infra-estruturas, tanto aos pequenos produtores quanto às empresas, a introdução de uma lógica produtiva alicerçada na racionalidade do mercado. Busca-se o desenvolvimento de plantios que tenham maior valorização em termos de preços cujas flutuações condicionam a necessidade de uma técnica de plantação mais sofisticada com uso cada vez maior de insumos agrícolas e pesticidas que acelerem e melhorem quantitativamente e qualitativamente a produtividade. Essa plantação não se torna totalmente especializada em decorrência de outras plantações voltadas à subsistência. Mas no uso da terra transparece relações baseadas no valor de troca e o tempo de produção se volta às necessidades do mercado (MIRANDA, 2007).

Esse fenômeno ocasiona maior interação entre as colônias e as cidades em virtude dos fluxos mais frequentes de produção voltadas ao mercado regional, nacional e mesmo

internacional. Assim, emergem valores urbanos atrelados à reprodução do capital no espaço rural.

Em função da maior interação entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural proporcionada por uma nova dinâmica produtiva na área pesquisada é que o espaço se torna demasiadamente complexo, havendo o desenvolvimento de espaços-tempos híbridos, os quais devem ser levados em consideração na efetivação de um planejamento regional. Deste modo, a problemática se desdobra em três questões que nortearão nossa pesquisa:

- a) Quais os sujeitos sociais produtores da inter-relação entre o rural e o urbano nas colônias agrícolas dos Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal?
- b) Qual (is) o (s) projeto (s) pensado (s) via Estado, a partir de políticas públicas desenvolvidas no campo, para inserir os municípios de Igarapé-Açu e Castanhal na Divisão Territorial do Trabalho desenvolvida no processo de competitividade recente?
- c) Que especificidades rurais e urbanas são expressas nos Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal face ao papel desempenhado pela área de colonização antiga nessa nova lógica de produção?

A discussão sobre a relação entre o rural e o urbano na área pesquisada se torna importante e se justifica diante da necessidade de entendermos essa realidade como múltipla. Logo, é necessário analisá-la não apenas enquanto um espaço urbano ou rural, mas como síntese contraditória da interação de ambos que resulta do desenvolvimento espaço-temporal desigual e combinado (HARVEY, 2004).

Essa relação deve ser privilegiada ao se viabilizar um planejamento para a sub-região supracitada, estabelecendo-se para ela mais do que critérios quantitativos relativos aos dados demográficos do IBGE, isto é, as ações decorrentes de um planejamento regional devem levar em consideração elementos qualitativos referentes às relações sociais produtoras de espaços-tempos diversos, mas articulados e formadores de uma realidade híbrida onde o urbano e o rural mais do que dualidade são dialeticamente complementares.

Essa realidade já vem sendo estudada por nós há algum tempo. Primeiramente na condição de bolsista de Iniciação Científica (IC) do projeto de pesquisa intitulado “*Redes Institucionais e Políticas Públicas para um Desenvolvimento Regional Sustentável com Base em Inovações Tecnológicas para a Agricultura Familiar: o caso de Igarapé-Açu*”, ligado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), no período de 2003 a 2004 e, posteriormente, quando da elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC.) apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2006.

Focalizamos em trabalhos anteriores citados acima a territorialidade camponesa no Município de Igarapé-Açu, discutindo, também, a relação existente entre a colônia agrícola e a cidade. A presente pesquisa tem por intuito dar continuidade aos nossos estudos já efetuados na área, porém, enfatizando de forma mais sistemática a relação entre o rural e o urbano. O objetivo é contribuir com elementos qualitativos referentes a essa relação no sentido de que possam, posteriormente, ser considerados no âmbito de uma política pública municipal que busque as especificidades da sub-região aqui destacada.

Destarte, em termos gerais, pretendemos compreender o papel que cumprem os municípios da área de colonização antiga do Pará, mais precisamente Castanhal e Igarapé-Açu, na divisão territorial do trabalho, mediante as ações das políticas públicas e as expressões rural-urbanas relacionadas a esse papel, como já foi dito anteriormente.

Este objetivo geral se desdobra em objetivos secundários que, alcançados, dão subsídios para responder à problemática desta pesquisa:

- a) Identificar os sujeitos sociais produtores da inter-relação entre o rural e o urbano nas colônias agrícolas dos municípios de Igarapé-Açu e Castanhal;
- b) Identificar e analisar projeto(s) pensados por meio de políticas públicas voltadas ao campo, para inserir a área de colonização antiga, especificamente os municípios de Igarapé-Açu e Castanhal em uma nova Divisão Territorial do Trabalho pensada para o espaço paraense;

- c) Analisar as especificidades rurais e urbanas decorrentes do papel desempenhado pelos Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal na produção econômica paraense das últimas décadas.

Para a realização desta pesquisa, adotamos como referencial a teoria da produção social do espaço, desenvolvida por Lefebvre (2001, 2002). Ela consiste em entender o espaço como um produto da sociedade, condição e meio essencial para que a mesma se reproduza em sua dimensão econômica, política e cultural.

Esta concepção sobre o espaço nos possibilita entendê-lo não apenas como substrato material, mas também como produto de relações sociais que remontam temporalidades expressas espacialmente, denotando conteúdos histórico-geográficos específicos, porém articulados. Esses, por sua vez, em nossa pesquisa, referem-se ao urbano e ao rural, ou melhor, à relação entre ambos.

Com efeito, partilhamos da teoria proposta por Lefebvre (2002) que parte da relação dialética entre forma e conteúdo que compõem o espaço no sentido de enfatizar que “o campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, *concentra* não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres” (LEFEBVRE, 2002, p.157 grifo do autor). A relação com a natureza é enfatizada para a diferenciação entre campo e cidade. Dessa maneira, visualiza-se que “o campo é onde a natureza prevalece, a agricultura e outras atividades a modificam, mas não lhe retiram sua prioridade geográfica. Apesar de não ser exterior à natureza, o espaço urbano é mais propriamente produzido” (LEFEBVRE 1986, p. 162).

O autor levanta a tese da “*urbanização completa da sociedade*” (LEFEBVRE, 2002) em seu livro a “Revolução Urbana” cujo corpo teórico se assenta na hipótese de que se estaria em gestação uma “sociedade urbana”, resultante da urbanização completa da sociedade, processo visto como virtual, ou seja, como tendência, mas, que futuramente se apresentaria como real; logo, socialmente materializada. Não obstante essa tendência, considera a possibilidade de resistências de relações rurais enquanto resíduos, apresentados como potencialidades históricas.

Essa mesma perspectiva analítica é elaborada por Santos (2005) no que tange à realidade do Brasil. Esse autor afirma existir um duplo processo: a urbanização da

sociedade e a urbanização do território brasileiro. O primeiro fenômeno se refere à expansão do meio técnico-científico-informacional (2002), ou seja, dos sistemas de objetos informacionais (telecomunicações, sistemas bancários etc.); enquanto o segundo corresponde à maior difusão dos sistemas urbanos que se reproduzem criando novos valores e um novo modo de vida.

Esse processo de urbanização, no entanto, rebete na formação sócio-espacial (SANTOS, 2005b), logo, desenvolve-se desigualmente no espaço, apresentando *nuances* quanto a sua introdução nos lugares, devido a particularidades econômicas, políticas e culturais que podem resistir ou facilitar a propagação de tal fenômeno.

Como pressuposto teórico-metodológico de análise, consideramos o(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual (is) e combinado(s) (HARVEY, 2004) por entendermos que a relação entre o rural e o urbano se dá de forma desigual espaço-temporalmente, mas contraditoriamente articulada. Assim, discutiremos nossa problemática à luz do método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (1973), o qual apresenta os seguintes momentos:

- a) *Descritivo*: o pesquisador deve observar cuidadosamente, sob a lente da experiência e de uma teoria geral, a realidade e utilizar cuidadosamente as técnicas de pesquisa, como entrevistas;
- b) *Analítico-regressivo*: análise da realidade estudada a fim de datá-la corretamente e, assim, comparar as idades das formações sociais;
- c) *Histórico-genético*: estudo das transformações encontradas na realidade estudada, uma vez datada pelo desenvolvimento ulterior (internamente e externamente) e pela sua subordinação às estruturas da totalidade, objetivando uma classificação genética das formações e estruturas, ao longo do processo da totalidade. E, a partir daí, regressar à descrição, para, então, reencontrar o presente, porém, agora devidamente elucidado e explicado.

Para o estudo da área de colonização antiga paraense utilizamos uma amostragem estratificada e de natureza qualitativa. Selecionamos, assim, para estudo os Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, tendo por critério o fato de esses representarem duas realidades sócio-espaciais distintas, mas bastante integradas por meio dos fluxos de mercadorias, pessoas, financiamentos e informações.

No que se refere às colônias agrícolas privilegiadas para a pesquisa, destacamos, em Igarapé-Açu, São Jorge do Jabuti e Porto Seguro; e, em Castanhal, Iracema e 3 de Outubro. Essas realidades foram selecionadas em decorrência das suas origens remontarem ao início do processo de colonização da área pesquisada, possibilitando o entendimento de maneira mais aprofundada das transformações no espaço rural. Também foi utilizada como critério a ação mais incisiva dos projetos de financiamento advindos das políticas públicas estatais e a intervenção de empresas e atravessadores.

No que tange aos procedimentos de investigação, foi desenvolvido de acordo com as etapas que seguem, a saber:

1) Discussão teórico-conceitual a partir de levantamento e análise bibliográfica em que tivemos o cuidado de sistematizar os principais elementos das discussões teóricas a respeito do tema estudado. Elaboramos fichamentos e resenhas no sentido de estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação escolhido e de averiguar o “estado” do conhecimento atual sobre o problema (MINAYO *et alii*, 1994). Nesta fase averiguamos as teorias e as conceituações referentes ao tema da relação rural e urbano, a fim de tentar estabelecer uma interface destas teorizações com a realidade pesquisada, enfocando os Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, para percebermos as suas particularidades.

2) Análise documental acerca de dados secundários referentes ao crescimento demográfico da população rural e urbana, de políticas públicas (financiamentos, infraestrutura etc.), da produção agrícola, dos fluxos de produção, pessoas, dentre outros elementos importantes à área de estudo.

3) Sistematização e análise do referencial teórico da pesquisa desenvolvida, assim como de alguns documentos históricos (relatórios de província), fluxos de imigrantes e principais cultivos produzidos nos Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu.

4) Produção cartográfica referentes às áreas de estudo, com o intuito de localizá-las no território paraense e de espacializarmos os seus respectivos sistemas de objetos, indicando as possíveis transformações das políticas públicas junto ao espaço rural. Objetivou-se demonstrar a organização e a produção sócio-espacial que possibilitará entender e identificar determinadas espacialidades e temporalidades existentes nas áreas pesquisadas, o que permite engendrar maior “complexificação” da relação rural e urbano a partir do avanço do tecido urbano.

5) Observações sistemáticas, por meio das quais restringimos nossa relação com o grupo pesquisado no momento da pesquisa de campo, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos agentes estudados, a partir da observação dos eventos do dia-a-dia dos mesmos (MINAYO *et alii*, 1994), ou seja, nosso trabalho *in loco* foi realizado objetivando coletar as informações necessárias à pesquisa, não intervindo ou participando ativamente na vida diária dos pesquisados. Neste momento da pesquisa coletamos dados primários, obedecendo aos seguintes procedimentos:

5.1 Entrevistas semi-estruturadas que consistem em conciliar entrevistas estruturadas – com perguntas previamente formuladas – e não-estruturadas – em que o informante aborda livremente o tema proposto (MINAYO *et alii*, 1994). Este procedimento metodológico foi aplicado junto aos agricultores e atravessadores das agrovilas. Também foram realizadas entrevistas não gravadas com representantes das instituições locais – Banco da Amazônia S.A, Empresa de Assistência e Extensão Rural do Pará e Secretaria de Agricultura – dos municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, a título de confirmação de informações obtidas em campo. Essas entrevistas tiveram por objetivo perceber as mudanças das formas e dos conteúdos referentes ao urbano e ao rural processadas na área de estudo, assim como permanências inscritas no espaço e no tempo.

5.2 Registros fotográficos que foram importantes no sentido de possibilitar o reconhecimento da paisagem referente ao urbano e ao rural, das formas geográficas (SANTOS, 2002a) específicas das duas realidades, para posteriormente discutirmos os seus respectivos conteúdos sócio-espaciais.

6) Por fim, detivemo-nos sobre a análise dos dados coletados em campo, fazendo a devida correlação e reflexão teórica que culminou com a versão final deste trabalho, que apresenta três capítulos.

No primeiro capítulo, discutimos as principais interpretações acerca dos espaços rurais e urbanos e suas respectivas transformações e inter-relações decorrentes do processo de urbanização. Este se desenvolve em sua esfera material por meio de infra-estruturas (sistemas técnicos, como estradas, energia elétrica etc.). Também focalizamos a dimensão dos valores que se difundem pelo espaço e que concorrem para mudanças significativas na área de estudo privilegiada por nós, já que corresponde a uma área que hoje se apresenta inserida em uma nova divisão territorial do trabalho, o que implica transformações significativas na sua paisagem e em seu conteúdo sócio-espacial.

No segundo capítulo, discorremos sobre a formação sócio-espacial da área de colonização antiga que compreende o espaço entre Belém e Bragança, destacando os Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu. Busca-se perceber as permanências e transformações ocorridas no espaço, para, assim, entender as interações entre as colônias agrícolas e a cidade, desenvolvidas com base nas divisões do trabalho ocorridas na área, especialmente a atual, responsável pela expansão do tecido urbano, pelo menos como tendência.

O terceiro capítulo refere-se à análise dos dados empíricos coletados em campo à luz da linha teórica adotada. Neste sentido, buscou-se interpretar a realidade das colônias agrícolas de Iracema e 3 de Outubro, localizadas em Castanhal, e de São Jorge do Jabuti e Porto Seguro, pertencentes a Igarapé-Açu. Observamos as implicações das políticas públicas desenvolvidas para a área agrícola dos municípios destacados no sentido de dotá-los de condições mínimas para participarem da nova divisão territorial do trabalho em que se inserem, especialmente no que tange ao Nordeste Paraense. Neste contexto, as colônias

começam a se especializar em determinados cultivos, voltados, sobretudo, ao mercado regional, nacional, e, em alguns momentos, internacional. Desenvolvem-se, a partir daí, outras relações, agora marcadas por um sistema de valores cada vez mais urbano, principalmente em decorrência das interações constantes com a cidade, o que rompe sociabilidades mais próximas que, embora permaneçam, apresentam-se menos intensas.

# CAPÍTULO 1

## **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO: DA DUALIDADE À INTER-RELAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL**

### 1.1 DA OPOSIÇÃO À INTER-RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E O CAMPO: NOTAS PRELIMINARES

A discussão sobre a cidade e o campo embora muito debatida constitui-se um tema controverso, pois há diversas interpretações, principalmente no que se refere à relação entre essas duas realidades, visto que ora são apresentadas enquanto pólos opostos com elementos materiais e valores culturais distintos, ora se apresentam como um *continuum*, com articulações econômicas, políticas e culturais, salvaguardando-se algumas especificidades.

Segundo Williams (1989), tanto a cidade quanto o campo compreendem realidades em plena transformação em si mesmas e nas inter-relações que estabelecem entre si. Entrementes, a oposição entre ambas persiste:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – paz, inocência e virtudes simples. À cidade associa-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989, p. 11).

Assim, o campo e a cidade, embora compreendendo realidades de constante interação, principalmente no contexto atual, ainda hoje são expressos pela dualidade, por um sistema de relações sociais contrastantes, favorecendo a criação de uma imagem semelhante à criada por Peixoto (2006), autor que, ao discutir a cidade dos tempos atuais, apresenta como sua principal característica a “passagem”, isto é, o seu ritmo pulsante e frenético de transformação constroem uma paisagem que, em sua interpretação, é própria do não-lugar; o desenraizamento é a sua condição em função de sua fugacidade e intensidade de reformulação. Assim, a cidade pode se configurar como paisagem. Neste

sentido, é contrastante ao que denomina de *domus* que compreende um espaço e um tempo comum:

É isso que constitui o lugar. Um espaço-tempo doméstico, compartilhado por todos, onde cada um encontra o seu lugar e seu nome. Sob o regime da natureza, dotado de ritmo e rima. Aqui o passado é cultivado, as palavras alimentam as histórias – a narração. A comunidade cultiva a morada, a obra comum é o *domus*. A cidade, ao contrário, é uma outra regulação do espaço e do tempo. Sob o ritmo da informação e dos transportes, ela só conhece o domicílio, a memória do arquivo anônimo (PEIXOTO, 2006, p 522).

O autor não está preocupado em estabelecer uma comparação entre o campo e a cidade e, sim, entre um espaço-tempo em que encontramos o lugar, o enraizamento, e a cidade atual, caracterizada pelo desenraizamento. Entretanto, essa comparação pode ser transposta para o nosso estudo acerca da relação campo-cidade cujas representações podem se aproximar daquelas descritas por Peixoto (2006). Desta forma, o campo corresponderia ao *domus*, enquanto a cidade à paisagem, como comumente fazemos.

Ao recorrermos ao dicionário, essa polarização igualmente se anuncia. Segundo o dicionário Ferreira (2004), o substantivo cidade advém do latim *civitate* e compreende um complexo demográfico formado socialmente e economicamente por uma significativa aglomeração populacional que não exerce atividade agrícola, dedicando-se a outros afazeres, tais como: comércio, indústria, finanças, cultura etc. Por outro lado, o campo tem sua origem do latim *campu* e é descrito como uma realidade cujo terreno é extenso, com a presença ou não de matas e árvores. Seu destino oscila entre a pecuária e o cultivo agrícola e sua área é distante do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades.

No que tange ao significado do conteúdo destes espaços, o mesmo dicionário nos faz a seguinte afirmação acerca do urbano: do latim *urbanu* compreende um adjetivo relativo à pessoa moradora ou pertencente à cidade; também figura imagem de um indivíduo que é cortês, afável, civilizado. O adjetivo rural vem do latim *rurale*, concernente à pessoa relativa ou pertencente ao campo, trabalhador agrícola. A esse sujeito é atribuído o valor de rústico, rude, grosseiro, tosco e simples.

O dicionário de sociologia de Boudon *et alii* (1990) faz a seguinte referência aos termos urbano e rural. O primeiro corresponde ao espaço da cidade, descrita como uma realidade em que é possível identificar uma concentração durável e relativamente densa de

peças em um espaço delimitado, cujos limites na Idade Média eram feitos por muralhas que separavam a cidade do campo, mas que na sociedade moderna são mais flexíveis e mutáveis. Completa que, atualmente, essa aglomeração humana leva, geralmente, a um maior desenvolvimento e complexificação da divisão do trabalho. Assim, há o aumento e complementação de funções econômicas e profissionais, além de uma maior diversificação dos estatutos sociais e das relações de classe das quais derivam muitas “lutas urbanas” entre as classes dominantes e as dominadas. Neste sentido, o século XX vive um grande processo de urbanização, compreendido pela maior proliferação do tecido urbano e de sua densidade, mais comum nas grandes cidades.

Ao rural, segundo o autor (op. cit.), estão ligados conteúdos sociais próprios do campo. Nesse espaço, o que define sua realidade seria a diversidade na unidade. A diversidade se verifica na grande variedade de paisagens naturais e de estruturas de exploração social existentes; mesmo com a modernização do campo estas diferenças permaneceriam. Já a unidade se manifesta em virtude do fundamento das sociedades rurais ser o mesmo em toda parte, ou seja, a exploração familiar, havendo uma íntima relação entre a empresa agrícola e a família camponesa.

Williams (2007), em seu livro “Palavras-chave: um vocabulário da cultura e sociedade”, retoma a etimologia da palavra cidade e a sua compreensão ao longo da história. Neste sentido, afirma que ela existe no inglês desde o século XIII, mas o seu uso moderno, isto é, qualificando grandes cidades, ou distinguindo áreas urbanas de rurais, ou do campo, data do século XVI. Este fato ocorre principalmente em função da crescente importância que a vida urbana vai assumindo a partir do século XVI e, em especial, a partir da Revolução Industrial – século XVIII –, responsável por deflagrar a primazia da Inglaterra neste período, o que a tornou a primeira sociedade da história mundial a possuir a maior parte da população nas cidades, destacando-se nesse cenário Londres.

A etimologia da palavra cidade (*city*) advém do francês antigo *cite* e da palavra latina *civitas* que não denominava a cidade no sentido moderno, pois este sentido era manifestado pelo vocábulo *urbs*. Deste modo, *civitas* correspondia a um substantivo geral derivado do latim *civis*, referenciando o cidadão cujo significado se aproxima da expressão

moderna “nativo”<sup>2</sup>. Posteriormente, a partir de um longo período, a palavra *civitas* começou a designar a principal cidade de um Estado ou, eclesiasticamente, a cidade sede de uma catedral. De forma geral, o termo cidade (*city*) era usado no século XVI para referenciar Londres. No século XVII o uso da palavra cidade tem em vista evidenciar os contrastes entre cidade e campo. Já no século XVIII corresponde ao centro financeiro e comercial, localizado inicialmente em Londres, mas expandido de modo crescente pelo mundo. Entretanto, a cidade enquanto uma ordem de assentamento específica e com um modo de vida distinto, ou seja, como um termo ligado a lugares ou formas administrativas particulares e de vida urbana em grande escala, só ganha concretude a partir do século XIX (WILLIAMS, 2007).

Ainda segundo Williams (2007), campo advém da palavra inglesa *country*, denominando tanto terra nativa (país, pátria) quanto zonas rurais ou agrícolas (campo). Essa última acepção é que nos interessa. Historicamente, a expressão *country* advém do latim medieval *contrata* e da palavra latina *contra* (contra), referenciando *contrata terra*, isto é, terra localizada em frente ou do lado oposto. Um primeiro significado atribuído à expressão *country* é de extensão de terra que se estende diante de um observador. Com efeito, o termo *contrata* foi passado para o inglês a partir do francês antigo *cuntrée* e *contrée*. No século XIII, possuía o sentido de terra nativa e no século XVI correspondia a áreas distintamente rurais, momento em que a expressão campo (*country*) fora usada em oposição à cidade, motivada pela expansão da urbanização. A partir do século XIX, surge o vocábulo originário da Escócia *countryside* (campo) para se referir às áreas rurais e a um conjunto de vida e da economia rural.

---

<sup>2</sup> O uso da palavra nativo anteriormente ao século XVI tinha um caráter positivo, pois referenciava a origem, a naturalidade de uma pessoa, mas com a conquista colonial implementada pelos europeus, a designação nativo passou a ter um sentido pejorativo, identificando aquele que era servo, escravo, nascido na servidão, ou ainda o não-europeu, ou seja, sujeitos inferiores de um lugar e submetidos a uma ordem econômica e política estrangeira. Atualmente, é possível encontrar referências ao termo nativo significando o lugar de origem ou a própria pessoa (WILLIAMS, 2007).

## 1.2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESPAÇO

A dualidade entre campo e cidade, rural e urbano formou-se ao longo da história e permeia ainda hoje análises e concepções sobre as duas realidades sócio-espaciais. Mas, como definir o campo e a cidade? Esses dois espaços ainda hoje podem ser analisados em separado?

Estas questões permeiam a nossa análise na medida em que devemos entender os papéis que cumprem tanto o campo quanto a cidade na divisão territorial do trabalho atual, especialmente na área de pesquisa, ou seja, nos Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, visto que ao longo do processo histórico-geográfico dessas referências espaciais, as suas respectivas colônias agrícolas vêm desenvolvendo um intercâmbio diferenciado com as cidades próximas.

No período de funcionamento da Estrada de Ferro Bragança essas áreas deveriam abastecer Belém com cultivos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha e milho). Desempenharam esse papel na região Bragantina até, aproximadamente, a primeira metade do século XX. Posteriormente, com a introdução de outros sistemas técnicos (estradas, serviços de telecomunicação etc.) e o desenvolvimento de outra lógica produtiva, as interações campo e cidade aumentaram significativamente, estabelecendo-se conexões em escalas nacionais ou mesmo internacionais a partir da venda de plantios destinados a esses mercados. Elevaram-se exponencialmente as interações espaciais desenvolvidas na área, tanto entre as colônias e as sedes municipais quanto em relação à capital paraense e as cidades de outros Estados brasileiros.

Nesse processo sócio-espacial, houve o subjugo do campo pela cidade. A metamorfose que perpassou a relação entre essas duas realidades é de suma importância para compreendermos as condições históricas e geográficas que possibilitaram não a oposição entre ambos, mas as suas crescentes interações. Tem-se, assim, uma totalidade dialética cujas contradições – manifestadas na divisão do trabalho social e técnico, no desenvolvimento das forças de produção etc. –, oriundas do movimento da sociedade atual, permitem a inter-relação entre eles, marcada pelo conflito, pela degeneração de relações sociais antigas, como o campesinato ou a recomposição destas sobre novas bases econômicas e políticas.

Esse processo referente à relação campo e cidade, rural e urbano foi analisado por Lefebvre (1973; 2001; 2002) que, diferentemente de Marx e Engels (2007), buscou entender a re-organização espaço-temporal do campo e da cidade ao longo da história, mas lançando uma hipótese na realidade atual: *a urbanização completa da sociedade*. Esse autor denomina de sociedade urbana aquela resultante da urbanização completa que, embora hoje se apresente virtual, no futuro se projeta enquanto real.

No entanto, antes de se chegar à sociedade urbana, há que se fazer um percurso por quatro fases não lineares, já que são marcadas pelas continuidades e descontinuidades do processo histórico que as precedem, quais sejam: *a cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial* e, finalmente, a zona crítica. Essas, por sua vez, ajudam-nos a entender a complexidade da vida social hoje.

De acordo com a hipótese de Lefebvre (1973; 2002), uma sociedade urbana só se materializa e se concretiza em realidades em que se desenvolveu a industrialização, pois é quando ocorre o subjugo total do campo em relação à cidade e a dominação e subordinação da produção agrícola ao urbano, fazendo desaparecer grupos tradicionais, como os camponeses, absorvendo-os e integrando-os à sociedade global e urbana, a partir da expansão crescente do tecido urbano, definido pelo autor da seguinte maneira:

[...] Ele [tecido urbano] é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção de modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 11-12).

Neste sentido, as relações urbanas avançam sobre o campo, tanto materialmente, por meio das instituições – associações e/ou cooperativas capitalistas –, dos objetos técnicos – eletrificação, parabólica, televisão, dentre outros –, e dos fluxos de produtos, de pessoas e

dinheiro-capital –; e não materialmente, a partir da veiculação de valores, relações de sociabilidade e consumismo.

Essa perspectiva analítica nos permite entender que a realidade social de hoje não está pautada em uma oposição entre campo e cidade, uma vez que da dominação do primeiro sobre segundo, no âmbito político, comercial e na capacidade de geração de riqueza, origina-se uma terceira dimensão na relação existente entre eles. Ela se materializa no tecido urbano que constitui a síntese das duas realidades sócio-espaciais. Desse modo, “a substantivação do qualitativo urbano, representando a realidade urbano-industrial atual, passa assim a significar o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo” (MONT-MÓR, 2007, p. 99).

No entanto, devemos questionar a validade desta teoria para realidades em que a industrialização não foi o indutor da urbanização, como, por exemplo, a Amazônia (TRINDADE JR., 1997), ou ainda, em áreas em que a própria modernização se desenvolve de maneira precária, como é o caso das áreas desta pesquisa. Neste caso, devemos levar em consideração a formação sócio-espacial de forma a compreender o desenvolvimento da urbanização, elemento que será discutido posteriormente.

Tecidas essas considerações, pode-se dizer que, de um modo geral, a perspectiva analítica de Lefebvre (2002) coloca em xeque as tentativas de entender a cidade e o urbano contrapondo-os ao campo e ao rural, delineando critérios de diferenciação, ou elencando características essenciais da cidade, quase sempre amparadas por definições quantitativas, como demonstrou Capel (1975), ao discutir as teorias existentes acerca do tema. O autor explica que as principais acepções de cidade levam em conta o tamanho e a densidade populacional; a forma e a aglomeração populacional; as funções econômicas não agrícolas e a forma de vida, marcada pela concentração demográfica em aglomerações urbanas, elementos que consideram, em certa medida, apenas o nível da paisagem.

Para Santos (2002a), a paisagem corresponde ao conjunto de formas que em um determinado momento exprimem reminiscências do passado, representativas de sucessivas relações sociais situadas entre o homem e a natureza. Caracteriza-se, igualmente, por ser transtemporal, coadunando objetos tanto do passado quanto do presente. Com efeito, cada paisagem apresenta uma distribuição de formas-objetos que contêm um conteúdo técnico

próprio e não mudam de lugar, mas podem ter sua função (econômica, política e simbólica) alterada.

Assim, a paisagem é a materialização dos processos sociais, a aparência concreta desses; compreende o nível do visível. Ela não denota as relações sociais, porém corresponde às formas espaciais, aos objetos técnicos que assumem, atualmente, um grau de artificialidade cada vez maior produzidos pelo homem, por meio do trabalho social. Embora apresente certa estaticidade, podemos, a partir dela, extrair “todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem” (CARLOS, 1994, p. 48). Em outras palavras:

É produzida e justificada pelo *trabalho* considerado como *atividade transformadora* do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos etc. (CARLOS, 1994, p. 48).

Nessa perspectiva, a paisagem é um ponto de partida para a investigação das dinâmicas sociais, pois suas formas revelam temporalidades diversas, ritmos diferentes que indicam o momento histórico em que foram produzidas e o seu nível de desenvolvimento tecnológico. Como se fosse uma “impressão digital” temporal (CARLOS, 2004).

Neste sentido, discutir acerca do campo e da cidade implica entendermos essas realidades para além de sua dimensão aparente (paisagem), ou seja, devemos considerar também a sua essência, correspondente às relações sociais que animam e dão vida às formas geográficas, isto é, o espaço.

Entendemos o espaço como categoria central em nossa análise, assim, cabe uma reflexão sobre os elementos concernentes ao mesmo, isto é, devemos defini-lo com o intuito de expressarmos melhor a concepção dessa categoria neste trabalho.

Lefebvre (2001, 2002) define espaço como *produto, condição e meio* das relações sociais, ou seja, ele é produzido pela sociedade e produzido a partir dela, logo, constitui-se o meio de realização de suas relações, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, do mesmo modo que as condiciona – um condicionamento *relativo*, pois não há um “determinismo geográfico”. Dessa maneira, o espaço é mediado por indeterminações e contingências históricas e pelos conflitos sociais. Para este autor, o espaço deveria ser

entendido não apenas como um receptáculo, uma localização, onde se processam as relações sociais, mas como um agente, que “reage” sócio-materialmente. Assim, de acordo com Gottdiener (1997), o espaço, para Lefebvre (op. cit.), constitui um meio de produção, e, também, um elemento das forças produtivas.

Portanto, existe uma relação interdependente entre espaço e sociedade; neste sentido, produz-se socialmente o espaço, ou melhor, o espaço geográfico, como assevera Carlos (1994, p.33):

O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. O trabalho, como atividade do homem, tem um caráter intencional e voluntário, o que implica a transformação do objeto em algo apropriado; o processo produtivo é assim um processo de produção concreta, nascida do trabalho; uma resposta do homem as suas necessidades. A satisfação das necessidades de sobrevivência do homem e da reprodução da espécie coloca-se como a condição do processo histórico.

Santos (2004a), por sua vez, propõe a análise do espaço geográfico levando em consideração três elementos:

1. **Espaço enquanto fato social:** este se constituiria enquanto fato social devido a sua *objetividade*, isto é, por sua produção ser coletiva. Origina-se das relações sociais gerais e não da percepção de cada indivíduo; ele se define pelo conjunto, condicionando-o. Neste sentido, ele apresenta uma feição material, pois cristaliza em suas formas espaciais as relações sociais, condicionando-as também. Ele é materialidade e existe fora do sujeito;
2. **Espaço enquanto fator social:** o espaço é um produto social que reproduzirá em suas formas geográficas as feições, características e determinações da sociedade que o produziu, adquirindo uma organização que materializa essas relações sociais; logo, participa da reprodução daquelas, condicionando-as, fazendo com que se reproduzam suas principais “linhas de força”;

3. **Espaço enquanto instância social:** esta última característica, que é ontológica, fundamenta-se no entendimento de que o espaço se constitui uma estrutura social, uma vez que condiciona e é condicionado, subordina e é subordinado nas relações sociais, pois uma dada relação (econômica, cultural, política), ao se instalar no espaço, não pode deixar de considerar as condições geográficas preexistentes. Participa, deste modo, ativamente da realidade social. A organização espacial apresenta, também, uma forma resultante de múltiplas determinações manifestas pela história, logo, revela-se como uma *inércia dinâmica*, à medida que essas formas geográficas são resultado, condição e meio de realização dos processos, denotando uma perspectiva ativa do espaço, que possui uma autonomia relativa assim como as outras estruturas sociais.

Em conformidade com as características expressas acima, Santos (2002a) define o espaço geográfico como um sistema de objetos e um sistema de ações interdependentes, dialeticamente articulados:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002a, p.63).

Essa concepção de espaço nos permite compreender que a realidade social se geografiza, isto é, possui uma expressão espacial de suas relações econômicas, políticas e culturais, não no sentido de localização, mas de processos sociais que produzem organizações sócio-espaciais próprias, mas, ao mesmo tempo, articuladas. Essas, por sua vez, materializam-se em formas-conteúdo (SANTOS, 2002a), ordenadas de acordo com uma determinada racionalidade.

Em nosso trabalho, essas formas se referem ao campo e à cidade, cujas paisagens, em geral, apresentam diferenças. Enquanto o campo possui uma expressão mais “natural”, em virtude da produção agrícola, pecuária e extrativista, além de uma maior dispersão

populacional e de infra-estrutura (casas, colégios, eletrificação, unidades de saúde etc.), a cidade é mais artificializada, em função da concentração de infra-estrutura e maior imersão do meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002a). Isso pode ser observado nas realidades que pesquisamos as quais descreveremos a seguir. Começemos pelo Município de Igarapé-Açu.

O município referido se subdivide em sede municipal, correspondente à cidade, de porte pequeno, com aproximadamente 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) habitantes (IBGE, 2000). Apresenta também colônias agrícolas interligadas à sede. Essas colônias perfazem um total de 43 (quarenta e três) e têm 12.911 (doze mil novecentos e onze) habitantes (IBGE, 2000).

No que se refere à cidade, observamos que as casas, em sua maior parte, são de alvenaria, dispendo-se muito próximas umas das outras e, comumente, possuem quintais ou mesmo reduzidos lotes com plantações, além de pequenos comércios, os quais provavelmente complementam a renda familiar.

A sua organização espacial ainda apresenta traçados oriundos do período inicial de sua colonização, momento em que, na condição de núcleo Jambú-Açu, apresentava-se dividida em “travessas”, orientadas em função da estrada de ferro (Estrada de ferro Belém-Bragança). Eram dispostas paralelamente a ela pelo fato de constituir-se o principal meio de circulação e escoamento da produção dos colonos locais na época (1897-1965). Além de disso, possibilitava a venda de produtos agrícolas, por parte dos agricultores, para os viajantes do trem, durante a parada para o almoço. Entretanto, essa estrada-de-ferro foi desativada no início da década de 1960, sendo construído no local por onde a linha do trem passava a avenida principal da cidade, a Avenida Barão do Rio Branco, em cuja margem se concentram hotéis, supermercados, lojas, açougues, bancos (Banco do Brasil e o Bradesco), farmácias etc. (MIRANDA, 2006).

As colônias agrícolas, por sua vez, distam, em média, 40 (quarenta) a 60 (sessenta) minutos da sede municipal. O acesso a elas se dá por meio de ônibus que, diariamente, trafegam, uma vez ao dia, em direção às mesmas, atravessando pequenas estradas silenciosas, encobertas pelas matas ou pelas copas das árvores que produzem uma aparência de estaticidade e homogeneidade. Essas qualidades são reforçadas pela brisa silenciosa que por entre as árvores desliza, levantando a poeira seca do chão de terra batida

em que repousa uma leve faixa de areia transportada da última chuva, misturada agora com o laterítico,<sup>3</sup> formador da piçarra dessa estrada.

Imediatamente, nossas narinas são invadidas pelos resíduos presentes no ar quente dessas estradas. Eles se misturam à relva ressequida e com o brilho intenso de um início de tarde que no solo reflete uma luz intensa da qual nos protegemos franzindo a testa, numa fuga de sua luz ofuscante. Sua diversidade e dinamicidade, ou melhor, seu tempo sócio-espacial ocorre não nessas margens, como ao longo das rodovias e, sim, no interior daquelas, nos lotes de terras onde os pequenos agricultores cultivam os mais variados produtos, criam animais e produzem sua vida, sua cultura, sua história, seu espaço singular, numa íntima relação com a terra (MIRANDA, 2006). Em determinados pontos dessas estradas encontramos pequenas colônias<sup>4</sup>, com uma relativa aglomeração de casas, as quais adentram a mata, refugiando-se à sua sombra; e terrenos destinados, em geral, à agricultura.

Castanhal, por sua vez, apresenta a mesma subdivisão municipal, mas sua configuração é distinta. A cidade (sede do município), demograficamente possui 121.249 (cento e vinte e um mil e duzentos e quarenta e nove) habitantes (IBGE, 2000). Apresenta um grau de tecnificação mais elevado dada a presença de indústrias de transformação (221), do comércio mais desenvolvido – reparação de veículos automotores, de objetos pessoais e domésticos (1.374) e alojamentos e restaurantes (49) (IBGE, 2000). De outra parte, apresenta um incipiente adensamento vertical, elementos que nos possibilitam entendê-la como uma cidade de porte médio.

Seu espaço rural apresenta uma diferença substancial, em termos demográficos, em relação à cidade, pois possui 13.247 (treze mil, duzentos e quarenta e sete) habitantes (IBGE, 2000), isto é, aproximadamente, 9 (nove) vezes menos o total da população urbana.

Nessas colônias ainda podemos observar o desenvolvimento da agricultura camponesa<sup>5</sup>. Há também uma considerável quantidade de fazendas, além da atuação de

---

<sup>3</sup> Corresponde à designação dada aos solos de coloração avermelhada, típicos das zonas quentes e úmidas.

<sup>4</sup> O termo colônia é utilizado por ser esta a denominação empregada pelo Estado paraense as áreas agrícolas que eram criadas ao longo da Estrada de Ferro Bragança. A denominação ainda hoje é utilizada pelos agricultores locais, embora oficialmente muitas se chamem de agrovilas, a exemplo da agrovila 3 de Outubro, Iracema, Porto Seguro e São Jorge do Jabuti.

<sup>5</sup> Esta se caracteriza pela produção familiar em lotes de terra, em média de 25 ha, cujas atividades são divididas entre os próprios membros da família, os quais possuem a propriedade da terra e desenvolvem um *mercado de excedentes* (MARTINS, 1997), em que a produção anseia principalmente a sobrevivência deste núcleo familiar.

empresas extrativistas, a exemplo da Palmasa Ltda, também encontrada em Igarapé-Açu. Essa diferença, do ponto de vista da paisagem, embora ainda se reproduza em nossa área de estudo, apresenta sua diminuição em outras realidades, devido à modernização do campo, possibilitando a emergência, de modo mais acentuado, do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002a).

O trabalho de Elias (2006), ao discutir o agronegócio, atualmente, na região Nordeste, retrata a criação de cidades voltadas a essa atividade, isto é, espaços urbanos que foram produzidos para se adequarem às demandas e dinâmicas da agroindústria, principalmente da soja e de frutos regionais, o que engendra processos de periferização e favelização nas mediações do campo onde este ramo da economia globalizada se instala, apresentando formas predominantes nas grandes cidades brasileiras, além do alto grau de artificialização que esse espaço apresenta hoje.

Essas formas espaciais por si só não explicam a realidade, no máximo permitem a sua descrição, como foi feito acima, pois não exprimem as relações que nelas/delas se desenvolvem. Por este motivo não devemos separar os respectivos conteúdos destas formas. Entretanto, para efeito de sistematização de nossa análise, estamos apresentando-as em separado.

Os conteúdos predominantes no campo e na cidade, *a priori*, são, respectivamente, o rural e o urbano. Ao primeiro, em geral, é atribuído um modo de vida ritmado por um tempo mais vinculado aos ciclos da natureza, não no sentido de um determinismo natural, mas as relações sociais são influenciadas por ela, devido a menos tecnificação e modernização que o campo possui, além de sociabilidades mais próximas, ou seja, há uma relação de cooperação e de ajuda mútua entre as pessoas, o que produz um espaço banal, de relações orgânicas, como assinala Santos (2002a).

O segundo possui relações cada vez mais ritmadas pela racionalidade do mercado cujo tempo é cronológico. Buscando disciplinar o espaço, instaurando um modo de vida cujas relações são distantes, fugaz. O encontro, nesse contexto, reduz-se a um passar pelo outro, não sendo mais mediado pelas narrativas, pelo conhecer o outro, ao contrário, esse encontro é cada vez mais evitado.

Esses conteúdos, embora estejam dispostos como separados e antagônicos, ou mesmo como produtos de formas espaciais específicas, estabelecem uma relação dialética

entre si. Deste modo, observamos que mesmo no campo há a difusão do conteúdo urbano, caracterizado pela sua tecnificação, estimulando tempos sociais mais mecânicos e externos à própria lógica local, principalmente em áreas em que o agronegócio se estabelece, como aponta o trabalho de Elias (2006). Mas, também, visualizamos este processo por meio do que Santos (2002a) denominou de *psicosfera*, isto é, valores urbanos são veiculados no campo sem, necessariamente, haver uma total tecnificação; e, sim, por meio de elementos outros, como a televisão, que difunde uma apropriação mais consumista do espaço.

Por outro lado, também podemos ter a reprodução do rural nas cidades, como demonstrou o trabalho de Lima (2003), ao estudar determinados bairros de Imperatriz (Maranhão) em que havia a recriação de laços de sociabilidade entre os membros dos bairros cuja relação com a terra era econômica, no sentido de que muitos produziam para vender em feiras próximas, mas, igualmente, sócio-cultural, pois uma parte da produção era de uso comum, possibilitando uma relação mais próxima e de divisão do que era plantado bem como de ajuda mútua e cooperação entre eles.

Desta feita, as formas-conteúdos em nosso estudo, quais sejam, cidade-urbano, campo-rural são trabalhados de maneira interdependente cuja articulação dialética proporciona a manifestação desigual dos mesmos, em função da contradição em que essas formas-conteúdo interagem.

Neste sentido, entendemos que a relação entre o rural e o urbano se desenvolve desigualmente no espaço-tempo, pois a formação econômico-social das realidades sociais denota diferenciações de espaços e de tempos. Assim, antes de discutirmos o desenvolvimento desigual e combinado do urbano e do rural, discutiremos a noção de formação econômico-social.

Martins (1996), ao discutir o pensamento lefebvriano acerca de Marx, discorre sobre essa noção que carrega o objetivo de indicar o tempo das relações sociais, pois embora “nascidas” em momentos históricos diferentes, coexistem entre si assimetricamente numa relação de “descompasso e desencontro”. Nesta perspectiva, “a lei da formação econômico-social é a *lei do desenvolvimento desigual*: “Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, 1996, p. 17). Lefebvre, ao retomar Marx (MARTINS, 1996), encontra uma relação entre o espacial e o temporal,

sugerida nos textos marxianos, mas é ele próprio que a desenvolve com maior profundidade. Sua interpretação sobre a noção de formação econômico-social se distancia e se alarga em relação à visão marxista de caráter economicista:

Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas (MARTINS, 1996, p. 19).

Esta visão de Lefebvre, apropriada por Martins (1996), abre várias possibilidades quanto ao desenvolvimento desigual (e combinado) do tempo (história) e do espaço (geografia), pois esse último materializa as temporalidades coexistentes e provenientes de relações sociais de momentos diversos.

Essa perspectiva é coadunada por Harvey (2004), ao propor uma análise da realidade contemporânea a partir do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual (is), e Santos (1977, p. 87-88, grifos do autor), ao entender que “as relações entre espaço e formação social (...) se fazem num espaço *particular* e não num espaço *geral*, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Essa formação sócio-espacial produz uma diferenciação espaço-temporal que implica o desenvolvimento desigual do processo de “urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 2002) e da “urbanização do território” (SANTOS, 2005a), visto que possibilita a (re) criação de múltiplos espaços-tempos, mesmo em condições subalternizadas ou residuais, como é o caso do rural na Amazônia. Neste contexto, a perspectiva espacial de Massey (2004) se torna fundamental para entendermos a complexidade que envolve a relação rural e urbana. A autora propõe três elementos centrais

sobre como o espaço pode ser conceituado, prolongando a própria definição de Santos (2002a, 2004) discutida anteriormente:

1. **O espaço é um produto de inter-relações:** ele é constituído e constitui uma gama de interações sociais que vão desde a escala global até a do lugar, por exemplo.
2. **O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade:** o espaço é a condição necessária para a existência da multiplicidade e desta resulta o espaço, logo, são co-constitutivos. Neste sentido, é no/por meio do espaço que a pluralidade de vozes e trajetórias (históricas/geográficas) coexiste.
3. **O espaço é sempre um devir:** ele está sempre sendo re-feito, ou seja, por ser produto de inter-relações estabelece conexões ainda por se realizarem, as quais também podem vir a não se estabelecer; logo, não é um sistema fechado, ou uma simultaneidade completa de interações; e, sim, um devir constante.

Posto isso, observamos que a produção do espaço, por meio das inter-relações, é a expressão e a condição da multiplicidade cujas interações sociais, em várias escalas geográficas<sup>6</sup>, estão sempre abertas, denotando múltiplos espaços-tempos imbricados, interdependentes, a exemplo daqueles produzidos pela complexa interação rural e urbano, cuja expressão se realiza desigualmente.

Como nossa pesquisa se realiza nas colônias agrícolas, especificamente nos municípios de Igarapé-Açu e Castanhal, faz-se necessário discutir o processo de urbanização do campo e o seu desenvolvimento desigual.

---

<sup>6</sup> Cada recorte relacionado a uma escala implica, necessariamente, a construção de “unidades de concepção”, que não têm necessariamente o mesmo tamanho ou a mesma dimensão, mas que colocam em evidência relações, fenômenos, fatos que em outro recorte não teriam a mesma visibilidade” (CASTRO, 2005, p. 135).

### 1.3 A EXPANSÃO DO URBANO NO CAMPO E A COMPLEXIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE, RURAL-URBANO

O urbano, conforme discutimos anteriormente, tende a assumir a totalidade da vida social, a se universalizar. Neste sentido, a sociedade urbana não se refere apenas à vida na cidade; ao contrário, surge da explosão dela, a partir da intensa urbanização, transcendendo-a, emergindo no campo, corroborando para a desarticulação de grupos tradicionais, a exemplo dos camponeses cujas relações se dobram sobre si, embora não desapareçam por completo.

Assim, o urbano corresponde a um modo de produzir, consumir, pensar, sentir, constituindo-se um modo de vida. Contudo, é na materialização da divisão espacial do trabalho que emergem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (CARLOS, 1994).

Monte-Mór (2007), pautado da teoria de Lefebvre (2002), afirma que a sociedade atual estaria se urbanizando, isto é, caracterizar-se-ia por uma “*urbanização extensiva*”, pelo fato de o *tecido urbano-industrial*<sup>7</sup> se estender para além das cidades, difundindo-se no campo e nas regiões. Esse processo se acelera no Brasil devido às transformações nos setores industrial, financeiro e de serviços que necessitavam de um suporte urbano, portanto, a urbanização está atrelada às leis da acumulação capitalista (CARLOS, 1994).

A análise do urbano, igualmente, revela a relação espaço-tempo, isto é, um tempo que se confunde com o tempo produtivo onde transparecem ritmos que, relacionados à racionalidade do trabalho, estabelecem-se em uma prática sócio-espacial que desvela o espaço opressivo e repressivo. Essa expansão da reprodução que se universaliza possibilita a criação de um sentido outro para as relações sociais em um nível maior em que, “as leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural) descrito por Marx, portanto, cega e espontânea; para se tornar cada vez mais constrangedoras sob uma cobertura contratual” (CARLOS, 2004, p. 31).

Lefebvre (1973), ao discutir a cidade e o urbano (ou ainda, os problemas urbanos, relativos à habitação, por exemplo), lança mão de dois conceitos: *apropriação* e

---

<sup>7</sup> Para este autor, o tecido urbano-industrial corresponde à síntese da relação campo-cidade, visto que se trata de “uma sociedade urbanizada a partir da industrialização e do equipamento do espaço, de uma virtualidade planetária, de um espaço social penetrado por uma *práxis* que nasce na cidade, mas que se expande pelo espaço social como um todo” (MONTE-MÓR, 2007, p. 99 grifos do autor).

*dominação*, referentes à forma como se desenvolvem as relações sociais no espaço, neste sentido, para ele:

El concepto de apropiación es uno de los más importantes que nos hayan podido legar siglos de reflexión filosófica. La acción de los grupos humanos sobre el medio material y natural tiene dos modalidades, dos atributos: la dominación y la apropiación. Deberían ir juntas, pero a menudo se separan. La dominación sobre la Naturaleza material, resultado de operaciones técnicas, arrasa esta Naturaleza permitiendo a las sociedades sustituirla por sus productos. La apropiación no arrasa, sino que transforma la Naturaleza – el cuerpo e la vida biológica, el tiempo y el espacio dados – en bienes humanos. La apropiación es la meta, el sentido, la finalidad de la vida social. Sin la apropiación, la dominación técnica sobre la Naturaleza tiene a lo absurdo, a medida que crece. Sin la apropiación, puede haber crecimiento económico y técnico, pero el desarrollo social propiamente dicho se mantiene nulo (LEFEBVRE, 1973, p. 164-165).

Para este autor, a *dominação* e a *apropriação* correspondem a um aspecto da vida social (*práxis*). A primeira se refere ao valor de troca que se estabelece com o espaço e a segunda, ao valor de uso. Entretanto, ao longo da história, cada vez mais a *apropriação* vem cedendo lugar à *dominação*, a exemplo da cidade antiga e medieval, em que houve uma *apropriação* espontânea, limitada, mas concreta, do espaço e do tempo, os quais se assemelham a uma obra de arte. A partir da cidade moderna, por meio do planejamento urbano amparado por uma racionalidade de exigências quantitativas, geométricas e matematizadas do crescimento urbano, a *dominação* do espaço foi ganhando mais corpo e disseminação.

No que tange à urbanização do campo, Clout (1976) assevera que, na realidade da Grã-Bretanha, há um conjunto de elementos que são responsáveis por este processo. Para o autor, o incremento da riqueza, a eficiência do transporte público e o aumento da proporção de veículos particulares contribuíram para que um número crescente de habitantes da cidade elegeisse o campo ou áreas específicas deste para viver mesmo trabalhando, estudando, consumindo e utilizando os serviços da cidade. Completa que também contribuiu para essa urbanização a questão do operário-campeano, membros das famílias camponesas que viajam em direção à cidade para trabalhar, mas que continuam morando em suas casas no campo, gastando parte do seu tempo trabalhando em suas propriedades. Assinala, ainda, que o movimento de habitantes da cidade em direção ao campo com o objetivo de

divertimento, tanto nas férias quanto aos finais de semana, são também mecanismos de difusão de valores urbanos que engendram mudanças nas atitudes e nos pontos de vistas dos residentes no campo. Por fim, há a tendência dos habitantes da cidade em adquirirem casas de campo como segunda residência nas zonas rurais para o lazer, fato que se dá em várias partes do mundo desenvolvido e também subdesenvolvido.

Atualmente, no espaço agrário brasileiro, alguns desses processos arrolados por Clout (1976) também se manifestam, embora em graus diferenciados. Foi o que Monte-Mór (2007) identificou na realidade de São Paulo. Nessa capital, muitas pessoas residentes na cidade se deslocam em direção a áreas interioranas, onde possuem chácaras, buscando um contato maior com a “natureza”, tentando escapar da vida acelerada da metrópole. Isso também ocorre em Belo Horizonte. Durante os fins de semana é comum o congestionamento na BR-040 em decorrência da saída em direção aos condomínios e sítios de fins-de-semana. Esse fenômeno tem se difundido cada vez mais pelo Brasil.

O crescimento acentuado do setor turístico no país impulsionou o fenômeno da segunda residência, notadamente no litoral brasileiro, em especial no Centro-Sul, onde se destaca um conjunto de infra-estruturas turísticas implantadas, ou em implantação, devido à existência de uma demanda solvável que gasta consideravelmente para manter uma residência de veraneio (CRUZ, 2001).

Também existe hoje a emergência do turismo rural que abarca a visitação a propriedades rurais, havendo o envolvimento ou não do turista com práticas rurais, trilhas ecológicas, dentre outras atividades. Neste caso, o turismo se apropria dos objetos pré-existentes, resignificando-os. Como exemplo, temos a casa da fazenda que se transforma em hospedagem e/ou refeitório; a pavimentação da estrada de terra que melhora a circulação de veículos e áreas de cultivo, antes vinculadas apenas à produção que, agora, podem se transformar num espaço para a eventual atividade de turistas desejosos em participar da vida local (CRUZ, 2001).

Esse processo contribui para a desestruturação do processo produtivo e das relações sociais que se realizavam e significavam a vida no campo, havendo a introdução de novas formas de divisão territorial do trabalho em vários níveis, isto é, da produção, da circulação, da distribuição e do consumo, emergindo, assim, outros valores, expectativas e estilos de vida (RODRIGUES, 1999). De acordo com Estebánez (1992), inicialmente:

estas transformaciones se reducen prácticamente a los habitantes de las ciudades, pero más tarde se difunden ampliamente y van siendo adoptadas; por la población rural... Este complejo proceso que afecta al comportamiento y a las relaciones humanas se conoce con el nombre de urbanización (ESTEBÁNEZ, 1992, p. 415).

A busca por áreas “rurais” para passar férias, finais de semana, objetivando um contato maior com a natureza e com a vida no campo, a fim de se distanciar do ritmo célere da cidade, provoca uma revalorização do rural. O principal motivo dessa busca, de acordo com Lima (2005a), é a crise urbana. Cabe ressaltarmos que esse fenômeno não configura, necessariamente, um processo de ruralização, pois a base de sua realização é a mercantilização de valores sociais tidos como próprios do campo, corroborando a urbanização do espaço agrário.

Em relação à realidade brasileira, Santos (2005a, p. 9) assinala que:

Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização.

Sua interpretação se pauta na urbanização da sociedade brasileira, tese de inspiração lefebvriana, pois, em sua análise, em função da modernização do campo e da industrialização da agricultura, o país teria intensificado as relações cidade e campo e, por conseguinte, as trocas de mercadorias, tecnologias e de informações, operando, deste modo, a urbanização do campo.

Nesse sentido, não haveria mais a tradicional distinção entre o Brasil urbano e o Brasil rural, já que haveria sobreposição do primeiro sobre o segundo, o que existe atualmente é o Brasil urbano e o Brasil agrícola, ou seja, o país seria espacialmente dividido em duas grandes regiões: a urbana e a agrícola (e não rural). Na primeira, nas cidades, existem áreas em que se desenvolvem atividades agrícolas, cujo produto final freqüentemente se destina ao consumo da população. No entanto, essas mesmas áreas são totalmente adaptadas à forma urbana. A segunda, por sua vez, embora possua cidade, ela está sob as demandas locais, isto é, sob a influência direta do “mundo rural” e das atividades agrícolas, geralmente envolvidas com o consumo produtivo. Portanto, “haveria,

então, um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços” (SANTOS, 2005a, p. 75 grifo do autor), ou seja, seriam as relações com a região.

De acordo com Santos (2005a), o Brasil, no período colonial, apresentava uma urbanização pretérita cuja principal característica se refere à criação de cidades. A base econômica agro-exportadora pouco estimulava a relação entre os lugares. Entretanto, a expansão comercial e a exploração mineral, constituíram-se os elementos centrais do povoamento e geração de riqueza do país, ampliando a vida de relações e a criação de cidades ao longo do litoral e no interior. Nesse período, os elementos explicativos da urbanização são: a organização político-administrativa, representada tanto nas capitânicas e no governo-geral quanto na organização municipal; as atividades econômicas de base rural e as camadas sociais representadas pelos proprietários rurais e as atividades econômicas urbanas e seus agentes como: comércio, mineração, funcionalismo público e ofícios mecânicos. Havia, nesse momento, pouca concentração populacional nas cidades.

Nesse contexto histórico o território colonial brasileiro se configurava como um verdadeiro arquipélago econômico, pois as regiões de exploração não se encontravam conectadas devido à falta de uma infra-estrutura viária satisfatória (ANDRADE; ANDRADE, 1999). De acordo com Becker e Egler (1993), esse arquipélago mercantil reporta-se ao período do Império cujo caráter mercantil e escravista correspondeu à forma de inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, resultante da Revolução Industrial. O vínculo do Brasil com a economia-mundo capitalista se manifestava por meio da circulação de mercadorias, devido ao controle do processo produtivo estar sob o domínio do capital mercantil.

Os mesmos autores dividem o território nacional em cinco grandes regiões mercantis: a) Centro cafeeiro, com núcleo no Rio de Janeiro; b) Nordeste açucareiro e algodoeiro, centrado em Recife; c) Bahia, com sede em Salvador (inicia o período como produtora de açúcar e fumo, mas se transforma em exportadora de cacau no final do século XIX); d) Sul, orientado para a pecuária e para a fabricação de charque; e) Amazônia, que assume importância crescente no comércio exterior brasileiro no último quartel do século XIX em função das exportações de borracha natural, centrada em Belém, secundada por Manaus.

Todavia, entre o começo do século XX até a década de 1940, ocorre um processo de transição em que se observa o início da integração nacional, embora o tempo em que essa se desenvolve regionalmente seja diferenciado. Nesse período, estrutura-se uma rede de cidades hierarquizada, na qual São Paulo começa a mostrar sua hegemonia ligada ao crescimento industrial do país. Também, configura-se, ainda que de forma incipiente, um mercado territorial localizado no Centro-Sul e, no bojo dessa integração, há um aumento acelerado da população global do país. Há a instalação de um sistema de engenharia representado pelos portos, estradas de ferro e telégrafos, além de novas formas de inserção do Brasil na fase industrial do modo de produção capitalista, conferindo às cidades o comando do espaço regional (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Conforma-se, deste modo, o período urbano-industrial em decorrência de o mercado nacional romper com “a estrutura em ‘arquipélago’ herdada do passado agrário exportador em que parte expressiva da demanda por produtos industrializados era atendida pela importação” (BECKER; EGLER, 1993, p. 111). Essa integração foi acompanhada por um aumento substancial da população brasileira que começou a se concentrar nas cidades devido à possibilidade de melhoria da qualidade de vida e de emprego nas indústrias, fato retratado por Santos e Silveira (2002, p.40):

Entre 1940 e 1950, enquanto a população global aumentava de 24%, a população urbana crescia de 30%. No período compreendido entre 1950 e 1960, o fenômeno é ainda mais nítido. O índice global foi de 39%, mas o aumento urbano é de 54%. O crescimento da população rural fica estacionário nesses dois decênios, com a mesma tabela de 16%. Essa tabela é inferior à do crescimento vegetativo e resulta do êxodo rural, devido muito menos à existência de emprego nas cidades que a persistência de uma estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro.

A partir de 1945, ocorre uma mudança estrutural no sistema produtivo. A indústria passa a obter cada vez mais importância econômica. Houve o aumento substancial dos estabelecimentos, e, por outro lado, a seletividade geográfica da produção com destaque à polarização de São Paulo, que reuniu condições materiais para se consolidar ulteriormente enquanto metrópole nacional, a exemplo da introdução de uma rede de transportes rodoviários, reforçando a integração interna do mercado em que a capital paulista era o centro produtor e distribuidor. Assim, a modernização do país se realiza de forma

polarizada de forma que a industrialização e a produção agrícola moderna e mais tecnificada concentram-se no Sudeste. O consumo, embora mais difuso que a produção, era, igualmente, concentrado. Cresce a tendência à disparidade estrutural internamente, ficando mais visível a existência de uma periferia e de um pólo (região concentrada), acirrando-se as desigualdades regionais (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Entre 1940 e 1980 dá-se um processo acelerado de urbanização da população brasileira, tendo em vista a mudança quanto ao lugar de sua residência, agora alocado na cidade. Em 1980 a taxa de urbanização corresponde a 68,86%, em contraposição à existente em 1940, que era de 26,35%. Em 1990 essa taxa é alterada para 77,13%<sup>8</sup>. A população agrícola, por sua vez, cresce entre 1960 e 1970, mas diminui entre 1970 e 1980, embora isto não ocorra de forma homogênea, apresentando diferenciações regionais. A população agrícola cresce mais depressa que a população rural em função da modernização do país, conseqüentemente, do campo, e pelo fato de uma parte da população agrícola ser formada por trabalhadores temporários do campo cuja residência é urbana, complexificando a relação campo-cidade (SANTOS, 2005a).

Esse quadro é oriundo do processo de transformações pelas quais passa o espaço brasileiro, inserindo-se, gradativamente, no meio técnico-científico. Esse período é marcado pela necessidade de o Brasil equipar o território, integrá-lo, a partir de recursos modernos e, assim, inserir-se na nova economia em curso, pós segunda guerra mundial. Destaca-se o início da revolução científico-técnica que proporciona uma “metamorfose do espaço habitado” (SANTOS, 1997). A internacionalização, apesar de remontar ao século XVI, a partir da expansão das fronteiras do comércio, só ganha corpo com a nova revolução que ocorreu na base científica e tecnológica. Esses avanços culminam em transformações nas relações de ação do homem sobre a natureza, criando a possibilidade de se conhecer a tudo por meio do uso de todos os recursos em escala planetária (SANTOS, 1997)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Atualizando esses dados, segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, essa proporção aumenta para 82%.

<sup>9</sup> Existe uma interdependência entre a ciência e a técnica. Neste caso, a tecnologia se manifesta em escala mundial, servindo para acumulação do capital e do lucro. Quando incide sobre um determinado local, provoca distorções físicas e humanas sobre ele. Para que isto se efetive, a tecnologia necessita que o trabalho científico seja colocado ao dispor da produção, ficando atrelada aos interesses das classes hegemônicas em detrimento da sociedade (SANTOS, 1997).

Nesse contexto, intensifica-se a migração para São Paulo cujos imigrantes vão, principalmente, da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, ampliando o exército de reserva. Esse ciclo, no entanto, evidencia-se até fins dos anos de 1970, momento em que se reorienta a política do Brasil em decorrência da diminuição da atividade econômica, o que freia o desenvolvimento do país. Isso implica em investimentos públicos mais vultosos, de forma a promover a exportação e a proteção ao grande capital, representado pelas multinacionais. Por outro lado, diminuem os benefícios ao trabalhador e acentua-se o custo social. Neste momento, inaugura-se uma nova divisão territorial do trabalho cujo objetivo é transformar os minérios, produzir derivados do petróleo, substituindo este recurso em determinados setores da circulação. Implantam-se ainda complexos e pólos industriais em várias regiões do país; ampliam-se as redes de transporte (rodovias e aeroportos), tornando-as mais densas e moderniza-se o sistema de telecomunicações (a exemplo dos satélites), criando-se condições materiais de melhorar a fluidez do território (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

A partir deste momento, ocorre a reprodução ampliada do capital por meio das condições materiais criadas anteriormente. A produção industrial é acentuada, o que permitiu maior penetração de empresas estrangeiras e melhoria do sistema de circulação dentro do país e nos canais de exportação. Tudo ao custo do aumento da dívida externa brasileira, da ampliação da concentração geográfica e da renda. Neste intercurso histórico, aumentam-se os intercâmbios comerciais, expandindo-se o setor terciário e efetiva-se, assim, a internacionalização do processo de produção (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Esses elementos alteram a configuração espacial brasileira e engendrou o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional<sup>10</sup>, em que:

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 1970, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças a enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens.

---

<sup>10</sup> De acordo com Santos (2002b), a globalização corresponde ao ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e o meio técnico-científico-informacional representa a expressão geográfica deste processo.

É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do País (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 52-53).

O meio técnico-científico-informacional apresenta uma tendência de generalização, logo, as reorganizações que se manifestam no meio urbano e rural são vinculadas à ciência, à tecnologia e à informação. Aparecem mudanças na composição técnica do território, a partir da instalação de grandes infra-estruturas e da composição orgânica do território devido às novas tecnologias da informação, como cibernética, biotecnologias, química fina, informática e eletrônica. Deste modo, o território se informa, criando a possibilidade de inventar a natureza – criação de sementes modificadas, adubos químicos para fertilização do solo, irrigação etc. (SANTOS, 2005a).

Esse período apresenta como característica principal a convergência dos momentos possibilitada pelas técnicas da informação (cujo exemplo maior é a internet). Elas permitem o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Tudo isso corrobora para a fragmentação do processo produtivo em escala internacional e para a unificação do mercado consumidor e o sistema financeiro internacional. Esses conjuntos técnicos da informação são impulsionados, por sua vez, pela mais-valia mundializada, mediada pelas firmas e pelos bancos multinacionais. Também se observa, como em nenhum outro período anterior, a possibilidade de um conhecimento maior sobre o planeta, podendo, as empresas, em busca da mais-valia, valorizar diferentemente os lugares. Por fim, este período apresenta crises constantes que são inerentes ao momento histórico vivenciado. Tratam-se de crises sucessivas que contribuem para a instabilidade em vários níveis da vida social, desde as relações de trabalho até as de caráter pessoal. Neste processo há uma (des)valorização constante dos lugares e uma re-construção permanente do espaço social (SANTOS, 2002b).

No caso brasileiro, especificamente, ressalta-se, em função do meio técnico-científico-informacional, o desenvolvimento de uma nova configuração territorial, formada pelo conjunto de sistemas de engenharias instalados pelo homem. Isso cria verdadeiras próteses que superpõem a natureza de forma a criar condições de trabalho adequadas à época atual. Destacam-se nesse cenário o acentuado arranjo de transporte, telecomunicações e de energia; o desenvolvimento da produção material de cunho

industrial e agrícola que se moderniza e muda sua estrutura de circulação, distribuição e de consumo; desenvolvimento de novas formas econômicas, em especial, aquelas produções não-materiais, como saúde, educação, lazer e informação; difundindo-se formas não-materiais de consumo pelo território nacional. (SANTOS, 2005a). Esse processo, no entanto, como já foi mencionado, geografiza-se diferencialmente pelo território, isto é, apresenta-se de maneira contínua em algumas áreas e de modo disperso em outras.

Nesse contexto, existe um aumento da especialização dos territórios, base das complementaridades regionais que seguem uma vasta tipologia produtiva que é técnica, mas também socioeconômica. Desse modo, há uma subdivisão e diferenciação elevadas das produções que são cada vez mais capitalistas. Isso ocorre com o campo brasileiro atualmente, ao receber o capital novo. Difunde-se velozmente, engendrando novas tecnologias, novas formas de organização e de ocupações, projetando-se enquanto uma tendência (SANTOS, 2005a).

Essa revolução científico-técnica acelerou o movimento de urbanização, “refletindo o privilegiamento da cidade e o modo de vida urbano enquanto lócus da produção e das trocas globalizadas” (ELIAS, 2003), embora o impacto deste processo dentro do país se desenvolva desigualmente, pois rebate na formação sócio-espacial, isto é, nas características econômicas, culturais, políticas e sociais de cada lugar as quais podem diminuir ou acelerar a urbanização.

Uma das características marcantes da urbanização no país se refere à distribuição seletiva das variáveis sociais e econômicas pelo território nacional, gerando grandes desequilíbrios regionais. Assim, as áreas onde se acumulam a maior densidade técnica e econômica, como o Centro-Sul, polarizam o resto do território, cujo principal local de concentração e difusão dos novos padrões de produção e consumo, assim como de novos valores culturais, é a grande cidade, ou melhor, a metrópole, que corresponde a um “grande ponto de concentração espacial, onde está o poder técnico-político-financeiro que passa a comandar o espaço global de acordo com os interesses do modo de produção vigente, de modo a tornar possível sua sobrevivência e conseqüente reprodução” (CARLOS, 1994, p.28).

De acordo com Santos (2005a) e Santos e Silveira (2002), umas das novas características da urbanização brasileira se refere ao aparecimento de dois fenômenos

paralelos que se desenvolvem desde a década de 1970 e vêm se afirmando no território nacional, quais sejam: o fortalecimento da metropolização e de cidades médias e pequenas. Esses autores afirmam que desde a revolução urbana brasileira, associada à revolução demográfica dos anos de 1950, há, inicialmente, uma urbanização aglomerada, crescendo o número dos núcleos com mais de 20 mil habitantes. Posteriormente, houve uma urbanização concentrada, a partir da multiplicação de cidades de tamanhos intermediários, para, enfim, chegar-se ao período da metropolização, incorrendo no aumento considerável de cidades milionárias<sup>11</sup> e de grandes cidades médias<sup>12</sup>.

Há, atualmente, o aumento do número de cidades locais e de sua força, igualmente, de centros regionais, isto é, as metrópoles regionais apresentam um crescimento relativamente maior do que o das metrópoles do Sudeste, pois começam a manter regularmente relações nacionais, mudando de qualidade. As regiões metropolitanas, por sua vez, manifestam uma diversificação na divisão do trabalho e aprofundam uma série de processos econômicos e sociais. Por outro lado, nas cidades de porte médio, existe um aumento do contingente de classes médias e de um número crescente de letrados, imprescindíveis à produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Deste modo, o Brasil apresenta um duplo processo, ou seja, metropolização e desmetropolização, devido ao crescimento paralelo de cidades grandes e cidades médias, com significativo incremento populacional em ambas (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Em virtude das transformações pelas quais passou o espaço brasileiro, com destaque para o papel das cidades na dinâmica do desenvolvimento econômico nacional, em especial, aquelas do Centro-Sul (região polarizada), o país apresenta novas relações que se espalham até mesmo no campo por meio da modernização e tecnificação das atividades agrícolas e agroindustriais, gerando relações que não se circunscrevem ao seu entorno imediato, pois estão mais atreladas ao exterior. Tratam-se de processos manifestos nos *circuitos espaciais de produção e de cooperação* (SANTOS; SILVEIRA, 2002)

---

<sup>11</sup> “As cidades milionárias, que eram duas em 1960 (São Paulo e Rio de Janeiro), são cinco em 1970, dez em 1980 e doze em 1991. Esses números ganham maior significação se lembrarmos que, em 1872, a soma da população das dez maiores cidades brasileiras não chegava a um milhão de habitantes, reunindo apenas 815.729... Essa é a nova realidade da macroubanização ou da metropolização” (SANTOS, 2005, p.83).

<sup>12</sup> “A partir de 1970, parece ser esse (100 mil) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades. Somente nas áreas mais atrasadas é que tais funções são exercidas por núcleos menores” (SANTOS, 2005, p. 82).

mundializados, conformando um espaço diferenciado internamente, o que, de acordo com Santos (2005a), como já se asseverou anteriormente, dissolve a velha dicotomia entre Brasil Urbano e Brasil rural.

Neste contexto, segundo Elias (2003), processam-se transformações consideráveis no campo e, conseqüentemente, na agropecuária por meio da incorporação da ciência, da tecnologia e da informação com o intuito de aumentar a produção e a produtividade neste setor, o que implica alterações econômicas e sócio-espaciais. Deste modo, a agricultura se desenvolve de forma globalizada, o que não ocorre na produção, mas na circulação, distribuição e consumo dos produtos agrícolas. Essa cientificização da produção agropecuária, objetivando a redução dos custos e o aumento da produtividade, modificou os tradicionais sistemas agrícolas e abriu novas possibilidades no que se refere à realização da mais-valia mundializada, fundindo-se com os capitais de outros setores econômicos, sobretudo, o industrial.

Nesse processo se reorganiza a relação entre terra, trabalho e capital. O crescimento da área cultivada deixa de ser determinante na elevação do trabalho, visto que a modernização do campo, efetivada por meio do emprego de máquinas, insumos e biotecnologias na agricultura proporcionou enormes metamorfoses na atividade humana no processo de transformação da natureza, intensificando a divisão do trabalho, bem como alterações na terra, transformada cada vez mais em terra-mercadoria. Isso contribuiu, de outra parte, para a diminuição da influência de fatores naturais (clima, solo, relevo, temperatura etc.) sobre a agricultura, por meio da aproximação do processo produtivo com o funcionamento da indústria que reproduziu artificialmente determinadas condições de cultivo, como insumos, adubos químicos, defensivos agrícolas, sementes selecionadas, dentre outros, objetivando maior crescimento econômico e acumulação ampliada do capital neste setor (ELIAS, 2003).

Deste modo, a agricultura participa ativamente do meio técnico-científico-informacional, inserindo-se de maneira competitiva no mercado globalizado e atrelando-se a outros setores econômicos. Cabe ressaltar que a produção é voltada, predominantemente, ao mercado externo, alçando a troca no comércio mundial, a partir de demandas urbanas e industriais, incorrendo em uma especialização produtiva e na diminuição dos produtos voltados ao mercado interno. Essa agropecuária moderna “existe como realidade em áreas

especialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o país” (ELIAS, 2003, p.64).

É sabido que essa modernização se processa desigualmente sobre o espaço brasileiro, pois para a sua efetivação são necessárias condições tecnológicas e científicas pré-existentes, ou espaços com condições de construir essas condições, logo, concentra-se em algumas áreas do país e se desenvolve em manchas em outras, ou seja, de maneira dispersa. Esse processo de fato contribui para a expansão da urbanização para o campo, principalmente em função da modernização agrícola por meio dos maquinários. Liberou-se, assim, uma massa considerável de trabalhadores do espaço rural, os quais incham as periferias das cidades próximas ou das metrópoles. Eles exercem, em alguns casos, temporariamente o trabalho agrícola em períodos de colheita.

Elias (2003; 2006; 2007) demonstra em seus trabalhos essa urbanização do campo em duas realidades diferentes, mas com semelhanças quanto aos conteúdos que se realizam no espaço agrário. O primeiro estudo realizado corresponde à realidade de Ribeirão Preto (ELIAS, 2003), no estado de São Paulo, que historicamente reuniu condições materiais relacionadas à infra-estrutura, ao incremento tecnológico-científico e socioeconômico, para o desenvolvimento da modernização agropecuária operada na área em questão, tornando-se altamente ligada aos circuitos econômicos globais, culminando na imersão completa de relações capitalistas.

O segundo estudo de Elias (2006; 2007) corresponde à realidade nordestina, onde ocorre a difusão do agronegócio, localizado nos vales úmidos (São Francisco, Açu, Jaguaribe) ligado à fruticultura, e nos cerrados (sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia), associados à expansão e produção da soja. Para a autora (op. cit), vários municípios da região nordestina, atrelados ao Brasil agrícola, apresentam sua urbanização decorrente da expansão do agronegócio, devido à sua forte integração à economia urbana. Neste caso, formam-se cidades cuja dinâmica é resultante e dependente dos setores referentes à modernização da agricultura, as chamadas “cidades do agronegócio” que materializam as condições gerais de reprodução do capital ligado a este setor econômico.

Assim, com a intensificação do capitalismo no campo, mais urbana é a regulação da agropecuária, assim como sua gestão e normatização. E quanto mais globalizada for a

reestruturação produtiva da agropecuária, mais complexas são as relações campo-cidade, remodelando-se a organização do sistema urbano por meio da multiplicação de pequenas e médias cidades que compõem importantes lugares do desenvolvimento do agronegócio, responsável por provocar o aumento de desigualdades sócio-espaciais nas cidades por ele criadas ou reformuladas. Essas cidades apresentam problemas que se assemelham aos problemas dos grandes centros urbanos, como a favelização e a precarização social; intensificação do mercado imobiliário em função da diversificação dos sujeitos que habitam a cidade; verticalização da área central; déficit habitacional e condições inadequadas de moradia (ELIAS, 2007).

Essas relações produzidas no campo brasileiro alteram o sistema de objetos anterior, materializado nas fazendas de criação extensiva, estradas de terra batida e instrumentos de trabalho rústicos. Instaura-se outro, mais artificializado, articulando técnica, ciência e informação, a exemplo dos laboratórios montados para pesquisas genéticas, do monitoramento via satélite das condições climáticas, aeroportos, estradas de rodagem mais modernas, dentre outros. Tudo isso engendra outro sistema de valores, baseados na produtividade crescente, objetivando ampliação do capital e a especialização produtiva voltada ao mercado globalizado, constituindo uma solidariedade organizacional em detrimento da solidariedade orgânica, fundamentada nas relações de parentesco e vizinhança que embalavam a vida campestre.

Com efeito, a modernização da agricultura modifica as relações sociais processadas no campo, entretanto, seu desenvolvimento se espacializa desigualmente no país, resultante da contradição do capital no espaço agrário, havendo, também, uma diferenciação na maneira como a urbanização se insere na formação sócio-espacial de um dado lugar, variando sua intensidade e sua natureza.

Silva (1982), ao discutir a estrutura agrária brasileira, analisa a sua gradual e diferenciada capitalização, a partir do processo de modernização da mesma. Ao debater sobre o fenômeno, elenca alguns aspectos de suma importância para a compreensão da temática. Neste sentido, destaca a configuração da estrutura fundiária do país, as implicações da “modernização” no campo e o papel do “novo campesinato” a partir da capitalização do espaço agrário.

O autor, inicialmente, demonstra a estrutura fundiária controversa do país, uma vez que, na relação minifúndio-latifúndio, os pequenos proprietários, embora ocupando uma diminuta parcela do total das terras, produzem a maior parte dos alimentos, das matérias-primas para uso industrial e de produtos hortifrutícolas, denotando uma alta concentração fundiária. Posteriormente, reporta-se ao processo de modernização que o campo vem sofrendo nos últimos anos, o que ocasionou uma taxa de crescimento de produção agrícola suficiente para abastecer o mercado interno e suprir a pauta de exportação, quadruplicada nos anos de 1967 a 1975. Entretanto, esse aumento agrícola não proporcionou uma melhoria no que diz respeito à renda da maioria dos agricultores, o que fez o governo optar, enquanto solução para esse problema, pela “modernização da agricultura”. A consequência desta “solução” foi o aumento das unidades de produção (latifúndios) e da problemática distribuição de renda no meio rural. Isto porque como os incentivos em sua maior margem foram destinados aos insumos modernos (fertilizantes, defensivos agrícolas e mecanização), aqueles que os obtiveram investiram em cultivos modernos (cana, café, soja, trigo etc.), cuja lucratividade é maior por serem mais valorizados no mercado externo.

Todavia, este processo histórico do avanço do capital sobre o campo se desenvolveu lentamente e estruturou uma “modernização conservadora”, na medida em que o grande capital se associou ao latifúndio, com a cumplicidade do Estado, corroborando para a coexistência no espaço agrário, de um “capital comercial e usuário” (SILVA, 1982), ao lado do capital financeiro, contribuindo para a reprodução de formas arcaicas de relações de trabalho.

Assim, observamos que, embora haja uma transformação capitalista na agricultura, ela se implementa com certas limitações e debilidades, portanto, não consegue expropriar completamente o trabalhador rural, nem revolucionar totalmente o processo de produção. No entanto, essa debilidade não significa necessariamente a não predominância do modo de produção capitalista na agricultura brasileira (SILVA, 1982).

Neste sentido, o espaço agrário ainda seria composto basicamente por diminutas unidades familiares, onde os pequenos produtores se baseiam no trabalho familiar, quando muito, contam com a ajuda de trabalhadores contratados temporariamente e com um baixo nível de tecnologias. Contudo, esses agricultores não são independentes do mercado, mas participam ativamente do mesmo, a partir da venda de seus produtos ou da compra de

insumos. É em virtude deste atrelamento ao mercado que se processam formas de extração de excedente desses pequenos produtores (SILVA, 1982).

No caso específico destes últimos, observou-se que indiferentemente do nome que recebam (morador do agregado, colono, posseiro, meeiro, pequeno arrendatário, rendeiro, sitiante etc.) o fato é que são “*trabalhadores para o capital*” (SILVA, 1982). Relação esta que é materializada na lavoura de exportação, na agroindústria, no capital comercial. Embora esses camponeses não tenham perdido totalmente a posse da terra, em virtude de suas condições insuficientes, tais como terra e instrumentos de trabalho para a reprodução de sua unidade familiar, buscam se assalariar temporariamente (SILVA, 1982). Esse último dado é imprescindível para a compreensão do que Silva (1982) denomina de o “novo camponês”, na medida em que constitui a base de sua tese de proletarianização ou “descampenização” do camponês.

Essas caracterizações em torno do campo brasileiro levam ao entendimento de que a produção camponesa se encontra, sumariamente, submetida ao capital. Assim, o camponês ou se coloca como comprador dos seus produtos, ou como o provedor dos seus meios de produção. Essa sujeição também amplia-se a partir da necessidade de o pequeno produtor vender sua força de trabalho em determinados períodos do ano; fato esse que se acentuou pela própria modernização do campo, tendo em vista que esse processo tornou desvantajosa a mão-de-obra permanente nas propriedades.

Com base nos elementos supracitados, percebemos que o campesinato não se encontra isolado do circuito global do capital; ao contrário, ele se vincula ao mesmo, sob formas diversas. Neste contexto, para Silva (1982), ocorre a proletarianização do camponês de duas formas: a primeira se dá a partir da expropriação da sua terra, tendo, assim, de se submeter ao assalariamento; a segunda é caracterizada pela venda temporária de sua força de trabalho.

Esse processo de atrelamento ao mercado e a possível proletarianização do camponês o levaria a sua “descampenização”, ou pela perda de sua terra, ou a partir da tecnificação da mesma, desencadeando, posteriormente, sua submissão ao capital. Nesse sentido, qualquer que seja o movimento, o resultado será o mesmo, a subordinação do trabalho ao capital.

Essas considerações tecidas por Silva (1982), embora possuam coerência, apresentam alguns problemas de ordem teórica e empírica. Eles dizem respeito à tese de

que o campesinato, embora apresentando uma forma diferenciada no capitalismo, estaria engajado no mesmo pela sua estreita relação com o mercado, seja pela venda de seus produtos, seja pela compra de insumos, máquinas, adubos, sementes melhoradas etc. Desta maneira, torna-se importante discutirmos o contexto de modernização do espaço agrário brasileiro, convocando-se outras variáveis econômico-sociais e técnicas.

Segundo Oliveira (2003), a lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura está intimamente relacionada ao processo de internacionalização da economia brasileira, mais precisamente ao mecanismo da dívida externa, que implica na obrigatoriedade, por parte dos países endividados, em aumentarem sua produtividade, principalmente industrial, e, assim, ampliem suas exportações. Entretanto, o preço dos seus produtos são regulados pelo mercado internacional, portanto, o valor, geralmente, é rebaixado, principalmente o das matérias-primas (produtos agro-minerais), devido à grande oferta destes produtos. Isso contribui para que os governos endividados vivenciem um “circulo vicioso”, pois devem, necessariamente, aumentar sua produção e, assim, vender mais. Porém, para isto, tomam mais dinheiro emprestado, elevando a sua dívida.

No caso brasileiro, isso contribuiu para a rápida expansão de culturas agrícolas destinadas ao mercado externo, em detrimento de produtos alimentícios produzidos ao abastecimento interno, favorecendo à migração de muitas empresas para o campo cuja finalidade reside na ocupação da área para posterior exploração da agricultura, estimulando a sua industrialização. “Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo de produzir industrial no campo, que, por sua vez, provoca um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura” (OLIVEIRA, 2003, p. 470).

Em função desse processo, segundo Oliveira (2003), muitos autores teriam interpretado que as transformações desencadeadas no campo fossem decorrentes única e exclusivamente a partir da indústria, o que ocasionaria a expansão total e absoluta do trabalho assalariado no mesmo. Este fato realmente ocorre, entretanto, ele não se observa de maneira regular e uniforme no espaço, pois o próprio desenvolvimento do capitalismo se materializa de forma desigual e contraditória.

Retomando a discussão inicial de Silva (1983), poderíamos identificar uma primeira contradição no que se refere ao fato de este autor considerar que o capitalismo se processa homogeneamente no campo brasileiro, pautando-se na afirmativa de que em função de uma

“modernização conservadora” a agricultura teria se modernizado, a partir da aquisição de tratores, máquinas e insumos, contribuindo para a “tecnificação” da mesma. Neste caso específico, ele tem parcialmente razão, pois, de fato, ocorre a artificialização do campo, todavia, esta não se desenvolve em todo o espaço agrário, portanto, não podemos tomar esta característica como extensiva a toda realidade.

Oliveira (2003), por exemplo, demonstra que no tocante ao uso de fertilizantes em 1985, apenas 30% dos estabelecimentos agropecuários empregavam esse recurso em sua produção. Esses locais, em geral, tinham acima de 1.000 (mil) ha. e os latifundiários são os seus maiores consumidores. “Este fenômeno ocorre com a força empregada nos trabalhos agrários e com a presença de tratores no campo. A tecnificação, também, ainda não está generalizada no país” (OLIVEIRA, 2003, p. 472). Ao contrário dessa pseudo-artificialização geral e absoluta do campo brasileiro e das supostas generalizações das relações capitalistas no campo, observamos que:

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um processo engendra o outro. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora o monopólio do capital na produção, ora esse monopólio, sobretudo, instaura-se na circulação. No atual estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura (OLIVEIRA, 2003, p. 475).

Deste modo, retoma-se o ponto de vista de Silva (1983), referente à proletarianização e à conseqüente “descampanização” do camponês no campo, para demonstrar a sua insuficiência teórica e empírica. Para fundamentar sua tese o autor em questão elenca algumas características do campesinato, como o fato de não se constituir um modo de produção isolado e independente do capitalista. Em parte concordamos com seu ponto de vista, pois de fato não podemos entender o campesinato como algo entranho ou desvinculado do capitalismo. De outra parte, não podemos conceber o camponês como um sujeito social que processa relações eminentemente capitalistas, na medida em que o fato de ele possuir a terra, realizar uma produção para sua subsistência e pautada no trabalho

familiar, estabelece relações de trabalho diferentes das do capital, embora esteja ligada à acumulação do mesmo.

Segundo Martins (2004), o capital se desenvolve reproduzindo relações não-capitalistas de produção:

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Neste caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio (MARTINS, 2004, p. 21).

Assim, longe de uma sumária extinção pela proletarização, o camponês permanece no espaço agrário, ele se recria e se reproduz envolvido numa lógica do capital que se desenvolve desigual e contraditoriamente.

As relações capitalistas e modernizantes que se processam no campo brasileiro não se disseminam igualmente pelo espaço nacional, havendo a permanência de relações não-capitalistas e de solidariedades orgânicas, com vínculos locais. Portanto, a urbanização se desenvolve de forma difusa no país, em virtude da própria seletividade espacial elaborada pelo capital<sup>13</sup>, na efetivação de sua introdução e na intensidade em que se apresenta, visto

---

<sup>13</sup> A espacialização do capital e a organização espacial resultante dela perpassam sempre por uma dialética entre as diversas frações do capital. Entretanto “a dialética essencial se situa entre as formas complexas e as formas elementares do uso do capital ou, dito de outra forma, entre atividades com alto coeficiente de capital e atividades com alto coeficiente de mão-de-obra”. (SANTOS, 2003, p. 150). Desta forma, quando se menciona a tendência de o capital ser investido sobre todo o espaço, faz-se necessário reiterar que se trata sobremaneira do grande capital – os capitais novos – e isto direta ou indiretamente, seja através da produção, da distribuição ou do consumo. A própria localização das multinacionais no interior do país obedece à regra do lucro, isto é, objetiva-se, em uma etapa final, sempre obter lucro e a extração de uma taxa mínima de excedente, fato que explica a migração de multinacionais para países periféricos. As probabilidades de retenção destes excedentes e a distribuição dos mesmos também se apresentam irregularmente dispostos no espaço, assim “o excedente tende a fugir dos campos, onde os custos de comercialização se acrescem à especulação. A ordem de possibilidades de retenção social do excedente parece se estabelecer a partir da cidade em relação ao campo, da cidade multifuncional em relação ao enclave, da metrópole econômica em relação às cidades intermediárias e aos centros locais. Quanto maior a complexidade das atividades, maior será a reprodução do excedente local. Entretanto, sua reutilização é seletiva, tanto no que diz respeito aos indivíduos quanto no que concerne às empresas” (SANTOS, 2003, p. 153). Essa distribuição irregular do

que o espaço necessita apresentar variáveis técnicas, econômicas e sociais condizentes com a nova divisão territorial do trabalho e, assim, realizar a economia agrícola globalizada.

Com efeito, não concordamos inteiramente com o que Silva (1997) denomina de “o novo rural brasileiro”:

(...) o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (SILVA, 1997, n/p).

É bem verdade que o desenvolvimento do capitalismo de produção acarretou a maior expansão do urbano, extrapolando a cidade e o campo, ou como afirma Oliveira (2004), a urbanização se tornou a síntese contraditória destas duas realidades, por outro lado, não as eliminou, mas tornou complexa a relação entre ambas, o que não autoriza afirmar que o campo incorporou totalmente a cidade. A modernização e a industrialização da agricultura explicam apenas parcialmente as transformações no mundo rural, pois se observa, também, a reprodução das relações camponesas, assim como de suas tradições e valores, como bem assinala o trabalho de Márquez (2004), contrariando a tese de proletarianização completa do trabalhador do campo, proposta nos trabalhos de Silva (1982; 1997), principalmente em função da pluriatividade exercida por aquele hoje.

Silva (1997), ao analisar a realidade do campo dos países desenvolvidos, em um ambiente bastante modernizado, evidencia um ator novo, oriundo do novo paradigma pós-industrial, denominado de *part-time farmer*, que seria uma espécie de agricultor em tempo

---

capital pelo espaço, igualmente processa uma lei espacial do valor, visto que em lugares diferenciados do território teríamos oferta de produtos e de preços também diferenciados de acordo com a lei do mercado. Destarte, cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim capaz de, num dado momento, atribuir taxas específicas de lucro a cada fração de capital e de remunerar diferentemente também os diversos segmentos da mão-de-obra empregada (SANTOS, 2003).

parcial, por não ser mais especializado em atividades relacionadas ao setor primário da economia, combinando profissões do meio rural desenvolvidas dentro e fora do seu estabelecimento, com aquelas tradicionais do meio urbano, ligadas ao setor de serviços, como lazer, turismo, prestação de serviços pessoais etc. Deste modo, sua marca principal é a pluriatividade, o que implica na flexibilização das relações de trabalho no campo, tal qual ocorre na indústria.

Essas relações são transpostas pelo autor para a realidade dos países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, em cuja realidade, salvaguardando-se o grau diferente em que este fenômeno ocorre em níveis regionais, já se observa o *part-time*, destacando-se o “desmonte” e especialização das unidades produtivas; o crescimento da prestação de serviços; a formação de redes dentro dos distintos complexos agro-industriais; o crescimento do emprego rural não agrícola e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural. No entanto, para fundamentar este processo, utiliza-se de dados quantitativos bastante generalizados, referentes às estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

Esses dados, de acordo com Oliveira (2004), são obtidos a partir de pesquisa realizada com a população residente nas unidades domiciliares de quaisquer tipo, em que a “classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio (...). Como situação urbana considera-se as áreas correspondentes a cidades (sedes municipais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora destes limites” (PNAD, 2002, p. 15). Isso traz implicações para a contabilização rural, os domicílios e a população da zona rural, assim como, os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Desse modo, os denominados aglomerados rurais de extensão urbana vão fazer parte da área rural, embora na realidade concreta sejam urbanos (OLIVEIRA, 2004). Isso provoca distorções nos dados estatísticos e, conseqüentemente, nos resultados obtidos por Silva (1997).

Portanto, deve-se ponderar acerca dos dados estatísticos, pois a amostragem da população rural pode estar equivocada, devido este contingente populacional estar localizado em área urbana. Por outro lado, não estamos afirmando que o Brasil se tornou apenas urbano, visto que antes de qualquer análise meramente quantitativa, faz-se

necessário pensar a formação sócio-espacial dos lugares, elencando igualmente elementos de ordem qualitativa, como o modo de vida.

Também não somos partidários da vertente de intelectuais que reifica o espaço rural, buscando, igualmente, por meio de dados quantitativos, o retorno ao ruralismo brasileiro, como é o caso de Veiga (2002) que, sem entender os processos sócio-espaciais que engendram as transformações do campo brasileiro, declara, a partir de uma falsa polêmica em torno dos dados do IBGE, que existe por trás daqueles um Brasil de caráter primordialmente rural em decorrência de as atividades que predominam nas cidades do país serem de cunho rural. Assim, o IBGE apresentaria distorções no que tange as suas estatísticas. Sua crítica é válida, mas ressaltamos que essa “briga” de números mais confunde do que necessariamente apresenta uma discussão concreta sobre os conteúdos que emergem no campo. Mas vejamos as propostas de Veiga (2002):

Para efeitos analíticos, não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que, por si só, já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há muitos municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas doze aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados (...). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no "meio de campo", em situação ambivalente. E, para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica: é ela que estará no âmago do chamado "índice de pressão antrópica", quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de

natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a "pressão antrópica" como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IBGE/Ipea/Unicamp, a densidade média é superior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km), na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km<sup>2</sup>. Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, dessa vez para 10 hab/km<sup>2</sup>. São esses dois "tombo" que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km<sup>2</sup> e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km<sup>2</sup>, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desses dois cortes, conclui-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo decreto-lei 311/38 -, essa tipologia permite entender que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades (VEIGA, 2002, p. 32-34).

Essa extensa citação do livro de Veiga (2002) denota aspectos importantes de sua argumentação, assim como problemas interpretativos. Neste sentido, expõe a necessidade de se repensar as unidades municipais consideradas hoje como urbanas, quando, na verdade, seriam rurais, se considerados critérios como tamanho populacional, densidade demográfica e localização, elementos discutidos há muito tempo pela geografia e sociologia urbana<sup>14</sup>. Entretanto, isso pouco ajuda a entender a realidade atual, dada a complexidade do conteúdo e da inter-relação existente hoje entre o campo e cidade.

Uma segunda crítica que pode ser tecida em relação ao que foi posto, refere-se à pouca discussão teórica e empírica apresentada, tendo em vista que a mera

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, Capel (1975).

identificação de áreas possivelmente urbanas não permite entender o funcionamento delas e o espraiamento dos valores (urbanos) sobre o campo brasileiro.

Em terceiro lugar, podemos dizer que o critério de ação antrópica enquanto indicador de áreas rurais (menos modificadas pelo homem) e urbanas (mais artificializadas e transformadas pelo homem), em certa medida, naturaliza processos que são sociais, por parecerem que são áreas passíveis de maior ou menor intervenção. Isso não leva a entender de que forma essas áreas são transformadas e quais os interesses que permeiam a maior ou menor ação do homem.

Por fim, o critério de densidade demográfica, usado para entender a composição urbana ou rural, é um tanto quanto abstrato, pois apenas revela a distribuição da população sobre o espaço, não demonstrando as características do processo de produção do território brasileiro. Deste modo, concordamos com a crítica efetuada por Carlos (2003) ao referido estudo de Veiga (op. cit.):

(...) os artigos do livro caminham na direção oposta ao que o Autor quer provar. Veiga ao mesmo tempo em que assinala o fato de que o Brasil é menos urbano do que se calcula, reconhece que há, hoje, uma profunda transformação nas relações cidade/campo, mas não enfrenta a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido destas transformações.

O que o Autor parece ignorar, é que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de *pluriatividades*. Portanto há na conclusão do Autor uma inversão: no Brasil a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um "outro modo", redefinindo a antiga contradição cidade/campo: este é a meu ver o desafio da análise. Significa dizer que o processo atual de urbanização não se mede por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria "urbano ou rural", como faz o Autor. Significa que nossas análises devem ultrapassar os dados estatísticos (que por sinal são poucos no livro). Por outro lado, a análise do fenômeno deve superar a visão institucional - como os decretos que definem regiões metropolitanas, a delimitação das áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU, etc. - como faz Veiga (CARLOS, 2003, p.179-180 grifo do autor).

Portanto, como podemos perceber, as relações campo-cidade ficaram cada vez mais densas, principalmente a partir da expansão do tecido urbano, o que contribuiu para a

integração entre os setores produtivos e a imersão cada vez maior de valores urbanos. Isso concorre para transformações nas relações sociais do campo e elimina a separação deste em relação à cidade, conforme assinalou Oliveira (2004).

É assim que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Por outro lado, pode-se verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está fundindo a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não são só os assalariados do campo que lutam na cidade por melhores salários, são também os camponeses que lutam na cidade, procurando obter um preço melhor para seus produtos ou, ainda, para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas, de modo a poder ter condições para continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo (OLIVEIRA, 2004, p. 64).

Neste sentido, faz-se necessário desenvolver análises que pensem para além de dados meramente quantitativos, relativos à dimensão demográfica. Um trabalho interessante que busca exatamente essa premissa corresponde ao de Suzuki (1996). O autor desenvolve seus estudos em Rondonópolis (Mato Grosso), objetivando compreender a transição do rural ao urbano nesta realidade, considerando sua transformação sócio-espacial de povoado em cidade. Para este fim, demonstra que na passagem do rural ao urbano, que não é mecânica, devido ser um processo marcado pelas continuidades e sobreposições de temporalidades, um elemento é de suma importância, qual seja, a expansão da propriedade privada. Assim, no caso de Rondonópolis houve o desenvolvimento da frente de expansão que se caracteriza pelo uso privado das terras, sem uso mercadológico, e da frente pioneira,

onde já se observa a expansão da propriedade privada da terra, pressuposto para o avanço do capital. Essa transformação da terra em mercadoria corresponde a um processo que ocorre praticamente ao mesmo tempo tanto no campo, quanto na cidade, dando uma unidade a relação rural e urbano.

Para compreender essas articulações entre o campo e a cidade e a expansão da urbanização pelo espaço social, deve-se discutir o seu rebatimento junto à formação sócio-espacial, como foi feito no trabalho de Suzuki (1996). Isto evidencia em maior ou menor grau, um sistema de objetos, produtos da sociedade que condicionam, relativamente, a intensificação ou não da urbanização, constituindo-se, igualmente, no meio de realização da mesma. O sistema de objetos se materializada na *tecnosfera* existente em um dado local e compreende o universo dos objetos técnicos, os quais passam por evoluções, avanços e sobreposições (SANTOS, 2004).

Esse sistema de objetos, por sua vez, articula-se, dialeticamente, ao sistema de valores, responsáveis por historicizar, normatizar e significar aquele. Este último representa a *psicosfera*, que se refere à esfera da ação, “o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte do meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2004, p. 256). A *tecnosfera* e a *psicosfera* se apresentam inter-relacionadas, indissociáveis, conjugadas, funcionando de modo unitário.

A *tecnosfera*, entretanto, manifesta-se desigualmente no espaço, existindo áreas de maior concentração da mesma, enquanto outras são mais rarefeitas quanto à densidade técnica, denominadas, por Santos (2005a), respectivamente, de espaços luminosos e espaços opacos. Portanto, manifesta-se contínua em determinadas regiões, a exemplo do Centro-Sul, e descontínua, em outras, como na Amazônia e no Nordeste. Ao passo que a *psicosfera*, em especial os valores urbanos, tendem a se tornar contínuos pelo território nacional.

Assim, a difusão da urbanização apresenta duas facetas que se encontram articuladas. A primeira é manifesta pelo sistema de objetos que encarnam e possibilitam relações econômicas capitalistas, acentuando a reprodução ampliada do capital e, por conseguinte, a geração de lucros para os agentes hegemônicos. A base de realização deste urbano é a cidade, submetendo o campo às suas exigências e necessidades. Nesse processo

transparece a *desigualdade* sócio-econômica e técnica do espaço e, conseqüentemente, a valorização diferenciada dos lugares.

A segunda, corresponde ao sistema de ações e significados que o urbano dissemina, os valores por ele difundidos, a exemplo do consumismo, de relações baseadas no valor de troca e em sociabilidades distantes. Sua base de realização extrapola a cidade e alcança o campo, diluindo a dicotomia cidade-campo, rural-urbano; expande-se mesmo que não haja uma grande densidade técnica no lugar. Neste caso, revela-se a *diferença* enquanto elemento central, materializada na identidade sócio-espacial e simbólica.

Neste contexto, a formação sócio-espacial torna-se importante para a compreensão da “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais lhes provém o impulso freqüentemente” (SANTOS, 2005b, p, 22). Ela evidencia o desenvolvimento desigual de diferentes expressões das contradições elementares da sociedade, não sendo estas reduzidas ao econômico (MARTINS, 2004). Portanto, transparecem os ritmos sociais desencontrados, resultantes de períodos específicos da história, mas que coexistem, refletindo temporalidades e espacialidades díspares, articuladas, conflitantes, produtoras de múltiplos espaços-tempos, marcados pela *desigualdade* (econômica e técnica) e pela *diferença* (cultural e simbólica) que se traduzem espacialmente na tríade continuidade/descontinuidade/sobreposição territorial, seja de elementos simbólico/culturais, seja de elementos técnico/econômicos.

Assim, a partir da formação sócio-espacial, podemos melhor visualizar os processos de desigualdade e diferença que marcam a urbanização, assim como as contradições inerentes a ela, as quais resultam em uma diferenciação sócio-espacial, identificando e revelando ritmos sociais outros que ora fogem ao esquema da racionalidade urbana, ora são cooptados por ele.

É com esta preocupação que iremos remontar, no capítulo subsequente, à formação histórico-geográfica concernente à produção do espaço em uma área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança. O objetivo é reconstituir os seus padrões de organização territorial, assim como os espaços-tempos que se produziram a fim de datá-los, para, posteriormente, comparar as “idades” das formações sociais presentes do período atual. Pretendemos, ainda, discorrer acerca da transformação do papel

desempenhado por colônias agrícolas de Castanhal e Igarapé-Açu junto à divisão territorial do trabalho que introduz uma nova geografia à realidade sócio-espacial pesquisada.

## CAPÍTULO 2

### FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA EM COLONIZAÇÃO ANTIGA DO PARÁ E SEUS PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO

Conforme observamos no capítulo anterior, evidencia-se um processo de urbanização do campo brasileiro em decorrência da modernização do espaço agrário, o que resulta em maior mecanização das atividades produtivas, na vinculação direta entre a agricultura e a indústria e na emergência de relações capitalistas expressas no trabalho assalariado e no uso da terra para fins mercadológicos.

No entanto, essa difusão do urbano rebate nas formações sócio-espaciais da realidade, que compreendem as frações do modo de produção, ou seja, sua particularidade geográfica e a sua realização concreta. Com efeito, as formações sócio-espaciais materializam o processo de urbanização ao mesmo tempo em que o torna particular.

Essa especificidade geográfica possibilita ou dificulta a emergência do urbano, por apresentar condições econômicas, sociais, culturais e técnicas historicamente determinadas.

Portanto, o urbano corresponde a uma totalidade em totalização, ou seja, embora esteja se projetando na realidade social, sempre está se refazendo devido às condições concretas da sociedade e do espaço produzido por ela, materializadas nas formações sócio-espaciais.

Assim sendo, entendemos que embora o urbano avance sobre os lugares, esses recriam relações outras que poderíamos entender como rurais. Essas últimas se reproduzem não de maneira isolada ou com as mesmas características do passado, mas interagem com o urbano e se reconfiguram de forma a participar e resistir na realidade atual.

Este capítulo pretende reconstituir a produção histórico-geográfica da área de colonização antiga do Pará, localizada entre Belém e Bragança, especificamente das realidades dos Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal, tendo em vista a necessidade de entender a sua formação sócio-espacial, e, assim, evidenciar as espacialidades e temporalidades neles existentes, oriundas das divisões sociais do trabalho precedentes que foram integradas e dominadas pela divisão social do trabalho atual, reconfigurando-se as expressões do rural e do urbano, transformadas ao longo do tempo.

Isto ocorre porque a cada nova divisão do trabalho a sociedade passa por um movimento significativo, manifesto no surgimento de um novo elenco de funções, ao passo em que há uma resignificação funcional em termos quantitativos e qualitativos. Assim, a sociedade se revela por meio de processos que, por outro lado, desdobram-se através das funções realizadas por formas geográficas (SANTOS, 2005b).

Neste sentido, outra geografia se instaura diante do aparecimento de novas formas e funções ou refuncionalização das formas antigas. Isso decorre das exigências da presente divisão social do trabalho. Como frisou Santos (2005b), as alterações nos papéis das formas-conteúdos são resultantes e até mesmo determinadas pela maneira como o modo de produção se realiza na e pela formação social. Assim, a redistribuição dos objetivos traçados a cada momento do modo de produção e da formação sócio-espacial está sujeita à distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos inscritos no espaço.

Desta maneira, os objetos geográficos surgem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção traçados em um dado momento e, posteriormente, condicionam os momentos ulteriores da produção, assim, “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2002a, p. 129).

O objeto desta pesquisa apresenta uma particularidade quanto ao processo de produção sócio-espacial. Isso lhe confere um papel peculiar na divisão territorial do trabalho, visto que sua colonização resulta de um projeto governamental do Estado do Pará que propôs e efetuou a criação de colônias onde foram introduzidos colonos, em especial imigrantes (inicialmente estrangeiros que, gradualmente, foram cedendo lugar aos nordestinos) direcionados a trabalhar na terra com o intuito de produzir cultivos de primeira necessidade – arroz, feijão, mandioca, dentre outros – para abastecer Belém.

Antes dessa colonização oficial do Estado paraense, havia outro padrão de organização espacial cuja apropriação era realizada principalmente por populações indígenas. De uma forma geral, essa realidade passou, ao longo dos séculos, por mudanças substanciais em sua composição técnica e orgânica que sistematizamos em períodos específicos, já que, nesses cortes temporais, evidenciam-se grandes rupturas nas relações sociais e na organização espacial, ocasionando uma sucessão de espaços-tempos ao longo da história.

Esse movimento é descortinado a partir da análise de sua formação sócio-espacial, apresentando, *grosso modo*, três grandes momentos que não são lineares, mas produtos de continuidades e descontinuidades históricas em que determinado período acaba por ser a antítese do anterior, promovendo rupturas espaços-temporais, inaugurando outras relações que se combinam às pretéritas, que se recriam, porém, sobre novas dimensões, conforme podemos observar nos padrões de organização sócio-espacial da região.

## 2.1 PADRÃO RIO – VÁRZEA – FLORESTA (1616 – 1874)

Antes da colonização implementada pela Província do Pará, o trecho entre Belém e Bragança era ocupado por indígenas, dentre eles, estava os Tupinambás. Estes percorriam caminhos e trilhas, feitos por eles nas matas pouco exploradas, que os levavam até as suas aldeias, passando por entre a floresta densa. Percorriam a mata para caçar e chegar até as cabeceiras dos rios onde pescavam em canoas de confecção própria e tomavam seus banhos. Esse espaço se constituía *locus* de construção de lendas locais que ainda hoje perduram. Dele, também, retiravam a matéria-prima para o fábriço de seus remédios. A floresta, desse modo, constituía-se a residência que habitavam. Não possuíam paredes, portas e telhados; os limites eram delimitados pelos próprios elementos da natureza, fonte de alimento, abrigo, cultura e liberdade.

De acordo com o historiador Araújo (2006), com base em trabalhos arqueológicos desenvolvidos por Ítalo Falesi, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, os primeiros habitantes de Castanhal foram os indígenas. Datam de pelo menos 5.200 (cinco mil e duzentos) anos atrás, constituídos por pescadores, coletores e caçadores. Localizavam-se nas proximidades das baías de Maracanã e Quatipuru. “Foram os remanescentes destes que o Padre Antônio Vieira, em missão catequista do século XVII, encontrou reunidos em tribo com o nome de Pacanã. Mais tarde esses homens primitivos viriam a se miscigenar aos cearenses, na segunda metade do século XIX” (ARAÚJO, 2006, n/p).

No atual Município de Igarapé-Açu, segundo Muniz (1913), a partir dos relatos dos frades capuchinhos, existiam áreas, referentes às nascentes do rio Maracanã, que serviam de abrigo para negros fugidos de terras do rio Guamá, da costa Atlântica e, também, de Belém e suas cercanias. Ao se instalarem na área em questão, desenvolviam a prática de

cultivo da terra e da caça para poderem sobreviver, além de efetuarem roubos em povoados próximos. Com o tempo, constituíram uma vila, com aproximadamente 1.000 (mil) pessoas, entre negros fugidos e degradados. Essa vila foi denominada de Santa Maria de Belém que, em função de uma forte incursão militar do governo do Pará, foi destruída e os seus habitantes mortos. O local foi, posteriormente, ocupado por tribos indígenas. Estes formaram uma aldeia conhecida como *Aldeia Velha*. Ao se espalharem, instituíram outras aldeias menores, sendo uma delas localizada no Prata (núcleo agrícola pertencente à Igarapé-Açu), composta pela família dos Miranda; outra na localidade de *Anselmo*, onde habitava a família dos Braz, e, por fim, uma última aldeia situada nas nascentes do rio Jejú, área de vivência da família dos Leopoldinos; sendo todas estas famílias pertencentes à tribo dos Tembés (MUNIZ, 1913).

Em função da descrição feita por Muniz (1913), sobre a disposição das aldeias, observamos que muitas se localizavam próximas aos rios, utilizados possivelmente para a circulação e pesca, na medida em que eram navegáveis, a exemplo do rio Maracanã. Estas aldeias, ainda segundo o autor supracitado, posteriormente, após a fundação de Jambú-Açu,<sup>15</sup> em 1898, passaram por um processo “civilizatório” por meio da ação da igreja católica, mais precisamente da ordem religiosa capuchinhos Lombardos.

Essa catequese dos indígenas foi efetuada com o apoio do governo do Estado do Pará, que deveria conceder 25 Km<sup>2</sup> (vinte e cinco quilômetros quadrados) de terras a serem divididas em lotes de 25 (vinte e cinco) e 10 (dez) hectares, para a constituição de um núcleo colonial indígena. Também deveria construir edificações para residências, escola, internato e fornecer utensílios necessários aos estabelecimentos. Em contrapartida, os missionários administrariam a colônia, assim como ensinariam instruções de moral e cívica e de trabalhos de agricultura. A sede desse núcleo se constituiu no povoado de Santo Antônio do Prata, disposto na junção do rio Prata com o afluente da margem esquerda do rio Maracanã. Essa colônia indígena, por sua vez, foi anexada ao núcleo de Jambú-Açu, por meio do processo de colonização (MUNIZ, 1913).

Em decorrência da colonização levada a cabo em fins do século XIX e início do XX, começa gradativamente um processo de aculturação indígena, assim como a sua incorporação junto à dinâmica econômica da época, embora essa inclusão há muito já

---

<sup>15</sup> O município de Igarapé-Açu se originou a partir da sede do núcleo de Jambú-Açu.

tivesse ocorrido em outras áreas a partir da catequização dos índios pela Igreja – com destaque para os jesuítas. Essa instituição no século XVII tinha o intuito de “amansar” o nativo para se utilizar dos seus conhecimentos e de sua força de trabalho e, assim, explorar as chamadas “drogas do sertão” existentes na Amazônia, que caracterizavam especiarias de grande valorização no mercado europeu.

Em Belém, devido à iniciativa de Portugal de implementar o sistema de sesmarias, doando terras àqueles que viessem a desempenhar a atividade agrícola, a partir de 1.700, houve a doação de Cartas de datas e sesmarias a colonos que moravam na cidade. Estes desenvolveram em seus estabelecimentos uma agricultura comercial, privilegiando o cultivo do tabaco, do café e da cana-de-açúcar utilizada para a fabricação de aguardente. O trabalho empregado nestes locais em que se desenvolvia a agricultura, inicialmente, foi indígena, mas após a sua proibição, introduziu-se o escravo negro, por determinação da Companhia Geral do Comércio (CRUZ, 1955; 1958).

O trabalho indígena era comum no sentido de proporcionar a reprodução do capital comercial, gerado pela comercialização de produtos extrativistas e agrícolas. Entretanto, no caso específico da área de estudo em questão, não há dados históricos de nosso conhecimento que comprovem a utilização do índio como mão-de-obra compulsiva, embora este tenha apresentado fortes mudanças estabelecidas em sua cultura e na organização do seu espaço, como bem demonstra o relato de Muniz (1913), ao mencionar a tentativa de imposição de uma educação religiosa, da padronização dos lotes de terras, das casas e do trabalho agrícola.

Excetuando-se a ocupação indígena existente entre Belém e Bragança, poucos são os relatos de outro tipo de apropriação efetuada na área antes do século XIX, com exceção do povoado do Sousa do Caeté, fundado em 1634, posteriormente tido como vila de Bragança (1753). Penteado (1967, p. 106) relata-nos que:

Na extremidade oriental da Região Bragantina, teria existido um modesto núcleo indígena, encontrado por Pedro Teixeira, na sua famosa viagem por terra, de Belém ao Maranhão (ano de 1616); em Souza do Caeté, a 16 km de sua foz, foi fundada a vila de Souza do Caeté, por iniciativa de Gaspar de Souza. Seu isolamento trouxe-lhe acentuada decadência, sustada em 1753 graças aos trabalhos de Mendonça Furtado, que nesse ano, nela localizou imigrantes originários dos Açores. Completamente abandonada e entregue à sua própria sorte, a atual Bragança passou por

fase de grande dificuldade, vivendo de suas lavouras, que não encontravam mercado consumidor próximo.

A vila de Bragança, à época, contava com “quatro mil quatrocentos e oito brancos de ambos os sexos, quatrocentos e oitenta e dois escravos e mil oitocentos e oitenta e cinco índios e mestiços livres” (BAENA, 2004, p.224). Nesta localidade os moradores desenvolviam “bom café, algodão, e mandioca: alguns possuíam fazendas de criação nos campos, que jazem na parte posterior da vila” (BAENA, 2004, p. 224).

Portanto, a produção do espaço alia-se a um padrão de organização em que o rio ganha grande relevância para a circulação das pessoas, mercadorias e informações, assim como é fonte de abastecimento de água e de alimento por conta da pesca, em cujas margens se realizava a agricultura comercial, embora ainda pouco desenvolvida. A floresta também se torna a residência dos indígenas, de onde retiram frutos, madeira, ervas medicinais, lendas e mitos que explicam fatos inexplicáveis; logo, o tempo está intimamente atrelado às dinâmicas da natureza, às enchentes e vazantes dos rios, à época de colheita da agricultura ou coleta de frutos.

Essa organização sócio-espacial das relações sofre uma interferência a partir da implementação da colonização do trecho entre Belém e Bragança, mais conhecido no período como região Bragantina<sup>16</sup>. Esse projeto já havia sido proposto desde 1858, mas só foi levado a cabo em 1874. Essa área foi escolhida para esse fim em virtude da propalada fertilidade do solo e pela proximidade do mercado de Belém que, à época, apresentava um *deficit* interno em relação à produção voltada para a subsistência da população local. Esse fato contribuiu para a efetivação da ocupação da referida região para fins de

---

<sup>16</sup> Os atuais municípios que compõem a micro-região Bragantina foram criados em sua maioria em 1961, com exceção de Quatipuru, mas todos se vinculam ao período da colonização do final do século XIX. No entanto, muitos foram se formando a partir de desmembramentos territoriais existentes ao longo do século XX, a saber: Augusto Corrêa, que se constituía no ano de 1895 em um povoado de Bragança, denominado de Urumajó, sendo desmembrado e, posteriormente, elevado à condição de município; Bonito, que surgiu a partir do desmembramento territorial de São Miguel do Guamá; Igarapé-Açu, que se formou na sede do antigo núcleo de Jambú-Açu; Nova Timboteua, que surgiu do antigo povoado de Timboteua; Peixe-Boi, que se originou a partir do desmembramento territorial de Nova Timboteua; Primavera, que pertenceu anteriormente à Capanema e Salinópolis e, mais remotamente, a Bragança; Quatipuru, que surge do desmembramento territorial de Bragança em 1879, passando à condição de município apenas em 1994; Santa Maria do Pará, que teve seu território formado com partes dos municípios de Igarapé-Açu, Nova Timboteua e São Miguel do Guamá; Santarém Novo, criado a partir do desmembramento territorial do atual município de Maracanã; e São Francisco do Pará, que se formou a partir da antiga vila de Anhangá (CRUZ, 1958, 1955; ROCQUE, 1994).

desenvolvimento da agricultura comercial, desarticulando relações anteriores e introduzindo novas, marcadas por outro padrão de organização social e geográfico.

## 2.2 PADRÃO CIDADE – ESTRADA-DE-FERRO – COLÔNIA (1875 -1965)

A partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1874, o Império determinou a ocupação racional do solo paraense. Assim, a partir do Decreto Imperial nº. 814 se instituía a Lei de Colonização, instruindo-se a necessidade de povoar a área entre Belém e Bragança. O objetivo já tinha sido delineado pelo vice-presidente da Província do Grão-Pará em 1858, Ambrosio Leitão da Cunha, que explicou seu interesse em relatório apresentado e lido na Assembléia Legislativa Provincial em 8 de Dezembro. Nesse documento é exposta a preferência pela colonização da Bragantina. Baseia-se no fato de “os solos fertilíssimos se prestarem para todo gênero de cultura, onde a comarca de Belém mantém os seus mais ricos campos de criação” (CUNHA, 1958, p.13) <sup>17</sup>.

No ano de 1874, no governo do Dr. Pedro Vicente de Azevedo, o engenheiro Guilherme Francisco, no exercício eventual de Presidente da Província, expõe em relatório a preferência em estabelecer colônias agrícolas na estrada de Bragança, tanto pela grande fertilidade do solo quanto pela proximidade do mercado de Belém. Portanto, fica patente o interesse governamental em ocupar as terras entre Belém e Bragança para o desenvolvimento da agricultura. Desse modo, uma vez concedido pelo governo imperial o direito de colonização da Bragantina, iniciaram-se os trabalhos de medição, demarcação e limpeza da área. Posteriormente, a Assembléia Legislativa Provincial autorizou o governo a conceder 40 (quarenta) anos de privilégio de uso à empresa ou companhia disposta a construir uma estrada-de-ferro ao longo da Bragantina. Entretanto, os concessionários eram obrigados a providenciar a imigração e instalar ao longo da via férrea 10.000 (dez mil) colonos, sendo 2.500 (dois mil e quinhentos) deles por ano. Ao governo coube a responsabilidade de pagar as passagens dos imigrantes (CRUZ, 1958).

---

<sup>17</sup> Quanto à fertilidade do solo, Penteado (1967) afirma que à época era a região, pela grande vegetação que apresentava, considerada uma das melhores. No entanto, a partir de estudos posteriores, verificou-se que a mesma possuía um solo pobre e cujo processo de degradação se intensificou com a colonização.

Assim, apresentaram-se os primeiros concorrentes, os engenheiros Cícero de Pontes e Antônio Gonçalves da Justa Araújo que assinaram o contrato assegurando a interligação entre Belém e o primeiro núcleo colonial (Benevides). Esse acordo não se concretizou, pois não foi levado a efeito devido à desistência dos empresários, o que levou o próprio governo a iniciar a construção da ferrovia e a instalação da colônia. Para tanto, fez a limpeza da estrada ao longo de 30 (trinta) quilômetros; a medição e demarcação dos lotes de terras onde se instalariam os imigrantes, bem como a nomeação do Diretor da colônia o coronel José de O' de Almeida (CRUZ, 1958).

Este projeto de colonização da Bragantina se insere no contexto em que a Amazônia vivencia a economia da borracha, momento em que o látex retirado da árvore de seringueira<sup>18</sup>, prática comum entre os nativos, ganha grande valorização no mercado internacional. Isso acontece, especialmente entre 1840 e 1910, em decorrência da revolução industrial implementar uma série de avanços técnicos, dentre eles, a vulcanização da borracha, matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos industrializados, como, por exemplo, na fabricação de pneumáticos.

De acordo com Machado (1989), a valorização da borracha apresentou quatro fases. As duas primeiras corresponderam ao que a autora chama de período manufatureiro. Neste, enquanto os Estados Unidos se colocavam como líder industrial, a Inglaterra se tornava a maior fornecedora mundial da matéria-prima, sendo a principal absorvedora dessa produção. A terceira fase, na década de 1880, refere-se ao período de aumento das exportações da borracha e dos preços que obtinha no mercado de Londres e Nova York. Nesse momento, a Inglaterra aumentava também sua expansão colonial em relação à Ásia e à África, onde se desenvolveu o cultivo de árvores de *hevea*, implementando a exploração da borracha em escala industrial. Por fim, ao final da década de 1880, a partir da invenção do pneumático (1888), estimula-se a indústria neste ramo, em conjunto com a indústria automotora; logo, a quarta fase se fundamenta na grande indústria. Esta última etapa de valorização correspondeu ao momento em que se observou o “boom” da economia da borracha na Amazônia.

---

<sup>18</sup> Árvore da família das euforbiáceas (*Hevea brasiliensis*), de folhas compostas, flores pequeninas, reunidas em amplas panículas, fruto que é uma grande cápsula com sementes ricas em óleo, e madeira branca e leve, de cujo látex se fabrica a borracha; árvore-da-borracha (FERREIRA, 2004).

O desenvolvimento da atividade de exploração gomífera amazônica está intimamente ligado aos quatro períodos descritos acima por ser a região a principal fornecedora de látex, muito embora suas exportações para o mercado exterior tivessem sofrido variações ao longo das referidas etapas. Neste sentido, esse extrativismo só irá ganhar maior expressão no último decênio do século XIX.

Para o desenvolvimento da exploração da *hevea* se fez uso da mão-de-obra nordestina que migrava de sua região de origem em direção à Amazônia em função da grande seca que se processara naquela região e da ampla propaganda que o governo fazia acerca da borracha, o chamado “ouro branco”. Os nordestinos eram trazidos por uma iniciativa governamental, mas, também, por particulares que se responsabilizavam por pagar a passagem do imigrante. Isso contribuiu para envolvê-lo em um sistema de dívidas desde a sua vinda, estratégia essa denominada de “aviamento”. Eles deveriam pagar, além de sua passagem, os instrumentos e alimentos que necessitavam ao adentrar a mata para extrair o látex. A produção deveria ser repassada ao chamado “patrão”, dono do depósito de víveres e provisões, como forma de pagamento. Esses migrantes, por sua vez, nunca se efetivavam totalmente, em função de uma gama de relações que o endividavam continuamente. Por serem, em sua maioria, analfabetos, eram constantemente enganados quanto ao preço dos produtos que compravam, dentre eles mantimentos, posto que não poderiam praticar a agricultura (GONÇALVES, 2001; MACHADO, 1989).

Os seringais, local de extração do látex, eram acessados por meio dos rios, principal via de circulação e transporte da goma de borracha extraída da floresta, repassada, em seguida, aos “patrões” ou aos regatões<sup>19</sup>.

Como podemos observar, a organização sócio-espacial da Amazônia, naquele período, caracterizava-se principalmente em função das atividades econômicas desempenhadas por uma grande valorização do rio (circulação e alimentação), da várzea (cultivo, por exemplo, da juta) e da floresta (extrativismo, principalmente da borracha). Essa relação está materializada na rede urbana regional que “não é mais do que a cristalização no espaço do sistema de ‘aviamento’, que se tem um padrão de circulação

---

<sup>19</sup> Com o avanço dos nordestinos rumo a outros seringais, estes [os nordestinos] se direcionavam aos altos vales, encarecendo o transporte da borracha e das mercadorias de que necessitavam, aparecendo a figura do regatão “só que agora eram imigrantes sírios no lugar dos portugueses do século XIX. Vendiam diretamente aos seringueiros. Estes pagavam em produto ou mesmo em dinheiro. Deixando de entregar a produção ao ‘patrão’, ou gastando o dinheiro, diminuía a contribuição para resgate do débito” (MACHADO, 1989, p. 403).

marcado pela rede de drenagem regional, assumindo assim uma forma dendrítica” (CORRÊA, 2001, p. 48), cujas principais cidades correspondem a Belém e Manaus.

Neste período, de acordo com Weinstein (1993), os presidentes da Província do Pará injetaram suas energias e receitas excedentes da atividade gomífera nas colônias agrícolas.

Essa necessidade de criação de áreas agrícolas estava bem presente nos relatórios de Província quando os governadores explicitavam que era inconcebível que o Pará, mesmo com solos tão férteis e cheios de vida, carecesse de produtos agrícolas, tendo de importar uma variedade grande destes, principalmente por ocasião do desenvolvimento da borracha:

Não posso fallar da agricultura do Pará, sem lamentar, que ella tenha cahido em quase completo abandono. Conheceis muito melhor do que eu as causas d’essa ruína da agricultura, já mil vezes denunciadas nos relatórios dos meus antecessores, nos livros de escriptores conscienciosos e na imprensa em geral. A cobiça do seringueiro ignaro ferio-a profundamente, mas a mão callosa do immigrante intelligente fal-a-há erguer-se da prostação em que está, e em mais ou menos annos, a collocará na posição que lhe está destinada: a da primeira, mais nobre e mais fecunda das industrias no nosso paiz.

Já vos disse há pouco, que o Pará compra hoje ao Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, e Maranhão os gêneros que outrora produzia em abundancia: o café, o algodão, o assucar e a farinha de mandioca ou farinha d’agua (AZEVEDO, 1874, p. 61)

Conforme o pronunciamento acima, havia uma intenção política em sanar o problema referente ao abastecimento de produtos de primeira necessidade em Belém; a solução mais viável encontrada foi a colonização da Bragantina.

Três fatores foram de suma importância para a concretização deste projeto: financiamentos advindos da borracha, imigração e construção da via férrea.

### 2.2.1 O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PROVINCIAL DA BRAGANTINA NO PERÍODO DO EXTRATIVISMO DA BORRACHA

O período da borracha trouxe bastantes riquezas para Amazônia, expressas nas formas urbanas da “*belle époque*”, como o Teatro da Paz, em Belém e o Teatro Amazonas em Manaus. Nessa ocasião, várias foram as maneiras de se empreender a modernização da região amazônica por meio da influência tanto da tecnologia quanto dos valores europeus. A colonização empreendida entre Belém e Bragança expressa tal projeto. Seu conteúdo ideológico tinha em vista levar a civilização e o progresso aos locais ainda “desabitados”.

Não por acaso essa colonização ocorreu de 1875 a 1908, coincidindo como momento de maior desenvolvimento comercial do extrativismo da borracha. Belém representava o principal entreposto comercial da Amazônia oriental em função da privilegiada localização geográfica na grande desembocadura da foz do rio Amazonas.

A capital paraense exportava grande parte dos produtos nativos, em especial o *látex*, havendo inclusive muitas benfeitorias e melhorias nos portos para atender à grande demanda da produção gomífera (ACEVEDO, 2002). Por outro lado, importava muitos produtos manufaturados da Europa, pelo menos os membros da elite local, dentre eles alimentos, visto que o forte desenvolvimento da economia extrativista ocasionou uma diminuição nos cultivos agrícolas, desencadeando uma carência de mantimentos à população da capital e do interior, principalmente em relação para aqueles de menor poder aquisitivo.

Desta forma, a classe dirigente continuava a se abastecer de produtos importados enquanto o resto da população não tinha acesso a cultivos de primeira necessidade. Esse problema se acentuou em virtude do crescimento populacional proporcionado pelas grandes levadas de imigrantes que vinham atraídas pela economia da borracha. Eles se concentravam na cidade e nos seringais, demandando a urgência por áreas agricultáveis para suprir as necessidades dos habitantes de Belém e dos seringueiros.

Essa crise que se acirrou nesse momento específico decorreu da decadência das atividades organizadas sob o sistema de sesmarias, pela diminuição da produtividade agrícola provocada pela revolução popular da “Cabanagem” (1835-1837) e pela grande corrida para o extrativismo da borracha; sendo este último aspecto o que levou a Província

a tomar medidas para tentar suplantar a crise alimentar que se instaurava (CONCEIÇÃO, 1990).

Neste contexto, a classe dirigente da Província, visando a sanar o problema, implementou a colonização da Bragantina. Para tanto, os governantes projetaram anteriormente à colonização efetiva dessa área, o perfil social daqueles que deveriam ocupar a região e sua organização espacial. Assim, os colonos deveriam ser trabalhadores agrícolas, de preferência europeus, por serem dados ao trabalho e poderem inserir inovações técnicas junto à produção. Tais colonos, por sua vez, produziram em lotes de terras previamente demarcados, em geral de 25 (vinte e cinco) hectares (CRUZ, 1955, 1958; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990).

Todo este projeto se efetivou concretamente devido ao financiamento ocasionado pelo extrativismo da borracha, tendo em vista que parte dos excedentes do comércio gomífero, ligados aos impostos, foram direcionados aos cofres públicos, transformados, por conseguinte, em investimentos de infra-estrutura na Bragantina, tanto no processo de imigração quanto na construção da via férrea, que viria posteriormente interligar os núcleos agrícolas.

### 2.2.2 A IMIGRAÇÃO PARA BRAGANTINA E A PRODUÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

A colonização da Bragantina representava um ideal de modernização do espaço. Deste modo, foi ocupada para implementação da “civilização” e do “progresso”. Esses elementos da modernidade seriam alcançados a partir do desenvolvimento da agricultura, pois esta atividade impulsionaria o abastecimento da capital paraense, ao mesmo tempo em que viabilizaria o aproveitamento do solo, a dominação dos recursos florestais (principalmente a madeira) e o povoamento (NUNES, 2007).

Com efeito, é marcante nos discursos das autoridades locais o progresso advindo por meio da agricultura, pois apresenta a possibilidade de aproveitamento dos solos férteis e de civilização através da ocupação do solo, principalmente por homens trabalhadores, o que garante a ampliação do domínio e controle estatal sobre o território paraense. De acordo com Nunes (2007, p.3), “uberidade<sup>20</sup> do solo, povoar matas virgens, vastas terras desertas,

---

<sup>20</sup> Referente à fertilidade do solo.

fecundo e riquíssimo solo, expressões comuns nos pronunciamentos e relatórios, demonstram a preocupação e necessidade de exercer o domínio sobre a natureza”. Ainda, segundo o autor, “havia a preocupação de ocupar a região com indivíduos que se convencionou chamar de homens laboriosos, daí (...) o apelo para que se dirigissem à região famílias que viessem povoar nossas vastas terras desertas” (NUNES, 2007).

Neste contexto de modernização do espaço bragantino, introduziu-se, preferencialmente, pelo menos no início desse processo, a mão-de-obra do imigrante estrangeiro, demarcando, de acordo com Conceição (1990), a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Diferentemente de São Paulo, cujos fazendeiros de café evitavam programas de colonização, preferindo o regime de colonato com os imigrantes europeus, na Bragantina se previa aos colonos acesso à terra e construção de infra-estrutura necessária para alocação daqueles. Este projeto não entrava em conflito com os interesses das classes ligadas ao poder local, visto que as terras onde se implementou a colonização não apresentavam valorização. A propriedade destas não acarretava em valor de mercado em função da grande abundância dos solos destinada à colonização. Os colonos, por sua vez, deveriam ser trabalhadores agrícolas, como o europeu, diferente do negro e do índio (CONCEIÇÃO, 1990).

Tendo em vista este ideal de trabalhador, de forma a “civilizar” a região, desconsiderando a presença indígena na referida área, a Província do Pará incentivou a vinda de imigrantes europeus a partir de contratos firmados com empresas; contratos estes que muitas vezes não foram levados a cabo. Assim, para suprir a deficiência de mão-de-obra, utilizaram-se igualmente trabalhadores nacionais, especialmente nordestinos.

Muitos dos imigrantes estrangeiros que vinham para colonizar a Bragantina acabaram por não se fixar nas colônias que eram alocadas, devido às condições precárias de infra-estrutura, sendo responsabilizados pelo fracasso das colônias e pela ineficiência no abastecimento de Belém que ainda perdurava (LACERDA, 2006).

Assim, os grandes colonizadores da região foram os nordestinos, que migravam em grande quantidade, principalmente em momentos de seca exacerbada no Nordeste, fato que ocorreu, por exemplo, em 1889. No entanto, é importante frisar que essa migração

nordestina, em grande margem, era impulsionada pela possibilidade concreta de acesso à terra na Bragantina.

Neste contexto, a imagem criada deste trabalhador era de flagelado, fugitivo da seca, retratada não apenas pelos governantes, mas por literatos, como é o caso de Bruno de Menezes (1954), em seu romance “Cadunga: cenas das migrações nordestinas na Bragantina”. Neste livro o autor trata não apenas da “fuga”, mas, também, das dificuldades que permeavam a migração do nordestino:

Os próprios mandacarus agrestes, com as espátulas espinhosas murchando, serviam de motivo para entristecer a paisagem. Não ostentavam mais os rosários de pétalas sangrentas, que os viajantes admiravam, quando o sertão refloria. Fazia pena ouvir o lamento angustiado das poucas rêzes sedentas. Uma desolação de terra empestada. Quando se esgotaram os últimos recursos, viram-se eles desesperados e sucumbidos, na contingência de abandonar o recanto amado, à procura das zonas litorâneas, lá, noutras plagas distantes, onde viver não fosse aquela expiação tremenda.

E andaram meses. Durante o dia, como alucinadas visões de uma tétrica miragem: à noite, como se encarnassem fantasmas, assombrações, venciam léguas, na ânsia de um pouco, numa sede mortal (MENEZES, 1954, p. 9).

No que diz respeito ao processo de imigração efetuada pela Província do Pará para a colonização gradativa da Bragantina, observa-se que dos quinze núcleos agrícolas criados entre 1875 e 1900, nove possuíam a presença do europeu. Em Benevides, por exemplo, o imigrante francês correspondia à maioria dos colonos, enquanto que nas demais há marcadamente a presença do espanhol. Entretanto, os estrangeiros, que no período inicial da colonização eram a maioria, foram cedendo lugar ao brasileiro, em especial ao nordestino, tornado-se o sujeito social que de fato empreendeu sua marca na colonização, inclusive, com colônias onde exerciam sua expressividade numérica (Santa Rita do Caranã, Inhangapi, Castanhal e Apeú). Isso é constatado por Penteado (1967):

Assim sendo, a colônia do Apeú recebeu “cearenses”, a partir de 1886, a de Marapanim foi criada para recebê-los e especialmente foram ali localizados nordestinos do Ceará e do Rio Grande do Norte; o mesmo se passou com a colônia de Castanhal e com todas as colônias e burgos agrícolas que surgiram no último quinquênio do século passado: Santa Rosa, José de Alencar, Jambú-Açu, Santa Rita do Caranã, Ianetama, Inhangapi, Ferreira Pena e Anita Garibaldi. Nem mesmo a colônia de

Benjamim Constant, situada na extremidade oriental da Bragantina, escapou às levas de nordestinos introduzidos em que também foram criados especialmente para este tipo de imigrantes; os de Araripe e Apeú, que receberam inicialmente açorianos, passaram, a partir de 1886, a possuir populações quase que exclusivamente “cearenses”; o de Santa Rita do Caranã foi fundado com a obrigação de o contratante ali localizar 50 famílias “cearenses”; o mesmo se passou com a colônia de Marapanim, desdobrada em duas seções, a segunda das quais, aliás, até teve o nome de José de Alencar (PENTEADO,1967, p. 138).

A criação das colônias e a presença desses imigrantes podem ser visualizadas no quadro 01, por meio do qual se evidencia o momento do surgimento, a localização em relação à Belém (porção ocidental) e Bragança (porção oriental) e os principais imigrantes que compõem cada colônia agrícola, mostrando-se a participação desses sujeitos sociais na produção do espaço da região.

<b>QUADRO 01 – NÚCLEOS COLONIAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA</b>				
<b>Subdivisão dos grupos coloniais</b>	<b>Colônia</b>	<b>Fundação</b>	<b>Medição dos terrenos</b>	<b>Imigrantes</b>
Porção Ocidental	Benevides	1875	25 ha	Europeus, principalmente franceses, norte-americanos e brasileiros.
Porção Ocidental	Apeú	1886	-----	Nordestinos, principalmente cearenses.
Porção Ocidental	Castanhal	1883	5 ha	Nordestinos (Cearenses).
Porção Ocidental	Ferreira Pena	1899	25 a 50 ha	Brasileiros, em sua maioria, e espanhóis.
Porção Ocidental	Granja Américo	1898	-----	Nacionais e estrangeiros
Porção Ocidental	Santa Rosa	1898	25 ha	Brasileiros, espanhóis, em sua maioria, alemães e italianos.
Porção Central	Inhangapi	1898	25 ha	Somente brasileiros, com destaque aos cearenses.
Porção Central	Ianetama	1899	25 ha	Brasileiros, em sua maioria, espanhóis (compondo a maior parte dos europeus) e italianos.
Porção Central	José de Alencar	1898	-----	Brasileiros, em sua maioria, nordestinos, e espanhóis.
Porção Central	Anita Garibaldi	1898	25 h	Brasileiros, em sua maioria, espanhóis (compondo a maior parte dos europeus), italianos e belgas.
Porção Central	Marapanim	1896	25 ha	Brasileiros, em sua maioria, espanhóis (compondo a maior parte dos europeus) e portugueses.
Porção Central	Santa Rita do Caraná	1898	-----	Brasileiros (cearenses).
Porção Central	Jambú-Assu	1895	25 ha	Brasileiros (principalmente), espanhóis (compondo a maior parte dos europeus) e portugueses.
Porção Oriental	Capanema (antiga Quatipuru)	1883	-----	-----
Porção Oriental	Benjamin Constant (posteriormente denominada de Tijoca)	1896	25 há	Brasileiros (principalmente) e espanhóis.

Fonte: elaborado com base em Cruz (1958) e Penteadó (1967)  
Org. Rogério Rego Miranda

Conforme as informações do quadro acima, percebemos que a configuração espacial da Bragantina se pautava, geralmente, em minifúndios de 25 (vinte e cinco) hectares, havendo a padronização dos lotes de terra por parte do governo paraense. Isso objetivava o controle e o disciplinamento do colono, o qual era feito também em relação à quantidade e

ao tipo de produto agrícola cultivado, visto que era a Província a responsável por distribuir as sementes utilizadas pelos agricultores e demarcar as suas áreas agrícolas.

No que se refere especificamente à organização espacial das colônias, com base no trabalho de Penteadó (1967), visualizamos que os loteamentos, com dimensões, em geral, de 250 (duzentos e cinqüenta) metros de frente e 1.000 (mil) metros de fundos eram feitos em função das linhas coloniais. Uma linha colonial principal serve de base para a formação de “travessas”, ou seja, linhas transversais à principal, que a cortam em pontos eqüidistantes. Essas travessas serviam de acesso aos lotes dispostos em ambos os lados da colônia.

Como os núcleos apresentavam diferenças quanto à topografia e à hidrografia, ou mesmo em relação às suas dimensões, essa organização espacial mantinha seu padrão base, mas com algumas distinções quanto ao número de travessas, que, em algumas áreas, eram relativamente dispersas, e em outras mais aglomeradas.

Estes traçados nas colônias mais antigas seguiam as estradas abertas ao longo da criação das mesmas. Essas estradas serviam para a circulação das pessoas e das mercadorias. Posteriormente, os traçados foram influenciados, assim como as últimas colônias implantadas neste período, pela Estrada de Ferro Bragança.

Neste sentido, no caso da Bragantina, outro padrão de organização espacial foi se estruturando, isto é, o elemento central de ordenamento das relações sociais e transações econômicas não mais era o rio, e, sim, a própria Estrada de Ferro Bragança. Ela tinha se tornado o elo entre a cidade de Belém, onde se iniciava, e as colônias que atravessava, estando estas dispostas às suas margens e orientadas espacialmente pelos seus trilhos cujo fim se dava na cidade de Bragança.

A ferrovia foi construída para viabilizar a necessidade de interligar as colônias agrícolas localizadas ao longo da estrada de Bragança, assim como para escoar a produção delas até Belém e transportar as pessoas que habitavam a região, reorganizando o espaço agrário da Bragantina, senão vejamos.

### 2.2.3 A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA (EFB) E A INTEGRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

No anseio de modernizar e levar o “progresso” à Bragantina, introduziu-se na região um dos símbolos destes ideais na época, a locomotiva à vapor, ícone tecnológico do século XIX que antes mesmo da implementação da colonização já era pensado pelo vice-presidente da Província do Grão-Pará, Guilherme Francisco, como meio de transporte a ser utilizado para integrar os núcleos agrícolas e escoar a produção até Belém:

Para que, porém se torne uma realidade a colonização das terras marginais a estrada de Bragança e seus ramaes, é indispensável que fique garantido aos productos agrícolas e industriaes transporte fácil e rápido para o mercado da capital, e esse transporte se pode satisfazer sendo feito por estrada de ferro (FRANCISCO, 1874, p.12)

A locomotiva havia se tornado um dos principais meios de integração das cidades e países na Europa após a Revolução Industrial, período em que a tecnologia do ferro obteve grandes avanços. O principal país exportador desse produto era a Inglaterra, que buscava ampliar o seu mercado consumidor nos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil. Este começava a adotar a ferrovia como meio de transporte a partir do século XIX, em decorrência da necessidade de escoar a produção agrícola do café centralizada em São Paulo, produto que, naquele momento, era um dos mais importantes na pauta de exportação.

Assim, a introdução da via férrea foi motivada pelos interesses da classe dos fazendeiros cafeicultores, alcançando eficiência na circulação da produção e participação política. Deste modo, em 1852, o governo autorizou a construção da estrada-de-ferro no Brasil, iniciando a modernização do país a partir da ferrovia (LACERDA, 1992).

Esse momento é analisado por Lencioni (1985), que discutiu as transformações na pequena cidade de Jardinópolis em São Paulo, a partir do desenvolvimento do café e da introdução da malha ferroviária, responsável pela expansão dos cafezais ao interligar os diversos locais de produção ao porto exportador de Santos. Assim, a circulação pelas estradas de ferro se torna um pressuposto da produção, em virtude de este meio de transporte colocar a “circulação material como um fator da produção na medida em que a

circulação social significa a totalidade do ato de troca” (LENCIONI, 1985, p. 36). Ainda, segundo a autora:

As estradas de ferro passaram a diferenciar os valores adicionais às mercadorias, não no âmbito do processo imediato de produção, mas no processo geral de produção no momento em que tornaram possível a transformação de uma mercadoria potencial, o café produzido cada vez mais distante do porto exportador, em mercadoria real para o mercado de consumo mundial. A mercadoria café no porto de Santos tendia a se apresentar para o mercado mundial com um preço homogêneo indiferente à distância do local de produção (LENCIONI, 1985, p. 36-37).

No Brasil, as estradas-de-ferro tinham por objetivo ligar as áreas agrícolas de forma a proporcionar o escoamento da produção, imprimindo por onde passavam um processo de valorização das terras.

Na Amazônia, especificamente, a introdução desse meio de transporte se deu entre 1870 e 1880. Suas construções mais importantes foram: a Madeira-Mamoré, ao longo dos rios Madeira e Mamoré (fronteira com a Bolívia), cujo principal objetivo era ligar as áreas produtoras de *látex* e, assim, escoar essa produção; a Estrada de Ferro Tocantins, interligando Tucuruí a Jatobal, cujo plano era articular Belém à capital goiana, de forma a viabilizar o acesso aos minérios paraenses; e a Estrada de Ferro Bragança (EFB), com uma extensão de 247 (duzentos e quarenta e sete) km. O anúncio, apenas, do projeto de implementação desta estrada de ferro na Bragantina provocou entre 1867 e 1869 a especulação imobiliária junto aos terrenos adjacentes ao trajeto do trem. Além disso, mais de 1.000 (mil) ha de terras públicas foram distribuídos pela Província, desde a saída de Belém, estendendo-se ao longo do percurso delineado para esta via de circulação (ACEVEDO, 2002).

Diferentemente de São Paulo, a introdução da ferrovia na Bragantina, embora almejasse integrar os núcleos agrícolas, transportava produtos sem grande repercussão econômica no mercado internacional; ao contrário, a lógica produtiva se pautava no mercado regional, ou melhor, na consolidação deste.

A estruturação deste mercado interno foi produzida a partir da potencialização da sociedade mercantil já existente na época, a partir da recuperação da economia amazônica por meio do extrativismo, entre 1840 a 1880, havendo um aumento considerável de

embarcações (com destaque ao navio a vapor) e de produtos transportados por meio do Porto de Belém, proporcionando uma revolução no comércio, especialmente da borracha. Nesta época, havia, também, a presença dos regatões, que após a proibição de circulação, continuaram na clandestinidade (ACEVEDO, 2002).

Esse mercado interno ganhou força, igualmente, pela produção efetuada nas colônias agrícolas cujos produtos eram vendidos em Belém e nas estações de parada do trem, ponto de encontro de pessoas, mercadorias, narrativas, informações, histórias e estórias.

Tendo em vista a formação deste mercado regional, fortaleceu-se a produção advinda pelos rios, mas, também, nas terras altas da Bragantina, onde se introduziu a Estrada de Ferro Bragança, objetivando-se, como já foi dito anteriormente, a integração dos pontos de produção agrícolas criados pela Província e, por conseguinte, a circulação dos cultivos até Belém que centralizava os fluxos produtivos nesse período.

As colônias agrícolas, ao longo da região estudada, antes da introdução da via férrea, estabeleciam a comunicação com a capital paraense por meio dos rios, tornando bastante dificultosa a circulação das pessoas e dos produtos, problema que seria sanado, em parte, pela construção da ferrovia. Esta, uma vez estabelecida, desarticulou, embora não totalmente, o padrão de organização rio – várzea – floresta proposto por Gonçalves (2002) no sentido de explicar a dinâmica sócio-espacial Amazônica. Este autor faz uma análise macro-regional, deixando de perceber outros processos sócio-espaciais, como os que aqui são estudados.

A construção da Estrada de Ferro Bragança iniciou-se em 1883, levou-se aproximadamente um ano para concluir a primeira parte da obra que ligou Belém a Benevides. Nos anos subsequentes seus trilhos iam chegando aos mais longínquos lugares. Em 1886, a ferrovia alcançava a colônia do Apeú, estendendo-se, posteriormente, ao trecho mais central da Bragantina. Em função de uma situação financeira pouco favorável ao governo do Pará, a construção da via férrea foi se acontecendo mais lentamente, chegando apenas em 1893 a Castanhal; em 1897, a Jambú-Açu, em 1903 ao Livramento; em 1907 a Capanema; e, finalmente, em 1908, a Bragança (PENTEADO, 1967).

Como podemos perceber, neste momento há uma colonização efetiva da Bragantina que, embora tenha sido efetuada de modo precipitado, rápido e improvisado (PENTEADO,

1967), proporcionou a produção de um espaço ímpar na realidade amazônica, demarcado pela grande imigração nordestina e pela introdução de uma agricultura familiar e diversificada, desenvolvida nos vários núcleos agrícolas que margeavam a ferrovia, em pleno funcionamento na época, dando origem ao “campesinato bragantino” (HÉBETTE, 2004).

As colônias, conforme já foi dito, a partir da construção da Estrada de Ferro Bragança (EFB), organizaram-se espacialmente em torno da malha ferroviária, que condicionava o padrão de organização dos lotes e permitia a circulação das pessoas e mercadorias. Assim, a Estrada de Ferro de Bragança interligava os dois polos até então mais povoados e ocupados da Bragantina na época, ou seja, Belém, no extremo ocidente, e Bragança, no extremo oriente, perfazendo uma extensão de 247 (duzentos e quarenta e sete) quilômetros em bitola de um metro. O trajeto tinha seu início em Belém, no atual bairro de São Brás, e seguia pelos locais que hoje conformam os seguintes Municípios: Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua e Bragança, onde ficava sua Estação final, especificamente na localidade de Tijocas (antiga Benjamim Constant).

Essa via férrea possuía também três ramais. Localizavam-se em Icoaraci (na época conhecida como Vila Pinheiro, constituindo-se atualmente em um distrito do Município de Belém), em Benfica (pertencente a Santa Bárbara do Pará) e no Prata (localidade de Santa Maria do Pará).

Em cada um dos antigos núcleos agrícolas que margeavam a EFB existia pelo menos uma estação de trem. Essas estações tinham uma importância fundamental do ponto de vista das relações sociais e espaciais que eram desenvolvidas pelos trabalhadores, sejam eles agricultores, comerciantes (donos de tabernas que logo se instalavam nos núcleos) ou funcionários da estrada-de-ferro.

Essas estações formavam os nós da rede de transporte ferroviário. Assim, enquanto a linha de trem representa a passagem, a circulação, o fluir das mensagens, dos produtos, dos objetos em geral, as estações representavam a parada, área de concentração, de convergência, *locus* de afluência e ponto inicial de distribuição de mercadorias, indivíduos e informações.

Deste modo, a linha do trem que atravessava a mata da Bragantina interligava os núcleos coloniais, dinamizando a economia local, facilitando fluxos de toda ordem, unindo vidas e histórias espalhadas pela região, conforme assinala Conceição (2002):

O dinamismo dos núcleos coloniais decorreu, principalmente, do transporte ferroviário, responsável pela interligação fundamental entre os núcleos, durante várias décadas. Como a migração foi realizada por famílias inteiras e essas tinham parentes nos demais núcleos, a facilidade do transporte era invocada para finalidades econômicas (escoamento da produção agrícola) e para motivos sociais (encontrar os parentes), razões pelas quais a própria EFB tinha comboios de carga e de passageiros (CONCEIÇÃO, 2002, p. 141).

As informações começaram a circular mais rapidamente e, em função da EFB, a comunicação se tornou possível entre as colônias. Desta maneira, as notícias dispersavam-se ao longo do trajeto da via férrea.

As estações, por outro lado, compreendiam os pontos em que a dinâmica econômica ocorria, pois eram nestas paradas que os colonos e comerciantes aproveitavam para desenvolver o comércio dos seus produtos junto aos passageiros do trem, comportamento que foi retratado, mesmo em caráter ficcional, pela romancista Lindonor Celina (1996), em seu livro “A menina que veio de Itaiara”. Esse romance descreve a rotina de trabalho do pai de uma de suas personagens, denotando a grande importância que a EFB teve para a vida das pessoas que viviam nessa região na época:

Nossa vida ali era esta: papai viajando pelo misto das terças-feiras, cada semana, levando partidas de peixe e camarão seco, às vezes algum tabaco, farinha, feijão, para vender na estrada, e voltando pelo horário de quinta ou sábado. Trazia sempre uma novidade, umas rapaduras de coco, um pedaço de batida ou de alfenim, uma garrafa de mel de cana dos engenhos de nossos parentes e amigos de Buritizal ou Flores (CELINA, 1996, p. 11).

Nas estações se constituíam determinadas socibialidades, pois era ali que as pessoas passeavam, namoravam e conversavam. Assim, era onde as histórias e estórias se imbricavam e se reproduziam, realidade retratada por Dona Maria José Barata, moradora de Marituba:

Marituba era um local muito tranqüilo diferente de hoje, gostávamos de passear mas como não tinha muita opção, íamos para a Estação que foi construída em Marituba. A Estação servia não apenas como parada para os trens, mas como ponto de encontro para os casais de namorados que se encontravam ali, as pessoas que colocavam suas conversas em dia e as crianças que se divertiam brincando (Senhora Maria José Barata, Dona de casa, 70 anos, moradora de Marituba, entrevista concedida a Noelma Conceição Chermont da Silva em 2006 apud SILVA, 2006, p. 46).

Essas sociabilidades mais próximas igualmente se reproduziam nas viagens de trem, principalmente em períodos festivos como o Círio de Nazaré, em Belém, ou de outras localidades, como assinala o Senhor Raimundo Nonato:

As viagens dos trens serão momentos inesquecíveis, pois gostava muito de viajar de trem, principalmente na época do Círio de Belém, os trens saiam lotados todos procuravam um cantinho do trem para ficar, era um divertimento. Enquanto o trem fazia seu caminho, ficávamos conversando, o trem além de servir como meio de transporte, era também um meio de se fazer amizade (Senhor Raimundo Nonato Rosa, aposentado, 78 anos, morador de Marituba, entrevista concedida a Noelma Conceição Chermont da Silva em 2006 apud SILVA, 2006, p. 45).

Nas estações, igualmente, desenvolvia-se o encontro de dois “mundos”, isto é, daqueles que viviam à beira da estrada e dos que viviam à beira dos rios. Isto porque a colonização da Bragantina e a introdução da EFB também promoveram a dinamização de núcleos formados ao longo dos rios, gerando um rearranjo de pessoas ou de populações no espaço. Muitas pessoas saíam de suas localidades, via rio, e vendiam seus produtos nas Estações; fato que é registrado por Acevedo (2004) ao estudar a comunidade quilombola de Abacatal, localizada em Ananindeua, cujos habitantes revendiam peles, frutas e carvão em Marituba, deslocando-se em canoas pelo rio Uriboquinha.

O conjunto da Estrada de Ferro Bragança, formado pelos seus trilhos e Estações, em termos metafóricos, dava, em certa medida, a unidade da Bragantina, interligando as colônias, as pessoas, as vivências. Assim, a produção sócio-espacial desta região conduziu e permitiu a re-produção de colonos à “margem” da estrada, mas, igualmente, à “margem” da dinâmica econômica regional, em decorrência das condições precárias a que eram submetidos, visto que as colônias apresentavam péssimas condições infra-estruturais, não tendo acesso a saneamento básico, a água potável etc. Registraram-se também casos de

malária e doenças a que os agricultores estavam expostos sem, necessariamente, possuírem boas condições médicas para tratá-las (CRUZ, 1967; LACERDA, 2006).

Como o papel da Bragantina na divisão territorial do trabalho, à época, era de produtora e fornecedora de gêneros agrícolas, não possuía muita expressão econômica, visto que seus produtos não apresentavam muita valorização no mercado regional, contribuindo para uma inserção precária na economia paraense; aumentando, deste modo, a condição marginal dos colonos que ali sobreviviam.

Por outro lado, a partir desta sobrevivência, re-criavam sua vivência particular, seu modo de vida, sua relação com a natureza, mais precisamente com a terra, da qual retiravam sua reprodução material, mas, também, imaterial, por meio das lendas, dos festejos, da vida.

Essa relação entre sobrevivência e vivência que permeavam a produção do espaço-tempo do colono à época, foi bem retratada por Lacerda (2006). Esta autora, ao analisar diversos documentos históricos, dentre eles relatórios dos governadores, fichas policiais e jornais locais, assinala que os imigrantes, especialmente os nordestinos oriundos do Ceará, buscavam se fixar na Bragantina, porém em condições adversas, decorrentes da falta de uma infra-estrutura adequada como casas e instrumentos de trabalho. Somava-se a isso a dificuldade de receber alimentos do governo paraense no momento inicial da instalação desses sujeitos sociais.

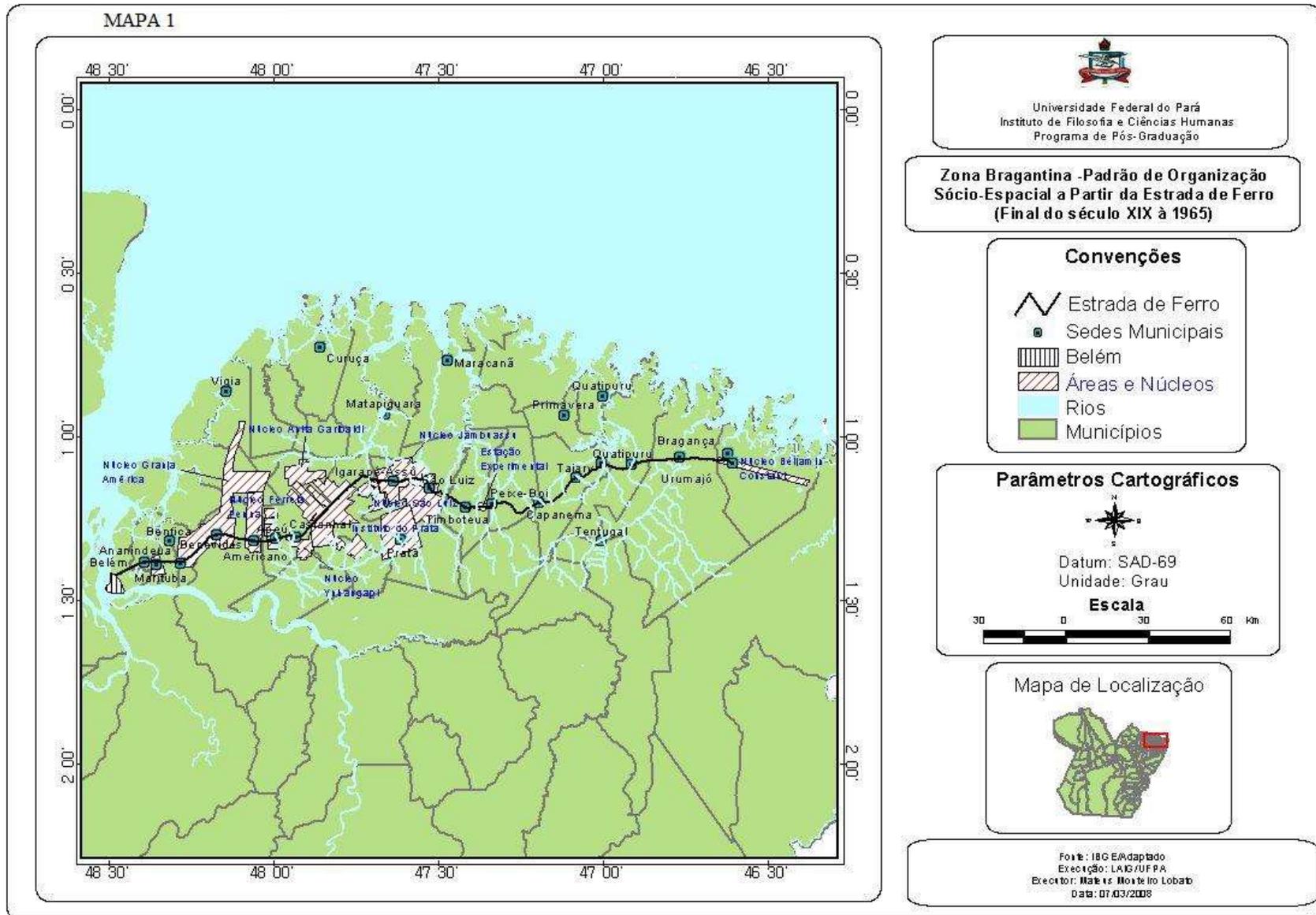
Esses problemas aumentavam ainda mais em se tratando das dificuldades de transporte das mercadorias, pois, além do trem, era necessário o uso de força animal para carregar a produção. Somava-se, assim, a isso a insalubridade das áreas coloniais, o que ocasionava doenças causadas também pela subnutrição que atingia especialmente as crianças, sendo, assim, alto o índice de mortalidade infantil. A circulação no trem também era dificultada pela falta de fiscalização do poder público no que se refere ao preço da passagem que, no fim do século XIX, teve um aumento considerável, provocando manifestações populares. Para tentar transpor essas precariedades os colonos desenvolviam redes de solidariedade com o intuito de se ajudarem, pois disso dependia a sobrevivência deles, principalmente daqueles que chegavam à colônia, pois em função de ainda não possuírem plantações, recebiam auxílio dos colonos mais antigos (LACERDA, 2006).

A necessidade de criar condições de sobrevivência se desenvolvia nas estratégias produtivas realizadas de duas formas principais. A primeira referia-se à diversificação da produção a partir da criação de galinhas e uso de frutos da floresta. A segunda consistia em burlar as normas do governo paraense que determinava a produção agrícola em larga escala para poder abastecer Belém. Isso acaba por não acontecer em função de péssimas condições de trabalho, de instrumentos técnicos rudimentares e por causa da exploração que vários colonos faziam da madeira ao longo da Bragantina, recurso natural largamente explorado no momento do preparo da área de cultivo. Esse produto apresentava uma valorização crescente em função da sua necessidade constante na construção de casas e na produção de lenha, fato que fez com que o Estado paraense proibisse o embarque de madeira nos vagões do trem na estação da colônia de Marapanim por ser essa a principal fornecedora daquele produto (LACERDA, 2006).

A construção do espaço de vivência dos colonos, mesmo diante das redes de solidariedade e estratégias produtivas, era marcado por vários conflitos entre os imigrantes e o poder público, principalmente no que se referia ao pagamento de passagens e a circulação de produtos, como a madeira, e entre os nacionais e os estrangeiros; os últimos considerados como mais afeitos ao trabalho agrícola. Esses conflitos envolviam também a posse pela terra, visto que com o desenvolvimento da colônia, muitos imigrantes, embora não tivessem o título definitivo, desmatavam-na, cultivavam o solo bem como construía benfeitorias, o que valorizava a área e ocasionava, por conseguinte, a cobiça de outros sujeitos sociais, em geral ligados ao poder público que, gozando de certos privilégios requeriam para si a propriedade, alegando ter demarcado e pago somas em dinheiro pela terra (LACERDA, 2006).

Outros tipos de conflito envolviam questões referentes à moralidade e normas de conduta dentro da colônia. Para além desses elementos arrolados até o momento, os colonos desenvolviam relações de vivências no cotidiano da produção do seu espaço, expressas nas bandas de músicas compostas pelos próprios agricultores que cantavam em comemoração às visitas dos governantes; nas festividades religiosas; nas festas de inauguração ou celebração (casamentos, batismos etc.); nos bailes e nas danças que rememoravam os seus locais de origem, como o tango dos argentinos e a quadrilha dos nordestinos (LACERDA, 2006).

A partir dos três fatores citados, ou seja, o financiamento da borracha, a imigração estrangeira e nordestina e a construção da Estrada de Ferro de Bragança é que se desenvolveu efetivamente a colonização da Bragantina, instaurando um padrão de organização sócio-espacial pautado na *cidade-estrada-colônia*, devido à inter-relação existente entre a cidade de Belém, área de polarização dos fluxos de mercadorias, pessoas e investimentos; na Estrada de Ferro Bragança, meio de circulação das mercadorias, pessoas e informações; e nas colônias, onde os camponeses produzem seu espaço de vivência, conforme podemos visualizar no mapa 1.



Esse padrão de organização sócio-espacial implicou na implantação de um sistema de objetos (SANTOS, 2002a) expressos nas colônias agrícolas, na Estrada de Ferro Bragança e nas Estações de trem que foram produtos do projeto governamental de colonizar e modernizar o espaço da Bragantina, normatizando e disciplinando esse espaço de forma a conseguir abastecer o mercado interno de Belém. Entretanto, esses objetos foram principalmente produtos da sociedade que a construiu, sobretudo os nordestinos que foram utilizados no desmatamento e nas construções ao longo da via férrea, e que reproduziram seu próprio espaço no cotidiano de suas ações.

Esse sistema de objetos tinha uma lógica produtiva local, elaborado por interesses das classes dirigentes que alçavam um espaço em que o capital comercial pudesse se reproduzir por meio da produção e da comercialização agrícola. No entanto, tal projeto não foi levado a cabo, pelo menos não em sua plenitude, pois os colonos, no anseio de reproduzirem sua sobrevivência, criaram uma gama de relações não-capitalistas, embora estivessem inseridos no capitalismo comercial, principalmente pelo financiamento extrativista e pela necessidade de criar condições materiais de reproduzir a economia da borracha por meio do escoamento de mantimentos da Bragantina aos trabalhadores atrelados à atividade gomífera.

Nesse processo, o antigo padrão (rio, várzea, floresta) foi cedendo lugar à organização baseada no padrão cidade–estrada-de-ferro–colônia. Isso não significa que aquele deixou de existir; ao contrário, atrela-se ao último. Todavia, não é mais o predominante na Bragantina, forçando a desarticulação de relações anteriores como aquelas produzidas pelos indígenas tanto que essa região era conhecida como o “Caminho dos Tupinambás” (LACERDA, 1992). Tais caminhos foram desfeitos para se integrarem a uma nova lógica e uma nova paisagem.

Entretanto, as antigas relações são rearticuladas, recriam-se, porém sobre novas bases, por meio da miscigenação (física e cultural) existente entre os imigrantes e as tribos indígenas, sendo repassados para as novas gerações hábitos antigos, como os banhos nos igarapés, a pesca e a coleta dos frutos, assim como técnicas de construção de casas, conhecimentos e lendas da natureza.

O novo sistema de relações sócio-espaciais se implanta a partir da produção agrícola cujo colono, ora respeita as determinações governamentais, como os padrões de loteamento

e alinhamento das casas e o objetivo de estar ali; ora transgride, produzindo sua própria lógica produtiva, enquanto estratégia de sobrevivência, e construindo vivências sociais mais próximas (LACERDA, 2006; MIRANDA, 2006).

Neste caso, os colonos desenvolvem nos seus lotes, em geral, de 25 (vinte e cinco) hectares, a sua vida, sua história, trabalhando e cultivando produtos de pouca valorização no mercado, principalmente a farinha de mandioca e a aguardente, devido à facilidade de manipulação e ao pouco capital empregado. O objetivo principal desse tipo de produção é a subsistência do núcleo familiar, responsável pela labuta diária nas plantações. Eles detém seus próprios instrumentos de trabalho e não se assalariam, mas vendem uma parte de sua produção ao mercado interno, seja nas estações de trem, seja na capital paraense, criando um mercado de excedentes (MARTINS, 1997) e reproduzindo, desta forma, relações não-capitalistas<sup>21</sup>.

A produção do espaço pelo colono está amparada nos pressupostos descritos e seu tempo está atrelado notadamente à dinâmica da natureza em função da lógica produtiva não mercadológica e dos instrumentos de trabalho pouco avançados. Isso não implica um determinismo ambiental, mas esse elemento de reprodução material não é o do capital e sim da própria vida, pois se vincula a produtividade aos ciclos naturais, os quais ritmam o período de trabalho e o esforço empregado, o que demarca um modo de vida diferenciado na relação homem e natureza.

Em geral, essa é a tônica dos núcleos coloniais, especialmente daqueles criados pelo poder público. No entanto, de acordo com Penteado (1967), Castanhal, fundado em 1883, e Jambú-Açu, criado em 1895, expandem-se e ganham expressão.

Em função desse fato, no período de 1901-1914 – momento em que a via férrea já havia chegado em ambas as localidades, isto é, a Castanhal, em 1893, e a Jambú-Açu, em 1897 – “surgiram (...) os núcleos de Maracanã, Capanema, São Luiz e Anhangá, os três últimos como consequência da expansão das colônias de Castanhal e Jambú-Açu: dela datam, também, o Instituto do Prata e o Aprendizado agrícola” (PENTEADO, 1967, p.115).

---

<sup>21</sup> De acordo com Marx (1991, p.65) “um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural – significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental”.

Esses dois núcleos emancipados, assim como todos os demais, em 1902, por ordem de Augusto Montenegro<sup>22</sup>, com vistas a diminuir custos com as colônias, vão se tornar os principais entrepostos da Bragantina durante a década de 1950 e início dos anos de 1960.

O núcleo de Castanhal, localizado no km 69 da Estrada de Ferro, sofreu um aumento populacional considerável devido à migração constante. Esta colônia durante a colonização obteve a introdução de equipamentos urbanos, possuindo uma das melhores estações de trem, sendo logo elevada à condição de Vila e, posteriormente, de sede de Município em 1932.

De acordo com Cruz (1955), no início do século XX, possuía um total de 14.261 (quatorze mil duzentos e sessenta e um) habitantes, detendo um sistema de ensino primário, iluminação pública e eletricidade. Suas principais colônias agrícolas eram: Iracema, Antônio Baena, Anita Garibaldi, José de Alencar, Marapanim, 3 de Outubro, Castanhal, Ianetama, São João e Cabeceira do Apeú.

Os principais produtos vendidos até meados do século XX eram: algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, borracha, fibra de uacina, madeira e cana de açúcar, conforme podemos observar na tabela que segue:

<b>Tabela 01 – Produção agrícola de Castanhal nos anos de 1948, 1949, 1950 e 1952</b>				
Produção (Kilogramas)	1948	1949	1950	1952
Algodão em caroço	23.734	-----	2.000	39.000
Arroz em casca	875.400	1.059.540	875.400	-----
Feijão	3.120	-----	2.040	6.600
Mandioca	12.858	7.620	26.164	30.050
Milho	198.240	1.066.800	715.080	900.000
Borracha	163	55	624	-----
Fibra de Uacina	14.402	44.494	105.466	31.334
Madeira (m3)	416	499	518	29
Cana-de-açúcar	23	20	25	25

Fonte: CRUZ, E. 1955, p. 119-120.

Os dados acima demonstram a grande produtividade e a importância da vida econômica de Castanhal no que tange ao cultivo do algodão, do arroz, do feijão, da mandioca, do milho e da fibra de uacina e a pouca expressão da borracha, da cana-de-

<sup>22</sup> Augusto Montenegro foi governador do Estado do Pará no período de 1901 a 1909.

açúcar e da madeira. Denotava, assim, a construção de um espaço rural baseado na diversidade de cultivos, voltados, em sua maioria, ao mercado interno e à subsistência.

Igarapé-Açu<sup>23</sup>, no que tange às condições da agricultura no ano de 1913, possuía uma grande variedade de vegetação. Tomam relevo as árvores frutíferas (abacateiros, jaqueiras, laranjeiras, mangueiras, bananeiras, bacurizeiros, dentre outros). No que diz respeito às culturas desenvolvidas pelos colonos, destacava-se a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz, o milho, o fumo, as batatas e o gergelim. O arroz e a mandioca eram os produtos de maior importância, conformando, dessa maneira, uma produção diversificada, desempenhada por trabalhadores familiares, distribuídos em lotes de 25 (vinte e cinco) hectares, cuja média segue a do Nordeste Paraense. A produção, por sua vez, é para a própria sobrevivência do colono e seus familiares e, também, para abastecer o mercado interno, à época, Belém (BRASIL, 1913).

De acordo com Cruz (1955), Igarapé-Açu, Km 112 (cento e doze) da Estrada de Ferro, era servida por um sistema de iluminação pública elétrica e possuía uma população de 15.370 (quinze mil trezentos e setenta) habitantes. Suas principais colônias eram: Jambú-Açu, São Luiz, Igarapé-Açu, Santo Antônio do Prata, São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (CRUZ, 1955; IBGE, 1950). A produção agrícola até meados do século XX era diversificada, conforme pode ser observado na tabela 02.

<b>Tabela 02 – Produção agrícola de Igarapé-Açu nos anos de 1948, 1949, 1950 e 1952.</b>				
Produção (Kilogramas)	1948	1949	1950	1952
Algodão em caroço	251.042	55.347	125.055	180.500
Arroz em casca	951.840	1.073.820	883.140	-----
Cacau	720	-----	-----	-----
Feijão	34.260	37.680	36.000	90.000
Mandioca	8.553	5.928	16.992	17.700
Milho	708.900	780.000	1.068.420	1.320.000
Borracha	44	95	-----	-----
Fibra de Uacina	151.409	129.265	216.281	531.657
Pele de Caetú	10	-----	-----	-----
Pele de Veado	10	-----	-----	-----
Fumo	-----	-----	-----	10.500

Fonte: CRUZ, E. 1955, p. 129-130.

<sup>23</sup> “Antiga sede do núcleo colonial de Jambú-Açu, foi constituído em município pela Lei n. 985, de 26 de Outubro de 1906 que extinguiu o Município de Santarém Novo e criou o de Igarapé-Açu e determinou-lhe os limites” (CRUZ, 1955, p. 127).

Com base nos dados acima, observa-se a grande importância do algodão, do arroz, do feijão, da mandioca, do milho, da fibra da uacina e do fumo e a fraca produtividade do cacau, da borracha e da pele de veado, apresentando-se, praticamente, a mesma base produtiva de Castanhal neste mesmo período.

Com a crise da borracha, que ocorreu após a primeira década do século XX, a Bragantina, como um todo, pouco sofreu rebatimentos econômicos, pois sua base de comércio era o mercado local e a subsistência. De acordo com Égler (1961), no final do século XIX e início de século XX, tanto Castanhal quanto Igarapé-Açu, tornaram-se os dois centros regionais da Estrada de Ferro em torno dos quais se distribuiu um conjunto de colônias fundadas no mesmo período.

Castanhal, antes mesmo da introdução da via férrea, já possuía um comércio tradicional estabelecido. Com a construção da EFB, passou a desempenhar a função de ponta de trilhos, o que reforçou sua posição de centro regional, pois de Castanhal partia a estrada para Curuçá e para outros percursos rurais em direções diversas. Assim, “o conjunto de novas colônias, localizadas no trecho seguinte, até Jambú-Açu, evidentemente haveria de girar na esfera econômica deste centro já estabelecido” (ÉGLER, 1961, p.80)

Igarapé-Açu, por outro lado, constituiu-se em ponta de trilhos a partir de 1897, período em que a expansão da estrada sofreu outra interrupção. Sua posição central foi reforçada ainda mais por ser o entroncamento com o ramal do Prata (ÉGLER, 1961).

A partir da década de 1950, inicia-se uma reconfiguração espacial na Bragantina, expressa na sua paisagem, visto que já apresenta grandes clareiras nas matas antes existentes, sendo comum nas margens da estrada a presença de capoeiras, provocadas pelo grande desmatamento proporcionado pela atividade agrícola e madeireira, além de outros usos mais alinhados à lógica capitalista. Data deste período a introdução da rodovia Belém-Bragança, cujo eixo rodoviário foi utilizado para a implantação posterior da rodovia Belém-Brasília – BR 010 – e Pará-Maranhão – BR-316, traçada paralelamente à Estrada de Ferro Bragança (IDESP, 1977).

Neste contexto, evidencia-se na capital paraense a convergência comercial advinda de três formas diferentes de organização sócio-espacial, quais sejam, a do rio, cujos produtos afluíam para o mercado do Ver-o-Peso em Belém, principalmente por embarcações de pequeno porte oriundas das ilhas e áreas ribeirinhas; a da estrada-de-ferro,

cujas mercadorias convergiam para o Largo de São Brás, em Belém, na Estação ali existente, correspondente ao entreposto dos produtos que chegavam pela EFB; e a da estrada de rodagem, que cria seu próprio mercado localizado na Batista Campos, na área central da cidade de Belém (ÉGLER, 1961).

Com efeito, essa simultaneidade de formas de organização sócio-espacial era um prenúncio do novo que se instalava, por meio das rodovias, e o velho, que iria desaparecer, a ferrovia, e consigo a desarticulação de relações econômicas e culturais anteriores, conformando-se outro espaço que busca se impor por meio de um padrão diferenciado e por um conjunto de ações e lógicas externas ao mercado local.

Neste momento, referente à década de 1950, a Bragantina já esboça espacialmente certa diferenciação econômica, expressa na produção da pimenta-do-reino e da fibra de uacina. A primeira necessitava de cuidados especiais e despendia grandes custos em termos de capital inicial para o cultivo; já a segunda era de fácil produção e beneficiamento, exigindo pouco emprego de dinheiro.

O cultivo da pimenta-do-reino foi implantado pelos japoneses e desenvolvida por pessoas que detinham posses e capital na Bragantina, ao longo do trajeto que se iniciava na saída de Belém e findava em Castanhal. Esta porção passou a ser ocupada por indivíduos da classe mais abastada da capital paraense. Eles adquiriam lotes mais ou menos extensos para a prática da especulação ou estabelecimento de propriedades rurais para recreação. Com a valorização da pimenta-do-reino, os proprietários destes terrenos cultivaram este produto objetivando grande lucratividade (ÉGLER, 1961).

A fibra de uacina, por sua vez, era produzida por agricultores menos capitalizados, principalmente no trecho que começava em Castanhal e terminava em Bragança, porção da Bragantina que apresentava condições precárias de tráfego rodoviário (Rodovia Belém-Bragança). Esse produto era comprado em sua totalidade pela indústria de tecelagem existente em Capanema, implicando o abandono de outras culturas, como de cereais e fumo em Bragança, em função da garantia de venda deste cultivo à empresa (ÉGLER, 1961).

Ao longo da Bragantina também já se observava a introdução de empresas capitalistas, instaladas devido à facilidade de circulação proporcionada pelo asfaltamento da estrada de rodagem e pela melhoria das condições de tráfego na EFB, a partir da compra de locomotivas a diesel. Um primeiro exemplo se refere às companhias especializadas no

setor imobiliário que vendiam lotes de terra, o que contribuiu para a transformação de áreas relativamente desabitadas em núcleos residenciais. Outros empreendimentos correspondem às empresas Pirelli S/A e a Goodyear. A primeira era detentora da Fazenda Oriboca, localizada em Marituba, às proximidades da estrada de rodagem, estendendo-se até o rio Guamá. Essa terra era utilizada para plantação de seringueiras e de pimenta-do-reino, produtos voltados ao mercado internacional. A segunda era proprietária da Fazenda Eremita e apresentando a mesma finalidade. Por fim, pode-se fazer alusão à fábrica de cimento instalada em Capanema pela firma Pires & Carneiro que apresentou um crescimento significativo na quantidade de sacas produzidas (ÉGLER, 1961).

Conforme podemos perceber, existe gradualmente a introdução de um outro padrão de organização sócio-espacial, complexificando a malha urbana e o uso da terra ao longo da Bragantina. Neste contexto, já no início da década de 1960, observa-se uma concentração populacional considerável na região destacada, principalmente nas áreas próximas de Belém (Ananindeua e Marituba), período em que há a formação de “aglomerados urbanos” em determinados municípios. Essa posição geográfica privilegiada permitiu-lhes tornar-se “nós” de comunicações e apresentarem uma melhoria nas suas infra-estruturas físicas (água encanada, luz e esgoto). É o caso de Castanhal e Igarapé-Açu. Este último com menor expressão (PENTEADO, 1967).

Penteado (1967) faz alusão ao trabalho de Carneiro (1956), ao retratar duas formas espaciais de ocupação na Bragantina, integradas entre si, a saber, o povoado, denominado de *oásis*, e a região, denominado como *deserto fabricado pelo homem*. A primeira correspondia às colônias agrícolas (da região Bragantina), descritas como “áreas tipicamente rurais” e caracterizadas por:

[...] uma dispersão ordenada da população, orientada pelas estradas, de ferro ou de rodagem, ou pelos igarapés e rios que cortam a Bragantina; estes elementos, que formam as vias de penetração ou rede de comunicações regional e serviram de base para o traçado das “linhas coloniais”, orientam, ainda hoje, a distribuição dos lotes (PENTEADO, 1967, p. 181).

A segunda representa a região Bragantina (que contém as colônias), com suas capoeiras e matas abertas por estradas em cujas margens, em pontos específicos, surgiam algumas habitações isoladas.

Já neste período se evidencia a introdução das rodovias, convergindo para algumas sedes municipais (Castanhal e Capanema, principalmente, e Igarapé-Açu, e outros secundariamente). Os núcleos de ocupação recente seguem a orientação destas estradas de rodagem (Santo Antônio do Tauá – entre Santa Izabel e Vigia –, Santa Maria, São Paulo, Tacioteua e Quatro Bocas – entre Castanhal e Capanema – etc.) (PENTEADO, 1967).

Nesse momento, a relação direta que se estabelece não é apenas entre colônias agrícolas e Belém; e, sim, também, entre as primeiras e as suas respectivas sedes municipais cuja forma geográfica começa a mudar em decorrência de um adensamento de infra-estruturas e de população, o que institui novas dinâmicas, outras funções não apenas de produtos agrícolas, mas, também, de entreposto comercial. Os espaços-tempos se reordenam, gradativamente, em função das estradas de rodagem, embora ainda se observe, predominantemente, formas–conteúdo (SANTOS, 2002a) que se integram ao ritmo da natureza e aos costumes locais, como a alimentação que é à base de elementos vegetais (farinha d'água ou seca, tapioca, massas de mandioca, beijus, bebidas, condimentos etc.); assim como os instrumentos de trabalho, os utensílios domésticos, os vestuários e as habitações (PENTEADO, 1967).

Após a década de 1960, o padrão de organização do espaço pautado nas rodovias se consolida na Bragantina. Emergem pequenas cidades, como Igarapé-Açu, e até mesmo cidades de porte médio, como Castanhal.

### 2.3 PADRÃO RODOVIA – CIDADE – COLÔNIA (A PARTIR DE 1960)

A partir da segunda metade da década de 1960, evidencia-se concretamente a mudança de padrão de organização sócio-espacial da Bragantina, momento em que a Estrada de Ferro Bragança é desativada<sup>24</sup> para ceder completamente lugar à rodovia.

Segundo o Governo Federal, a EFB, a partir de estudos sobre sua situação financeira, era considerada antieconômica e deficitária em decorrência do quadro pouco lucrativo em que se encontrava. Na verdade, esse *deficit* sempre esteve presente na existência da ferrovia, marcada por muitas encampações, ou seja, houve muitas paralisações na sua construção em função do não cumprimento de contrato por parte das empresas responsáveis pela via férrea, tendo a esfera governamental a incumbência de continuar as obras. Mesmo após sua conclusão, a estrada-de-ferro apresentou pouca lucratividade, o que fez o Estado paraense passá-la para a responsabilidade da União em julho de 1936. Isso se deveu, também, aos custos elevados com os salários, à má administração e ao clientelismo existente que proporcionava altos salários. Porém, o principal motivo dos problemas era a falta de uma política governamental dirigida para esse setor (GOMES, 2005).

Nos anos de 1960, o crescimento das estradas de rodagem e a preferência estratégica do governo em instalar montadoras, fez com que o mesmo propusesse a extinção das ferrovias, consideradas pouco lucrativas pela Rede Ferroviária Federal S.A.<sup>25</sup>. Deste modo, cerca de 4.985 (quatro mil novecentos e oitenta e cinco) quilômetros de trilhos foram desativados pelo Brasil, estando incluído os 247 (duzentos e quarenta e sete) km da EFB, decisão que ocasionou muitas manifestações populares no Pará sob forma de protesto contra a sua extinção (GOMES, 2005).

---

<sup>24</sup> A EFB ficou sob a responsabilidade do governo paraense até 1936, período que passou para competência da União, constituindo-se, em 1957, em uma das ferrovias que conformavam a Rede Ferroviária Federal, sendo desativada em 1965.

<sup>25</sup> A sessão pública de fundação da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) realizou-se no dia 30 de setembro de 1957 no auditório do Ministério da Viação e Obras Públicas, no Rio de Janeiro, a qual passou a gerenciar as seguintes linhas ferroviárias: 1) EF Madeira — Mamoré; 2) EF Bragança; 3) EF São Luís — Teresina; 4) EF Central do Piauí; 5) Rede de Viação Cearense; 6) EF Mossoró — Souza; 7) EF Sampaio Correia; 8) Rede Ferroviária do Nordeste; 9) VF Federal Leste Brasileiro; 10) EF Bahia – Minas; 11) EF Leopoldina; 12) EF Central do Brasil; 13) Rede Mineira de Viação; 14) EF Goiás; 15) EF Santos – Jundiá; 16) EF Noroeste do Brasil; 17) RV Paraná – Santa Catarina; 18) EF Dona Teresa Cristina. Esta rede foi desativada no ano de 2006 passando à iniciativa privada muitas das estradas de ferro ainda ativas no país (Brasil, 2007).

No entanto, à revelia dos anseios de manutenção da ferrovia por parte da população paraense, o Estado eliminou esse meio de transporte da Bragantina e instaurou como principal forma de circulação as rodovias.

Esse contexto é marcado pelo projeto “desenvolvimentista” implementado pelo governo militar (1964-1983) que ambicionava integrar o Brasil através da malha rodoviária. No que concerne à Amazônia, objetivava modernizá-la e integrá-la ao Centro-Sul, pois esta região, além de fornecedora de matérias-primas, deveria cumprir o papel de mercado consumidor (BRITO, 2001).

A efetivação inicial desse projeto se processou por uma ação estatal e particular, a chamada fronteira demográfica, isto é, implementaram-se políticas de incentivo à imigração para a região, de forma a diminuir os conflitos agrários ocorrentes no Nordeste brasileiro e a constituir uma mão-de-obra suficiente para viabilizar o desenvolvimento da fronteira econômica<sup>26</sup>, ou seja, a expansão do capital. Empreendeu-se, assim, a “modernização” do espaço amazônico e incentivaram-se novas relações sociais marcadas, principalmente, pelo mercado (MARTINS, 1997).

Para tanto, o Estado criou vários órgãos que buscavam planejar e executar a expansão econômica da Amazônia: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituída da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); o Banco da Amazônia S.A (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Nesta modernização econômica da Amazônia, as instituições estatais cumpriram um papel fundamental:

Com base nessa ação governamental a política de desenvolvimento regional foi orientada para estabelecer “pólos de desenvolvimento”. A esfera econômica dessa ocupação viria com a atração de capitais para a região por meio de incentivos monetários e fiscais e de criação de uma infra-estrutura para esses investimentos (com a construção de estradas, aeroportos, portos e hidrelétricas). A esfera geopolítica efetiva-se com a imigração inter-regional e estrangeira e a formação de assentamentos nas áreas de fronteira (ACEVEDO MARIN, 2002, p.8).

---

<sup>26</sup> Para Becker (1997, p.11) “a fronteira é, pois, para a nação, o símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, tornam-na uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle”.

Desta forma, estava alicerçado o novo projeto de expansão da fronteira amazônica, cujo rebatimento espacial se desenvolveu dando origem a uma nova organização regional, privilegiando grandes grupos capitalistas, especialmente empresas multinacionais ligadas ao ramo agro-mineral, ampliando as desigualdades sociais.

Nesse contexto, instala-se na Amazônia um conjunto de redes técnicas representadas pelas hidroelétricas, ferrovias e, principalmente, rodovias que têm seu incremento inicial na região a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Este, baseado no projeto de “Energia e Transporte” e de “Cinquenta anos em cinco”, implantou as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (BECKER, 2004). Mas essa mesma malha ganhou dimensões cada vez maiores com o governo militar com a construção, por exemplo, da Brasília-Cuiabá-Santarém e a Brasília- Cuiabá- Porto Velho- Rio Branco, além da Transamazônica. Logo, “a estrada agora é construída na terra firme por grandes empresas de construção civil, essa aliada umbilical dos militares na construção do ‘Brasil Grande’ ”(GONÇALVES, 2002, p. 102.).

Mas, como afirma Becker (1997), essa rede técnica é também política, servindo como elemento desarticulador das relações de poder regional, visto que nas estradas federais uma faixa de terra de 100 (cem) km de ambos os lados pertencia agora ao governo federal, diminuindo a expressão política das elites locais, sendo muitas dessas margens apropriadas, posteriormente, por grandes projetos agropecuários, beneficiados por incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Assim, houve uma reordenação do espaço amazônico, com o privilégio das rodovias em detrimento dos rios, ou mesmo das ferrovias anteriormente existentes amparadas por outra lógica produtiva. Houve, inclusive, uma redução nos investimentos no transporte fluvial e uma deterioração da infra-estrutura portuária (ACEVEDO MARIN, 2002), instaurando-se uma rede urbana complexa (CORRÊA, 1987), marcada pelo

(...) aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades e de novas funções urbanas, à dependência da rede urbana a um maior número de produtos, e às alterações no tipo de sítio, paisagem urbana e no padrão espacial da rede de cidades: a localização no “centro”, em áreas de “terra-firme”, em detrimento da “beira”, em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a

valorização de um outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana (CORRÊA, 1987, p. 58).

Em suma, as transformações da rede urbana amazônica revelam o incremento da urbanização regional, mas concentrada nas cidades capitais, com destaque para Belém e Manaus. Caracteriza isso a elevação de Manaus à categoria de centro metropolitano regional, polarizando a Amazônia ocidental, o revigoreamento de velhos e estagnados núcleos urbanos e a emergência de novos núcleos de povoamento e cidades (CORRÊA, 1987).

Nesse processo, efetiva-se a “fronteira urbana” amazônica em que a cidade constitui-se a base logística de ordenação do território, pelo fato: a) de ser lócus de organização do mercado de trabalho, concentrando e redistribuindo a força de trabalho que deve estar disponível e móvel, embora localizada em pontos específicos do território, de maneira que os núcleos garantissem a circulação regional da força de trabalho; b) de as cidades serem as primeiras formas de ocupação do território e, no contexto destas políticas, constituírem-se como fatores de atração, áreas privilegiadas para a entrada e a ressocialização dos imigrantes na região; c) de o núcleo urbano se destacar pela função político-ideológica, pois é instrumento de ordenamento territorial ao se projetar enquanto principal local de ação do Estado que estende seu poder por meio da difusão de redes de instituições, valores e comportamentos dos grupos dominantes (BECKER, 1990)

Esse contexto contribuiu para que houvesse um aumento crescente da urbanização da população amazônica (pessoas habitando nas cidades e vilas). Em 1950 a população urbana era de apenas 29,64% (607.164), já em 2000 passa para 69,83% (9.002.962) (IBGE, 1950; 2000). Entretanto, a urbanização do território na Amazônia, mediada pela expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002a), manifesta-se de maneira diferenciada no que tange à tecnosfera, sistema de objetos técnicos, e a psicofera, sistema de valores (SANTOS, 2005).

De acordo com Trindade Jr. (2005), a tecnosfera se apresenta descontínua e pontual, mobilizando menos capital e mais trabalho no espaço amazônico. Sua configuração espacial toma contornos pontuais, lineares ou em forma de manchas, pois acompanha a implementação de atividades econômicas que induzem à modernização ou a redes técnicas (eixos rodoviários, rede de energia etc.). Assim, a urbanização do território se materializa

com mais força no Sudeste do Pará, no Mato grosso, no Tocantins e no Centro-Sul de Rondônia (TRINDADE JR., 2005). Ao passo que a psicofera se difunde com maior velocidade e fluidez pelo espaço regional, ou seja, a sociedade urbana se expande de maneira mais contínua, por meio de valores, concepções e comportamentos.

Segundo Oliveira (2000), a fronteira amazônica já nasce urbana, pois a cidade emerge no início e não como resultado do processo; logo, está associada à expansão de novas atividades e se constitui como base logística para aquelas no plano econômico e institucional. Assim, “na Amazônia, a fronteira nasce urbana não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar” (OLIVEIRA, 2000, p. 186-187).

No que tange ao espaço agrário amazônico, à semelhança do espaço urbano, passa por intensas transformações. Nas margens das estradas de rodagem, a exemplo da transamazônica, em locais de assentamento de imigrantes oriundos do Nordeste foi implementada a agropecuária. O principal agente beneficiado foi o empresário, em sua maior parte externo à própria região.

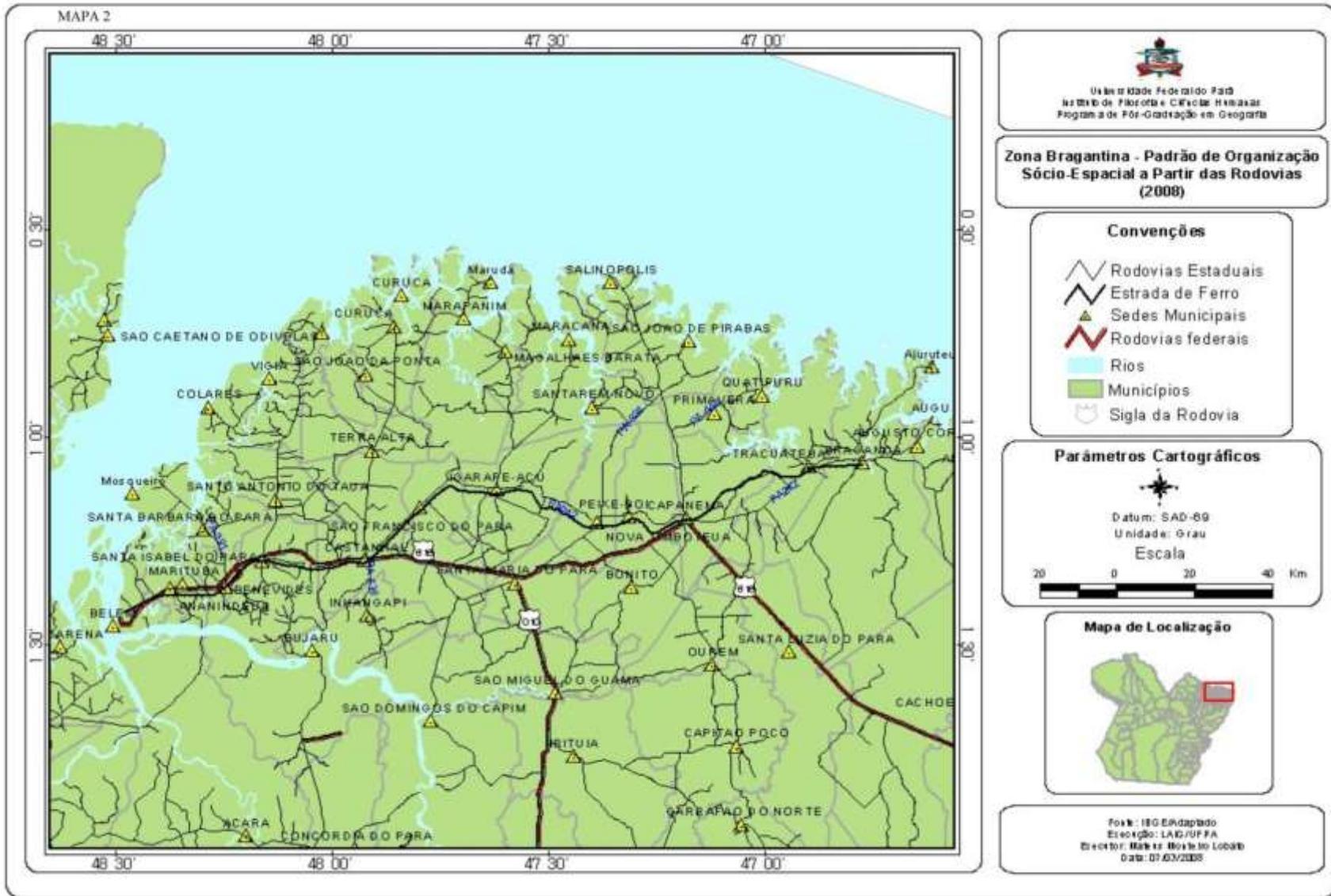
Estimulou-se, desse modo, a grande propriedade, em prejuízo da agricultura de caráter familiar, o que implicou o aumento da concentração de terra e a expansão do latifúndio (COSTA, 2000; HÉBETTE e MARIM, 1979). Isso ocasionou, principalmente no Sul e Sudeste do Pará, vários conflitos agrários provenientes da desterritorialização de uma grande massa de camponeses que se tornou sem-terra, tendo de vender sua força de trabalho em fazendas ou em cidades, ou mesmo engrossando movimentos sociais de reivindicação de direito à terra, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pará.

No entanto, o processo de latifundiarização e concentração de terras não se desenvolveram na Bragantina. Essa área de colonização antiga não teve sua estrutura fundiária fundamentalmente alterada.

Estudos empreendidos por Hébette e Marin (1979), por exemplo, demonstram que durante a década de 1970, a estrutura fundiária da Bragantina encontrava-se na categoria do que os autores denominaram de *superpulverizado*, isto é, apresentava 50% de sua área apropriada dividida entre mais de 85% dos proprietários em lotes de 10 (dez) a 100 (cem) hectares. Dessa forma, continuou sendo pautada nos minifúndios e em alguns poucos lotes de tamanho médio, oscilando entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) hectares.

Por outro lado, se não houve grandes mudanças fundiárias, o mesmo não pode ser dito no que se refere às relações sócio-espaciais, pois em decorrência da instauração de um novo padrão de organização que se impôs não apenas como outro sistema de objetos, mas, também, como um sistema de ações diferenciado, muitas vezes a lógica do mercado global prevaleceu em detrimento das racionalidades locais.

Assim, configura-se o padrão de organização sócio-espacial pautado na rodovia-cidade-colônia. Isto é, a rodovia, que foi sendo introduzida gradualmente, interliga e atravessa, a partir deste momento, os antigos núcleos coloniais; muitos elevados, na década de 1960, à condição de sede de municípios. A estrada tornou-se, assim, a principal via de circulação da produção camponesa da região. No caso de Igarapé-Açu e Castanhal, a rodovia asfaltada se limita às sedes municipais. Para adentrar as colônias a rodovia cede lugar à estrada de chão batido em cujas margens agora se reproduzem os colonos (mapa 2).



A partir dos anos de 1970, o sistema de produção extensivo de culturas anuais realizado pelos colonos da Bragantina passou por crises cíclicas derivadas da consolidação da integração da Amazônia ao mercado nacional. Isso ocasionou flutuações de preços de mercado e problemas de comercialização relacionados à concorrência com produtos mais baratos do sul do Brasil e das novas fronteiras agrícolas (COSTA, HUTIENNE, 2006). Esses fatores interferiram na rentabilidade campesina. Para contornar tal problema,

os estabelecimentos agrícolas camponeses mais capitalizados e com mais recursos de trabalho introduziram culturas perenes e semi-perenes, como laranja, pimenta-do-reino e maracujá e, em algumas áreas, elevaram drasticamente o uso de insumos externos (adubos químicos, agrotóxicos, tratores). Porém, demonstrou-se que o cultivo isolado de culturas perenes intensivas em capital, como pimenta-do-reino e maracujá, por limitações tanto agroecológicas como econômicas dos trópicos úmidos (alta probabilidade de infestação em plantio homogêneo, relativamente elevadas estruturas de custos de produção e transação, além de flutuações de preços de mercado), apenas enseja crescimento dinâmico por períodos curtos (COSTA; HURTIENNE, 2006, p.11-12).

Outros cultivos foram introduzidos com o intuito de se aumentar a renda, entretanto, o colono ficou parcialmente sob a influência da instabilidade do mercado. Esta tendência à implementação de cultivos perenes veio a se confirmar a partir dos anos oitenta em Igarapé-Açu e Castanhal por conta da plantação significativa de maracujá, além da pimenta-do-reino. Por outro lado, temos, ainda, enquanto principal plantio a mandioca, usada basicamente na fabricação de farinha, o feijão, o milho e o arroz, embora com menor margem de produtividade, uma vez que é voltada para a subsistência local, com exceção da mandioca que, posteriormente, teve sua produção destinada ao mercado regional e nacional.

Analisando-se os dados das tabelas 03 e 04, referentes ao Município de Castanhal, observa-se, na década de 1990, a consolidação da produção de culturas perenes, especialmente dendê, pimenta-do-reino e maracujá, que alcançam uma produtividade crescente, embora víveres como arroz, feijão, milho e principalmente a mandioca não deixem de ter expressão local, a última, inclusive, começa a ser comercializada no mercado regional e nacional, principalmente a partir de 2000, o que denota maior inserção do colono no mercado; ao mesmo tempo, não deixa de produzir de forma diversificada, como estratégia de permitir a sua reprodução.

**Tabela 03** – Área Colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes entre 1994 e 1996, no Município de Castanhal

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana	35	125	265	42	150	254	90	450	114
Cacau	166	171	171	83	85	85	29	59	85
Dendê	600	600	940	3.600	14.414	22.583	720	720	1.129
Laranja	38	38	73	1.900	1.900	3.650	95	76	240
Mamão	15	100	167	500	3.332	5.564	70	433	845
Maracujá	118	256	138	734	17.196	773	38	859	48
Pimenta-do-reino	130	130	130	162	162	162	153	210	213
Urucum	-	-	8	-	-	6	-	-	1

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração SEPOF

**Tabela 04** – Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias entre 1994 e 96, no município de Castanhal

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Abacaxi	3	5	5	30	50	50	7	30	15
Arroz	100	150	150	60	90	90	18	20	27
Feijão	700	1.000	1.000	420	600	600	189	300	360
Mandioca	1.620	1.945	1.556	16.200	19.450	15.560	2.592	3.403	3.112
Melancia	125	125	28	25	25	152	24	25	167
Melão	-	-	8	-	-	54	-	-	44
Milho	600	600	2.000	360	360	1.600	64	108	480

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração SEPOF

Ao visualizarmos as tabelas 05 e 06, referentes à realidade de Igarapé-Açu, observamos o mesmo padrão produtivo, ou seja, existe um aumento crescente de produtos de valor no mercado, como a pimenta-do-reino, maracujá e dendê; ao mesmo tempo em que se continua a produzir cultivos tradicionais, como milho, arroz, feijão e a mandioca, principal produto da lavoura temporária.

**Tabela 05** – Área Colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes entre 1994 e 1996, no Município de Igarapé-Açu.

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana	-	-	22	-	-	24	-	-	60
Borracha	21	21	21	17	17	17	3	19	20
Cacau	40	40	40	32	32	32	12	22	15
Coco-da-Baia.	45	45	50	270	270	300	81	81	60
Dendê	2.160	1.715	1.715	32.432	25.751	25.751	6.486	1.287	1.545
Laranja	46	76	106	4.232	6.992	9.752	211	279	585
Mamão	28	18	8	1.176	756	336	117	113	84
Maracujá	530	430	600	5.295	51.552	59.940	264	1.082	1.198
Pimenta-do-Reino	480	475	475	672	665	665	739	864	1.197
Urucum	250	190	190	250	190	190	50	133	47

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração SEPOF

**Tabela 06** – Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias entre 1994 e 1996, no município de Igarapé-Açu.

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Algodão	40	105	110	20	79	82	12	41	63
Arroz	350	300	150	315	270	135	94	54	47
Feijão	1.700	1.200	1.400	1.190	840	980	595	336	294
Mandioca	2.530	2.660	2.730	30.360	26.600	27.300	607	1.330	1.911
Melancia	20	21	26	70	73	169	70	73	104
Milho	600	600	150	480	420	490	72	75	93

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração SEPOF

Essa mudança produtiva ocasionou o aparecimento de propriedades médias cujo agente explorador não é necessariamente o colono, mas empresas capitalistas que começam a se projetar na área em virtude das facilidades e melhorias nas condições de transportes rodoviários que proporcionaram mais velocidade aos fluxos de mercadorias, de pessoas e informações transportadas também em maior quantidade.

No caso da produção de dendê, por exemplo, a maior exploradora é a Palmasa S.A. O maracujá era produzido a partir do incentivo da empresa Nova Amafrutas que teve grande influência junto à exploração deste cultivo, pois era uma das grandes compradoras e beneficiadoras do fruto junto às colônias agrícolas dos municípios existentes entre Belém e Bragança, atuando em Igarapé-Açu, Castanhal, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Santa Maria

do Pará e São Francisco do Pará, dinamizando a economia da região. Embora atualmente ela tenha declarado falência, teve significativa atuação sobre as transformações processadas na produtividade agrícola de Igarapé-Açu especialmente.

O interessante neste contexto atual é o papel das políticas públicas governamentais, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que buscam consolidar a agricultura de caráter familiar, privilegiando os pequenos produtores, ao contrário do que ocorreu no início da década de 1970. Para a concretização deste projeto, financia-se tanto os colonos quanto as empresas que visem a um uso “sustentável” do solo. Estes últimos comumente se associam aos agricultores com o intuito de comprar-lhes a produção. Essa é previamente determinada, contribuindo para uma relativa especialização produtiva que se atrela a uma lógica do mercado internacional, impondo um ritmo mais célere da produção e um espaço mais voltado às relações capitalistas.

Assim, configura-se um novo papel da área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança, na divisão territorial do trabalho, definida por um novo sistema de objetos e outro sistema de ações que se evidenciam principalmente pela ação das políticas públicas estatais. Com efeito, não se trata de uma mera mudança produtiva ou fundiária. Compreende, também, uma transformação nas relações econômicas e nos valores que se disseminam junto ao espaço rural, especificamente nas colônias dos Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu.

Assim, há uma alteração na produção dos espaços-tempos que se constroem nestes locais onde o novo emerge, objetivando a reprodução do capital e impondo uma racionalidade exógena marcada pelo tempo rápido (SANTOS, 2002a).

No entanto, essas realidades guardam um tempo lento (SANTOS, 2002a), inscrito na paisagem e nas relações sociais que as animam, produto de um momento pretérito que se renova. Todavia, mantêm algumas reminiscências e singularidades que não são mais propriamente o velho que existia, nem o novo que se instala, mas que se recria a partir dos dois, não em sua totalidade, pois está sempre se refazendo, negociando seu próprio tempo, portanto, resistindo.

As pesquisas sobre o avanço destes sistemas de objetos e de valores será discutido no capítulo seguinte. Evidencia-se também a ação das políticas públicas na construção do novo papel da área de estudo na divisão territorial do trabalho, ou seja, destacamos tanto

Castanhal quanto Igarapé-Açu. Essa seleção se justifica pelas particularidades histórico-geográficas dos dois Municípios, outrora centros regionais, a partir de suas sedes, mantendo essa condição apenas Castanhal, que polariza principalmente os municípios próximos e apresenta uma densa malha urbana, ao passo que Igarapé-Açu perdeu esta posição com a extinção da EFB. Hoje, realiza grandes interações espaciais com Castanhal, conforme se verifica no quadro 02 em que é sintetizado o processo de formação sócio-espacial das realidades pesquisadas e suas transformações.

Essa produção sócio-espacial aqui delineada é de suma importância para melhor compreendermos as permanências e transformações pelas quais passou a realidade pesquisada, pois seus elementos possibilitam entender as relações produzidas no passado e como elas são diluídas ou reelaboradas no presente, cuja metamorfose instaura outra lógica de produção e de interação entre a colônia e a cidade, conseqüentemente entre o rural e o urbano, cujos conteúdos se tornam cada vez mais híbridos.

<b>QUADRO 02 – PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA E DA BRAGANTINA</b>					
<b>PERIODIZAÇÃO</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA</b>	<b>AMAZÔNIA</b>	<b>BRAGANTINA</b>	<b>CASTANHAL</b>	<b>IGARAPÉ-AÇU</b>
1616-1655	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Período das Grandes Navegações;</li> <li>-Anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista;</li> <li>- Criação de núcleos urbanos para defesa, ocupação e penetração do território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fundação pelos portugueses do Forte do Presépio em 1616 (atual Forte do Castelo), a partir do qual se desenvolveu a cidade de Belém. Deste ponto partiram expedições militares que expulsaram os estrangeiros e fundaram outros núcleos de povoamento no litoral e no vale baixo amazônico, como Cameté, em 1635 (antiga Vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do povoado de Sousa do Caeté, fundado em 1634, o qual deu origem a Bragança (1753).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ocupação era desenvolvida essencialmente por indígenas, com destaque aos da tribo Tupinambá.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ocupação era desenvolvida essencialmente por indígenas, com destaque aos da tribo Tupinambá.</li> </ul>
1655-1755	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento do comércio das “Drogas do Sertão” (cacau, cravo, canela etc.);</li> <li>-Organização econômica apoiada em fortins, aldeias missionárias e mão-de-obra indígena.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de aldeias missionárias e fortins, para controle dos indígenas e da economia extrativista, localizadas nas margens do Rio Amazonas, a exemplo de Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá);</li> <li>- Fundação do Forte de São José do Rio Negro em 1669 onde, sob a proteção dos Carmelitas, desenvolveu-se a aldeia de Manaus (rio Negro),</li> <li>-Desenvolvimento embrionário da rede urbana do tipo dendrítico, pois havia articulação das aldeias - mediante a circulação de mercadorias e a organização das ordens religiosas - à Cidade de Belém que exercia o papel primaz nesta rede.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento do povoado de Souza do Caeté.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em virtude da valorização das “Drogas do sertão” houve poucas iniciativas de interiorização na porção Nordeste do Pará; logo, Castanhal não representa uma área de interesse à Província em termos de projetos de colonização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em virtude da valorização das “Drogas do sertão” houve poucas iniciativas de interiorização na porção Nordeste do Pará; logo, Igarapé-Açu não representa uma área de interesse à Província em termos de projetos de colonização.</li> </ul>
1755 – 1785	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (fundada em 1755, sob os interesses do Marquês de Pombal), que representou a criação de uma companhia comercial monopolista de produtos tropicais (algodão, arroz e cacau) no mercado europeu;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transferência, em 1751, da capital do Grão Pará e Maranhão de São Luiz para Belém (os quais se separam em 1772);</li> <li>- Fim do poder eclesiástico e expulsão dos jesuítas e confisco dos seus bens;</li> <li>- Doação de Sesmarias a soldados e colonos para prática do cultivo;</li> <li>- Introdução da mão-de-obra escrava a partir de 1756;</li> <li>- Expansão da agricultura comercial e da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Vila de Bragança, em 1753, local que era ponto de comunicação entre o Grão-Pará e o Maranhão. Nesta vila se desenvolveu uma relativa ocupação com o cultivo de café, arroz e mandioca, além da pecuária, utilizando-se de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com o desenvolvimento da Companhia Geral do Grão-Pará, incentiva-se à agricultura comercial em Belém e em outras localidades, porém, ainda não era cogitada a intenção de colonizar a Bragantina como um</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com o desenvolvimento da Companhia Geral do Grão-Pará, incentiva-se à agricultura comercial em Belém e em outras localidades, porém, ainda não era cogitada a intenção</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão das atividades produtivas nos núcleos preexistentes;</li> <li>- Reforço da rede urbana dendrítica.</li> </ul>	<p>pecuária (Rio Branco, baixo Amazonas e ilha do Marajó);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Ampliação das importações de produtos manufaturados e ratificação do “sistema de aviamento”;</li> <li>-Criação e fortalecimento de Fortes para proteção da Amazônia, a exemplo de Belém e Macapá;</li> <li>- Elevação de antigas aldeias missionárias à categoria de vilas;</li> <li>- Criação da capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), surgindo na Amazônia duas Capitanias, ambas subordinadas a Belém.</li> </ul>	mão-de-obra escrava.	todo, assim como Castanhal.	de colonizar a Bragantina como um todo, assim como Igarapé-Açu.
Final do século XVIII e primeira metade do Século XIX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinção, em 1778, da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão;</li> <li>- Diminuição da competitividade de Portugal junto ao comércio internacional por conta da queda dos preços dos produtos tropicais.</li> <li>-Estagnação econômica e urbana da Amazônia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Diminuição do crescimento urbano por conta da perda da população urbana e da arrecadação de tributos;</li> <li>-Transferência da capital da Capitania de São José do rio Negro de Bacelos para o núcleo Lugar da Barra (Manaus) devido à decadência econômica;</li> <li>- A rede urbana caracteriza-se, neste período, pela permanência da primazia de Belém e pelo padrão de organização espacial ribeirinho, com poucos núcleos urbanos ao longo do litoral.</li> </ul>	-Não havia ainda valorização econômica da Bragantina, não sendo alvo, desse modo, de implantações urbanas.	- No início do século XIX começa haver a intenção por parte da Província, em colonizar a Bragantina, incluindo Castanhal, de forma a prover o desenvolvimento da agricultura comercial.	- Desenvolve-se ao longo do rio Maracanã uma vila de negros fugidos, que mais tarde é desfeita pela ação militar e cria-se a Aldeia Velha formada por indígenas.
1850 a 1920	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“<i>Boom</i>” do extrativismo da borracha revigora a vida econômica amazônica a sua rede urbana, devido: 1) à acentuada e crescente demanda da borracha no mercado internacional; 2) à criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que introduz a navegação a vapor, escoando mais rápido a produção regional, abrindo caminho para o desenvolvimento do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fortalecimento e modernização de atividades voltadas à produção e transporte da borracha;</li> <li>- Expansão da rede urbana e crescimento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes.</li> <li>-Desenvolvimento do sistema de “aviamento”;</li> <li>-Surgimento de novos núcleos urbanos atrelados à dinâmica da borracha (Rio Branco, Xapuri, Boca do Acre etc.);</li> <li>-Revigoração dos antigos núcleos (Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, por exemplo);</li> <li>-Crescimento econômico de Manaus,</li> </ul>	- Na tentativa de criar áreas agrícolas que abastecessem Belém, o governo paraense colonizou a Bragantina, a partir de colonos estrangeiros e, principalmente, nordestinos, assim, do final do século XIX a primeira década do século XX, surgem diversas colônias, cujas sedes se transformaram em núcleos urbanos, como	-Fundação da colônia de Castanhal em 1883, cuja colonização foi efetuada principalmente por imigrantes cearenses, advindos do nordeste;	- Fundação da colônia de Jambú-Açu (posteriormente denominada de Igarapé-Açu) em 1895, especialmente com a introdução de nordestinos, espanhóis e, em menor número, portugueses;
				- Chegam, em 1886, os trilhos da EFB, dinamizando a economia local.	- Chegam, em 1897, os trilhos da EFB, dinamizando a

	<p>transporte fluvial; 3) aumento vertiginoso de mão-de-obra nordestina a partir de 1877; 4) significativa injeção de capital (essencialmente mercantil) nacional e internacional na produção gomífera.</p> <p>- A produção da borracha torna-se tão importante que chega a eclipsar a produção de subsistência no mercado interno.</p>	<p>tornando-se a cidade mais importante da Amazônia Ocidental, competindo com Belém;</p> <p>-Belém torna-se o ponto de articulação entre a hinterlândia amazônica e o mundo exterior, concorrendo para seu crescimento urbano, concentrando serviços e pessoas, mas, perdendo a sua primazia, devido ao crescimento de Manaus, modificando a rede urbana;</p> <p>- O boom da borracha provoca o declínio da agricultura, afetando o abastecimento da capital paraense.</p>	<p>Ananindeua, Benevides, Castanhal, Inhangapí, Igarapé-Açu e Capanema, induzindo ao revigoramento do antigo centro urbano de Bragança que se transformou em “ponta de trilhos”;</p> <p>- Para articular os núcleos e escoar a produção da Bragantina se construiu de 1883 até 1908 a Estrada de Ferro Bragança (EFB), em cujas margens foram se desenvolvendo as áreas agrícolas da colonização.</p>		<p>economia local.</p>
1920 a 1960	<p>- Crise da economia extrativista da borracha por conta da concorrência da produção gomífera na Ásia, contribuindo para a diminuição das exportações e do preço do produto;</p> <p>-Crise de casas aviadoras e abandono de seringais que diminuem o tráfego fluvial, ocasionando desemprego urbano e nos seringais, além da crise de alimentos obtidos pelo avião e aumento da dívida externa.</p>	<p>-Diminuição do afluxo de imigrantes acompanhado de um refluxo para áreas de origem, concorrendo para perda de mercado;</p> <p>- Relativa autarcização dos seringais em relação às cidades, pois se permitiu o cultivo nestes locais, diminuindo a sua dependência;</p> <p>- Diminuição absoluta das pequenas cidades, embora de 1920 a 1960 alguns núcleos urbanos apresentassem crescimento relativamente importante (Marabá e cidades do Médio Amazonas);</p> <p>-Desmembramentos, na década de 1940, no Pará e Amazonas (Território do Amapá, Rio Branco e Guaporé);</p> <p>-Estagnação econômica de Belém e Manaus, com o retorno à dependência da última em relação à primeira;</p> <p>-Belém retorna sua primazia em 1940; ocorre na rede urbana a macrocefalia das capitais de Belém, e, em segundo lugar, Manaus.</p>	<p>- A Bragantina corresponde a uma área, juntamente com o vale do Amazonas, em que a rede urbana apresentava segmentos relativamente importantes.</p> <p>-Inicia-se, gradualmente, a introdução de rodovias, em cujas margens “nascem” as cidades, anunciando a nova configuração espacial que estava por vir.</p> <p>-A Bragantina apresenta uma relativa aglomeração humana, cujas sedes, vão aos poucos, sendo dotadas de formas e funções urbanas.</p>	<p>- Apresenta sua produção voltada para culturas temporárias, permanentes e produção de carne bovina e suína;</p> <p>- Sua sede municipal apresenta melhoramentos urbanos, mediante logradouros públicos (17), com iluminação a eletricidade, algumas casas recebem ligações elétricas (183) e abastecimento de água (29), porém, sem esgotamento sanitário;</p> <p>-Sua população chega a 8.600 pessoas (1.780 na área urbana e 6.820 na zona rural).</p>	<p>- Apresenta sua produção voltada para culturas temporárias, permanentes e produção de carne bovina e suína;</p> <p>- Sua sede municipal apresenta melhoramentos urbanos, mediante logradouros públicos (18), dos quais 11 têm iluminação a eletricidade; algumas casas recebem ligações elétricas (142), porém, sem abastecimento de água e saneamento básico;</p> <p>-Sua população chega a 12.003 pessoas (2.005 na área urbana e 9.998 na zona rural).</p>

<p>A partir de 1960</p>	<p>- Industrialização e modernização agrícola concentrada (Centro Sul e outros pontos do país); - Integração Nacional; - Desenvolvimento da fronteira do capital na Amazônia, incorporando-se ao processo geral de expansão capitalista no país; - Estado enquanto agente viabilizador da infra-estrutura (rodovias, hidroelétricas, portos e aeroportos) e de políticas para avanço do capital (incentivando a formação de um mercado de força de trabalho pela migração, incentivos fiscais, projetos de mineração em larga escala); - Controle capitalista dos recursos naturais (floresta, terra, minérios) - Incentivo aos projetos agro-minerais aumentando a concentração de terras e a latifundiarização.</p>	<p>- Transformações na Rede Urbana, marcada pelas seguintes características:</p> <p>1) Acentuação da urbanização regional e concentração urbana nas cidades capitais, especialmente, Belém e Manaus – a concentração de instituições, empresas e serviços nas cidades capitais (essa concentração urbana reflete a migração de áreas de ocupação antiga, como a zona Bragantina, médio Amazonas e ilha do Marajó que ocorre por conta da estagnação ou mudanças agropecuárias e extrativistas), assim como, a política de industrialização em Manaus (instalação da Zona Franca), contribuíram para serem áreas de receptáculo populacional;</p> <p>2) Elevação de Manaus a centro metropolitano da Amazônia Ocidental;</p> <p>3) revigoramento de antigos núcleos estagnados por conta da abertura de rodovias e valorização econômica - embora não ocorra em todos -, o que implica mudanças sociais (agentes novos) e espaciais, devido à introdução das estradas;</p> <p>4) criação de novos núcleos de povoamento, principalmente a partir de atividades modernas como mineração que induziu o aparecimento da Company Town (enclave urbano de boa infra-estrutura e com autonomia interna), a qual funda uma nova tipologia de cidade, aparecendo, também, núcleos mais ou menos estáveis – “currutelas” – (áreas miseráveis no entorno dos projetos e garimpos); -A rede urbana foi alterada pelo capital industrial e financeiro, complexificando as funções das cidades da rede, definindo uma</p>	<p>- A Bragantina não sofre alteração na sua estrutura fundiária, permanecendo baseada na pequena produção familiar e em minifúndios; - Os colonos da Bragantina perdem a assistência financeira e técnica do Estado em benefício dos grandes projetos agropecuários; - Desativação da Estrada de Ferro de Belém-Bragança (EFB) e construção de rodovias (BR-316); -Evidencia-se uma concentração populacional significativa, especialmente nas proximidades de Belém; -Formam-se aglomerados urbanos em função da posição geográfica privilegiada de algumas áreas que se tornam “nós” da rede rodoviária e apresentam melhorias nas infra-estruturas físicas, adensando as formas e funções urbanas. - A partir da década de 1980, em função da ineficiência do modelo desenvolvimentista implementado pelo Estado na década de 1960, instaura-se um novo paradigma de desenvolvimento pautado</p>	<p>-Castanhal, por conta da posição privilegiada que ocupa na rede rodoviária torna-se “nó” de comunicação e um importante entreposto comercial, afluindo grandes fluxos e adensando sua malha urbana; - Em 1960, sua população urbana é de 25.667 pessoas e a rural de 12.243; já em 1991, a zona urbana tem 92.852 habitantes e a rural apenas 9.219, havendo uma concentração demográfica na cidade que contribui para torná-la de porte médio, polarizando a Bragantina na porção ocidental, centralizando serviços, indústrias e redes bancárias.</p>	<p>- Igarapé-Açu também goza de um privilégio geográfico em relação às rodovias, tornando-se um entreposto comercial, mas não na mesma proporção que Castanhal; - Sua dinâmica econômica ainda é atrelada, principalmente, à agricultura de caráter familiar; - Em 1960 sua população urbana é de 5.432 pessoas e rural de 10.534; já em 1991, a zona urbana tem 12.610 habitantes e a rural 14.697, não havendo uma concentração demográfica na cidade de porte pequeno.</p>
-------------------------	---	---	--	--	---

		<p>nova divisão territorial do trabalho, quebrando a primazia de Belém e do padrão dendrítico de rede e maior complexidade dos fluxos, tanto nas intensidades, quanto nos tipos.</p>	<p>na pequena produção, voltando-se as atenções técnicas e financiamentos à produção familiar;  -Ocorre a migração de empresas extrativistas e agro-industriais de beneficiamento de frutas regionais, instaurando uma dinâmica produtiva de caráter internacional;  - Formam-se na maioria das sedes municipais pequenas cidades e até mesmo cidades de porte médio, como Castanhal – esta oficialmente não faz mais parte da Bragantina, conformando sua própria região – e Capanema.</p>		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Corrêa (1987); Penteadó (1967); Muniz (1913); Ibge (1950; 1991); Trindade jr. (1998); Miranda (2006).  
Org. Rogério Rego Miranda.

## CAPÍTULO 3

### A INTERFACE URBANO E RURAL EM ÁREA DE COLONIZAÇÃO ANTIGA: O CASO DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU.

#### 3.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DA RELAÇÃO URBANO E RURAL: O RECONHECIMENTO INICIAL DAS COLÔNIAS

Neste último capítulo nos debruçaremos sobre os dados coletados em campo. Pretendemos analisar o papel que cumprem os municípios de Castanhall e Igarapé-Açu na divisão territorial do trabalho, tomando por base ações das políticas públicas e as expressões rural-urbanas relacionadas a esse papel. Assim, cabe, neste momento da pesquisa, pensar esta nova divisão territorial do trabalho esboçada no *corpus* do estudo, visando-se re-discutir a relação rural e urbana processada na área.

A apresentação desta discussão foi delineada em partes que se conjugam ao longo do texto, com o intuito de construir sistematicamente o nosso estudo. Deste modo, apresentamos o nível da paisagem, enfatizando suas dimensões aparentes e informações que nos fizeram refletir acerca de nossas hipóteses. Em seguida, direcionamos nosso olhar para as relações sociais produzidas na realidade, objetivando identificar os agentes, sua organização sócio-espacial e os conteúdos expressos no cotidiano das colônias agrícolas, observando, igualmente, a interferência das políticas públicas nesses locais. Por fim, foi enfatizado o desenvolvimento desigual do processo de urbanização do espaço, no sentido de se fazermos perceber sua lógica e como as relações verticais são construídas e as horizontais<sup>27</sup> são re-elaboradas.

Consideramos inicialmente em nossa pesquisa *in loco* elementos referentes à paisagem, visto que ela nos fornece os primeiros aspectos da realidade estudada, a exemplo das residências, ruas, plantações, organização espacial das famílias, da área de trabalho, de lazer, das instituições internas, das vias e meios de transporte e dos sistemas de comunicação.

---

<sup>27</sup> De acordo com Santos (2002 a), as relações horizontais correspondem àquelas desenvolvidas no cotidiano, que possibilitam interações interpessoais mais solidárias e baseadas na cumplicidade, enquanto que as verticais são mais mercadológicas, mediadas pelo capital, estando conectadas muito mais com ações (econômicas e políticas) externas à realidade vivida.

Reforçamos a observação e a descrição enquanto necessidades iniciais do trabalho de campo, colocando em relevo determinados aportes metodológicos, quais sejam, nas palavras de Da Matta (1981), saber “ver” e “ouvir”, reconhecendo as diferenças do outro, buscando um trabalho dialógico, construído em conjunto com o grupo pesquisado, ambicionando decodificar o seu modo de vida. Para tanto, mobilizamos também dados secundários referentes à área em questão, de forma a melhor entendê-la.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Oliveira (1996) nos chama atenção para o fato de que o “olhar”, na observação da área de estudo, já está disciplinado pelo nosso campo de estudo específico. Logo, o objeto visualizado apresenta uma alteração prévia pelo modo de captá-lo, pois estamos imbuídos, preliminarmente, de um esquema conceitual de apreensão da realidade. Entrementes, para que esta seja compreendida no que tange às suas relações sociais, devemos “ouvir” os sujeitos que a produzem. Desta maneira, precisamos realizar entrevistas, que devem estar baseadas em uma relação dialógica entre pesquisador e entrevistado.

Este segundo procedimento metodológico, que constitui o momento do “ouvir”, foi realizado a partir de entrevistas semi-estruturadas, de forma a investigar, por meio dos relatos, juntamente com a prática observada em campo, a problemática de nossa pesquisa.

No que se refere à nossa leitura da paisagem, esta é praticamente comum a todas as colônias salvaguardando algumas especificidades mais bem detalhadas posteriormente. Estas colônias geralmente, são atravessadas por uma estrada de chão batido, cuja areia e pedregulhos se juntam, originando uma coloração avermelhada, que é realçada em períodos de muita insolação. Esse amálgama se intensifica com as chuvas que correm ladeiras abaixo, formando pequenos lagos, ou facilitando a abertura de buracos, dificultando a circulação dos transeuntes que trafegam diariamente por meio de ônibus, carros, motos e bicicletas.

Às margens das estradas ainda existem vegetações de capoeira baixa e média que escondem em suas matas caminhos, casas, plantações e igarapés como se estes quisessem se abrigar na sombra e no silêncio da floresta que é interrompido apenas pelos ruídos da fauna local.

A imagem é de um suposto isolamento, de uma paisagem bucólica do início do século XX, distanciada da cidade, de sua agitação e da rapidez de seus diversos fluxos. No

entanto, um objeto nos chama atenção na maioria das habitações existentes nas colônias, desde as mais simples, feitas de barro e madeira retirada da própria mata, até as mais sofisticadas, edificadas em alvenaria e gradeadas. Este artefato é a parabólica, objeto técnico responsável por emitir e receber frequências de televisão, conectando as pessoas a outros lugares e a modos de vida estranhos ao espaço vivido, expressos, por exemplo, em músicas, danças, vestimentas e linguagens.

Identificar as formas geográficas próprias do campo em uma realidade como esta é relativamente fácil, pois elas são flagrantes. Quando transitamos pelas estradas em direção às colônias é comum encontrarmos plantações diversificadas, criações de gado, ou até mesmo monoculturas, especialmente de dendê, em decorrência da sua grande valorização no mercado.

Em determinados lugares se abrem clareiras devido ao desmatamento, ou às queimadas, cujo cheiro forte da fumaça e das cinzas das árvores entranham nossas narinas; odor este que é abafado pela chuva que desce dos céus de forma torrencial e relativamente rápida, ou tranqüila e vagarosa, com suas gotículas finas, lavando o solo laterítico e cedendo sua água às plantas e animais, igualmente acalentando o sono dos agricultores que merecidamente descansam os seus corpos após um duro dia de trabalho, aguardando o retorno à labuta da manhã seguinte.

Como salientamos, essa paisagem é típica de um ambiente campestre, porém, quando adentramos a vida cotidiana das colônias, as relações se mostram mais complexas, seus conteúdos são diversos e não apenas propriamente rurais. Outros elementos entram em cena, como um sistema técnico capaz de difundir valores externos; interações mais íntimas com a cidade; e até mesmo o aparecimento de problemas que, na análise de Lefebvre (1973), são eminentemente urbanos.

Nosso trabalho de campo nesses locais de fato representou, como nos diria Da Matta (1981), um rito de passagem, em que retirados da sociedade que vivenciávamos, fomos levados inicialmente a certa invisibilidade social. Houve o processo de estranhamento, comum no momento do primeiro contato, tanto do pesquisador, quanto do pesquisado, ao mesmo tempo em que a curiosidade era aguçada por ambos. Para quem pesquisa, no sentido de saber qual a melhor abordagem, ou como seria recebido. Quanto às pessoas estudadas, provavelmente cogitavam o que nós estávamos fazendo ali. Entretanto,

este estudo nos mostrou sua dialética em campo, pois a pesquisa acabou sendo dos dois lados, o que facilitou o diálogo em alguns casos, extremou os anseios em outros e, até mesmo, inviabilizou a entrevista, fato que ocorreu apenas com um agricultor.

Contudo, uma vez estabelecido o contato, as relações horizontais eram permitidas, desenvolvendo-se laços de cordialidade e de companheirismo que, em nosso caso, fortificou-se na figura de um dos membros das colônias, que podia ser um líder institucionalmente empossado (presidente do Sindicato Rural), um informante, ou alguém interessado em ajudar. Deste modo, concordamos com Da Matta (1981, p.152) quando afirma que o “trabalho de campo, como os ritos de passagem, implica, pois, na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada”.

Essa construção de uma rede de relacionamentos, que após um tempo ficavam pouco formais, em decorrência de certo grau de intimidade existente, possibilitou-nos reconhecer sistemas de relações baseadas no parentesco, não necessariamente de co-sanguineidade, que reafirma sociabilidades mais próximas. No entanto, mostrou-nos algumas transformações nas relações sociais processadas nas áreas de estudo, marcadas por certa mercantilização das interações interpessoais e individualização de ações produzidas nas colônias, alterando o seu caráter coletivo.

Após esses primeiros contatos com as colônias, de forma mais geral, tornou-se necessário adentrarmos nelas pontualmente, caracterizando-as melhor, para, em seguida, analisarmos seus conteúdos sócio-espaciais.

A pesquisa foi realizada nas colônias agrícolas de Castanhal (Iracema e Três de Outubro) e de Igarapé-Açu (São Jorge do Jabuti e Porto Seguro), orientando-se por alguns critérios previamente definidos: a) o largo tempo de existência delas, haja vista que existem aproximadamente desde a origem da colonização da Zona Bragantina, contribuindo para entendermos em longa duração as transformações ocorrentes na área de estudo; b) a atuação das políticas públicas estatais, no sentido de perceber os impactos das mesmas junto às relações sócio-espaciais ali desenvolvidas; c) a ação de agentes econômicos que dinamizam a economia local, no sentido de alterar profundamente as relações antes existentes, por meio da introdução de trabalho assalariado, da monocultura, da expropriação

da renda da terra e/ou latifundiarização e apropriação privada da terra para fins mercadológicos.

Feitas essas considerações, passemos à análise dos dados empíricos das realidades supracitadas.

### 3.2 SEGUNDA APROXIMAÇÃO DA RELAÇÃO URBANO E RURAL: AS PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NAS AGROVILAS DE CASTANHAL E IGARAPÉ-AÇU

Ao discutirmos a relação entre rural e urbano, buscamos entender as interações existentes entre estes dois conteúdos sócio-espaciais, ao contrário de autores que anseiam estabelecer suas fronteiras, ou uma discussão meramente quantitativa em relação a eles. Neste sentido, desenvolvemos nossa análise buscando discutir o desenvolvimento desigual e combinado da urbanização. Deste modo, a formação sócio-espacial da área de colonização antiga, foco de nossa pesquisa empírica, foi de suma importância, pois a partir dela pudemos compreender os processos de sincronia e diacronia inscritos no espaço das colônias agrícolas em relevo.

Com efeito, baseamo-nos na produção sócio-espacial da área em questão, focalizando a experiência espaço-temporal dos sujeitos sociais expressa nas suas ações práticas e nos seus relatos. Esses em si já trazem muito das experiências com/no espaço local, exteriorizando a sua construção, intimamente ligada à própria formação da colônia no período da EFB e no momento atual, marcada pelo padrão *rodovia-cidade-colônia*. Isso denota as transformações que ocorreram ao longo dos anos, mas igualmente as permanências, que não se fixam, ou se cristalizam do mesmo modo, com as mesmas características, pois é re-elaborado um novo processo histórico-geográfico.

Assim, conforme foi mencionado anteriormente, procedemos, juntamente com a descrição, a utilização de entrevistas semi-estruturadas, cuja espinha dorsal se fundamentou em cinco indagações centrais, a saber: Como eram as relações na colônia antigamente? Se estas relações ainda permanecem? Quais as transformações que ocorreram nestas relações? Como era a qualidade e o modo de vida antigamente e como é hoje? Como é a relação estabelecida com a terra? Estas, por sua vez, devido à generalidade que apresentavam, logo se desdobraram em outras que buscaram dar um direcionamento no sentido de levantar

informações que nos ajudassem a compreender a nossa problemática de pesquisa (cf. APÊNDICE A).

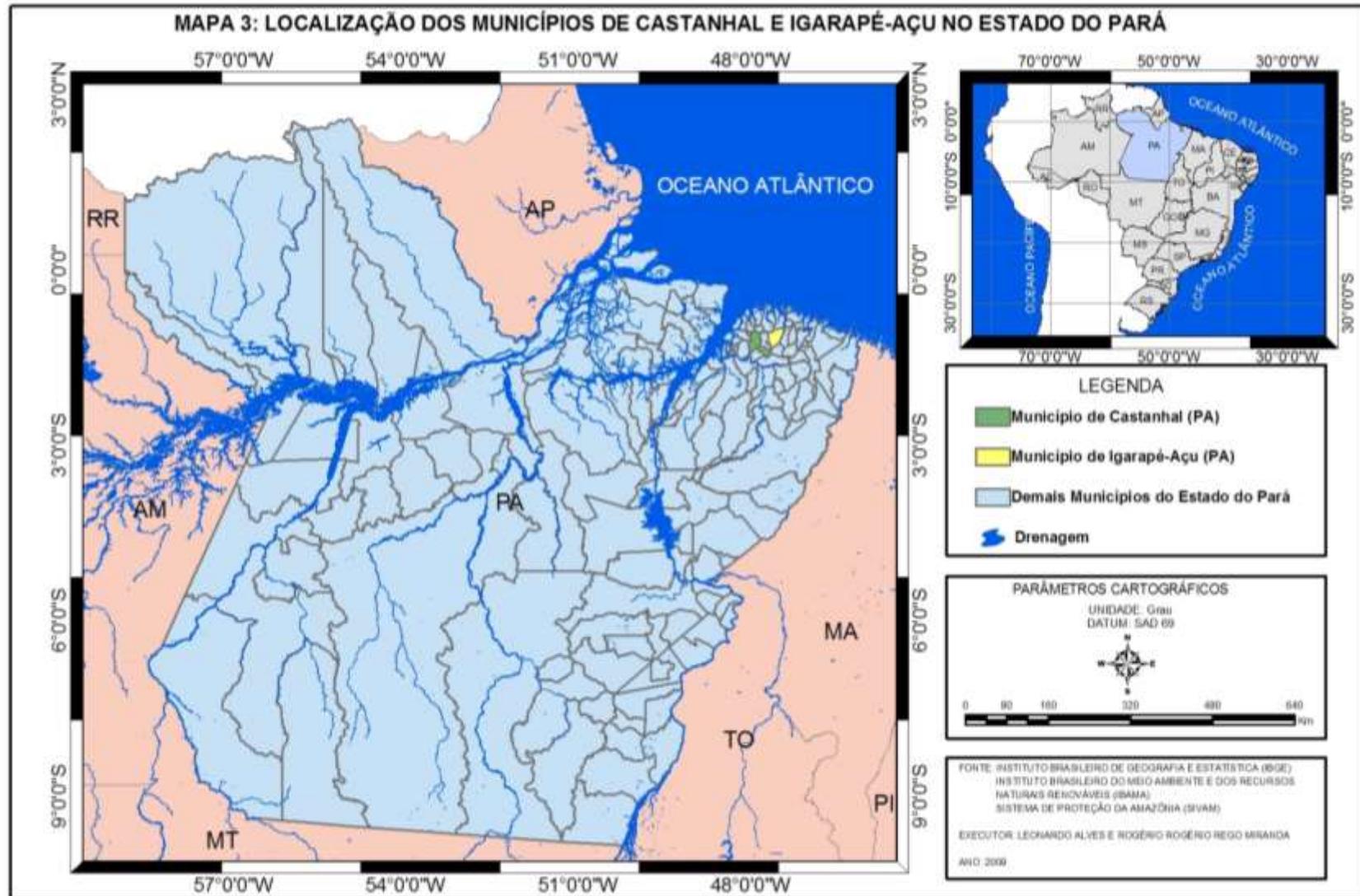
Essas entrevistas possibilitaram a coleta de informações em campo, as quais foram, posteriormente, filtradas e trabalhadas a partir de nossa interpretação, muito embora o uso da linguagem do pesquisado tenha sido bastante explorada, com o intuito de dar voz aos sujeitos sociais investigados. Não que isto iniba totalmente nossa fala, visto que o texto está recheado de nossas reflexões, intenções e objetivos. A própria seleção dos relatos que constam no trabalho já identifica, em certa medida, nossa condição de primeira pessoa, mas queremos, em alguns momentos, ressaltar os entrevistados que, muitas vezes, com suas palavras simples, dizem de uma forma objetiva e/ou cheia de sentimentos o que nós dificilmente iríamos conseguir transmitir por meio de paráfrases.

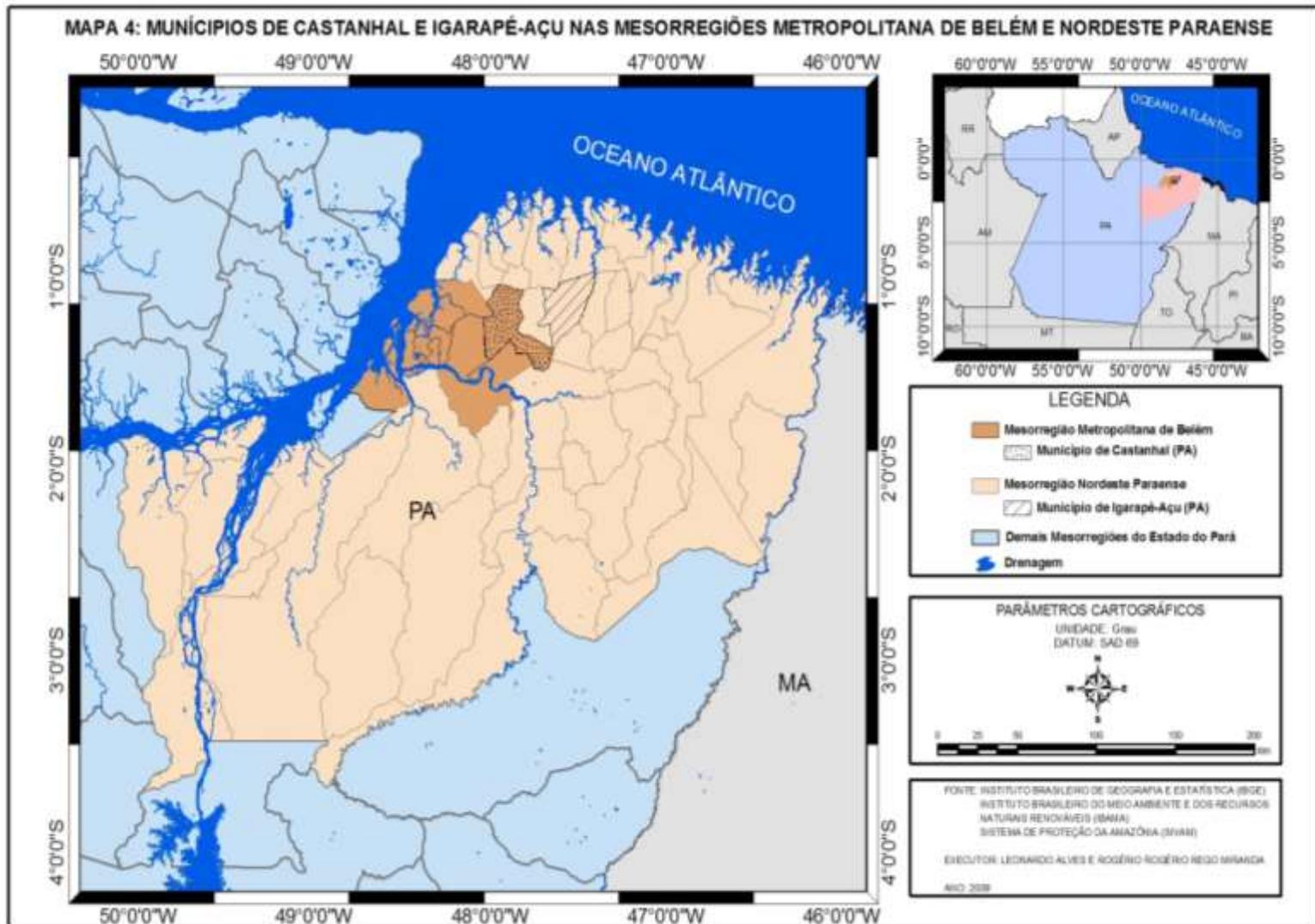
Com base nestes procedimentos metodológicos adentramos na realidade das agrovilas, buscando compreender melhor a relação campo e cidade, rural e urbano que, no momento atual, sofre mudanças em virtude da nova divisão territorial do trabalho em que as áreas pesquisadas se inserem.

Neste contexto, essas localidades deixam de cumprir um papel meramente de abastecimento de produtos agrícolas diversos e começam a se especializar em determinadas lavouras destinadas ao mercado regional, nacional e internacional, pois estabelecem redes econômicas externas ao espaço local, concorrendo para a verticalização das relações, visto que a infra-estrutura construída (estradas, sistema de telecomunicação etc.) e a produção realizada almejam atender à lógica de desenvolvimento e à reprodução do capital das quais apenas grupos privilegiados participam diretamente.

Para viabilizar este objetivo, uma série de políticas públicas estatais vem sendo implementada nessas agrovilas, com o intuito de dotá-las de equipamentos que possibilitem a ampliação e melhoria de fluxos.

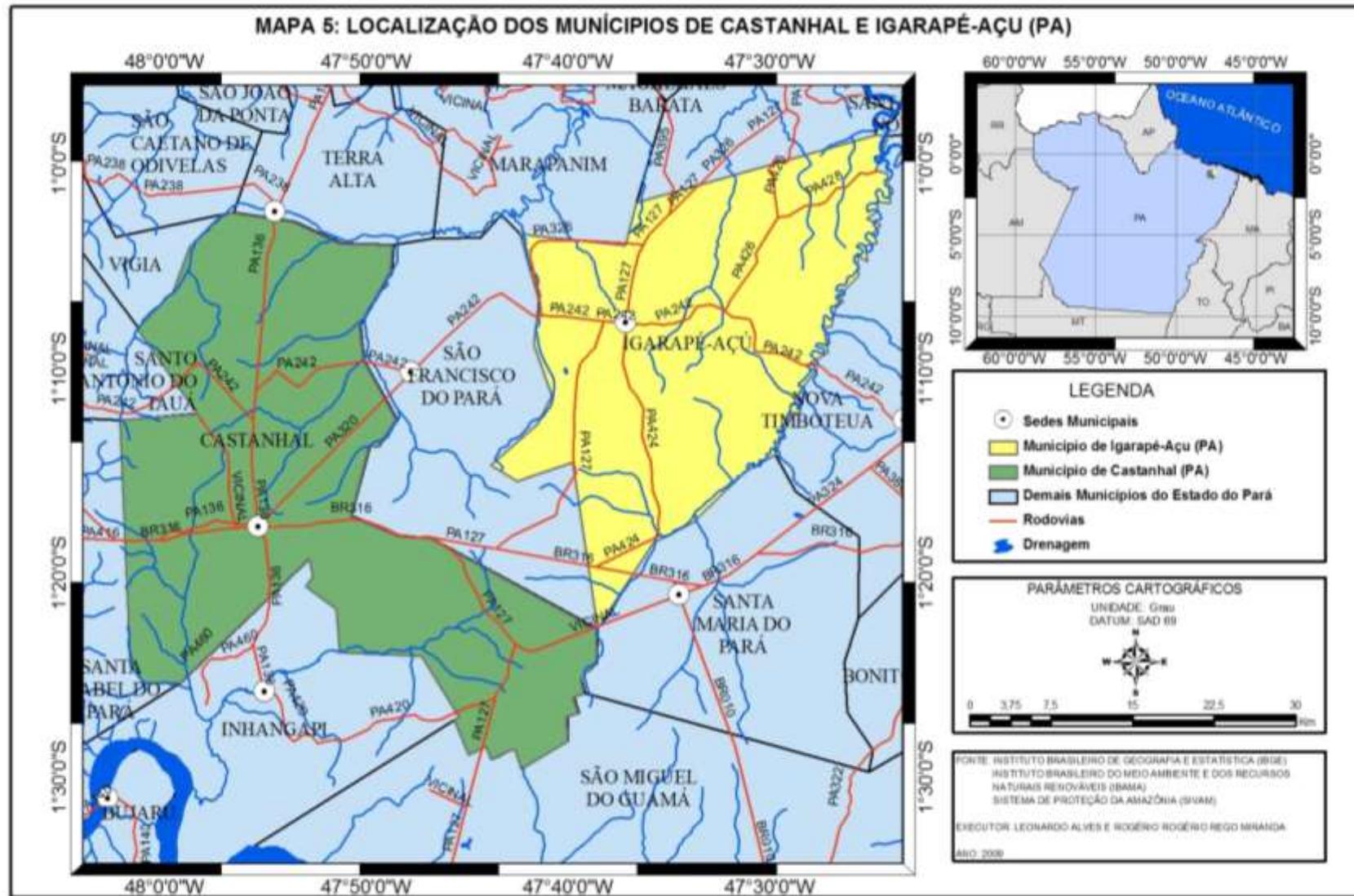
Com efeito, observamos a conformação de um novo contexto histórico-geográfico em que se alterou o papel da área de colonização antiga aqui evidenciada, com destaque a Castanhal e Igarapé-Açu, ambos os Municípios localizados no Estado do Pará (mapa 3). O primeiro pertence à mesorregião Metropolitana de Belém e o último integra a mesorregião Nordeste do Pará (mapa 4), segundo dados do IBGE (2008).





Neste contexto, o Estado começa a dotar o espaço de objetos geográficos que viabilizaram a maior fluidez de pessoas, mercadorias e informações relacionadas a transações financeiras e comerciais.

Deste modo, a criação do padrão de organização baseada na *rodovia-cidade-colônia* visa a este fim, ou seja, planejar o espaço de forma a dinamizar a circulação; logo, cria a Br-316 e as PA's, rodovias estaduais do Pará, nas quais o tráfego de automóveis hoje ganha maior relevância e rapidez. Essas rodovias hoje atravessam Castanhal e Igarapé-Açu, interligando-as, embora a primeira goze de uma posição privilegiada em relação à Br-316, contribuindo para sua permanência enquanto ponto nodal de fluxos diversos; fato que ocorria em relação à EFB. Já o segundo Município perdeu a posição central que tinha na via férrea e, atualmente é cortado pela PA-127 (mapa 5).



Outras políticas públicas são igualmente importantes, como a instalação de energia elétrica, inicialmente na cidade e, mais recentemente, na maior parte da zona rural, a partir do projeto “Luz no Campo”<sup>28</sup>. Essas novas condições melhoraram a produtividade agrícola, industrial e comercial e também difundiram necessidades consumistas, como a televisão, por exemplo.

Aliada à eletricidade, observamos a presença de um sistema de telecomunicações, expresso no setor de telefonia fixa e móvel, além da internet que facilitou a fluidez e aumentou a frequência dos fluxos informacionais. Entretanto, até o momento, na área rural são registrados apenas telefones públicos, popularmente denominados de “orelhões”, e diversos telefones fixos de uso particular, além de celulares.

Por fim, observamos a iniciativa estatal no sentido de conceder financiamentos a pequenos produtores, mas igualmente às empresas que prezem pelo “Desenvolvimento Sustentável”, o que contribuiu para que uma nova lógica produtiva fosse instaurada, almejando o mercado regional/ nacional e especialmente o internacional.

Esse fato passou a ocorrer com maior frequência principalmente a partir dos anos de 1980, momento em que o governo federal injetou dinheiro na pequena produção, redirecionando as políticas públicas, a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo agente financiador é o Banco da Amazônia (BASA S.A). De acordo com Costa (2000), aquele objetivou conceder incentivos fiscais para áreas de colonização antiga, como Campos de Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina, Belém e Viseu, que apresentavam maior diversidade de atividades.

Mais recentemente, especificamente em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como linha de crédito com o intuito de prover o “desenvolvimento sustentável” junto aos agricultores familiares, cujo agente financiador é o Banco do Brasil. Hoje o Banco da Amazônia S.A também concede este crédito. São três as linhas principais desse banco: infra-estrutura e serviços; capacitação e crédito.

Ambos os financiamentos foram concedidos aos pequenos produtores das áreas pesquisadas, possibilitando o aumento considerável das lavouras permanentes. Em

---

<sup>28</sup> Constitui um projeto do governo federal que visa levar energia elétrica ao espaço rural brasileiro, oferecendo financiamentos aos Estados e municípios, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural (BRASIL, 2009).

Castanhal e Igarapé-Açu, particularmente, o auxílio governamental referente ao PRONAF, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008), contemplou, entre os anos de 1999 até o início de 2008, grupos de agricultores eleitos pelo governo, conforme se pode visualizar no quadro 3:

<b>Quadro 3</b> – Grupos de agricultores e número de projetos financiados pelo PRONAF entre 2000 e 2008 em Castanhal e Igarapé-Açu					
Grupo	Critérios para se inserir no grupo	Castanhal		Igarapé – Açu	
		Número de Projetos individuais aprovados	Anos de registro do crédito	Número de Projetos individuais aprovados	Anos de registro do crédito
A/C	Agricultores familiares que saíram do grupo A – referentes àqueles que foram assentados pela reforma agrária – e que não contraíram financiamentos de custeio nos grupos “C”, “D” ou “E”	254	Entre 2003 e 2005	-	-
B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00	698	Entre 2003 e início de 2008	298	Entre 2004 e 2008
C	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 14.000,00	520	Entre 2003 e início de 2008	318	Entre 1999 a 2001, entre 2003 e 2006 e em 2008
D	Agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00	213	Entre 2000 e início de 2008	141	Entre 1999 e 2008
E	Agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00	15	Entre 2004 e início de 2008	55	Entre 2003 e 2008

**Observação:** Atualmente houve uma mudança nesta classificação, existindo os grupos A; A/C; esses dois primeiros se referem aos agricultores de assentamentos; B, produtores familiares participantes do PRONAF e que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses até cinco mil reais e A/F, produtores familiares que tenham obtido renda bruta familiar dos últimos doze meses, acima de cinco mil reais e até cento e dez mil reais (BASA, 2009). No entanto, os técnicos responsáveis pela elaboração e execução dos projetos do PRONAF ainda se baseiam nos grupos delimitados na tabela acima. Inclusive os dados coletados nas fontes governamentais partiam da mesma categorização. Por este motivo estamos trabalhando com estas denominações, salvo algumas exceções.

Fonte: Elaborado a partir do INCRA, 2005 e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Org.: Rogério Miranda, 2008.

A liberação do crédito, no entanto, está condicionada ao calendário de execução e acompanhamento das atividades financiadas, desenvolvido pela Empresa de Assistência e Extensão Rural do Pará (EMATER – PA), especificamente pela sua filial localizada no Município de Castanhal, que serve como base para os municípios limítrofes àquele, como Igarapé–Açu. Deste modo, com exceção das hortaliças, dependendo do cultivo pleiteado, o financiamento obedece a um cronograma diferenciado durante o ano, conforme podemos observar nos quadros 4, 5 e 6.

<b>Quadro 4 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL* – Calendário de Execução e Acompanhamento de Atividades Financiadas para a cultura do feijão e da Mandioca (verão) no ano agrícola de 2008 e 2009.</b>							
<b>Atividades Meses</b>	<b>Solicitação de Crédito</b>	<b>Elaboração do DAP**</b>	<b>Elaboração de Projeto</b>	<b>Liberação de Recursos</b>	<b>Preparo de Área</b>	<b>Plantio</b>	<b>OBS</b>
<b>ANO I</b>							<b>2008</b>
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
<b>ANO II</b>							<b>2009</b>
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							

\* Este calendário serve como base para toda a região administrativa de Castanhal na qual se inserem os municípios de Castanhal, Inhangapi, Terra Alta, Marapanim, Curuçá, São João da Ponta, São Francisco do Pará, Igarapé-açu, Maracanã, Magalhães Barata, Santa Izabel, Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Vigia, São Caetano de Odivelas, Santo Antônio do Tauá e Colares.

\*\* DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Este documento é concedido pela EMATER por meio de uma avaliação dos bens do agricultor para verificar se o mesmo se enquadra em um dos grupos de agricultores familiares estabelecidos pelo PRONAF.

**Observação:** No caso das Hortaliças, esse calendário perde sua validade por poder ser esse tipo de cultivo efetuado durante todo o ano.

Fonte: EMATER – Escritório Local de Castanhal, 2008.

<b>Quadro 5 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL – Calendário de Execução e Acompanhamento de Atividades Financiadas da cultura de arroz, milho e mandioca (de inverno) no ano agrícola de 2008 e 2009.</b>							
Atividades Meses	Solicitação de Crédito	Elaboração do DAP	Elaboração de Projeto	Liberação de Recursos	Preparo de Área	Plantio	OBS
<b>ANO I</b>							<b>2008</b>
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
<b>ANO II</b>							<b>2009</b>
Janeiro							

Fonte: EMATER – Escritório Local de Castanhal, 2008.

<b>Quadro 6 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL – Calendário de Execução e Acompanhamento de Atividades Financiadas da cultura de fruticultura no ano agrícola de 2008 e 2009</b>							
Atividades Meses	Solicitação de Crédito	Elaboração do DAP	Elaboração de Projeto	Liberação de Recursos	Preparo de Área	Plantio	OBS
<b>ANO I</b>							<b>2008</b>
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
<b>ANO II</b>							<b>2009</b>
Janeiro							
Fevereiro							

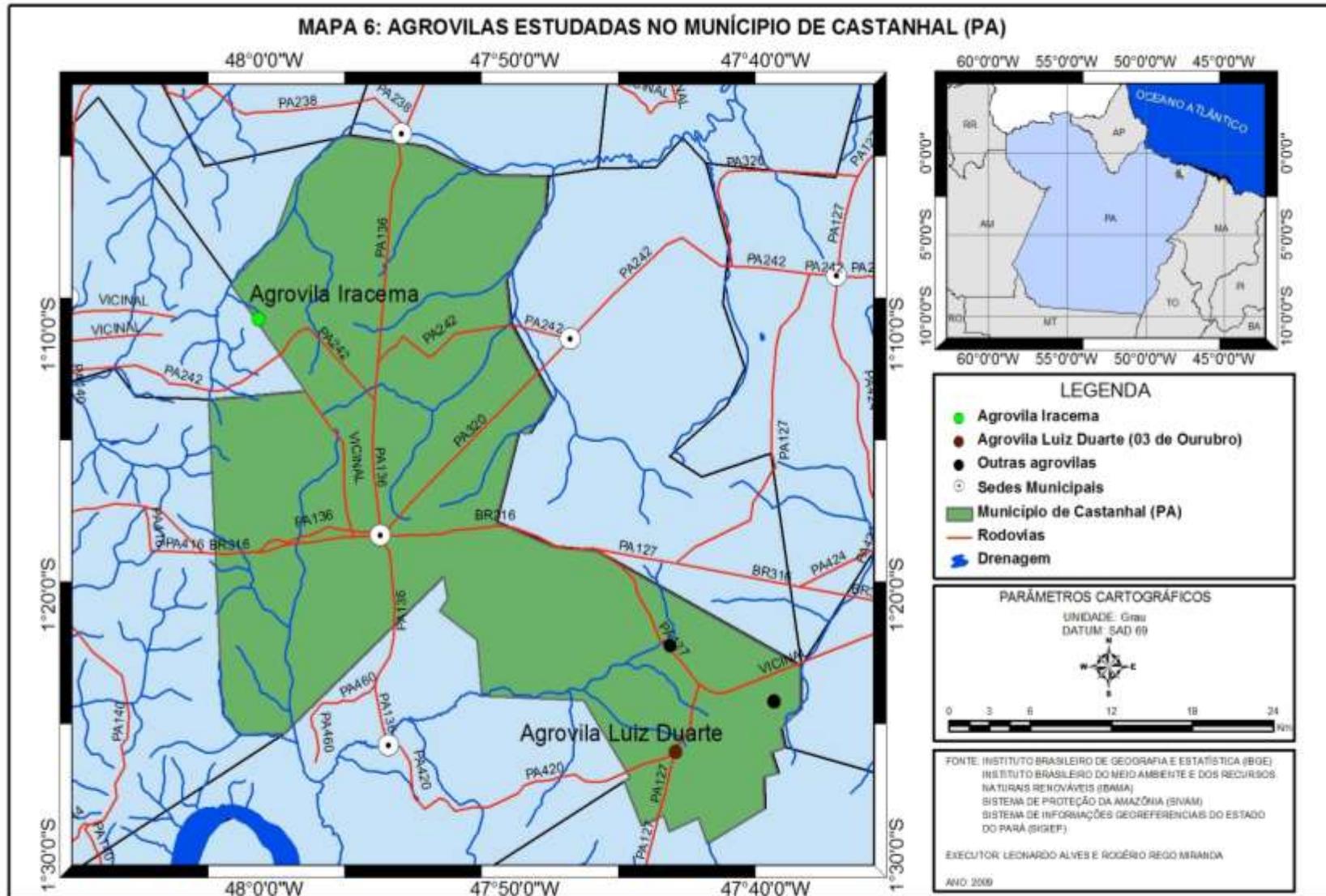
Fonte: EMATER – Escritório Local de Castanhal, 2008.

Em Castanhal, especialmente, esses financiamentos impulsionaram o setor agropecuário de forma geral, pois o número de estabelecimentos com vínculos empregatícios aumentou de 83 em 1995, para 155 em 2006 e o estoque de emprego saltou de 355 em 1995, para 833 em 2006 (SEPOF, 2008). Um outro dado importante é o aumento relativo de pessoas no campo, visto que em 1980 tínhamos 11.927 residentes rurais e em 2007 se estima aproximadamente 15.964 habitantes, representando 9,85% da população total (SEPOF, 2008). Um dos fatores responsáveis pela elevação demográfica, de acordo com o Plano Diretor de Castanhal (2006), é a imigração de trabalhadores oriundos de municípios adjacentes em busca de oportunidades de emprego, concorrendo para uma entrada significativa de pessoas provenientes do Pará e uma pequena parcela externa ao Estado paraense.

No caso de Igarapé-Açu também ocorreram mudanças, visto que o número de estabelecimentos agropecuários com vínculos empregatícios aumentou de 21 (vinte e um) em 1999 para 55 (cinquenta e cinco) em 2006, corroborando para a elevação do estoque de empregos que passou de 65 (sessenta e cinco) em 1999 para 296 (duzentos e noventa e seis) em 2006, possibilitando um relativo crescimento populacional no campo, pois em 1991 existiam 15.033 (quinze mil e trinta e três) habitantes, número este que foi reduzido para 12.911 (doze mil, novecentos e onze) residentes em 2000, mas se estima o acréscimo para a margem de 13.910 (treze mil, novecentas e dez) pessoas em 2007 (SEPOF, 2006, 2008).

Essas mudanças, entretantes, tendem a ocorrer desigualmente no espaço agrário, apresentando rebatimentos diferenciados nas realidades pesquisadas. Neste sentido, primeiramente apresentaremos as agrovilas de Castanhal e, posteriormente, de Igarapé-Açu, com intuito de pensar as suas respectivas especificidades sócio-espaciais.

As áreas agrícolas de Castanhal correspondem às agrovilas de Iracema e Luiz Duarte (3 de Outubro), dispostas espacialmente em pontos extremos do território municipal e com dinâmicas semelhantes economicamente, embora privilegiem culturas diferenciadas. Sua localização em relação ao espaço municipal pode ser mais bem visualizadas no mapa 6.



### 3.2.1 Agrovila de Iracema

Para chegar à agrovila Iracema é necessário utilizar o transporte público de mesmo nome, cujo proprietário é um morador da área. Este carro sai do terminal rodoviário existente ao lado da feira livre de Castanhal, no qual circulam apenas veículos que trafegam em direção às colônias agrícolas.

No caso da localidade estudada, o ônibus sai do referido local por volta de dez horas da manhã e, também, às dezessete horas, levando pessoas e suas mercadorias. Demora aproximadamente uma hora para chegar ao seu destino. Para este fim, transita pela PA-136, e, posteriormente, pela PA-242 (mapa 6). Em seguida, entra em um ramal que dá acesso a Iracema, cuja área de abrangência é relativamente grande, porém, a pesquisa ficou concentrada mais no ponto de sua ocupação inicial, datada do período da EFB.

Quando adentramos a colônia, notamos de imediato algumas casas cobertas pela vegetação, em cujos terrenos se desenvolvem os plantios. Logo em seguida a estrada de terra batida nos levou em direção a um aglomerado cujas casas, comércio, bares, açougue, ginásio, dentre outros imóveis, estão justapostos.

No centro da agrovila, visualizamos a praça, área de encontro, principalmente dos mais jovens. Durante a noite se concentram no local antes de irem à Igreja que fica no mesmo ponto, ou após a missa que ocorre aos finais de semana. Essa igreja católica se situa em uma posição privilegiada, denotando sua imponência e importância junto à população local. Nela são realizadas várias atividades, especialmente pelos jovens, como festividades, formação de grupo musical etc. Ao seu lado fica a antena de telecomunicação, algumas residências e a escola de ensino municipal. Na frente da referida igreja está localizada a parada de ônibus e aos fundos o campo de futebol.

Nesta área da colônia ficam localizados os serviços e as instituições (associação dos agricultores, sede comunitária), além das famílias mais antigas que são proprietárias de bares, açougue, mercearias e de residências. Os terrenos agrícolas, por outro lado, ficam distantes desta concentração espacial, pois necessitam de grandes extensões de terra, em geral de 25 hectares, e de igarapés, cuja água é utilizada para a irrigação das plantações, para beber etc. Podemos visualizar melhor esta agrovila por meio de suas fotos (1, 2, 3, 4, 5 e 6) e a partir de sua planta (planta 1).



**Foto 1:** Início da Agrovila de Iracema  
Concentração de casas nas margens da estrada, constituindo-se na rua principal de Iracema  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 2:** Praça central de Iracema  
Praça de Iracema, cuja centralidade pode ser notada pela posição que possui na agrovila e pelos serviços, instituições e residências em sua volta  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 3:** Rua ao lado da Praça central de Iracema  
Rua do lado direito da praça de Iracema, demonstrando a grande quantidade de casas no local  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 4:** Campo de futebol aos fundos da praça  
Área de futebol, constituindo-se em um dos principais meios de lazer local, além dos igarapés  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 5:** Igarapé de Iracema  
Motor retirando a água do igarapé para irrigar as plantações.  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 6:** Irrigação das hortaliças  
Plantação de hortaliças sendo irrigada pela água do igarapé.  
Foto: Rogério Miranda, 2008.

## Planta 1: Agrovila Iracema



A agrovila de Iracema apresenta modificações marcantes em sua paisagem. Elas ocorreram em virtude das transformações sociais que nela se processam. Essa realidade se evidencia quando analisamos o desenvolvimento da urbanização, tanto nos seus aspectos materiais (redes de telecomunicação, de transporte etc.), quanto nos seus conteúdos sócio-geográficos.

Com efeito, segundo a descrição dos moradores, a colônia, antigamente, aproximadamente até a década de 1970, apresentava apenas ramais percorridos por carroças movidas a cavalos e não possuía energia elétrica, água encanada e saneamento básico.

Geralmente as pessoas começavam a trabalhar na agricultura ainda crianças, pois o trabalho familiar era utilizado na produção de cultivos, com destaque, na época, para a mandioca. Esse trabalho, embora árduo e cansativo, era marcado pela reunião dos familiares e pela “animação” que possibilitava, em certa medida, o lazer, como os jogos de futebol; nos igarapés na hora de tomar banho, de pegar água para beber; nos grupos de jovens; e nas festas locais, sendo muitas destas ligadas à igreja. Alguns desses elementos, referentes às relações de trabalho e ao lazer, podem ser percebidos no trecho que segue:

A minha vida desde os primeiro passos, eu...tenho orgulho de dizer isso, eu comecei a trabalhar com a idade de sete anos... Sou muito orgulhoso de dizer isso, porque hoje a gente é um exemplo que eu tenho pra dar pros meus filhos, (...) Quando eu fui criado com uma família de dezessete irmão, morreu três, nós somos quatorze vivos hoje, e na época a gente trabalhava só com a farinha e mandioca. E a mandioca, se você for fazer uma saca, você ocupa a família toda. E fizer vinte saca ocupa também a família toda e eu comecei os meus passos com mandioca e ate hoje tenho orgulho de ainda ser um agricultor (...) E como eu era pequeno, não alcançava em cima do animal na época. Papai enchia a carga na roça e eu vinha até a casa de farinha em cima do animal. E tirava e voltava, três quilômetros de distância. A gente passava, três... até meio dia pra fazer três carreatas de mandioca (...), mas era um serviço animado. Sempre foi animado à farinha. E daí, passado os tempo, com a idade já de doze anos, eu comecei a trabalhar na casa de farinha (...). Já tinha um musculozinho, daí a gente trabalhava na segunda-feira arrancando e botando (...) e segunda-feira em diante o papai colocava outras pessoas, pagava alguns secundários, né. E eu ficava no retiro de segunda a sexta, ou até de segunda a segunda às vezes, que era a semana toda de farinha. Eu lembro muito que tinha tempo que eu tinha vontade de ir pra festa no sábado à noite e quando chegava seis hora da tarde no sábado é ... tinha muita massa ainda pra fazer farinha, e o forneiro arrumava, mas o (...) não arrumava ai eu tinha que emendar o resto da semana (Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

de Castanhal e agricultor, morador da agrovila Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

Neste momento existia uma relativa falta de acesso, por parte dos agricultores, a serviços básicos e sistemas técnicos de telecomunicação e transporte, tornando dificultosa a interação com a cidade. A circulação era feita, de Iracema até sede do município estudado, por meio de cavalos. Estes transportavam pessoas e cultivos. Estes últimos eram comercializados na feira de Castanhal, ou seguiam de locomotiva, no período em que a EFB funcionava, até Belém. Posteriormente, os agricultores também começaram a utilizar caminhões, denominados de “paus-de-arara”, para levarem seus produtos agrícolas às feiras da capital paraense onde eram vendidos, como bem nos relata seu Capanga:

(...) Tinha que vender em Castanhal. Quando não era em Castanhal, tinha que ir vender no Apeú, (...) Surgiu a feira livre de Belém, aí foi meu irmão e outros (...), foram os primeiros aqui.

Ia (...) pra Castanhal, lá pegava o trem, ia pro terminal de São Brás, lá pegava os carros e ia pra feira. Quando foi uns anos depois, começou a surgir caminhão (...) pau de arara. Saía daqui e carregava direto pra Belém, aí melhorou a situação. Mas eu sempre pedindo a Deus (...) pra não deixar aquele terreno. (...) Saía na sexta-feira e chegava no sábado a tarde, ou domingo de manha, era muito cansativo (...) Começaram a trabalhar com farinha em Castanhal, era muito pouco (...).(Entrevistado Luiz Brito da Silva, agricultor aposentado, morador da agrovila de Iracema, 79 anos, entrevista concedida em 11/ 06/ 2008).

É importante notar neste período que, embora difícil a relação entre colônia e cidade, essa era estabelecida em decorrência da necessidade de se desenvolver trocas comerciais. Destarte, o agricultor vendia seus plantios em Castanhal, ou em Belém, com o intuito de adquirir dinheiro que lhe desse condições de obter outros produtos (instrumentos de trabalho, alimentos, roupas etc.). Quando o pequeno produtor não possuía capital para comprar, ele estabelecia um sistema de crédito com comerciantes de Castanhal, chamados de “patrão”, cujo débito podia ser pago após o plantio e venda de um dado cultivo agrícola.

A parca infra-estrutura e a dificuldade de telecomunicação e circulação existente na colônia, aparentemente, estabeleciam um distanciamento físico entre as pessoas, especialmente porque os terrenos agrícolas e as casas ficavam relativamente espaçados entre si. No entanto, se pensarmos no espaço social, ou melhor, no espaço relativo e

relacional de que nos fala Harvey (1980), em que existe uma distância relativa entre os objetos geográficos e uma inter-relação entre eles, em decorrência das ações humanas, observamos que socialmente existia uma proximidade, em virtude de relações horizontais, o que demarca um senso de comunidade e/ou vizinhança, expressas nas relações de trabalho familiar.

Essa proximidade pode ser vista na lógica produtiva voltada principalmente para a sobrevivência dos parentes, com criação de um excedente, no sentido de ter uma determinada renda<sup>29</sup>; na ajuda existente entre os integrantes da colônia; na priorização de uma interpessoalidade baseada no “valor de uso”, ou seja, não objetivando necessariamente a exploração da força de trabalho para obtenção de lucro futuro.

Podemos também salientar a parte lúdica dos jogos, dos encontros de jovens e das festas que promovem a interação entre pessoas internas e externas à agrovila, possibilitando o encontro fora do ambiente de trabalho:

Era mais pessoalmente mesmo né [o contato entre as pessoas]. O contato não era tão difícil, porque mesmo que você morasse longe de outras pessoas, a três quilômetros, você tinha aquele prazer de sair à noite e conversar (...) Os contatos seriam esses, amanhã a gente vai fazer isso, compadre, aquele povo do... era uma facilidade. Nunca a gente teve essa dificuldade de contato com as pessoas não. Pra cidade, às vezes os prefeitos vinham buscar as informações com a gente e sempre a gente não teve essa dificuldade de contato (...)

A gente se reunia além do trabalho, a gente reunia pra lazer, criação de movimento jovem. Nós tinha, na época que eu era jovem, um clube “Quatro S do Brasil”, que era saber, sentir, saúde e servir. Aquilo ali era só pra diversões. A gente trabalha e no domingo se divertia, reunia pra o

---

<sup>29</sup> Quando nos referimos à renda do agricultor, estamos fazendo referência à renda absoluta que, segundo Lefebvre (1973), é obtida pelo proprietário da terra, mesmo sem este desenvolver cultivos, e não possui nenhuma relação direta com o preço dos produtos por aquele comercializado. Como o lavrador de que estamos considerando é dono dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho etc.), e a base de sua de mão-de-obra se assenta na própria unidade familiar, objetivando principalmente a sobrevivência da mesma, partimos do princípio econômico esboçado por Chayanov (1981), o qual, neste caso específico, afirma que, para termos a noção do produto do trabalho do agricultor, devemos avaliar o valor dos bens materiais adquiridos a partir de seu trabalho no percurso de um ano. Este produto do seu trabalho (familiar) acaba por se tornar a única categoria de renda possível. Logo, em função da inexistência de salário não há como considerar presença de lucro líquido. Para esta renda, em particular, ser materializada em bens, ele trabalha dentro da lógica da economia de excedentes, ou seja, “trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e, sobretudo, quanto plantar e até onde plantar, está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio” (MARTINS, 1997, p.190).

futebol, pra um banho, essas coisas, criar outros laços de amizade, participava com outras comunidade de alguns encontros, tanto comunitário, quanto católicos, e principalmente eu é pro futebol, que até hoje ainda tenho uma fome (risos), que não é fácil, de futebol. (Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

Essa sociabilidade orgânica podia ser reconhecida nas relações coletivas empreendidas pelos integrantes da agrovila cuja interação não era marcada pela mercantilização, pelo dinheiro, fato visualizado na forma como se relacionavam os trabalhadores e os donos do terreno. Pouco transparecia uma hierarquização do tipo patrão e empregado. Estas relações inter-pessoais mais próximas eram percebidas, também, na doação de cultivos existente entre os integrantes da agrovila, não havendo a necessidade de compra dos produtos agrícolas entre os mesmos, o que garantia a sobrevivência da comunidade. Embora isso ainda ocorra, observamos mudanças significativas nestas relações, o que contribui para o aparecimento de problemas que antes não eram visíveis.

Hoje os pequenos ramais de antigamente tiveram sua largura ampliada, tornaram-se estradas cujo tráfego de bicicletas, motos, carros e caminhões são constantes. Esses últimos nos chamam a atenção devido à frequência com que transitam, principalmente durante à tarde, transportando grande parte da produção agrícola local, especialmente hortaliças (cf. fotos 7 e 8).



**Foto 7:** Ônibus de Iracema  
Circulação de ônibus, transportando as pessoas e suas mercadorias de Iracema até Castanhal.  
Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 8:** Caminhão de transporte de produtos agrícolas.  
Circulação de caminhão levando as hortaliças de Iracema até Belém.  
Foto: Rogério Miranda, 2008.

Em termos populacionais, de acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no ano de 2006, Iracema possuía 305 imóveis e 673 habitantes. A partir dos dados da EMATER-PA, em 2007, existiam 400 famílias residindo na localidade.

No que se refere aos sistemas técnicos, atualmente a colônia é assistida por energia elétrica que atende a maioria das residências, das áreas agrícolas e dos comércios locais. Apresenta também 7 (sete) telefones públicos. As casas de alguns moradores são atendidas por telefones fixos. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel, 2008), a agrovila é assistida pela empresa Telemar-PA que instalou na vila 64 (sessenta e quatro) aparelhos telefônicos dos quais apenas 29 (vinte e nove) estão em serviço.

Existem ainda os Correios que transportam as correspondências dos moradores de Iracema, embora estes reclamem da demora com que o serviço é prestado.

Essa rede sócio-técnica, em termos geográficos, permite relativizar as distâncias, pois facilita o trânsito de pessoas, mercadorias e informações, além de potencializar as interações com a cidade, sobretudo com a sede do Município e com Belém. Isso ocorre, por exemplo, em virtude da necessidade de assistência médica, visto que o posto de saúde local é responsável apenas pelos primeiros socorros. A Associação dos Trabalhadores Rurais possui uma ambulância própria, responsável por levar os enfermos aos hospitais. As pessoas também buscam estudar em escolas e faculdades (Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA –, Universidade Federal do Pará – UFPA – e Faculdade de Castanhal – FCAT), existentes na zona urbana de Castanhal, no sentido de conseguir empregos fora da colônia ou melhorias econômicas dentro da mesma.

Essa paisagem, hoje alterada em decorrência da introdução deste novo sistema técnico, demonstra o processo de modernização do campo, embora esse apresente-se de maneira precária em virtude das estradas não possuírem boas condições de tráfego e a telecomunicação ser desenvolvida com dificuldades na circulação de informação, pois esse serviço nem sempre é prestado com eficiência.

Essa modernização precária visa a integrar Iracema ao mercado regional e nacional. Por isso seu espaço é dotado de condições mínimas para participar da nova divisão territorial do trabalho em que se insere, embora se tenha apresentado um desenvolvimento das forças produtivas. Atualmente, há a presença de tratores para o transporte de mercadorias e arar o solo, o uso mais intenso de adubos com o intuito de melhorar a

fertilização da terra, de agrotóxicos para proteger a plantação contra possíveis doenças e insetos e de veículos de grande porte para circulação dos produtos.

Entretanto, geralmente são os grupos sociais mais capitalizados que monopolizam o uso dessas técnicas, beneficiando-se de maior produtividade, de facilidades e ampliação de financiamentos e de uma relação direta com redes econômicas cujos agentes fecham contratos muitas vezes exclusivos ou compram a maior parte da produção agrícola referente às hortaliças.

Para efeito de constatação do volume da comercialização deste plantio, com base em cálculos da produção de um dos grandes produtores locais, observou-se que só ao Supermercado Nazaré, que se constitui seu principal comprador, é fornecida uma média de 7.100 (sete mil e cem) quilogramas de hortaliças por dia. Por mês isso proporcionaria uma quantidade de 213 (duzentas e treze) toneladas. Destacam-se nesse comércio o alface com 15.300 (quinze mil e trezentos) quilos por mês, a cebolinha com 9.000 (nove mil) quilos por mês, o cheiro verde com 49.500 (quarenta e nove mil e quinhentos) quilos por mês, a couve com 27.000 (vinte e sete mil) quilos por mês e a salsa com 13.800 (treze mil e oitocentos) quilos por mês. Esses produtos são plantados em quatro terrenos existentes dentro da agrovila e em seus arredores. Os terrenos variam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) hectares<sup>30</sup>.

Assim, formam-se grupos mais capitalizados de acesso direto à rede econômica, mas estes por não suprirem em seus terrenos a grande demanda pelos produtos, incentivam outros a cultivarem as hortaliças. Deste modo, pequenos lavradores começam a investir maciçamente neste tipo de produção, inclusive com créditos obtidos junto ao governo.

Quando começam a desenvolver o plantio, vendem-no àqueles de maior poder econômico, responsáveis por explorar-lhes a renda da terra, processo que ocorre quando o sujeito social é dono da terra, dos seus instrumentos de trabalho e a força de trabalho empregada por ele é a mão-de-obra familiar. Destarte, o aumento da dependência deste sujeito em relação ao capital, resulta na sujeição da renda da terra ao capital que não se dá pela compra da terra, mas pela criação de condições para extrair o excedente econômico

---

<sup>30</sup> Esses dados foram coletados durante trabalho de campo realizado na agrovila de Iracema, no dia 13 de Julho de 2008.

(MARTINS, 1995). Essa relação é percebida na fala do filho de um dos maiores produtores locais que é responsável pela administração das áreas agrícolas:

A gente tem parceiros na verdade, né, dos pequenos produtores, que não têm que não querem. Porque na feira às vezes não compensa. Às vezes o cheiro tá cinco reais lá, e às vezes cinco centavos. Daí, como a gente vende de contrato é só um preço (...). Supermercado abaixa um pouco, aumenta pouco, também daí a gente sempre paga melhor pros produtores daqui fornecerem pra gente, paga melhor do que eles vão ganhar na feira. A gente faz parceiros (...), alguns a gente faz contrato que nem com o meu tio ali. A gente tem contrato de cebolinha com ele. Ele sempre fornece cebolinha pra gente (...) Tem fornecedor de chicória, fornecedor de feijão e o fornecedor de agrião e manjericão. Daí as coisas que falta, quando tá em falta, por exemplo, no inverno muita coisa falta, às vezes falta cheiro verde, às vezes a gente vai sempre comprando desses produtores vizinhos aí, pequenos agricultores, sempre compra deles. Eles sempre vão oferecer (...)

A comercialização só pro supermercado mesmo é o que sobra. Por exemplo, pediram 100 maços de alfaces, daí a gente e os produtores foram deixar lá pra gente. Forneceram pra gente 300, os 200 que sobraram, a gente vende lá na feira, em Belém, que é no Ver-o-Peso. Daí a gente vende e paga pra eles o preço que foi vendido lá. (Entrevistado Anônimo<sup>31</sup>, estudante de administração, morador da agrovila de Iracema, 18 anos, entrevista concedida em 13/06/2008)

Assim, originam-se grupos de agricultores menos capitalizados de acesso indireto à rede econômica que têm seus cultivos revendidos a grandes Supermercados de Belém, a saber: supermercados Y. Yamada<sup>32</sup>, Formosa<sup>33</sup>, Líder<sup>34</sup> e Nazaré<sup>35</sup>.

Esse processo ocorre em função dos financiamentos concedidos pelo governo. Eles foram amplamente acessados pelos produtores, tanto de grande porte, quanto de pequeno. No caso dos primeiros, com o dinheiro oriundo dos programas governamentais, investiram maciçamente na sua produção de hortaliças e em infra-estrutura de forma a mecanizar a sua

---

<sup>31</sup> Todas as entrevistas apresentadas neste trabalho foram devidamente gravadas para posterior análise, sendo que ao final de cada registro era perguntado ao entrevistado se o seu nome completo poderia ser divulgado na dissertação. Apenas a partir dessa permissão verbal, documentada em meio digital, é que expomos na íntegra o nome de nossos informantes e àqueles que se recusaram em terem seus nomes divulgados foram especificados nesta pesquisa como anônimos.

<sup>32</sup> O grupo Y. Yamada foi fundado em 1950. Tem sede em Belém e 29 (vinte e nove) filiais espalhadas pelo Pará.

<sup>33</sup> O supermercado Formosa data de 1975 e possui atualmente duas lojas.

<sup>34</sup> O Grupo Líder de Supermercados foi fundado em 1975 e apresenta 14 (quatorze) lojas distribuídas por Belém, Ananindeua, Icoaraci e Castanhal.

<sup>35</sup> O grupo empresarial Nazaré, denominado de Supermercados Nazaré Ltda., existe desde a década de 1980 e possui quatro Supermercados distribuídos pela capital paraense.

plantação. Os últimos aplicaram em cultivos diversificados e na área de horticultura e mandioca, objetivando melhorar a sua renda. No entanto, muitos não conseguiram pagar sua dívida junto ao banco e hoje encontram dificuldades para obter outros financiamentos.

Vários foram os pequenos agricultores contemplados com empréstimos do governo de forma a desenvolverem principalmente os cultivos supracitados, conforme podemos visualizar na Tabela 6. Nela se observa, durante o ano de 2008 (dois mil e oito), respeitando-se o calendário de execução e acompanhamento de atividades financiadas elaborado pela EMATER (2008/2009), que no mês de maio foram elaborados e liberados 06 (seis) projetos, sendo 04 (quatro) para a mandioca e 02 (dois) para horta, somando um total de R\$ 21.856,02 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos).

No mês de outubro, 09 (nove) produtores rurais foram beneficiados. Desses, 6 (seis) solicitaram crédito para investir na mandioca e 3 (três) em hortaliças, totalizando R\$ 29.979,00 (vinte e nove mil novecentos e setenta e nove reais).

A maior parte destes projetos caracterizam-se como custeio, já que a maioria dos agricultores não possui título de propriedade da terra em que reside.

<b>TABELA 6 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CASTANHAL</b>							
<b>DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO RURAL ELABORADOS</b>							
<b>REGIONAL: Castanhhal</b>				<b>MUNICÍPIO: CASTANHAL</b>			
<b>ESCRITÓRIO LOCAL: Castanhhal</b>							
<b>MÊS/ANO: Maio/2008</b>							
Nº. de Ordem	Associação/ Assentamento	Cultura	Área (Ha)	Financiamento			Agencia Financiadora- Fonte de Recursos
				Custeio	Investimento	Total	
1	Iracema	Kit-Farinha	1	-	1.500,00	-	BASA – PRONAF-C
2	Iracema	Horta Irrigação	1	2.704,00	2.095,47	4.895,46	BASA – PRONAF-C
3	Iracema	Mandioca	2	4.508,40	-	4.508,40	BASA – PRONAF-C
4	Iracema	Mandioca	2	4.508,40	-	4.508,40	BASA – PRONAF-C
5	Iracema	Mandioca	2	4.508,40	-	4.508,40	BASA – PRONAF-C
6	Iracema	Horta	1	3.435,36	-	3.435,36	BASA – PRONAF-C
Total				19.664,56	3.595,47	21.856,02	
<b>MÊS/ANO: Outubro/2008</b>							
Nº. de Ordem	Associação/ Assentamento	Cultura	Área (Ha)	Financiamento			Agencia Financiadora- Fonte de Recursos
				Custeio	Investimento	Total	
1	Iracema	Mandioca	2,5	4.974,00	-	4.974,00	PRONAF-AF / BASA

2	Iracema	Mandioca	2,5	4.974,00	-	4.974,00	PRONAF-AF / BASA
3	Iracema	Mandioca	2,5	4.974,00	-	4.974,00	PRONAF-AF / BASA
4	Iracema	Mandioca	1	1.500,00	-	1.500,00	PRONAF- B/BASA
5	Iracema	Mandioca	1	1.500,00	-	1.500,00	PRONAF- B/BASA
6	Iracema	Mandioca	1	1.500,00	-	1.500,00	PRONAF- B/BASA
7	Iracema	Horta	1	3.519,00	-	3.519,00	PRONAF-AF / BASA
8	Iracema	Horta	1	3.519,00	-	3.519,00	PRONAF-AF / BASA
9	Iracema	Horta	1	3.519,00	-	3.519,00	PRONAF-AF / BASA
Total				29.979,00	-	29.979,00	

Fonte: EMATER – Escritório Local de Castanhal, 2008.

A tabela 06 demonstra que, aparentemente, grande margem dos investimentos, pelo menos numericamente, é destinada à produção de mandioca, pois apresenta um total de 9 (nove) projetos que somam R\$ 34.447,20 (trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), ao passo que hortaliças têm apenas 5 (cinco) financiamentos, perfazendo a soma de R\$ 18.887,82 (dezoito mil oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos). No entanto, de acordo com o extensionista rural da EMATER, responsável pela elaboração dos projetos agrícolas na área de Iracema<sup>36</sup>, muitos deles recebem o recurso e investem tanto na produção de mandioca quanto na de hortaliças, a exemplo do adubo, que é utilizado em ambos os cultivos, geralmente existentes na mesma propriedade.

Neste contexto, com o crescimento econômico da agrovila, houve um significativo fluxo migratório de pessoas oriundas de municípios limítrofes a Castanhal, tais como São João da Ponta, Santa Maria do Pará e Santo Antonio do Tauá<sup>37</sup> e, em menor proporção, de outros estados brasileiros, como do Maranhão. Isso adensou populacionalmente a área e concorreu para a expansão física de Iracema, pois há um crescimento do número de casas e de ruas que avançam em direção à mata, formando um aglomerado de famílias e residências.

<sup>36</sup> Entrevistado Osvaldo Vieira Romário, extensionista rural da EMATER de Castanhal, morador da cidade de Castanhal, 47 anos, entrevista concedida em 06/01/2009.

<sup>37</sup> Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/06/2008.

Esses imigrantes geralmente chegaram à área incentivados pela possibilidade de empregos engendrada pelo aumento da lavoura. Muitos trabalham de forma assalariada para aqueles que possuem melhores condições financeiras, deslocando-se para os terrenos destes últimos por volta de 5h30 (cinco e meia) da manhã e retornando as suas moradias entre 06h30 (seis e trinta) e 07h (sete) da noite.

Os agricultores menos capitalizados se utilizam da mão-de-obra familiar e de poucos trabalhadores temporários externos à família, pois, do contrário, comprometeriam a sua renda.

As relações de trabalho neste contexto igualmente se alteram, pois paralelamente ao lado do trabalho familiar e de subsistência, desenvolve-se o trabalho assalariado. Assim, surge a exploração da força de trabalho para obtenção de lucro futuro, hierarquia nas relações, ficando evidente a distinção entre patrão e empregado.

Evidencia-se a estruturação de outra lógica produtiva que não é demarcada apenas pela ampliação de cultivos voltados para o mercado (hortaliças) e a diminuição daqueles destinados à subsistência (especialmente a mandioca), mas, também, mutação das relações internas à colônia, ficando essas mais mercadológicas, mediadas pelo capital, como se flagra na fala de um dos moradores de Iracema:

Antigamente se tornava mais fácil [as relações entre as pessoas], difícil era o acesso à cidade, né. Mas na comunidade se tornava mais fácil, porque todo mundo trabalhava entre, todo mundo se conheciam, todo mundo se... tinha aquela vizinhança que hoje não existe mais, e os comércio era mais fácil (...), porque tudo era fácil demais, tudo era facilitado. Hoje tem água, tu tem energia, tu tem toda a comida, mas a maior parte das coisas hoje tu já compra né. Tu não tem mais aquela produção com abundância que tu pode... Tem pessoas específicas que ele conseguem tudo, tu também não tem a facilidade de ganhar nada, não tem, de produzir, eu produzo pouco porque tô trabalhando direto na cidade e moro aqui, mas não tem a dificuldade de arrumar verdura, esse tipo de coisa, até (...) deixa na minha casa. Mas tem muitos daquele tempo que não teve essa facilidade né. E eu acho assim, que a vida naquela época, a vida era mais fácil, por isso ninguém comprava tudo. Era mesmo da lavra, e hoje a maior parte é comprada.

E os produtos agrícolas, tem muita gente que produz, mas não tem mais aquela facilidade de doar, que nem você ia naquela época pro roçado, você trazia uma melancia, o patrão não tava nem aí. Não era nem um patrão, era um colega de trabalho, que tinha o mesmo roçado tudo junto. Você trazia uma macaxeira, laranja, era abundância comuns. Hoje não, é já aquela laranja comprada. Tem essa dificuldade hoje, que quase tudo já

é comprado né. Como eu te falei, é uma das vilas que produz muito também, mas os produtos são quase todos colocados à venda. O Estado do Pará todo recebe produção da comunidade de Iracema (Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

O trecho acima evidencia as mudanças nas relações de trabalho que ocorreram na agrovila, assim como as mudanças nas relações interpessoais. Deste modo, a interação com a cidade ficou mais intensa. Uma parte significativa das pessoas mora em Iracema, mas comercializa, trabalha, estuda, ou possui residência em Castanhal. Isso ocorre devido ao avanço na área de transporte e telecomunicação que proporciona o desenvolvimento de relações econômicas externas à própria localidade. A comunicação entre as pessoas foi alterada do ponto de vista qualitativo, a sua natureza foi sendo transformada, possibilitando certo afastamento social, como assevera um dos antigos moradores:

Mudou o tipo das pessoas se comunicarem uns com os outros, porque cada qual tem o seu pra lá, o seu terreno, trabalha separado, tem seus carros (...). Antes não, você (...) tinha um carro aqui (...) todo mundo (...) por ele. Chegava lá, hei rapaz, tô com (...) se o cara pudesse ir, se não pudesse, tinha que esperar pra quando desse certo. Hoje em dia não, quase todo mundo tem carro, é trator, essas coisas pra trabalhar. Ficou muito mais fácil (Entrevistado Luiz Brito da Silva, agricultor aposentado, morador da agrovila de Iracema, 79 anos, entrevista concedida em 11/ 06/ 2008).

A fala supracitada relata, em outras palavras, que a modernização do campo acarreta do ponto de vista das relações sociais, uma sociabilidade muitas vezes mecânica, atomizada, individualista, marcada pelo valor de troca, embora relações mais próximas ainda sejam visíveis, pois a reprodução das mesmas garante a sobrevivência dos sujeitos sociais:

A vivência na comunidade ainda é boa, porque ... na colônia hoje quem tem coragem de trabalhar não passa fome. E mesmo que não tenha terra, mas tem o vizinho que tem, e você pede, aluga, você pede pra trabalhar naquela terra, aí você tem, tem a laranja. Se você tiver coragem de criar, você tem as galinhas, tem o ovo caipira. Eu tenho um terreno de dez por trinta e tenho aqui todo dia aqui na minha casa, e muitos e muitos. Era mais fácil porque se você produzia naquela época as terras eram mais férteis. Hoje precisa muito de adubos e tão muito caro, mas eu sempre achei que a vida na colônia é melhor vida do mundo. Pra mim eu sempre eu achei, principalmente nessa comunidade, porque ela já foi exemplo pra

muitas outras (Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

Essas relações orgânicas ainda permanecem, entretanto, são mais visíveis entre as famílias mais antigas, que reforçam a solidariedade entre si, inclusive os seus integrantes mais jovens estabelecem relacionamentos de namoro e casamento, desenvolvendo laços de parentesco entre estas famílias.

Em virtude desta nova dinâmica econômica, evidenciam-se problemas antes inexistentes, a exemplo da valorização da terra, cujo preço fica maior em decorrência da diminuição das áreas agricultáveis e para residência. A grande demanda presente na atualidade concorre para o aparecimento de pessoas, especialmente os imigrantes, com moradias precárias e dependentes do emprego assalariado ou temporário, denominado de “empeleita”<sup>38</sup>, que corresponde ao trabalho sem garantias sociais (carteira de trabalho, aposentadoria etc.) e que é realizado apenas em determinado período da plantação, como a capina.

Como existe um significativo contingente populacional nesta condição, boa parte dele não é absorvido nos postos de trabalho. Isso contribui para o aparecimento de grupos desprovidos de condições mínimas de reprodução física (alimentação, vestimentas etc.) e social (casa, trabalho, saúde, dentre outros). Este fator está colaborando para o aumento de furtos e roubos dentro da agrovila. Esses problemas são muito mencionados entre os entrevistados e por outras pessoas informalmente consultadas, além de constar enquanto uma questão debatida no Plano Diretor Participativo de Castanhal (2006), na área rural.

Estes pontos abordados foram muito elucidativos, pois evidenciam uma tendência ao extravasamento de valores urbanos no espaço agrário, com dinâmicas muito próximas às da cidade. Embora com graus e intensidades diferentes, concorrem para que igualmente apareçam problemas urbanos (LEFEBVRE, 1973) que desembocam em Iracema, a partir da introdução de valores outros, mais capitalistas. Tudo isso torna complexa a relação campo e cidade, rural e urbano, tornando difícil discernir um do outro, pois estão em constante

---

<sup>38</sup> Esse termo é utilizado pelos agricultores para denominar àquelas pessoas que fazem trabalho temporário, em outras palavras por empreitada.

interação e em pleno processo de re-elaboração no que concerne aos seus conteúdos sócio-espaciais.

Essa dinâmica parece se reproduzir em outros lugares de Castanhal, como é o caso da Agrovila 3 de Outubro, cuja realidade é ímpar dentro do cenário municipal. Muito embora permaneça com o mesmo tipo de produção do início da colonização da região Bragantina à qual a área em relevo pertencia oficialmente até a década de 1990, o cultivo de mandioca para o fabrico de farinha, ela apresenta uma outra lógica produtiva, alinhada ao mercado, principalmente regional e nacional, conforme observamos em campo.

### **3.2.2 Agrovila de 3 de outubro**

A agrovila 3 de Outubro<sup>39</sup> se localiza à beira da Pa-127 que dá acesso ao Município de São Domingos do Capim (mapa 6). Assim, vivencia uma dinâmica da rodovia, com fluxos de veículos, mercadorias e pessoas diariamente, de relativa frequência. As paradas de ônibus demarcam os locais de embarque e desembarque de passageiros que transitam em direção a outras colônias ou à sede do Município de Castanhal.

Nesta sede municipal, ocorre o encontro de pessoas das diversas agrovilas, especificamente no terminal, o mesmo utilizado para o embarque em direção a Iracema e o local onde os colonos se aglomeram esperando o transporte apropriado para as suas respectivas localidades. Esse veículo funciona como um ponto de interação entre os moradores das agrovilas que margeiam as Pa's. Mesmo com o desconforto da viagem, devido ao amontoado de gente que se acotovela e disputa um pequeno espaço, as conversas são comuns entre amigos e conhecidos que se reencontram, trocam informações e brincadeiras até que chegue a hora de descerem e descarregarem seus produtos.

Para se chegar até 3 de Outubro, é necessário apanhar o ônibus que vai até São Domingos do Capim. Essa condução transita diariamente. É possível apanhá-la em média de uma em uma hora, durante o dia, até o início da noite.

---

<sup>39</sup> De acordo com a Lei municipal nº. 017/95, de 12 de abril de 1995 a agrovila de 3 de outubro passou a ser chamada de Luiz Duarte de Carvalho, nome concedido à Associação de Agricultores local, entretanto, a primeira denominação é a mais usual entre os sujeitos sociais que vivenciam a realidade.

Como esta localidade se fixa à margem da rodovia, a sua paisagem apresenta, inicialmente, um pequeno adensamento de casas com ruas estreitas. Porém ela se estende para além deste aglomerado, possuindo caminhos diminutos e estradas de terra vermelha. A mata em suas margens está em largo processo de devastação, para ceder lugar às plantações, residências, casas de fabricação de farinha, áreas de produção de carvão vegetal e pequenos igarapés de uso público, facilitando igualmente a interligação entre outras colônias agrícolas por meio do tráfego de motos, carros, tratores e caminhões.

Quando chegamos ao local, o primeiro elemento que chama atenção à beira da Pa-127, mesmo de longe, corresponde a um antigo comércio que fica na esquina da agrovila e anuncia o seu começo. Em seguida, evidencia-se um número grande de oficinas, visto a posição da colônia, sendo ela ponto de parada de vários veículos. Também observamos inúmeros imóveis com usos comerciais e/ou residenciais.

A área possui uma escola municipal de ensino infantil e fundamental, posto de saúde, associação de agricultores, rede de abastecimento de água, e, em termos de lazer, apresenta um campo de futebol. Estes equipamentos ficam localizados no centro da agrovila, logo na sua frente. As ruas ao fundo, em geral, são ocupadas por moradores mais novos.

Os terrenos agrícolas são acessados tanto pelas estradas quanto pelos pequenos caminhos cortados por igarapés. Nestes locais impressionam a grande plantação de mandioca assim como a produção de carvão vegetal, utilizado como fonte de energia para a fabricação de farinha nos “retiros”, ou seja, nos locais em que há o beneficiamento da farinha. Essa organização espacial pode ser visualizada na planta da agrovila (planta 2), elaborada com base no trabalho de campo e nas descrições dos moradores.

A existência dessa agrovila remonta ao período de colonização de Castanhal; logo, vivenciou a dinâmica da Estrada de Ferro de Bragança e, posteriormente, passou a ser incluída dentro da malha rodoviária, alterando o seu conteúdo sócio-espacial, já que participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho que estabelece redes econômicas regionais e nacionais.

Neste sentido, sua paisagem vai apresentar mutações significativas, visto que no momento em que a via férrea estava em pleno funcionamento a área possuía apenas pequenos caminhos abertos na mata pelos primeiros imigrantes, principalmente nordestinos

cujas moradias e terrenos agrícolas eram bastante espaçados, dificultando a interligação física entre os que ali viviam.

A circulação da mercadoria era feita utilizando-se animais como, por exemplo, cavalos, que eram aproveitados para levar os cultivos agrícolas até Castanhal onde os agricultores vendiam seus produtos (arroz, milho, feijão, algodão e mandioca). Também utilizavam caminhões ou embarcavam na locomotiva em direção a Belém para comercializar nas feiras ali existentes.

Essas transformações na paisagem foram bem demonstradas por um antigo morador da agrovila. Com suas estórias e histórias foi construindo, a partir de suas lembranças, as modificações na dinâmica local. Seu relato levanta vários elementos importantes para discutirmos a relação campo e cidade referente àquela época e aos dias atuais, assim como os conteúdos sócio-espaciais:

(...) era tudo deserto, isso aqui tudo. Pra ir pra Castanhal, ia a cavalo, não tinha estrada. Essa estrada, quando foi feita (...), fizeram até ali no 21 [quilometro vinte e um]. Aí depois fizeram até aqui onde tem essa escolinha, que eles chamam escolinha [Escola Municipal de Ensino Fundamental Domingos Barros da Silva]. (...) Aí o pessoal vivia na época de plantar o arroz, milho, feijão, o feijão da colônia, do Sul não, que do Sul quase não usam aqui no Pará. Aquele feijão que dá no Nordeste, aquele miudinho. Tinha algodão aqui também, plantavam, mas depois pararam (...)

Aqui os colonos moravam tudo distante, a vida antigamente... O meu pai morava aqui e daqui a dois três quilômetros que ia ter uma casa, um colono. E aí foi surgindo o colono que vem de fora, do Nordeste. Tem muita gente que veio do Nordeste pra cá. E aí foi queimando as mata, né, fazendo os lote, e... foi. E daqui pra Castanhal era uma dificuldade, não tem transporte (...) aí em [19]36, [19]37 aí foi quando fizeram uma estrada até aqui. Aí daqui pra Castanhal passava, daqui pra Castanhal passava quase duas horas que a estrada era ruim né. Aí a produção toda que tinha aqui levava pra Castanhal (...) Naquela época não tinha transporte, só o velho [o pai do entrevistado] que levava dia de sábado fazia horário de caminhão, de “Pau de Arara” mesmo (...). Toda a farinha levava toda pra Castanhal. Ele levava pra Belém também às vezes, quando tinha caminhão, quando não ia no trem, porque Castanhal tinha trem (...) e aí foi, foi, depois fizeram essa estrada aqui ligando pra São Domingos e as coisas foram melhorando, pois começou mais transporte e essa estrada aqui era muito ruim. Veio melhorar agora (Entrevistado Risaldo Soares de Carvalho, aposentado e comerciante, 79 anos, entrevista concedida em 14/12/2008).

A descrição feita acima relata de forma sucinta a construção do espaço da agrovila 3 de Outubro, inclusive vai ao encontro do relato de outros informantes. Neste sentido, é possível compreender que a realidade estudada, durante o período em que predominava o padrão de organização *Cidade – Estrada-de-Ferro – Colônia*, apresentava pouca infraestrutura física, dificultando o acesso à sede municipal e/ou a Belém. Isso comprometia a comercialização dos seus produtos e também a qualidade de vida dos moradores que ali viviam devido à ausência de serviços básicos (médico-hospitalares, educacionais etc.).

Assim, a frequência da circulação das mercadorias, pessoas e informações era menos intensa. Mas foi sendo potencializada a partir da introdução das estradas, que inicialmente eram conjugadas à EFB e, posteriormente, substituíram-na, concorrendo para o aumento substancial de fluxos diversos.



Esses são ainda maiores hoje em virtude da eletrificação rural desenvolvida pelo governo ao final dos anos de 1990, que acarretou muitas modificações, visto que a energia elétrica possibilitou o aumento do comércio local<sup>40</sup>, a veiculação de informações via rádio e/ou televisão, o aparecimento da comunicação telefônica por meio da introdução de telefones públicos (um), fixos (registrado apenas um telefone em serviço) e móveis (celulares); além de permitir a mecanização da atividade produtiva da farinha, cujo desenvolvimento veio a favorecer o incremento populacional e econômico da localidade:

Quando eu cheguei aqui tinham só umas quatro casinhas, hoje já tem quase... de umas noventa a cem famílias que já mora aí. Quer dizer que isso já melhorou muito a estrutura de movimento de negócio. Esses comércios que tem aí, quando nós chegamos só tinha um comérciuzinho ali, que era o Duarte, bem ali, perto do igarapé. Hoje nós já temos aí uns quatro ou cinco comércio dentro dessa vila aí, e tudo faz negócio. Então eu acredito que o movimento de negócio e sobrevivência melhorou muito (Entrevistado Ermínio Alves dos Santos, agricultor aposentado, morador da agrovila 3 de Outubro, 70 anos, entrevista concedida em 14/ 12/ 2008)

Neste novo contexto em que se insere a agrovila, houve uma alteração não apenas na produção, mas igualmente em sua lógica. Como asseverou o agricultor entrevistado, pois, antes, grande parte dos cultivos era desenvolvida para a sobrevivência do núcleo familiar, sendo uma parte do excedente comercializada nas cidades mais próximas e com demanda suficiente para comprar os víveres.

Esses plantios eram diversificados e garantiam minimamente o abastecimento alimentar das cidades e da própria localidade. Entretanto, no momento atual, observamos a diminuição de lavouras tradicionais como, por exemplo, de arroz, feijão e milho, havendo inclusive a necessidade de se importar alguns produtos de outros estados ou de se comprar em Castanhal. Paralelamente, percebe-se o aumento exponencial da produção de mandioca, que, muito embora também seja um cultivo há muito tempo desenvolvido, recebe tratamento diferenciado, pois se insere na lógica econômica do mercado. Esta alteração na lógica produtiva é elucidada por um agricultor e comerciante local:

Aqui produziam muito o arroz e agora hoje caiu muito a venda aqui do arroz. O pessoal planta pouco né, muito mais pro consumo. O quilo do arroz aqui vem do Maranhão, vem de Goiás, vem do Sul né. Aqui nessa região quase não tem arroz. No sul do Pará que dá alguma coisa, mas não

---

<sup>40</sup> Existem, aproximadamente, quatro mercearias e/ou bares que abastecem internamente a agrovila.

se interessam, não sei por que. Porque o arroz tá caro né, o arroz tá quase o mesmo preço do feijão né. Aí, foi, foi, e aí hoje, por último, mesmo agora, o pessoal plantam mais a mandioca né. Deixaram, a mandioca que é o negócio principal né (Entrevistado Risaldo Soares de Carvalho, aposentado e comerciante, 79 anos, entrevista concedida em 14/ 12/ 2008).

Deste modo, uma margem bastante significativa da produção agrícola local se volta para a lavoura de mandioca cuja dinâmica econômica altera as relações de trabalho e forma grupos sociais específicos, diferentemente distribuídos pelo espaço agrário do entorno da Agrovila 3 de Outubro que se integra pelo sistema de relações econômicas às colônias de Nazaré, Castelo Branco e de 22 de Outubro<sup>41</sup>. A denominação desta última é dada por agricultores locais, no entanto, a Prefeitura Municipal de Castanhal a considera ainda como parte integrante de 3 de Outubro.

Na primeira localidade se observa a formação de grupos de agricultores especializados no cultivo de mandioca e na produção artesanal de farinha em seus respectivos terrenos (fotos 9 e 10). Esses se utilizam da mão-de-obra familiar e de poucos trabalhadores temporários. Muitos deles são imigrantes, especialmente do Nordeste, que já haviam estado em outros lugares do Estado do Pará.

---

<sup>41</sup> De acordo com os dados da FUNASA (2006), 03 de Outubro possui 130 (cento e trinta) imóveis e 258 (duzentos e cinquenta e oito) habitantes; Castelo Branco tem 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) imóveis e 1.281 (mil duzentas e oitenta e uma) pessoas; e a agrovila Nazaré apresenta 232 (duzentos e trinta e dois) imóveis e 598 residentes (quinhentos e noventa e oito). A EMATER (2007) informa que essas localidades apresentam, respectivamente, 70 (setenta), 500 (quinhentas) e 70 (setenta) famílias.



**Foto 9:** Produção artesanal de farinha na Agrovila 3 de Outubro  
Fabricação artesanal da farinha em fornos que exigem o esforço braçal dos trabalhadores  
FOTO: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 10:** Descarga de mandioca na casa de farinha em 3 de Outubro  
Amontoado de farelo de mandioca que serve como ração e a descarga de mandioca no retiro artesanal.  
FOTO: Rogério Miranda, 2008.

Os agricultores vendem sua produção para atravessadores, ou seja, pessoas que se especializaram em comprar farinha dos lavradores para a revenderem a agentes econômicos externos à agrovila, principalmente de outras regiões brasileiras. Alguns destes sujeitos se localizam na própria área, mas foi identificado um de grande porte que reside na agrovila Nazaré. Esse fecha, geralmente, um acordo informal com os pequenos produtores para estabelecer um vínculo de compra dos produtos, ou seja, faz com que os agricultores destinem parte da produção farinheira para ele.

Neste caso o atravessador não realiza produção alguma, apenas contrata trabalhadores temporários para realizar o ensacamento e transporte da farinha. Essa é comercializada em sua própria residência, haja vista que já possui compradores relativamente fixos que vêm comprar em sua casa, para, posteriormente, comercializarem o produto em cidades como Teresina, Fortaleza e Brasília. Além disso, o atravessador destina uma porcentagem da farinha para vendê-la nas feiras de Belém, conforme foi evidenciado em entrevista:

Eu compro aqui na colônia mesmo [a farinha], no nosso setor, em 3 de Outubro mesmo. Eu não compro farinha de outra região não (...), de Nazaré, de 3 de Outubro, vamos supor, ele mora daqui a dois a três quilômetros pra cá, dois ou cinco quilômetros pra lá, não saí de outra região (...).

O pessoal vem comprar aqui mesmo (...) Vem, vem gente de Brasília, vem gente de Teresina, às vezes vem de Fortaleza, sempre vêm. (...) Vou pras

feiras também dia de sexta-feira, (...) em Ananindeua, Entroncamento, Marambaia, Tavares Bastos e Batista Campos.  
(Entrevistado Anônimo, atravessador, morador da agrovila Nazaré, 35 anos, entrevista concedida em 13/ 12/ 2008).

Já na agrovila de 22 de Outubro um outro sujeito social entra em cena. É a figura do produtor e atravessador da produção de mandioca, assim como de fabricante de farinha. Ele possui em seu imóvel uma fábrica totalmente mecanizada para este fim. Contrata trabalhadores assalariados da agrovila Castelo Branco, em média cinquenta homens, para trabalharem na fábrica e para a labuta nos seus terrenos de mandioca. Eles se constituem mão-de-obra temporária.

Esse agente se apóia na logística hoje existente na agrovila para desenvolver a comercialização de seu produto. Localiza-se à beira da rodovia, em uma área bastante valorizada, utilizando-a para transportar em seus caminhões a farinha fabricada até as grandes redes de supermercado da capital paraense, quais sejam: Y. Yamada, Líder e Nazaré, além de comercializar com depósitos de Brasília.

Para o desenvolvimento das transações comerciais, utiliza-se do sistema de telecomunicação hoje existente. Assim, a partir do seu telefone celular, negocia preços e quantidades de produtos junto aos supermercados que já possuam longo tempo de “parceria”<sup>42</sup>, entre doze e quatorze anos, aproximadamente.

Com a introdução de maquinários (tratores, caminhões etc.) e de insumos agrícolas (adubos, sementes selecionadas, pesticidas, dentre outros), ele processa a mecanização da sua lavoura de mandioca que é beneficiada em sua fábrica de farinha (fotos 11 e 12). Ela é totalmente automatizada e só pode ser concretizada em virtude da eletrificação rural.

---

<sup>42</sup> Denominação dada pelo próprio entrevistado Almir da Luz Araújo, empresário e agricultor, morador da agrovila 3 de Outubro, 36 anos, entrevista concedida em 14/ 12/2008),



**Foto 11:** Fábrica de Farinha na Agrovila 3 de Outubro  
 Entrada da Fabricao e residência do empresário no ramo da produção e beneficiamento de farinha de 3 de Outubro  
 Foto: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 12:** Empilhamento de sacos de farinha  
 A farinha esta empilhada em sacas de sessenta quilos e em pacotes de um quilo, na qual vem estampado o *slogan* Regional, marca da empresa.  
 FOTO: Rogério Miranda, 2008.

Como podemos observar, as políticas públicas possibilitaram a instalação do capital e sua reprodução por meio da modernização do espaço agrário e dos financiamentos concedidos via FNO, ou mais recentemente pelo PRONAF, visto que muitos agricultores puderam, a partir daí, investir em cultivos destinados ao mercado como, por exemplo, na pimenta-do-reino, ou mesmo na mandioca, a partir do projeto do PRONAF, também denominado Pro-mandioca.

Entretanto, em virtude de investimento em equipamentos não agrícolas (eletrodomésticos, por exemplo), doenças na lavoura e variação do preço do produto no mercado, que muitos apresentaram um valor menor do que o esperado, muitos agricultores não conseguiram pagar os financiamentos que obtiveram junto ao governo.

Esses créditos agrícolas, por outro lado, permitiram a mecanização e a ampliação da área de plantio, visto que alguns investiram neste sentido:

(...) as pessoas gastaram de forma errada. Uns compraram terra, outros compraram máquina, trator e tudo. De qualquer maneira, isso trouxe muita riqueza pro interior, entendeu, ajudou muito o FNO. Mas só que eu acho, eu não peguei o FNO, mas eu acho que o produtor não levou a sério que tinha que pagar esse dinheiro. Então hoje em dia tá, quase todo agricultor da região, tão com o nome eu acho até no SPC [Serviço de Proteção ao Consumidor] . (Entrevistado Almir da Luz Araújo, empresário e agricultor, morador da agrovila 3 de Outubro, 36 anos, entrevista concedida em 14/ 12/ 2008).

Neste contexto, vislumbra-se uma modernização das agrovilas aqui pesquisadas. Elas apresentam melhorias na circulação, em serviços e na geração de renda, muito embora esse processo se apresente de maneira desigual entre os sujeitos sociais, visto que a inserção deles na nova divisão territorial do trabalho, no contexto estadual, é diferenciada, haja vista a fração de classe a que pertencem. Determinados grupos puderam ser identificados durante pesquisa de campo, tais como: a) dos produtores agrícolas que acessam indiretamente a rede econômica; b) dos atravessadores locais (foram registrados pelo menos três na localidade), que igualmente são intermediários nesta rede econômica; c) dos trabalhadores assalariados ou temporários; d) do empresário do campo, que acumula funções por ser produtor, atravessador, fabricante e comerciante da produção de mandioca, participando diretamente da rede econômica.

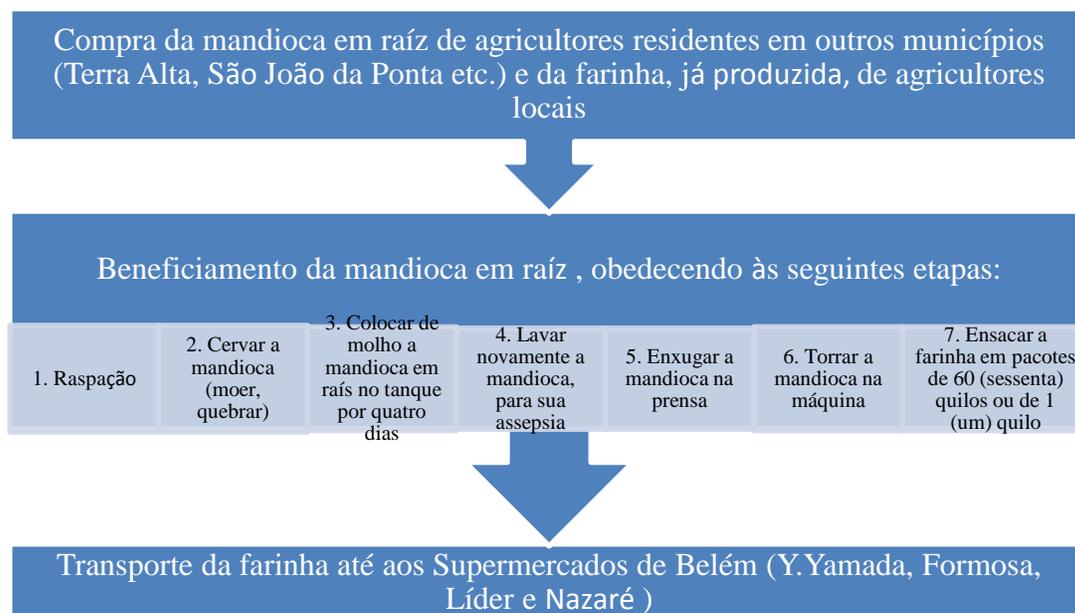
Acerca deste último sujeito social é interessante sua perspectiva inovadora, no sentido de implementar a automação da sua fábrica e, assim, baratear custos e aumentar não apenas a qualidade do seu produto, como o seu lucro, fato que é possível devido à condição econômica que apresenta e, igualmente, pelos papéis que conjuga na área de estudo. Acerca desta modernização um entrevistado expõe:

(...)Tô tentando modernizar mais a fábrica que é pra ter um preço de custo menor, que é pra poder correr atrás dessa venda aí. É uma venda mais, é um comércio pequeno e não tem condições de pagar um preço que vale num produto bom. Então tem que melhorar, colocar tecnologia aqui nessa fábrica, que é pra diminuir o custo e aumentar a produção, que é pra poder pegar esse mercado novamente.

(Entrevistado Almir da Luz Araújo, empresário e agricultor, morador da agroviola 3 de Outubro, 36 anos, entrevista concedida em 14/ 12/ 2008).

Essa modernização facilita o estabelecimento de contratos e uma produção relativamente alta de farinha, na margem de 800 (oitocentas) sacas por semana, o que daria em média 48.000 (quarenta e oito mil) quilogramas semanais, considerando que uma saca contém 60 (sessenta) quilos. Essa produção obedece às fases delineadas no esquema 1:

### ESQUEMA 1: Etapas da produção e comercialização da farinha



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Organização: Rogério Miranda, 2008.

Observamos mudanças significativas na realidade estudada, pois se evidenciam novos sujeitos sociais atuando na área, desenvolvendo uma lógica produtiva cada vez mais atrelada ao mercado em detrimento de produtos voltados à subsistência. Isso concorre para o aparecimento de relações baseadas no valor de troca e, para a intensificação da articulação entre a colônia e a cidade por meio do estabelecimento de redes econômicas entre os grandes produtores rurais e às redes de supermercados.

Essa maior inter-relação com o espaço urbano proporciona um aumento da difusão dos valores urbanos. Ela se mostra mais visível entre os jovens, visto que muitos não mais querem trabalhar no campo e se fixar nas agrovilas. Daí surge, inclusive, dificuldade em se encontrar trabalhadores que possam ajudar na produção de farinha, pelo menos naquela de cunho artesanal que é feita principalmente pelos mais velhos.

Surgem, igualmente, necessidades consumistas. Alguns preferem vender suas terras no interior da agrovila para residir à beira da rodovia por causa do acesso a serviços, especialmente energia elétrica, que possibilita a obtenção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, difundindo-se elementos culturais externos à realidade.

Muito embora esses novos valores difundam relações mediadas mais pelo dinheiro, outras relações ainda são perceptíveis, como o “encontro” realizado nos jogos de futebol e de dominó aos finais de semana, nos inúmeros igarapés, nas paradas de ônibus e até mesmo no meio dos caminhos ali existentes, o que possibilita a troca de narrativas, histórias e experiências.

Como podemos observar, o espaço agrário de Castanhal apresenta uma tendência a um processo de urbanização. Não estamos querendo com isso afirmar a inexistência ou desaparecimento do rural, mas estamos chamando a atenção para a presença de novos valores que se combinam aos antigos que não deixam de existir; ao contrário, são reelaborados, mesmo que de maneira residual, tornando a realidade mais complexa, com dinâmicas econômicas que são externas ao local, o que concorre para mudanças não apenas nas suas formas geográficas, mas também em seus conteúdos sociais.

Essas áreas pesquisadas em Castanhal ganham relevância no quadro econômico local em virtude da importância assumida, ou seja, graças à grande projeção da produção agrícola que desenvolvem; no caso de Iracema por meio do plantio de hortaliças; e de 03 de Outubro pela produção de farinha.

Essa última localidade, no que tange à cadeia produtiva da mandioca, em decorrência dos vários incentivos concedidos pelo Estado, via governo Federal ou municipal, acaba por desenvolver certa centralidade, visto que concentra os fluxos na comercialização e na produção, pois são seus grandes fabricantes e/ou atravessadores que acabam fechando contratos com os grandes supermercados que exigindo uma produção relativamente elevada, necessitam comprar a mandioca em raiz, ou mesmo a farinha já fabricada em outros lugares, com destaque para as agrovilas de São Jorge do Jabuti e Porto Seguro, ambas localizadas em Igarapé-Açu, havendo uma forte interligação econômica entre estas realidades que serão mais bem analisadas a seguir.

A partir deste momento, iremos apresentar e discutir aspectos relacionados às agrovilas do Município de Igarapé-Açu, buscando mostrar suas articulações sócio-espaciais e as transformações pelas quais passam atualmente. A localização dessas agrovilas podem ser visualizadas no mapa 7.

### **3.2.3 Agrovila de São Jorge do Jabuti**

O trajeto que liga a sede municipal à agrovila de São Jorge do Jabuti é realizado por meio de ônibus que sai da praça central de Igarapé-Açu, assim como todos os outros veículos que circulam nas demais localidades. Sua saída se dá por volta de 10h (dez) ou 11h (onze) da manhã. Seu retorno acontece apenas no dia seguinte.

Para chegarmos a São Jorge, adentramos a Pa-424. A margem dessa rodovia apresenta áreas em que as matas ainda são bem visíveis e outras nas quais praticamente não se identifica mais essa paisagem que cedeu lugar às fazendas. Chamou-nos atenção a existência de grande área destinada à monocultura de dendê que só não aparece nas mediações de Curi, agrovila que antecede a localidade de São Jorge e que impressiona pelos seus igarapés hoje já apropriados por donos de bares para uso comercial.

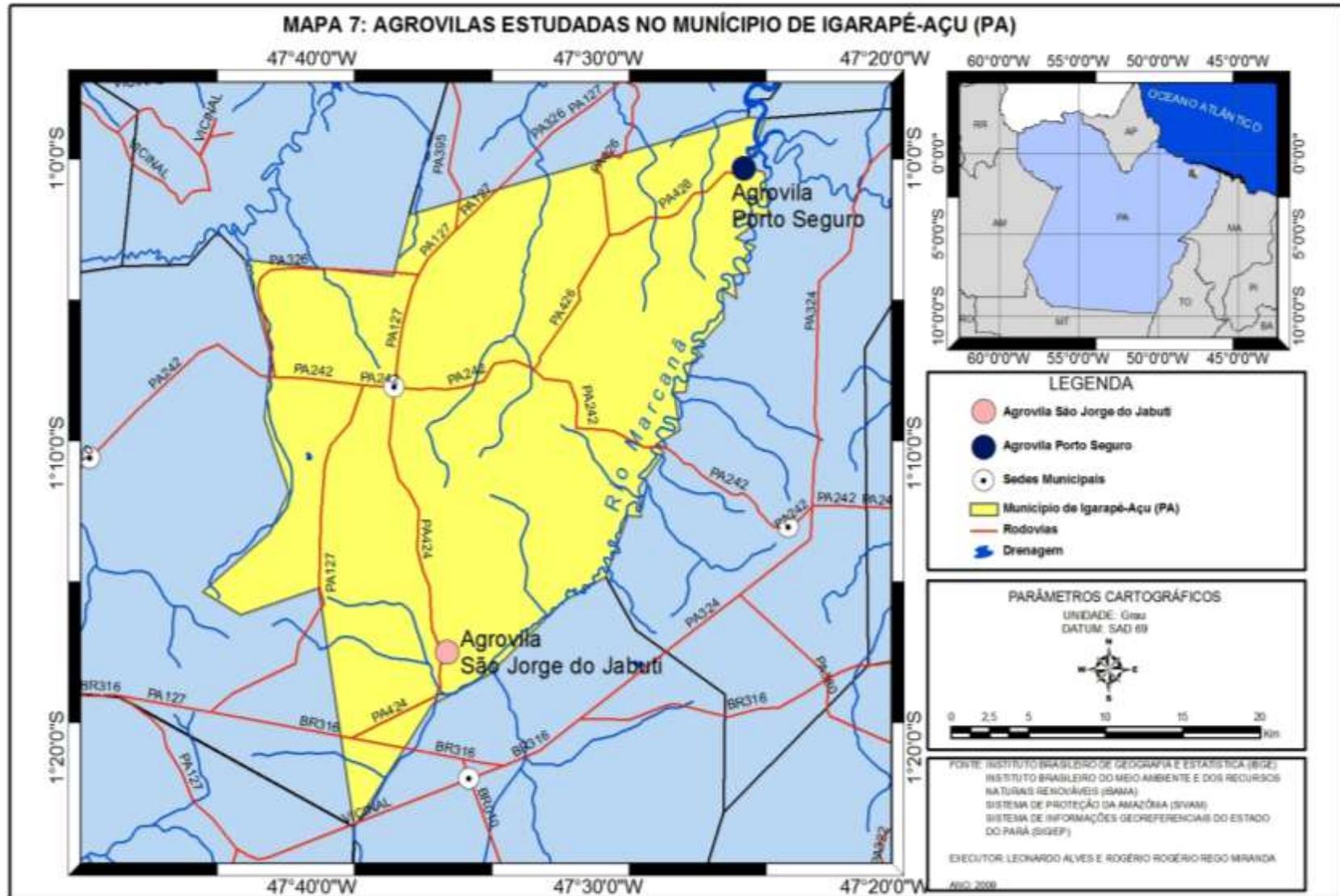
Adentrando propriamente a agrovila aqui estudada, também denominada de km 18, em referência ao quilômetro em que se situa em relação à estrada, percebemos um aglomerado em cuja área central encontramos a praça, a igreja católica, bares, comércios, a associação dos agricultores, dentre outros. Já as residências ficam nas ruas paralelas e transversais a esta porção da agrovila. Seus moradores, muitos deles funcionários públicos

e/ou agricultores, possuem em seus imóveis terrenos para cultivar suas plantações. Os terrenos podem também se localizar em áreas distantes, mas adjacentes à agrovila, conforme podemos observar em sua planta (planta 3).

Em termos de infra-estrutura física, possui rede de energia elétrica que atende 625 (seiscentas e vinte e cinco) casas (SMS, 2009), 11 (onze) telefones públicos, 42 (quarenta e dois) telefones fixos instalados, porém apenas 24 (vinte e quatro) em serviço, além de celulares, principal meio de telecomunicação utilizado no local. Sua população atual é relativamente elevada, com aproximadamente 3.289 (três mil duzentas e oitenta e nove) pessoas residentes<sup>43</sup> na localidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS, 2009).

---

<sup>43</sup> O ano em que os dados foram coletados não foi definido corretamente, mas se refere aproximadamente ao ano de 2007, visto que apenas no ano corrente de 2009 haverá outro cadastro.



Como as agrovilas do Município de Castanhal, São Jorge do Jabuti apresenta sua formação espacial atrelada à Estrada de Ferro de Bragança. Era uma área destinada ao abrigo dos funcionários que trabalhavam no Leprosário existente na Colônia do Prata<sup>44</sup> e os familiares que vinham visitar seus parentes com hanseníase no mesmo local, conforme relata um dos moradores da época.

O São Jorge segundo as informações que eu tive, São Jorge foi criado exatamente pra dar apoio pro Prata. Porque, na época, como eles tinham os hanseniano, eles andavam pegando assim, sabe, traziam, tinha o carro, vinha o trem de Igarapé-Açu pra cá ou de outro canto. Chegava em Igarapé-Açu colocavam ele num carro branco e vinham. Quando vinha aquele carro branco já sabia que era hanseniano. Aí o pessoal se afastava. Então quando vinha o pessoal pra visitar os hanseniano no Prata, lá os funcionários, aí ficavam aqui no dezoito. Então o dezoito servia de suporte pro Prata pra os sadios que vim visitar seus doentes. Ficavam aqui e fazia as visitas durante os dias pra lá. Aí quando era noite vinha pernoitar pra cá (Entrevistado Miguel Quadras, agricultor, morador da agrovila de São Jorge, 62 anos, entrevista concedida em 02/10/2008).

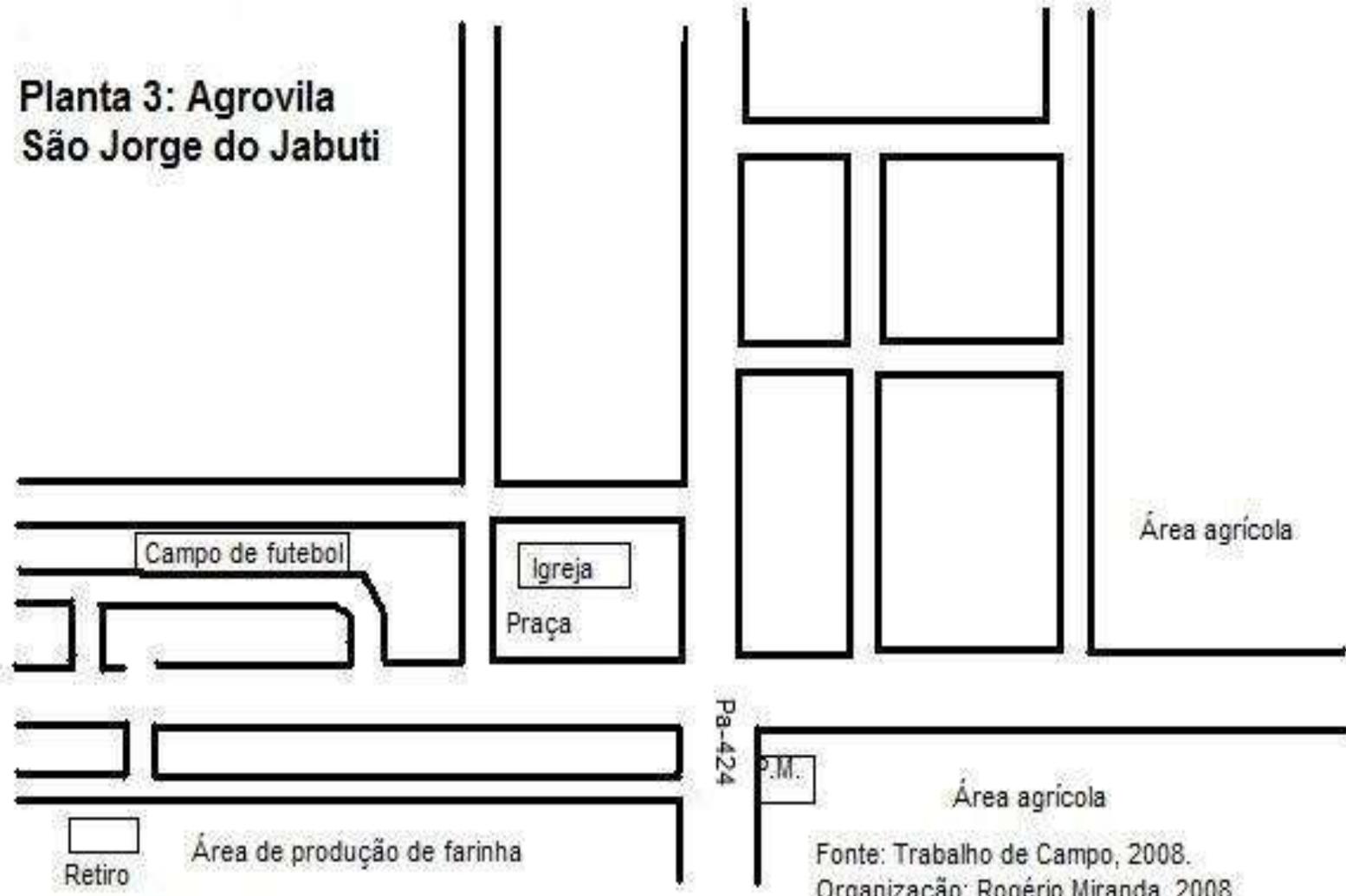
Paralelamente a isso, as pessoas desenvolviam a prática da agricultura que possibilitava uma relação econômica não só com a sede de Igarapé-Açu, por meio principalmente dos atravessadores, como também com o atual Município de Santa Maria, lugar para o qual os residentes de São Jorge se deslocavam a pé, de bicicleta, ou de animal para realizar compras na feira<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> A colônia do Prata, durante o período da EFB, constituía-se em uma área de tratamento para doentes com hanseníase. Esses indivíduos eram isolados do restante da sociedade de modo a não contagiar outras pessoas.

<sup>45</sup> Informações obtidas em Trabalho de Campo no ano de 2008.

### Planta 3: Agrovila São Jorge do Jabuti



Fonte: Trabalho de Campo, 2008.  
Organização: Rogério Miranda, 2008.

A prática produtiva priorizava a diversidade como forma de manter a subsistência do grupo familiar. Desenvolviam-se cultivos como feijão caupi, arroz, milho, malva, algodão e mandioca. Parte desta produção era comercializada junto aos “marreteiros”<sup>46</sup> e a um comerciante local cujo estabelecimento se denominava de Casa Ramos, hoje inexistente. À época era bastante atuante, pois realizava compra e/ou “financiamento” da plantação dos agricultores locais. Esses, durante um determinado período, consumiam produtos do referido comércio para pagar, posteriormente, com a colheita, ou seja, grande parte do que era cultivado servia como forma de pagamento da dívida contraída, existindo, neste contexto, a prática do aviamento.

Neste período, poucas eram as famílias que habitavam a localidade, logo, era baixo o número de casas. Elas ficavam relativamente distantes umas das outras, mas isso não impossibilitava o contato interpessoal entre os moradores de São Jorge, visto que existia entre os mesmos a prática da ajuda mútua realizada especialmente no âmbito do trabalho, principal momento de encontro dos que ali residiam, marcado não apenas pela dimensão econômica, mas pela solidariedade, pelo lúdico, por um senso de vizinhança, conforme relato saudosista e enfático de um dos entrevistados:

Na época se você tinha um feijão, você à noite, você colocava no sol durante o dia e a noite chamava aquele pessoal e ia fazer aquele mutirão e ia debulhar o feijão todinho. E hoje não, você já não vê isso, a relação pessoal, e o rádio era daquele antigo, chiava mais que uma frigideira, botava o rádio lá e ficava aqui debulhando o feijão. A dona da casa fazia o café e o velho contava estória e quando o pessoal saíam eram uma saca, duas sacas debulhadas à noite, dez horas, onze horas. Na época não existia energia também. Hoje não, tem energia, e na época o máximo que ia era nove horas da noite, com o motor a óleo diesel.

(...)

Um ajudava o outro. Como eu te disse na época tinha muita solidariedade. O pessoal era mais solidário. Você ia fazer uma broca, brocava, aí o cara dizia o seguinte: ‘não, tu me dá o almoço e a janta que eu vou brocar pra ti’. Qualquer serviço que precisasse fulano me dá uma ajuda lá eu te dou o almoço e o cara ia, trabalhava, não tinha negócio de tá com dinheiro. O cara ia espontaneamente. Aí fazia aquela roça, arrumava tudinho. Hoje não, se você não tiver o dinheiro, não tiver condições, você não planta

---

<sup>46</sup> Essa é uma denominação dos moradores da agrovila, dada àquelas pessoas que desenvolvem a compra dos produtos agrícolas locais e os revendem em outros lugares. Possui, neste caso, a mesma função do atravessador.

nada, mas na época não. **Nossa**, como eu te disse, se você tivesse bastante feijão você chamava o pessoal, vinham à noite o pessoal contar estória, aquelas estórias e tal, aqueles mais antigos gostavam de uma estória né, e iam debulhando o feijão. Quando saiam uma, duas sacas de feijão, e na outra noite já, ‘olha, dá pra você vim à noite? Dá?’ À noite a gente vinha ‘pode preparar o café aí que a gente vem’, e vinham mesmo até terminar (Entrevistado Miguel Quadras, agricultor, morador da agrovila de São Jorge, 62 anos, entrevista concedida em 02/10/2008).

A construção desse espaço social ocorria em um contexto em que os sujeitos sociais eram outros e com uma dinâmica diferenciada da que observamos atualmente. Após a extinção da EFB, a construção de Pa’s (rodovias estaduais) possibilitou o acesso mais rápido entre São Jorge e as outras localidades. Facilitou a circulação também entre a sede do Município de Castanhal e Belém, intensificando os fluxos de pessoas, mercadorias e informações, além de ser hoje dotada, mesmo de maneira precária, de um sistema de telecomunicação. Neste momento, novos agentes entram em cena, visto que, além dos agricultores, comerciantes e atravessadores, visualizamos a presença de empresas que atuam em escala internacional, como é o caso da Nova Amafrutas.

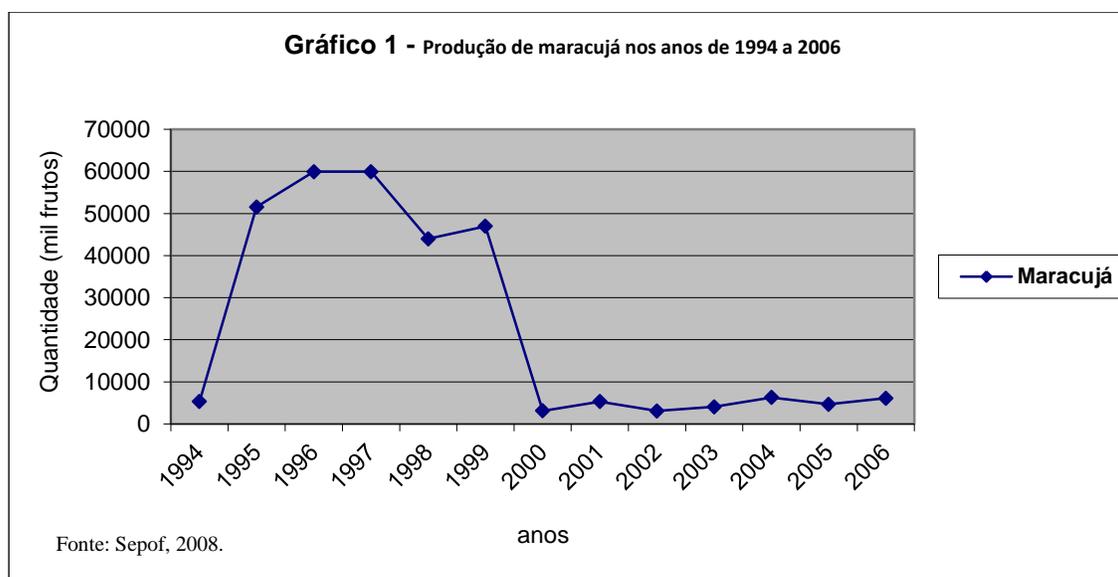
Essa empresa teve sua origem nos anos de 1980 e compôs um contexto de formação inicial do Arranjo Produtivo de Processamento de Frutas do Nordeste Paraense – APLFrutas-NePa (COSTA; ANDRADE; SILVA, 2004) em que se desenvolve a produção e o beneficiamento de frutos regionais. Esses são industrializados e comercializados em uma escala regional, como é o caso do açaí, a partir de redes de supermercados; e em mercados internacionais, como é o caso do maracujá, onde se salienta a atuação da empresa Nova Amafrutas.

Em Igarapé-Açu, particularmente, a ação dessa empresa se fez presente desde quando ainda era Amafrutas Ltda, por volta do final da década de 1980 até fins de 1990. De acordo com Lopes (1993), ela se instalou em fazendas onde produzia o maracujá, cadastrava e se associava com produtores rurais interessados na produção deste cultivo. Oferecia gratuitamente a eles sementes, sacos e apoio técnico, além de transporte para escoar a produção, sendo o valor pago pelo maracujá corrigido mensalmente, conforme os índices inflacionários.

Diante de todas essas facilidades, muitos produtores se lançaram ao cultivo do maracujá, ficando sob a dependência da empresa, haja vista ser a única a comprar frutas em

larga escala na região. Esse procedimento foi induzido pela própria Amafrutas que aplicava sanções àqueles que não lhe vendessem a totalidade dos cultivos, deixando, por exemplo, de comprar o maracujá desses agricultores. Posteriormente, muitos daqueles benefícios oferecidos foram cortados, como a coleta dos frutos nas localidades, assistência técnica, sementes, sacos para mudas e embalagens. Além disso, não se procedia mais à correção dos preços. Essas medidas implicaram perdas em termos de renda para os agricultores que, a partir de então, tinham de transportar o produto e aceitar o valor que lhes era imposto pela empresa, já que não havia mercado consumidor suficiente para o consumo da grande produção de maracujá, o que trouxe graves problemas para a economia campesina local (LOPES, 1993)

Segundo Costa, Andrade e Silva (2004), a Amafrutas entrou em crise no ano de 1999, devido à redução do número de frutos (gráfico 1), fato que ocorreu em virtude da disseminação de doenças na região produtora (Nordeste Paraense), o que implicou o não cumprimento dos contratos de exportação, pois a empresa teve de paralisar suas atividades no referido período.



A empresa retomou suas atividades normais apenas em 2001 por iniciativa dos trabalhadores da fábrica, dos produtores rurais de maracujá e de grupos ligados à agricultura familiar da região. Eles criaram a Cooperativa de Produção Agro-industrial (COOPAGRI), a Cooperativa Agrícola Mista de Produtores (CAMP) e a Cooperativa de

Produção Agroextrativista Familiar do Pará (COOPAEXPA). Instituíram, também, a Central de Cooperativas Nova Amafrutas e a Escola Densa que assumiram a gestão da antiga Amafrutas Ltda. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS MCT, 2004).

Essa nova gestão obteve vários apoios financeiros internacionais<sup>47</sup> e nacionais, como o do Governo do Estado e o do BASA que, por meio do PRONAF, liberou créditos destinados ao investimento e ao custeio da agricultura e da agroindústria da empresa.

Até o momento em que atuou no Município de Igarapé-Açu, a Nova Amafrutas se fez representar pelas cooperativas CAMP e COOPAEXPA, as quais, de acordo com um dos seus técnicos agrícolas<sup>48</sup>, apresentavam público-alvo diferente. A CAMP se relacionava àqueles agricultores de porte médio, mais capitalizados, enquanto a COOPAEXPA representava os agricultores familiares, menos capitalizados.

No que tange à relação desta empresa com os lavradores, observamos que ela buscava entrar em contato com as associações existentes nas vilas agrícolas do Município, como as de São Jorge do Jabuti e de Porto Seguro, de forma a fazer com que essas acionassem os agricultores interessados em participar da cooperativa. Em seguida, fazia uma reunião com aqueles que queriam compor a COOPAEXPA ou a CAMP, no sentido de informar como se daria a produção e a negociação entre ambos. Uma vez aceito o acordo, o produtor seria assistido por técnicos agrícolas que auxiliariam a produção por meio de visitas técnicas e reuniões mensais<sup>49</sup>. Além disso, esses produtores receberiam sementes e outros utensílios necessários à produção.

Nessa relação, cabia à Nova Amafrutas a orientação técnica e o fornecimento de determinados instrumentos (estacas, sementes, adubo, veneno etc.) necessários ao cultivo do maracujá. Ao agricultor cabia proceder, por meio do seu trabalho familiar, à plantação e à colheita do fruto que era vendido, obrigatoriamente, à referida empresa. Assim, induzia a produtividade do maracujá junto aos camponeses, beneficiando-se da sua mão-de-obra e de seu tempo de trabalho agrícola, mediado pelo mercado internacional (MIRANDA, 2006).

---

<sup>47</sup> A Nova Amafrutas, amparada na idéia de desenvolvimento sustentável, conseguiu investimentos internacionais da Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento (ICCO), da Passina, empresa líder do comércio mundial de suco concentrado de maracujá e do Rabobank (cooperativismo de crédito) (Jornal do Brasil Online, 2006).

<sup>48</sup> Entrevistado Erivelton Andrade, técnico agrícola da empresa Nova Amafrutas, morador da cidade de Igarapé-Açu, 34 anos, entrevista concedida em 16/07/ 2006.

<sup>49</sup> Entrevistado Erivelton Andrade, técnico agrícola da empresa Nova Amafrutas, morador da cidade de Igarapé-Açu, 34 anos, entrevista concedida em 16/07/ 2006.

Com a falência da Nova Amafrutas no ano de 2007, vários agricultores enfrentaram uma forte crise em sua renda, visto que parte significativa de sua economia agrícola estava voltada para a produção do maracujá. Isso concorreu para seu endividamento, pois muitos se utilizaram de financiamentos obtidos de bancos, especialmente do BASA, mas não conseguiram pagá-los, conforme relato de um dos moradores da agrovila São Jorge:

Nós trabalhamos só quatro anos. Faz mais ou menos quatro anos. Aí antes trabalhamos terceirizado porque a gente não tinha excesso, vendia pros atravessadores de Igarapé-Açu e ele levava pra Nova Amafrutas. E quando foi no fim a Nova Amafrutas ficou devendo 400 (quatrocentos) mil pra um, 150 (cento e cinquenta) pra outro, 100 (cem) pra outro. E, na verdade, que era os nossos maracujá, mas quem tinha o nome lá pra receber eram os atravessadores. O produtor ficou na mão, aí depois fui trabalhar via direta com eles, trabalhei direto com a amafrutas, logo, eu fiquei com a CAMP, uma cooperativa que tinha em Igarapé-Açu. Aí o diretor da CAMP passou a ser diretor de compra, na Amafruta. Aí era meu amigo. A gente ficou trabalhando junto. Aí, por sinal, a gente fez até financiamento do BASA. E do pessoal todo que fizeram ninguém pagou porque não teve condição de pagar, ninguém recebeu. Aí, depois o BASA queria receber e não tinha como a gente pagar porque se a produção de maracujá foi pra Amafruta e ela não repassou, não tinha como pagar. Aí ela faliu. Quando ela faliu, acabou também a produção de maracujá de Igarapé-Açu, porque não tem quem assegure né. Esse ano que o pessoal tá pensando em plantar de novo. Até eu vou plantar um pouco, com recurso próprio. Mas eu acho que a Amafruta foi problema administrativo, porque teve o produto, que é a matéria-prima, teve quem comprasse, porque faliu, e não pagou a matéria-prima ainda, **ainda não pagou, isso que é difícil** (...)

Faliu todo mundo, trabalha e não recebe. A gente devia pro Banco, por que foi tudo financiado. Aí depois manda a produção e não recebe. Aí nem paga o banco e fica sem crédito. Acabou todo mundo, acabou com a gente.

(...) Porque a gente tinha que repassar pra ela mesmo, porque o financiamento que foi feito pelo BASA foi feito via cooperativa. A cooperativa financiou nós direto com o BASA, tanto que nós fizemos o cadastro tudo aqui em Igarapé-Açu. Ninguém foi pro BASA, fizemos tudo na cooperativa (...) Mas aí todo mundo foi pro brejo (...) Não tem só eu que fiz o financiamento e não recebeu. Mandamos o maracujá pra lá, aí já ficamos devendo pro Banco, tá entendendo? Comprovado com documento que nós ficamos devendo pro banco, **e nós não temos documento nenhum que a Amafruta deve pra nós**, porque a produção ia pra cooperativa e a gente ficava só com a notinha de quanto a gente ia receber. Eu tinha cinco mil e setecentos de maracujá e assim sucessivamente os outros. E hoje nós tamo sem crédito e sem condição (Entrevistado João Teixeira Costa, atravessador e agricultor, morador da agrovila São Jorge, 49 anos, entrevista concedida em 01/ 10/ 2008).

Em decorrência da crise agrícola que se desenvolveu, muitos agricultores começaram a investir mais na plantação de mandioca, produção que não havia cessado, mas que, a partir desse momento, começou a ganhar grande relevância na economia local. Essa retomada ocorreu em São Jorge do Jabuti e também em Porto Seguro e será discutida mais adiante.

No caso específico da primeira localidade, observamos a presença de médios produtores de farinha cujas áreas de fabricação são parcialmente mecanizadas (fotos 13 e 14). Eles realizam o beneficiamento da mandioca que é proveniente de seus próprios terrenos e que advém de outros agricultores locais. Esses produtores, juntamente com outros “marreteiros”, vendem o produto nas feiras de Belém, mas grande parte da produção é negociada com os fabricantes de farinha existentes na agrovila de 3 de Outubro, em Castanhal, realizando, dessa forma, um circuito econômico bem interessante, pois por não possuírem contratos com as grandes redes de supermercados acabam comercializando com empresários externos à agrovila.



**Foto 13:** Casa de Farinha em São Jorge do Jabuti  
Retiro parcialmente artesanal de São Jorge do Jabuti  
FOTO: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 14:** Produção artesanal de Farinha nos fornos.  
Uso do trabalho bractal nos fornos de fabricação de farinha.  
FOTO: Rogério Miranda, 2008.

Esse contexto econômico acabou por promover uma nova dinâmica produtiva que pode ser visualizada na mecanização da produção caracterizada pelo uso de tratores e de maquinários para o fábriço da farinha, mas, também, por uma outra lógica de organização espacial dos agricultores. O espaço de trabalho se volta para o desenvolvimento de produtos destinados à sobrevivência, mas, principalmente, ao mercado. Isso concorre para o estabelecimento de relações de trabalho marcadas especialmente pelo dinheiro, visando-se ao lucro, desfazendo-se laços de solidariedade antes existentes, assim como o senso de vizinhança, já que o outro é reconhecido como força de trabalho e/ou estranho que deve ser, muitas vezes, tratado com certo distanciamento devido aos problemas hoje presentes na localidade, com destaque aos roubos e furtos.

(...) Com melhoria já apareceram pessoas diferentes. Até uns cinco anos atrás, até uns cinco ou seis anos, você podia dormir com a casa aberta, não tinha problema nenhum. Hoje, se você se quer deixar uma grade assim [aberta] nossa, já dançou, já perdeu alguma coisa. Interessante, vai evoluindo e o povo aumenta né.

Quando havia um conflito era um conflito pequeno. Na época não, na época eram mais inocentes, eram mais solidários. Hoje não, as pessoas tem relacionamento, mas não é aquela coisa de antigamente. Era mais sadia, como diz o pessoal. Mudou, é diferente, é gente de fora, por exemplo. Tem pessoas que eu não conheço mais. Naquela época você

sabia, você contava, olha fulano mora aculá. Hoje não, você já se perde. Tem pessoas que você não conhece mais, oh! Tem família que chegou de tal canto assim. No passado não, tem aquelas pessoas permanentes ali, porque moravam ali. Dificilmente quando aparecia uma pessoa diferente todo mundo dava logo, sabiam logo. Hoje não, ninguém sabe mais (Entrevistado Miguel Quadras, agricultor, morador da agrovila de São Jorge, 62 anos, entrevista concedida em 02/10/2008).

Podemos notar no relato transcrito um processo de estranhamento, talvez marcado por um certo saudosismo. Isso ocorre devido ao significativo contingente populacional hoje existente, o que dificulta a identificação nominal dos que ali habitam. É possível notarmos também certo distanciamento inter-pessoal nessas comunidades, ainda que relações de proximidade sejam reproduzidas, principalmente entre os parentes e moradores mais antigos.

Esse processo, ao longo da pesquisa realizada junto às agrovilas aqui evidenciadas, parece se expressar como uma tendência. Todas compõem uma rede econômica que as interliga, inserindo-as, mesmo que desigualmente, na nova divisão territorial do trabalho à que está submetida a sub-região do Nordeste Paraense. Elas desempenham papéis diferenciados, mas alinhados à lógica do mercado regional/ nacional, e, em determinadas circunstâncias, internacional. Nessa condição também se encontra Porto Seguro, última agrovila aqui investigada.

### **3.2.4 Agrovila de Porto Seguro**

Porto Seguro é uma das agrovilas mais distantes da sede de Igarapé-Açu. Localiza-se a 30 (trinta) quilômetros desta. O acesso à agrovila se realiza, principalmente, por meio de ônibus ou moto-táxi. Ambas as modalidades de transporte utilizadas pela população saem da praça denominada de Nações Unidas, situada na sede municipal. No período da estrada de ferro essa praça era chamada de Augusto Montenegro.

O ônibus sai pela manhã, por volta de 10h30, e chega ao destino entre 12h e 12h30. A segunda opção fica à disposição das pessoas durante todo o dia e demora pelo menos uma hora para chegar até a localidade mencionada.

O trajeto que leva até a agrovila é feito inicialmente pela rodovia estadual Pa-242. Depois, segue-se, pela Pa-426 (mapa 7). Durante o percurso, passa-se por outras colônias, como a Caripi 1, localizada logo na saída da cidade de Igarapé-Açu; a Caripi 2, localizada na entrada da PA-426; e, por fim, por Nova Olinda, também nomeada de km 10 – PA- 426 pela população local. Essa denominação remonta ao período da EFB. Nesta época as localidades eram identificadas a partir do quilômetro em que se situavam em relação à via férrea. Essa toponímia, em alguns casos, mantém-se até os dias atuais.

Em cada um dos espaços mencionados existe um aglomerado de casas que fica geralmente no centro dessas localidades; seguindo quase um padrão. Nesta porção estão dispostas as instituições locais como associações de agricultores, clube de mães, escolas de ensino infantil e fundamental e igrejas – católica e protestante –, além das áreas destinadas ao lazer, destacando-se o salão de festividades e o campo de futebol onde, aos finais de semana, a população local, principalmente os mais jovens, costuma jogar futebol, após terminarem seus trabalhos na lavoura.

Todas essas colônias se estendem para além da concentração de residências e instituições. Percebemos terrenos em suas adjacências cuja mata encobre a margem da estrada. Há apenas pequenos caminhos que possibilitam o acesso a outros imóveis, ou mesmo às diversas plantações, muito embora grandes clareiras possam ser visíveis, o que denota a prática do desmatamento e da queimada para o preparo da terra com a finalidade de se realizar um determinado plantio.

Ao chegarmos a Porto Seguro, no quilômetro trinta, a vegetação de capoeira baixa que cerca a estrada de terra batida cede lugar aos inúmeros imóveis que margeiam a rua asfaltada. Essa imagem impressiona, pois se diferencia das demais agrovilas. A sensação que causa é a de que estamos adentrando uma pequena cidade cujo símbolo primeiro é a antena de telecomunicação, vista de longe, cujas emissões e recepções de frequências difundem as ondas de rádio. Essa cenário pode ser visualizado nas fotos 15 e 16.



**Foto 15:** Entrada de Porto Seguro

A imagem retrata o fim da estrada de chao batido e o início do asfalto, que coincide com a entrada da agrovila, onde já podemos visualizar alguns casebres.

FOTO: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 16:** Porto Seguro

A foto demonstra ao fundo, a antena de telecomunicação; nas margens da rua, diversas casas de alvenaria, e vários veículos, como carro, e onibus, indicando o trânsito relativamente grande de pessoas para a localidade; também podemos observar os postes de iluminação pública e de energia elétrica por toda a agrovila, denotando a significativa quantidade de residentes assistidos pelo serviço.

FOTO: Rogério Miranda, 2008.

Ao final da agrovila, deparamo-nos com outra paisagem bem diferente daquela da estrada. Visualizamos o contato direto da localidade com o rio Maracanã, tido como um local de contemplação para aqueles que vêm à localidade apenas de visita. É, também, fonte de recursos aos moradores de Porto Seguro, pois viabiliza a extração do pescado; além disso, representa diversão para as crianças (fotos 17 e 18). Esse elemento da natureza particulariza a realidade em destaque, visto que até o momento apenas a terra foi discutida enquanto *locus* de realização da reprodução social dos agentes; agora, no entanto, o rio também vem cumprir essa função.



**Foto 17:** Encontro da agrovila com o Rio Maracana

A imagem destaca o final da rua principal de Porto Seguro, que desemboca no Rio Maracanã, local onde se originou a localidade, visto ali existir os primeiros registros da colônia, por meio de imóveis antigos.

FOTO: Rogério Miranda, 2008.



**Foto 18:** Ponte sobre o Rio Maracanã

Área de atracação das embarcações e de lazer das crianças que brincam pulando de cima da ponte.

FOTO: Rogério Miranda, 2008.

O rio, em Porto Seguro, desenvolveu uma importância fundamental para os seus moradores, especialmente porque se constituiu durante muito tempo no seu principal meio de circulação. O rio foi também um elemento de orientação para a ocupação inicial da agrovila, tanto que suas primeiras ruas adentram a sua margem. Nela, desde o início do século XX, existe um pequeno porto de embarque e desembarque de barcos. Ele já passou por reconstruções e pode ser visualizado nas fotos 19 e 20.



**Foto 19:** Ponte sobre o rio Maracanã em Porto Seguro na década de 1950  
Porto de madeira existente na margem do rio Maracanã, de forma a atracar as embarcações da época.  
Foto: PARÁ. **Porto Seguro**. 1950. 1 álbum, p. 270.



**Foto 20:** Pequeno porto de atracagem das embarcações  
Porto de madeira reconstruído, servindo ainda hoje como uma área de atracação das embarcações locais.  
Foto: Rogério Miranda, 2009.

Deste modo, a paisagem da estrada, cuja poeira invade nossas narinas devido ao vento ou aos carros que circulam e jogam areia nos transeuntes, contrasta com a paisagem do rio, com sua brisa suave e silenciosa. Essas paisagens compõem extremidades de Porto Seguro (planta 4), assim como remontam a contextos diferentes de sua produção sócio-espacial que acabam se conjugando no momento atual.

Neste sentido, devemos entender melhor esta configuração espacial, levando em consideração seu processo histórico que possibilita compreender suas relações pretéritas e as transformações que hoje se desenvolvem na realidade.

O próprio nome da agrovila denuncia sua íntima vinculação com o rio, muito embora o surgimento de sua denominação seja controversa. De acordo com Reis (2002), a ocupação da área se efetuou muito antes da instalação da EFB na Zona bragantina. Assim, constituía-se um povoado que, já em 1860, possuía vestígios de ocupação por colonos, caçadores e pescadores. Havia na localidade uma Companhia de Comércio que tinha em vista explorar tanto os lavradores quanto as riquezas naturais. Em 1885, passou à condição de povoação Porto-Seguro, pertencendo à comarca de Santarém-Novo, e, por fim, passou a integrar o território de Igarapé–Açu em 1906.

Nesse período as relações comerciais de produtos agrícolas (farinha, milho, arroz, malva e fumo) e extrativos eram estabelecidas principalmente com Santarém-Novo, Maracanã e Peixe-Boi, locais de onde os agricultores de Porto Seguro traziam mantimentos e mercadorias (REIS, 2002).

No momento em que passou à esfera de influência político-administrativa de Igarapé–Açu, os moradores também passaram a percorrer a pé ou a cavalo os “caminhos” abertos na mata fechada para chegarem até a sede municipal. Assim, antes, desenvolviam um percurso fluvial, que até aproximadamente 1940 e 1950, era o mais utilizado e um trajeto por meio de caminhos e da EFB que passou a ter maior relevância a partir de 1950. Nesse período, intensificaram-se mais as relações entre Porto Seguro e o Município a que pertence, visto que anteriormente o sistema de relações econômicas era mais visível com municípios à beira rio, inclusive com Belém.

(...) Tinha uma barraca na colônia pra vender o legume. Vendia pro comércio do português, vendia pra alguns, né (...) Vendia tudo aqui mesmo, e daqui tinha canoa, dois barcos grande, “Verde e Alvorada”,

dois barco dele [o comerciante português]. Aí levava pra Belém e trazia mercadoria de lá (...) Chegava aí a gente comprava (...) Comprava dele, pegava fiado e pagava com a plantação (...) Financiava com dez, quinze sacas de arroz, conforme, né. Pegava, pesava, fazia a conta pra depois pagar. E a mercadoria levava pra Belém, quatrocentos sacos e trazia mercadoria pra vender (...) Ia, as vezes eu ia pra Belém, que tenho família em Belém.

(...) Tinha estrada fechada. Antigamente não tinha estrada, era caminho, sabe. A gente saía daqui uma hora da madrugada, três horas da madrugada, e ia até o dez [quilometro Dez, correspondente à agrovila Nova Olinda]. Tinha um comércio lá. Aí a gente pega o carro lá, pra embarcar pra Igarapé-Açu. De lá pra Belém, de trem, de Igarapé-Açu ia pra estação. Aí onze horas passava em Igarapé-Açu. Aí ia embora pra Belém (Entrevistado Francisco da Silva Martins, aposentado, morador da agrovila Porto Seguro, 83 anos, entrevista concedida em 11/01/2009).

O relato citado expõe de forma sucinta os vários meios de circulação existentes antigamente. O rio era o mais utilizado principalmente para o comércio dos produtos agrícolas, escoados por um grande comerciante local até a capital paraense. A sua relação com os agricultores, pelo que indica a fala do entrevistado, era baseada no aviamento, ou seja, os lavradores consumiam produtos necessários a sua sobrevivência no comércio, durante um determinado período e, posteriormente, pagavam-nos, obrigatoriamente, com a sua plantação.

Além do rio, que servia para complementar a alimentação dos agricultores por meio da pesca, evidenciam-se os caminhos e a própria EFB que era utilizada para acessar a sede de Igarapé-Açu e, por sua vez, Belém.

A via férrea, neste contexto, segundo Reis (2002), veio beneficiar os comerciantes portugueses que detinham uma infra-estrutura logística significativa, expressa nos barcos e comboios de animais, de forma a distribuir e abastecer as colônias implantadas à margem da EFB. Esta relação entre os comerciantes e os agricultores, ao que tudo indica, parece ter se reproduzido não apenas em Igarapé-Açu, visto que existia em São Jorge do Jabuti, como também em Castanhal, conforme já foi explicitado neste trabalho quando da apresentação de dados relativos à agrovila de Iracema.

Ainda de acordo com Reis (2002), as políticas públicas estatais de modernização do espaço agrário do Nordeste Paraense desconsideraram as relações sociais e econômicas estabelecidas entre Porto Seguro e as áreas ribeirinhas, pois visavam à sua integração junto ao município de Igarapé-Açu, por este motivo foi incentivado a sua interligação à EFB.

A agrovila era cortada apenas por duas ruas. Apresentava poucas casas e um reduzido número de famílias, entre cinquenta e sessenta, cuja sobrevivência dependia diretamente da agricultura diversificada e da pesca. Por outro lado, o sistema de relações continha laços de reciprocidade que, muito embora não suplantassem as dificuldades da atividade agrícola e de condições precárias de existência (falta de posto médico, de escolas, de saneamento básico, exploração na comercialização dos seus produtos etc.), atenuava-as, pois as interações interpessoais permitiam a ajuda mútua entre os trabalhadores que cooperavam entre si e, inclusive, com pessoas de outras localidades.

É que sempre um ajudava o outro né. Fazia mutirão né. Ainda tem muita gente que faz mutirão. Quando é uma semana um vai, na outra, o outro vai, um ajudando o outro, né. Muita gente faz isso. Agora tem uma parte que não faz mais isso não. Mas ainda tem muita gente que faz isso, ajuda um ao outro (Entrevistado Manoel Pinheiro, agricultor e comerciante, morador da agrovila Porto Seguro, 59 anos, entrevista concedida em 11/01/2009).

A gente fazia assim junto né. A gente ajudava o colega: ‘me dá uma ajuda aí’. E a gente ia lá ajudar. E quando era da gente, ele vinha ajudar também, uns cinco ou seis colegas fazer uma capina, um roçado. (...) Existia [o contato com moradores de outras localidades], as vezes vinham ajudar a gente, com a farinha. (Entrevistado Francisco da Silva Martins, aposentado, morador da agrovila Porto Seguro, 83 anos, entrevista concedida em 11/01/2009).

Com a extinção da EFB, as rodovias começaram a ganhar mais expressão na área pesquisada, inclusive muitos comerciantes deixaram de atuar, visto que a vinculação de Porto Seguro com a sede do Município se fortaleceu e outros sujeitos sociais começaram a aparecer, alterando não apenas a sua paisagem como também suas relações sócio-espaciais.

Hoje a agrovila conta com eletrificação rural que atende acerca de 209 (duzentas e nove) residências; com sistema de telecomunicação expresso na antena de rádio, nas parabólicas de televisão, nos 7 (sete) telefones públicos, nos 11 (onze) telefones fixos em serviço e nos celulares (ANATEL, 2008).

Sua população cresceu significativamente, apresentando, hoje, aproximadamente, 2.342 (duas mil, trezentas e quarenta e duas) pessoas (SMS, 2009). Isso concorre para a expansão de sua área física que, atualmente, conta com pelo menos três travessas paralelas à estrada, compreendendo a rua principal e cinco ruas que as atravessam, conformando

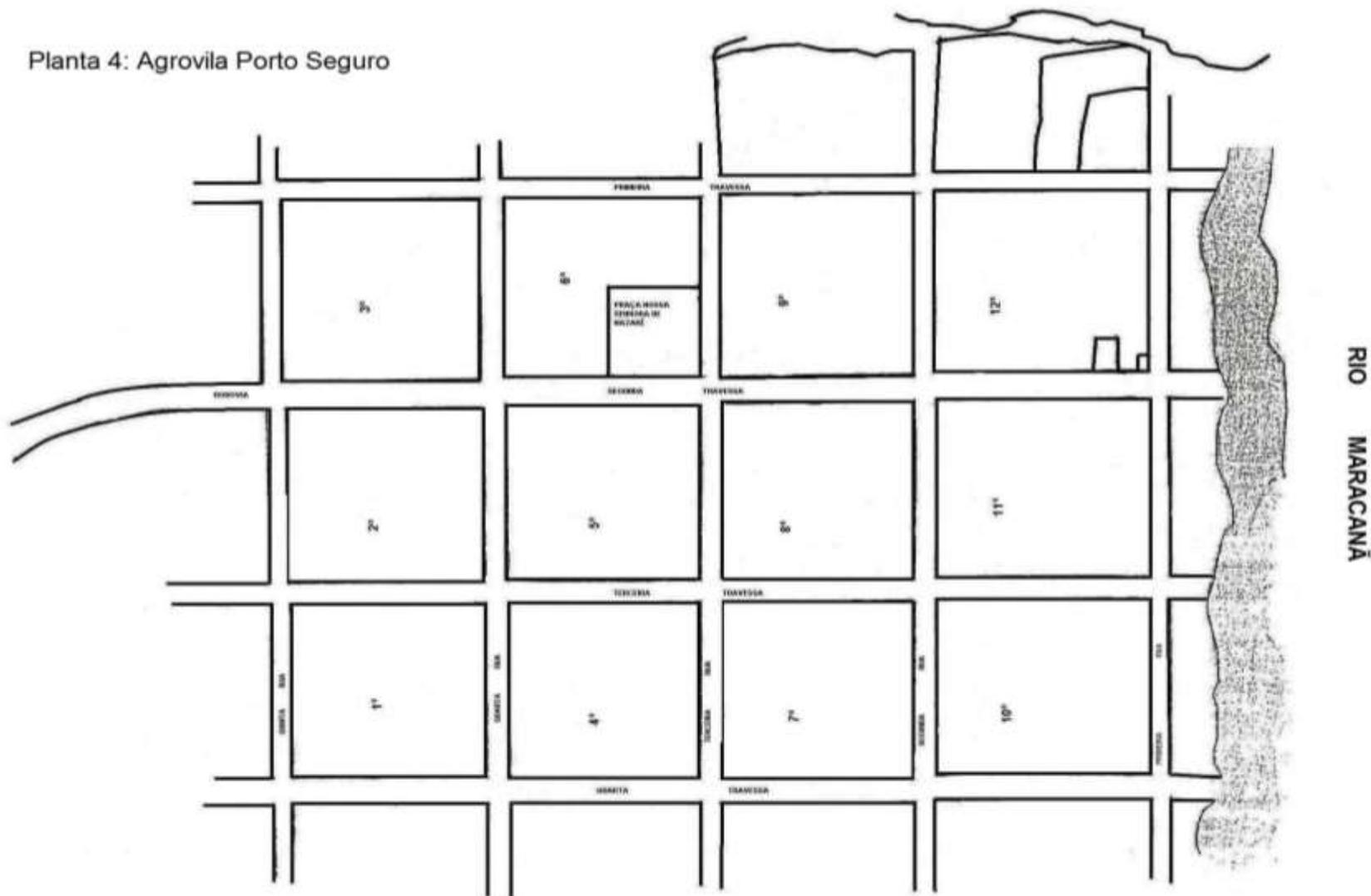
doze a quatorze quadras de residências, comércios e áreas agrícolas. Essas últimas, geralmente, ficam distantes do aglomerado, como bem podemos observar na planta da agrovila (planta 4).

Hoje, Porto Seguro deixa de possuir uma interligação maior com o rio, embora ele ainda apresente grande importância econômica e cultural para os moradores, pois é usado para conectá-las, primordialmente, à rodovia (PA-426) que, atualmente, corresponde à principal via de entrada e saída de pessoas e mercadorias da localidade. Além disso, interliga-a às outras colônias, à sede municipal ou mesmo a Castanhal e a Belém, locais de venda dos produtos agrícolas da referida colônia.

A agrovila em relevo, assim como São Jorge do Jabuti, já foi alvo de empresas do setor de fruticultura, como a Nova Amafrutas, empresa que incentivava os pequenos agricultores a plantarem o maracujá que deveria ser vendido direta e exclusivamente à empresa. A polpa era revendida no mercado norte americano e europeu. Em decorrência da sua falência, muitos lavradores que eram seus parceiros não foram pagos e ficaram endividados, pois suas plantações tinham financiamentos governamentais, como o PRONAF. Essa situação comprometeu a sobrevivência desses sujeitos.

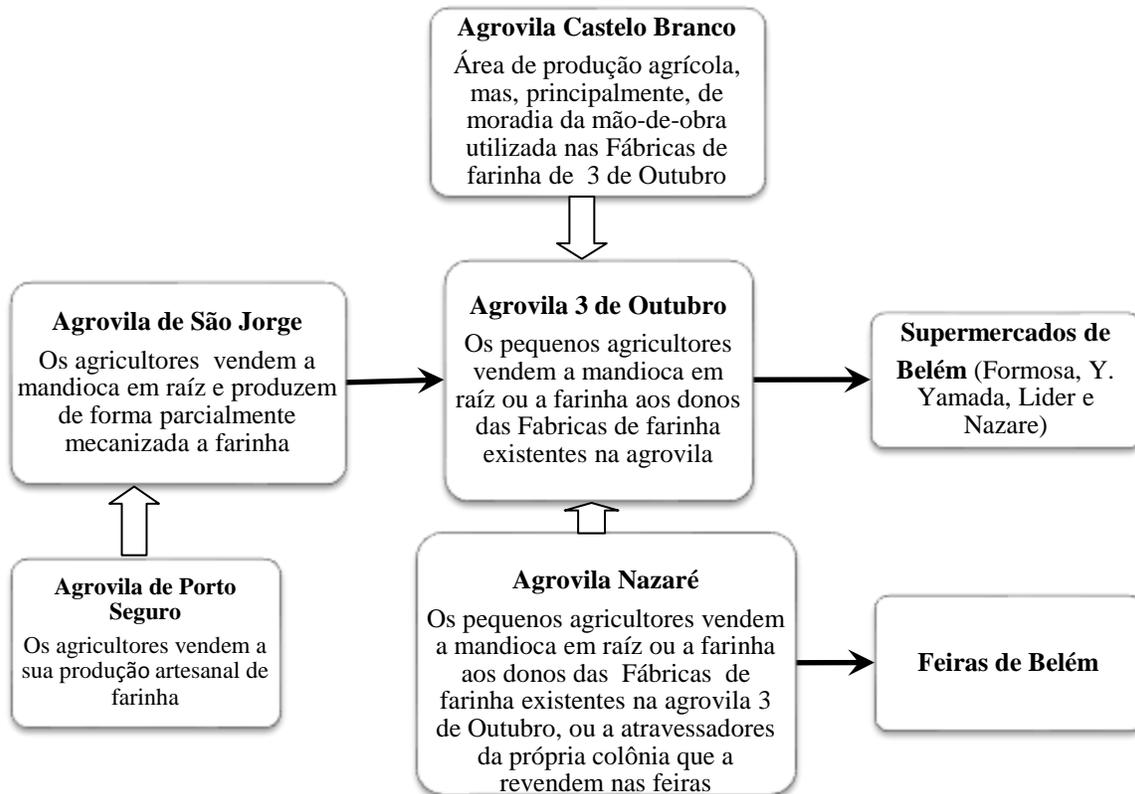
Atualmente, muitos desses agricultores investem principalmente em dois tipos plantio. O primeiro é o açaí, que possui venda certa junto aos supermercados da região. Em segundo lugar, porém não menos importante, está a mandioca, matéria-prima da produção de farinha. Ela é fabricada internamente de maneira artesanal e comercializada junto aos donos de comércios locais e a atravessadores da agrovila que a revendem em feiras de Belém e também a fabricantes de farinha de São Jorge do Jabuti, principais negociadores do produto na agrovila. Neste contexto, acaba por se inserir na rede econômica referente ao cultivo da mandioca e a fabricação de farinha, fazendo parte desta cadeia produtiva, conforme podemos visualizar no esquema 2.

Planta 4: Agrovila Porto Seguro



Fonte: REIS (2000)  
 Organização: Rogério Miranda, 2008.

**ESQUEMA 2:** Rede econômica estabelecida entre os sujeitos sociais das agrovilas pesquisadas



Fonte: Trabalho de campo, 2008.  
Organização: Rogério Miranda, 2008.

Essa nova lógica produtiva que se manifesta como tendência na região parece se evidenciar em Porto Seguro, muito embora com menor intensidade, visto que lá não existem grandes fabricantes ou empresários internos. Em geral, o agricultor que utiliza basicamente a mão-de-obra familiar, exceto em alguns momentos do plantio em que faz uso de trabalhadores temporários, realiza a produção de farinha e a vende a pequenos atravessadores ou àqueles de maior porte, localizados em outras localidades já especificadas aqui.

Com a prática de uma relativa especialização produtiva, outros produtos são cultivados em menor quantidade. É o caso do arroz, o milho e o feijão. Deste modo, os agricultores se vêem na obrigação de comprá-los.

A forma de viver era mais avançada na agricultura. Hoje em dia não, o pessoal não faz nem arroz mais, porque a terra tá fracassada, né. As vezes não dá mais (...).

Mudô assim, os alimentos, né. Tudo é comprado. Não se planta mais. Antigamente era muita comida, tudo, a maré tinha o peixe. Hoje ainda tem, mas é mais difícil (Entrevistado Francisco da Silva Martins, aposentado, morador da agrovila Porto Seguro, 83 anos, entrevista concedida em 11/01/2009).

Neste sentido, as relações se tornam mais orientadas para o mercado, visto que os produtos de necessidade básica devem ser comprados, devido à sua parca produção interna; fato que se observa igualmente nas relações inter-pessoais, como foi anteriormente evidenciado em uma das falas. A ajuda mútua, antes existente, hoje se torna mais difícil de ser encontrada, muitas vezes devido às relações de trabalho estarem baseadas no assalariamento.

A produção, antes realizada com base na derruba e queima, já utiliza maquinários com o intuito de obter uma produtividade maior, embora a mecanização da agricultura em Porto Seguro ainda não seja total.

Com efeito, a realidade aqui em destaque apresenta muitas transformações em sua paisagem, em suas relações econômicas e nas inter-relações pessoais, visto que valores outros são incorporados à dinâmica local, apesar de existirem permanências, como a manutenção da ajuda entre os agricultores, mesmo em menor proporção, o encontro das pessoas aos finais de semana para o jogo de futebol e o uso do rio para o lazer.

Essa dinâmica econômica na qual se inserem as colônias agrícolas pesquisadas, em decorrência do papel que exercem dentro da nova divisão territorial do trabalho, concorre para alterar as relações existentes nessas localidades, visto que se formam grupos mais capitalizados que estabelecem uma interação mercadológica com as agrovilas e residem muitas vezes nas cidades. O desenvolvimento econômico delas acaba por impulsionar um relativo fluxo migratório que aumenta as suas respectivas áreas físicas e os seus contingentes populacionais utilizados como mão-de-obra.

Os pequenos produtores adentram indiretamente a rede econômica a partir da venda de sua produção aos grandes agricultores locais que possuem contratos fechados com empresas de supermercados e depósitos de alimentos. Negociam também com

determinados atravessadores que revendem os produtos nas feiras, principalmente de Belém e Castanhal.

Esta rede econômica se desenvolveu em virtude da introdução de uma tecnosfera (SANTOS, 2002a) materializada no transporte rodoviário, no sistema de comunicação (telefones), e na eletrificação rural. Esses elementos, em conjunto, possibilitaram a modernização do espaço agrário hoje dotado de maquinários e instrumentos de trabalho mais mecanizados, com intuito de desenvolver outra lógica produtiva que possui rebatimentos na psicosfera (SANTOS, 2002a), ou seja, no plano das idéias e dos valores. Esses acabam sendo modificados em decorrência de menor aproximação interpessoal entre os membros das agrovilas, salvo entre aqueles mais antigos e que não atuam diretamente no mercado regional e/ou nacional.

Nesta discussão acerca dos valores um elemento espacial ganha grande relevância, qual seja, a terra de trabalho. Isto porque ela compreende o *locus* de desenvolvimento da vida dos sujeitos sociais das agrovilas. Quando fomos delineando algumas transformações nas colônias, percebemos que quase sempre estavam intimamente relacionadas à interação que o agricultor estabelece com a terra. Observamos também que, ela era antigamente o centro das relações sociais, visto que grande parte dos moradores, mesmo desempenhando outras funções, reunia-se na área agrícola para o trabalho, mas, igualmente, para o estabelecimento de relações de solidariedade e até mesmo lúdicas que se consubstanciava na ajuda mútua, nas brincadeiras e nas narrativas coletivas.

No contexto atual, muitas dessas relações foram se alterando, pois as interações foram ficando mais mercadológicas, pelo menos para determinados grupos de agricultores que hoje atuam mais fora da colônia do que propriamente nela, como aqueles mais capitalizados e/ou com perfil empresarial. Para outros, especialmente aqueles menos capitalizados, a terra ainda continua sendo o centro das suas atividades que geralmente envolvem membros da família, visando a sua reprodução física e social, perdurando, assim, laços de cordialidade e solidariedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão campo e cidade, rural e urbano empreendida neste trabalho, buscou entender as interações sócio-espaciais destas duas realidades, visto que para além de uma visão dual, estabelecem conexões econômicas, políticas e culturais, que hoje se intensificam devido aos sistemas de objetos existentes permitirem um aumento considerável dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, especialmente daquelas relacionadas à dinâmica do mercado. Isto potencializa o desenvolvimento e a reprodução do capital, que avança sobre o campo e introduz novas relações, modernizando a produção, mediante o uso de tratores, insumos agrícolas etc., e estabelecendo o trabalho assalariado ou expropriando a renda da terra dos pequenos produtores.

Evidentemente que esse processo não ocorre da mesma maneira em todos os lugares, pois esbarra nas formações sócio-espaciais, que, dependendo das condições existentes, podem facilitar ou mesmo diminuir tal avanço.

Nas áreas de estudo referente às agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Castanhal), e São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (Igarapé-Açu), o desenvolvimento de uma outra lógica produtiva, diferente daquela processada no passado, tem proporcionado alterações substanciais nos conteúdos sócio-espaciais destas realidades, senão vejamos.

Os Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal compõem a área de colonização antiga, correspondente ao trecho entre Belém e Bragança, denominação utilizada neste trabalho para localizar as nossas referências empíricas de análise, a partir da sua formação sócio-espacial.

Desta feita, essas realidades possuem similitudes do ponto de vista histórico-geográfico, que possibilitam entender a particularidade da relação rural e urbano na sub-região do Nordeste Paraense, embora apresentem singularidades, principalmente quanto ao papel que desenvolvem na divisão territorial do trabalho.

Neste contexto, observamos que a produção sócio-espacial dos dois Municípios remonta ao processo de colonização empreendido pelo Estado paraense no início do século XX, com o intuito de sanar o problema da capital paraense em abastecer seu mercado interno com gêneros de primeira necessidade.

Para este fim, com o dinheiro advindo da borracha convertido em impostos, o governo do Pará desenvolveu um projeto de modernização do espaço agrário da então denominada Bragantina, o qual seria concretizado a partir da introdução da agricultura em colônias dispostas entre Belém e Bragança. O trabalhador empregado, no primeiro momento, foi o europeu, porém, devido às péssimas condições de infra-estrutura nos locais em que eram instalados, não se fixaram.

Por outro lado, em virtude da possibilidade eminente de acesso à terra, um outro sujeito social foi se instalando com maior força, o nordestino, principal agente produtor do espaço rural das colônias, fato que ocorreu em Igarapé-Açu e principalmente em Castanhal, onde a ocupação dos cearenses é marcante ainda hoje, por exemplo, na música (forró), nas danças (quadrilha) etc.

Para a circulação das mercadorias e pessoas que se localizavam nestas colônias foi construída a Estrada de Ferro Bragança (EFB) com tecnologia inglesa, que acabou sendo mais um símbolo de modernização do espaço amazônico durante o período da *belle époque*.

Neste contexto, essas áreas agrícolas deveriam cumprir o papel de abastecimento do mercado regional, embora a articulação entre esse espaço agrário e as cidades fossem de grande dificuldade, pois as pessoas andavam à pé ou a cavalo por entre caminhos abertos nas matas, para chegar aos pontos de parada do trem, onde comercializavam ou embarcavam com destino a Belém.

As relações econômicas e de vivência dos agricultores eram desenvolvidas em uma escala local, muito mais envolvidas com a dinâmica interna da própria colônia. Essas eram marcadas pela solidariedade e ajuda mútua entre os agricultores, pois isso garantia, além de laços de cordialidade, a sobrevivência dos sujeitos sociais, face às precariedades a que eram submetidos, como a dificuldade de acesso aos locais de venda de seus produtos, pouco valorizados no mercado; falta de infra-estrutura, como saneamento básico, de escola, postos de saúde etc.; além da exploração que sofriam mediante o sistema de aviamento que era estabelecido com comerciantes existentes na sede municipal de Castanhal e nas áreas agrícolas de Igarapé-Açu.

Na década de 1950, ao lado da via férrea já se observa a introdução de rodovias, cuja malha se estende, a partir de 1960, por todo o espaço referente à área pesquisada, principalmente após a desativação da ferrovia em 1965, haja vista o projeto governamental

de modernizar o espaço amazônico, criando condições materiais para aumentar os fluxos de toda ordem (pessoas, mercadorias, informações).

Destarte, começam a se desenvolver políticas públicas direcionadas a este fim, as quais chegam, especialmente a partir da década de 1990, ao espaço rural, mediante a construção e manutenção de estradas, eletrificação rural e instalação de telefonia fixa e móvel.

Também visualizamos o planejamento de um sistema de crédito destinado aos pequenos e médios produtores, com o intuito de promover o “desenvolvimento sustentável”, a exemplo do Fundo Constitucional do Norte e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que concedem financiamentos à agricultores e empresas.

Nesse contexto se desenvolve uma outra lógica produtiva, cujos cultivos se voltam fundamentalmente ao mercado regional, nacional e internacional. Esse processo se inicia na década de 1980, mediante à ação dos agricultores mais capitalizados, que começaram a investir na plantação de pimenta-do-reino, bastante valorizado, à época, na Europa.

Posteriormente, especialmente na década seguinte, intensifica-se a produção frutícola, com destaque ao maracujá, destinado aos países da Europa e aos Estados Unidos. Essa produção, especificamente, elevou-se exponencialmente devido aos créditos obtidos junto aos bancos governamentais e à ação da empresa Nova Amafrutas, que comprava praticamente a maior parte desse produto dos agricultores. No entanto, em decorrência de pragas na colheita, de preços incompatíveis com os custos relativamente elevados da produção e, por fim, devido à falência da referida empresa, muitos lavradores entraram em crise econômica, ficando estes impossibilitados, inclusive, de pagar as dívidas contraídas nos bancos.

Atualmente, a base econômica das colônias agrícolas pesquisadas voltam-se, sobretudo, ao mercado regional e nacional, a exemplo de Iracema, cuja produção de hortaliças se destina às grandes redes de supermercados de Belém; e de 3 de Outubro, São Jorge do Jabuti e Porto Seguro, que integram a cadeia produtiva da mandioca, que igualmente abastece de farinha os supermercados e feiras da capital paraense, além de depósitos alimentares de outras cidades brasileiras.

Com efeito, evidencia-se a construção de uma outra lógica econômica que se insere dentro da nova divisão territorial do trabalho existente no Nordeste Paraense, a qual não objetiva a pequena produção de produtos pouco valorizados, como ocorria no período da EFB. Ao contrário, as agrovilas desenvolvem cultivos voltados especialmente ao mercado e em grande quantidade; fato que foi possível devido à modernização do espaço agrário, mediante à introdução de tratores, caminhões, maquinários para beneficiamento, por exemplo, da farinha, insumos agrícolas, sistemas técnicos de comunicação, transporte e energia elétrica.

No entanto, é sabido que a apropriação desses recursos e a própria inserção dos sujeitos sociais no mercado é desigual, visto que participam da rede econômica estabelecida apenas àqueles grandes agricultores e/ou atravessadores mais capitalizados, enquanto que os pequenos, cuja produção se baseia na unidade familiar, possuem a sua renda da terra expropriada pelos primeiros, participando apenas indiretamente da rede econômica.

E, por fim, poderíamos também elencar os trabalhadores assalariados e temporários, que desprovidos de terra para plantar, vendem sua força de trabalho àqueles que possuam condições de pagar-lhes.

Neste sentido, as políticas públicas governamentais não apenas dotam o espaço de condições materiais para a circulação e transações comerciais, favorecendo ao desenvolvimento do capital, como também possibilitam o aparecimento de novos agentes econômicos. Essa lógica produtiva intensifica as interações entre as agrovilas e as cidades, tanto próximas, quanto distantes. Estas últimas, as cidades, cumprem o papel de gestão e circulação da produção agrícola.

Esse processo concorre para modificações nas relações internas às agrovilas, visto que as interações inter-pessoais de ajuda mútua se diluem em benefício do assalariamento e de relacionamentos baseados no valor de troca. O aumento de produtos voltados ao mercado, diminuem os cultivos de subsistência, que, agora, devem ser necessariamente comprados. A natureza da comunicação entre as pessoas também se altera, pois, mesmo diante de tanta facilidade de circulação e interação, elas desenvolvem um afastamento social, visto que muitas apenas trabalham nas áreas agrícolas, devido viverem nas cidades. Às vezes, por medo de assaltos ou roubos, recusam-se ao convívio social com o outro.

Nesta interação entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, na área de pesquisa, não temos como não pensar o sentido da terra para os sujeitos sociais, visto que para aqueles mais capitalizados, a terra se constitui um meio de desenvolver relações econômicas, objetivando o lucro. Ao passo que para os pequenos produtores ela ainda se desenvolve enquanto terra de trabalho, lócus de sobrevivência econômica e cultural, visto que a unidade familiar estabelece contatos mais próximos entre os trabalhadores, que não são considerados da família apenas pelos laços sanguíneos, mas também pela solidariedade e cordialidade que se traduzem nas conversas, nas estórias e na inexistência de uma hierarquização entre patrão e empregado.

Conforme observamos ao longo do trabalho, não é simples a discussão acerca da temática da relação rural e urbano, pois hoje constituem realidades cada vez mais próximas, em constante interação e transformação, denotando conteúdos sócio-espaciais híbridos, que devem ser considerados nas políticas públicas governamentais, pois a simples inserção do agricultor no mercado, especialmente o pequeno, não dá condições de melhorias sociais, haja vista o grande risco que correm em virtude de problemas naturais que os cultivos apresentam (insetos, doenças etc.), além da oscilação dos preços dos produtos que nem sempre cobrem os custos da produção.

Além disso, hoje há um processo de urbanização crescente, o qual não se evidencia apenas nos sistemas de objetos técnicos, mas igualmente nos valores difundidos, que expressam necessidades cada vez mais mercadológicas e externas ao lugar, proporcionando solidariedades organizacionais, mediadas pelo capital. Esse processo avança com maior rapidez nos lugares com dinâmicas econômicas mais diretamente ligadas ao mercado regional, nacional e internacional, visto que a base de relações não mais se torna o local e, sim, as verticalidades, ou seja, ações e interações externas.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado visou a contribuir com questões de caráter teórico e empírico a respeito da temática, tendo em vista a particularidade de nossa área de pesquisa, que, diferentemente de outras porções do território paraense, possui agentes econômicos novos que alteram as relações sociais internas as colônias, mas ainda assim permanecem alguns agricultores, que de maneira residual, resistem a essa dinâmica, construindo outras sociabilidades, mais orgânicas, restabelecendo a sua unidade familiar, que é a base de sua sobrevivência e de sua relação com a terra, principalmente por ser uma

área que apresenta condições materiais que possibilitam isso. Na sub-região estudada, o processo de concentração de terras, por meio de latifúndios, embora venha crescendo a partir de médias propriedades de empresas, a pequena propriedade ainda predomina, que é estabelecida a partir de herança, compra ou sistema de parceria entre os sujeitos sociais.

É nesse sentido que as interfaces da relação rural e urbano, campo e cidade, tornaram-se interessante de ser discutidas no presente trabalho, dadas as especificidades de Igarapé-Açu e Castanhal, que, sendo áreas de colonização agrícola não recente, vivem as repercussões das mudanças implementadas no Nordeste Paraense, tendo em vista a nova divisão territorial do trabalho que se apresenta. Nesse processo, os valores de mercado, bem como os valores urbanos a ele associados tende a imprimir mudanças, seja em nível das relações sociais, seja em nível do espaço agrário e de sua paisagem, hoje tornados cada vez mais híbridos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702).

ACEVEDO MARIN, R. E. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. In: SITREAMA, I, 2002, Belém. **Anais...** Belém, n/p, cópia impressa.

ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. M. R. de. **No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**, Belém: NAEA/UFPA, 2004.

Agencia de notícias MCT. **Saiba mais sobre a Nova Amafrutas**. 2006. Disponível em: <[www2.uol.com.br/pagina20/05032005/p\\_0505032005](http://www2.uol.com.br/pagina20/05032005/p_0505032005). 16/10/2006 htm > Acessado em: 16 de Outubro de 2006.

ANDRADE, M. C., ANDRADE, S. M. C. **A federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. São Paulo, Contexto, 1999, p. 23-42.

ARAÚJO, C. **A história de Castanhal**. Belém, 2007, n/d.

AZEVEDO, P. V. Presidente da Província do Grão-Pará. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, sessão da 19. a legislatura pelo presidente da província do Pará, o excellentissimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874**. Belém: Typ. Do Diário do Gram-Pará, 1874.

BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BASA. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. [texto disponível na internet em 16/10/2008: <http://www.bancoamazonia.com.br/credito/fno-infra.htm>

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, 131-144.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**. 5ª. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOUDON, R. (*et alii*). **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Serviço de Inspeção e defesa agrícolas. Questionário sobre as condições da agricultura do município do Estado do Pará. RJ: Typ. do Serviço de Estatística, 1913.

BRASIL. **Inventaria da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.** 2007. Disponível em <[www.rffsa.gov.br](http://www.rffsa.gov.br)> Acessado em: 20 de Outubro de 2007

BRASIL. **Programa luz no campo**. 2009. Disponível em <[www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=288&cod=MCHAO](http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=288&cod=MCHAO)> Acessado em: 1 de Março de 2009.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?** Geosp, São Paulo: Depto. De Geografia-FFLCH-USP, n. 13, p. 179-187, 2003.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, E. **A conquista da Amazônia**. Rio de Janeiro: Min. Viação e Obras públicas, Serviço de Documentação, 1956.

CARVALHO BRASIL, M. Urbanização na região norte: uma análise exploratória das mesorregiões. In: SANTOS, T.de F. (org.) **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes**. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 139-162. (Cursos e conferências, 70)

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAPEL. H. La definición de lo urbano. In: **Revista Estudios Geográficos**, nº 138-139, 1975, p. 265-301.

CHAYANOV, A. V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CELINA, L. **Menina que vem de Itaiara**. 3ªed. Belém: Cejup, 1996.

CLOUT, H. D. **Geografia rural**: elementos de geografia. Oikos-tau. Barcelona, 1976.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, J.; MAGALÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

\_\_\_\_\_. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará**: um trem, a terra e a mandioca. Dissertação de mestrado. 1990. São Paulo: IFCH da Universidade Estadual de Campinas.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, F. de A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, F. de A; HURTIENNE, T. P. Introdução – inovações, camponeses e desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: COSTA, F. de A.; HURTIENNE, T.; KAHWAGE, C. (Orgs.). **Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia**: resultados e implicações do projeto Shift-sócioeconomia, 2006, p. 9-18.

CRUZ, E. **A Estrada de Ferro de Bragança**. Belém: Falângola, 1955.

\_\_\_\_\_. **Colonização do Pará**. Belém: INPA; Falângola, 1958.

\_\_\_\_\_. **As obras públicas do Pará**. Governo do Estado do Pará. Pará: Secretaria do Estado da viação e obras públicas, Vol. 1, 1967.

CRUZ, R. C. A. da. Panorama da Geografia do turismo no Brasil. In: **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, Ambrósio Leitão da – ANNAES DA BIBLIOTECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ, Tomo Primeiro, página 199 – "Relatório de 8 de dezembro de 1858, pág. 13.

DA MATTA, R. **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 23, n.3, p. 75-103, jul./set. 1961.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

\_\_\_\_\_. Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XII, 2007. Belém: **Anais...**Belém: Hotel Hilton, 18 f. 1 CD-ROM.

ESTEBÁNEZ, J. **Los espacios urbanos**. Geografia humana. Madrid, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. São Paulo: ed. Positivo, 2004. 1CD-ROM.

FUNASA. **Dados populacionais e dos estabelecimentos das agrovilas de Igarapé-Açu e Castanhal**. 2006, n/p.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

GOMES, B. de S. **A extinção da estrada de ferro de Bragança (1960 a 1965)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 2005.

GUILHERME, F. 3º Vice-Presidente da Província do Grão-Pará. **Relatório com que Guilherme Francisco passou a administração da Província a Pedro Vicente de Azevedo em 17 de Janeiro de 1874**. Belém: Diário do Grão-Pará, 1874, p.12.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. III. Belém: EDUFPA, 2004.

\_\_\_\_\_. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. In: \_\_\_\_\_. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. IV. Belém: EDUFPA, 2004, p. 25-41.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. E. **Colonização para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1979.

HURTIENNE, T. P. Agricultura Familiar e Desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. (org.) **Estado e política pública na Amazônia: Gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2001, p. 177-283.

IBGE. **PNAD 2002**, VOL. 23. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Sinopse Estatística do município de Castanhal, Estado do Pará**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística do município de Igarapé-Açu, Estado do Pará**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 1950**.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico – 2002**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acessado 05 de Julho de 2007:

IDESP. **Caracterização sócio-econômica da região nordeste do Pará.** Belém: IDESP, Coordenadoria de documentação e informação, 1977.

INCRA. **Grupos de agricultores no PRONAF.** Disponível em <www.incra.gov.br> Acessado em 10 de Julho de 2005.

LACERDA, F. G. **Nos trilhos da modernidade, instalação da estrada de ferro de Bragança (1870/1907).** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 1992.

\_\_\_\_\_. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916).** (Tese de doutorado). 2006. São Paulo: FFLCH da Universidade de São Paulo.

LENCIONI, S. **Agricultura e Urbanização: A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar.** São Paulo: 1985. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, E. N. de. **Novas ruralidades, novas identidades, Onde?** In: MOREIRA, J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIMA, R. M. **O rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Ediciones 62, 1973.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LOPES, A. A. A. **A desestruturação da produção familiar da vila Caripi (Igarapé-Açu) frente a introdução da lavoura do maracujá – impactos sociais.** 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 1993.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912).** (Tese de doutorado). 1989. Barcelona: Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona.

MALHEIRO, B. C. P.; MIRANDA, R. R. As formas de relação entre o rural e o urbano na Amazônia: construindo possibilidades de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, I, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, n/p, 1 CD-ROM.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: **REVISTA TERRA LIVRE**. São Paulo, AGB/USP, ano18, n. 19, 2002, p. 95-112.

\_\_\_\_\_. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p. 145-158.

MARTINS, J. S.. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MASSEY, D. A filosofia e a política da espacialidade: algumas considerações. **Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Rio de Janeiro, n.12, p.7-24, 2004.

MARX, K.; F. ENGELS. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

MDA. **Perguntas e Respostas do Pronaf**. 2008. Disponível em <[http://www.pronaf.gov.br/quem\\_somos/perguntas.htm](http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm)> Acessado em 16 de Novembro de 2008.

MENEZES, B. **Cadunga: cenas das migrações nordestinas na zona Bragantina**. Belém: Academia Paraense de Letras, 1954.

MINAYO, M. C. de S. et al (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA, R. R. **Territorialidade Camponesa na Amazônia**: permanências e transformações no Nordeste Paraense, o caso de Igarapé-Açu. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Belém: UFPA, 2006

MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDEMAN, S.; FERNANDES, A (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 93-114.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-40.

MUNIZ, J. de M. **O instituto Santo Antônio do Prata**: município de Igarapé-Assú. Typ. da Livraria Escolar, 1913.

NUNES, F. A. **Modernidade, agricultura e migração nordestina**: os discursos e a atuação governamental no Pará do século XIX. In: Revista Eletrônica Cadernos de História da UFOP, ano II, n.01, 2007,

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do Antropólogo: olhar. ouvir, escrever. **Revista de Antropologia** — USP , vol. 39(1), 1998.

OLIVEIRA, J. A. de. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.29 – 70.

PARÁ, **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Imprimerie Chaponet, 1909.

PEIXOTO, N. B. Cidades desmedidas. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das letras/Brasília: Ministério da Cultura/Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 2006, p. 519-536.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. 1 Vol., Belém: UFPA, [s.n], 1967.

\_\_\_\_\_. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. 2 Vol., Belém: UFPA, [s.n], 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL. **Plano Diretor Participativo do Município de Castanhal**. Castanhal, 2006.

PREFEITURA DE BELÉM. **Belém da saudade**: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: Secult, 1998.

ROCQUE, C. **História dos municípios do Pará**. Belém: A província do Pará, 1994.

RODRIGUES, A. B. A urbanização no Brasil e o fenômeno do turismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Turismo e Espaço** - rumo a um conhecimento transdisciplinar. SP: Editora Hucitec, p. 124-147.

RUA, J. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2005, p. 45-66.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81-99.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEPOF. **Estatística municipal de Castanhal,** 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatística municipal de Castanhal,** 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatística municipal de Igarapé-Açu,** 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatística municipal de Igarapé-Açu,** 2008.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, vol. 7, n.1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano7.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano7.html)> Acessado em: 12 janeiro de 2008.

SILVA, NOELMA C. C. da. **Momentos inesquecíveis:** Marituba através da Memória de seus antigos moradores. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 2006.

SMS. **Dados da saúde nas agrovilas de Igarapé-Açu.** 2009. n/p.

SOUZA, E. A. de. Modernização agrícola e dinâmica urbana na Amazônia: o caso de Paragominas-Pa. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XII, 2007. Belém: **Anais...** Belém: Hotel Hilton, 18 f. 1 CD-ROM.

SUZUKI, J.C. **De povoado à cidade:** a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TRINDADE JR., S-C. C. da. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Grandes Projetos, Urbanização do Território e Metropolização na Amazônia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, n/p 1 CD-ROM.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias.** Campinas: autores Associados, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

**APÊNDICE A**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de entrevista realizada com os agricultores das agrovilas pesquisadas

Nome completo:

Endereço:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

- 1) O senhor(a) sempre morou na colônia agrícola? Caso não, qual o último local de moradia?
- 2) Como era a sua vida na colônia antigamente?
- 3) Como era a forma de viver nessa época na colônia?
- 4) A qualidade de vida dentro da colônia era boa ou não? Por quê?
- 5) Como se davam as relações, a cooperação e o contato entre os próprios moradores da colônia?
- 6) Além do trabalho, a comunidade se reunia para outro tipo de atividade? Quais?
- 7) Como era a infra-estrutura da colônia?
- 8) Os equipamentos que existiam satisfaziam às necessidade dos colonos? Por quê?
- 9) O que se cultivava e se produzia na colônia nessa época?
- 10) Existia algum tipo de financiamento externo à família?
- 11) Quem financiava a produção?
- 12) Como se dava a comercialização do produto?
- 13) Havia um contato mais próximo com moradores de outras colônias e com outros moradores da sede do Município? Como isso acontecia?
- 14) A forma de viver e de produzir do passado ainda permanece até hoje?
- 15) O que mudou na colônia em relação à forma de viver daquela época?
- 16) O que permanece na colônia em relação à forma de viver daquela época?
- 17) O que mudou em relação à infra-estrutura na colônia daquela época em relação a hoje?
- 18) Os produtos cultivados naquela época ainda são cultivados hoje? Por quê?
- 19) A forma de produzir daquela época permanece ou mudou? Por quê?
- 20) Hoje quem financia a produção são as mesmas pessoas do passado?
- 21) A comercialização dos produtos acontece da mesma maneira ou mudou?
- 22) A qualidade de vida dentro da colônia melhorou ou piorou? Por quê?
- 23) As relações dentro da colônia entre os moradores ainda se mantêm como no passado?
- 24) Além do trabalho, hoje a comunidade se reúne para realizar outras atividades? Quais? Como isso acontece?

- 25) As formas de se relacionar e de contato com outros moradores de fora da colônia permanecem ou mudaram? Por quê?
- 26) A vida na colônia no passado era melhor do que a de hoje? Por quê?
- 27) O (a) senhor(a) moraria em outro lugar? Por quê?
- 28) O que significa a terra para o (a) senhor(a)?